

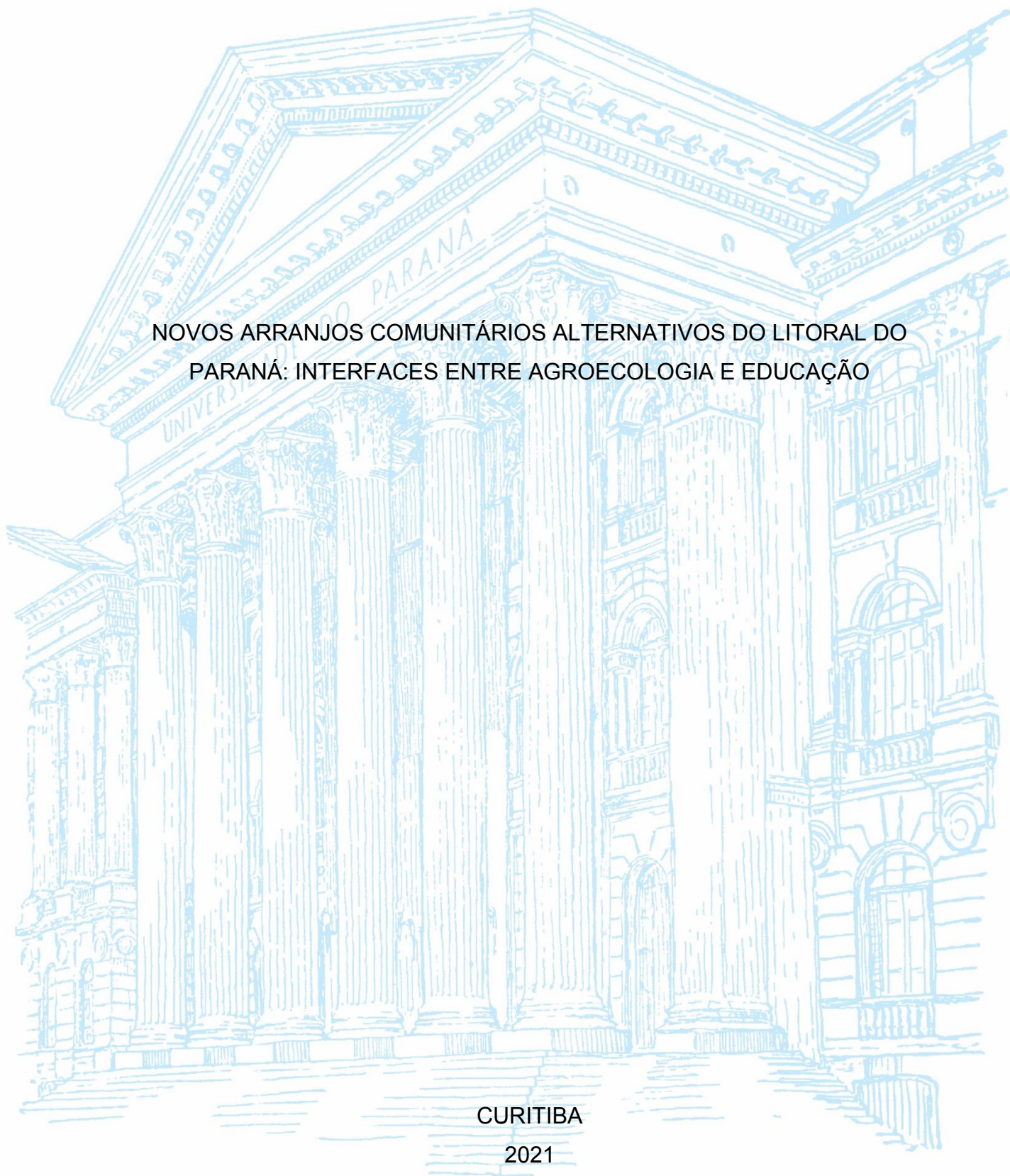
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CHRISTINA DUARTE PIRES

NOVOS ARRANJOS COMUNITÁRIOS ALTERNATIVOS DO LITORAL DO  
PARANÁ: INTERFACES ENTRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO

CURITIBA

2021



ANA CHRISTINA DUARTE PIRES

NOVOS ARRANJOS COMUNITÁRIOS ALTERNATIVOS DO LITORAL DO  
PARANÁ: INTERFACES ENTRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, da  
Universidade Federal do Paraná, como requisito  
parcial à obtenção do título de Doutora em  
Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

Coorientador: Prof. Dr. Tommaso Lilli

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pires, Ana Christina Duarte

Novos arranjos comunitários alternativos no litoral do Paraná : interfaces entre agroecologia e educação. / Ana Christina Duarte Pires. – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Tarcisa Silva Belga

Coorientador : Prof. Dr. Tommaso Lilli

1. Comunidades agrícolas – Morretes (PR). 2. Ecologia agrícola - Paraná.  
3. Estilo de vida. 4. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. I. Bega, Maria Tarcisa, 1953-. II. Lilli, Tommaso. III. Título.

CDD – 307.728162

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ANA CHRISTINA DUARTE PIRES** intitulada: **NOVOS ARRANJOS COMUNITÁRIOS ALTERNATIVOS DO LITORAL DO PARANÁ: INTERFACES ENTRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA TARCISA SILVA BEGA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Abril de 2021.

Assinatura Eletrônica

08/04/2021 19:07:31.0

MARIA TARCISA SILVA BEGA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/04/2021 09:15:02.0

ALFIO BRANDENBURG

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

08/04/2021 20:02:13.0

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS

Avaliador Externo (UFPR)

Assinatura Eletrônica

09/04/2021 17:48:51.0

ODACIR ANTONIO ZANATTA

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

12/04/2021 10:47:10.0

VALDO JOSE CAVALLET

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico este trabalho à minha mãe, Sophia, por acreditar que a educação  
transforma e liberta.*

## AGRADECIMENTOS

Canta Gonzaguinha, em sua música *Caminhos do Coração*, que “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. Desse período de quatro anos vivendo um doutorado, que misturou a realização de um sonho, o desafio de uma área de estudo completamente nova e o maior desastre contemporâneo que está sendo a pandemia de Covid-19, conservo as lições de pessoas a quem dedico minha sincera gratidão.

À minha mãe, Sophia Duarte Pires (*i. m.*) e ao meu pai, José Figueiredo Pires (*i. m.*). Vocês prepararam o ninho, fortaleceram minhas asas e me ensinaram sobre a paisagem, para que eu pudesse voar por onde quisesse.

Às mulheres da minha vida: minhas tias/mães Nelly Balbi Duarte e Maria Alice Duarte Martins (*i. m.*); às minhas irmãs/mães, Sandra Maria Pires Costa, Sonia Maria Duarte Pires e Suzana Maria Duarte Pires; às minhas sobrinhas/irmãs, Fernanda Costa Svedman, Estela Pires Azeredo e Betânia Costa Almeida. Por serem meu porto seguro, minhas referências de autonomia feminina e meus exemplos de que lugar de mulher é onde ela quiser.

Às minhas sobrinhas netas, Marina, Valentina, Clara, Maria Eduarda e Julia e aos meus sobrinhos netos, João Guilherme e Benjamin. Vocês tornam tudo mais fácil e mais alegre, com suas risadas e abraços quentinhos.

Ao meu amado André Luís de Brito, pela parceria, pelo carinho e pela segurança, dividindo dias de sol e de tempestade. Pela companhia tranquila tanto nos trabalhos de campo quanto nos penosos 13 meses de distanciamento social (até a presente data).

À minha orientadora, Maria Tarcisa Silva Bega, por acolher uma proposta diversa de área de estudo, no entendimento de que vivemos em um sistema de relações em que rural e urbano são laços de uma mesma rede. Pela compreensão, pela autonomia, pelas orientações sempre precisas e por ser um exemplo de mulher em todos os seus papéis, liderando, inclusive, uma das pesquisas científicas mais relevantes sobre a dimensão social da pandemia de Covid-19, em uma universidade pública e em um cenário totalmente desfavorável.

Ao meu coorientador, Tommaso Lilli, pelo tempo dedicado a colaborar com o meu trabalho, pela generosidade nas lições sobre estatística e interpretação de dados e pela disponibilidade para as reuniões, sempre com um sorriso no rosto.

Ao professor Valdo José Cavallet, por sua presença no início, meio e fim desta tese. Por estar sempre presente quando eu precisei. Por acreditar em uma educação libertária para transformar a sociedade com justiça e inclusão. Por ir além das ideias e colocar essa proposta de educação na prática, criando a UFPR Litoral, ao qual eu me refiro como “o lugar que ele inventou para a gente ser feliz”.

Aos e às integrantes do sítio Sagrada Raiz, objeto deste estudo, que abriram seus lares e me receberam de maneira tão carinhosa, compartilhando suas histórias de vida: Bruno Rossa, Maria Lopez, Mariana Akemi Oda, Gustavo Najjar, Cecília Perpétuo dos Reis, Raul Bonetti, Liana Peruzzo, André Lucas e Natália Schmeiske. Aos e às estudantes do curso de Agroecologia da UFPR Litoral. Em vocês me inspiro e me realizo. Obrigada por mostrarem que um mundo melhor é possível.

Aos professores da banca examinadora, Odacir Antonio Zanatta, Valdo José Cavallet, Alfio Brandenburg e Diomar Augusto de Quadros, pela atenção dedicada à avaliação deste trabalho e pelas preciosas contribuições.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, pelos ensinamentos e pelas leituras, essenciais para que eu pudesse ingressar em uma área de estudo completamente nova. Ao Katiano Cruz e à Luciana Fernandes, pela constante boa vontade, disponibilidade e competência na realização de seu trabalho na secretaria do programa.

Aos e às colegas do Grupo de Pesquisa em Sociologia e Políticas Públicas, pela troca de experiências e de saberes e pelas contribuições em meu trabalho, especialmente na parte metodológica da pesquisa qualitativa, até então inédita para mim.

Às colegas de curso, Ana Carolina Trovão e Carla Alves Marcelino, pela companhia durante as aulas e pelos momentos de sororidade no grupo “As Preparadas”. Ao colega Eduardo da Silva e à colega Andréia Zanella, pela amizade, por me acolherem e me ajudarem a não me sentir invisível.

Às colegas da Câmara do Curso de Tecnologia em Agroecologia, Gabriela Bica, Silvana Cássia Hoeller e Cristiane Rocha e aos colegas Diomar Augusto de Quadros, Paulo Rogério Lopes, Manoel Lesama e Luiz Rogério da Silva, pela compreensão e por assumirem a minha carga horária durante o afastamento para cursar o doutorado. A todos os e todas as colegas da UFPR Litoral, pelo aprendizado, pelo comprometimento com o papel social da universidade pública e pela liberação para a licença para estudos. Em especial, à Adriana Lucinda de Oliveira, por sempre

acreditar em mim mesmo quando nem eu acreditei, e à Marisete Hoffmann Horochovski, por todo o acolhimento durante os trabalhos do grupo de pesquisa.

Às amigas de sempre, Marina Isabel Almeida e Priscilla Hidalgo, por “estarem sempre lá”, inclusive compartilhando ricas experiências durante a pesquisa de campo.

Ao professor Luiz Carlos Pinheiro Machado (*i. m.*), cuja vida foi abreviada pela Covid-19, pela sua luta a favor da Agroecologia, pela generosidade no compartilhamento de seus saberes e por contribuir com a consolidação da proposta da UFPR Litoral.

À ciência brasileira e à educação pública.

Muito obrigada!



Anda, quero te dizer nenhum segredo  
Falo desse chão da nossa casa  
Vem que tá na hora de arrumar  
Tempo, quero viver mais duzentos anos  
Quero não ferir meu semelhante  
Nem por isso quero me ferir  
Vamos precisar de todo mundo  
Pra banir do mundo a opressão  
Para construir a vida nova  
Vamos precisar de muito amor  
A felicidade mora ao lado  
E quem não é tolo pode ver  
A paz na terra, amor  
O sal na terra  
A paz na terra, amor  
O sal da  
Terra, és o mais bonito dos planetas  
Tão te maltratando por dinheiro  
Tu que és a nave nossa irmã  
Canta, leva tua vida em harmonia  
E nos alimenta com seus frutos  
Tu que és do homem, a maçã  
Vamos precisar de todo mundo  
Um mais um é sempre mais que dois  
Para melhor construir a vida nova  
É só repartir melhor o pão  
Recriar o paraíso agora  
Para merecer quem vem depois  
Deixa fluir o amor  
Deixa crescer o amor  
Deixa fluir o amor  
O sal da terra  
(O Sal da terra — Beto Guedes)

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estudar os novos grupos sociais alternativos criados na área rural do litoral paranaense. Esses grupos são constituídos em grande parte por egressos do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), que possui um Projeto Político Pedagógico (PPP) diferenciado de educação emancipatória e abriga um curso de Tecnologia em Agroecologia. Entre os vários grupos formados no local, foi escolhido o grupo localizado em Morretes (PR), constituído em 2014, denominado sítio Sagrada Raiz. O sítio foi adquirido de forma cooperativa por 12 famílias, oriundas de diversas regiões do Brasil, que se aproximaram por um ideal comum e que puderam optar por um estilo de vida alternativo. O desenvolvimento deste projeto foi ancorado principalmente na pesquisa qualitativa, com apoio em dados obtidos quantitativamente. A pesquisa qualitativa foi realizada em três fases: revisão de literatura, trabalhos de campo (entrevistas, vivências, momentos de reconhecimento local e pesquisa em redes sociais) e interpretação dos dados obtidos. A pesquisa quantitativa foi realizada a partir de dados obtidos por meio dos processos seletivos vestibulares (de 2008 a 2019) e de matrículas na UFPR nos cursos de graduação, registrados nas bases de dados do Núcleo de Concursos da universidade. Por meio das histórias de vida dos fundadores e da construção do grupo, é possível compreender sua forma peculiar de organização, a trajetória de seus integrantes e a observação das suas relações com o meio, com os demais sujeitos e com a educação. Os principais resultados apontaram que a constituição desses grupos representa uma possibilidade de ruptura no cenário de insustentabilidade gerado pelo modelo hegemônico de agricultura. Isso parte da ressignificação do meio rural, em que os saberes das populações tradicionais locais passam a ser valorizados como referência à construção de conhecimento e a um estilo de vida em harmonia com a natureza e em sociedade, o que é um dos objetivos do PPP da UFPR Litoral e base dos fundamentos da Agroecologia. A Agroecologia, assim, amplia seus conceitos e passa ser entendida, além de produção de alimentos, como ciência e estilo de vida. É percebida a influência da UFPR Litoral nesse processo, visto que aproximou sujeitos com um ideal alternativo de vida e de educação, que permaneceram no local a fim de transformar a sua realidade. Pela permanência e crescimento desse tipo de comunidade no local, é possível concluir que um estilo de vida alternativo, de característica agroecológica, é real e possível.

Palavras-chave: Agroecologia; educação emancipatória; UFPR Litoral; estilo de vida, populações tradicionais

## ABSTRACT

The present work is a case study on the new alternative social groups created in rural areas on the Paraná coast. These groups are composed largely of graduates from the Setor Litoral (UFPR Litoral) of the Federal University of Paraná (UFPR), which has a differentiated Pedagogical Political Project (PPP) for emancipatory education, and it offers a Technology in Agroecology degree program. Among various groups on the site, the one located in Morretes (PR), started in 2014, called *sítio Sagrada Raiz*, was chosen. The site was acquired cooperatively by 12 families from different places of Brazil, who came together for a common ideal and who were able to choose an alternative lifestyle. The development of this project was mainly anchored in qualitative research, supported by data obtained quantitatively. The qualitative research was carried out in three phases: literature review, fieldwork (interviews, experiences, moments of local recognition and research on social networks) and interpretation of the obtained data. The quantitative research was carried out based on data obtained through the university selection processes (from 2008 to 2019) and the UFPR enrollment in undergraduate courses, recorded in the databases of the university's Selection Center. Through life histories of the founders and the construction of the group, it is possible to understand its peculiar form of organization, the trajectory of its members and observe its relations with the environment, the other subjects and education. The main results showed that the constitution of these groups represents a possible rupture in the scenario of unsustainability generated by the hegemonic model of agriculture. This is part of the resignification of the rural environment, where the knowledge of traditional local populations is now valued as a reference to the construction of knowledge and a lifestyle of harmony with nature and society, which is one of the objectives of Coast Sector's PPP and the basis of the foundations of Agroecology. Agroecology thus expands its concepts and is understood, in addition to food production, as science and lifestyle. The influence of the UFPR Litoral in this process is perceived since it brought together subjects with an alternative ideal of life and education, who remained there in order to transform their reality. Due to the permanence and growth of this type of community on site, it is possible to conclude that an alternative lifestyle of agroecological characteristic is real and possible.

**Keywords:** Agroecology, emancipatory education, UFPR Litoral, alternative lifestyle, traditional populations

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Localização geográfica da região onde foi desenvolvido o estudo .....	28
Figura 2 — Regiões geográficas imediatas do estado do Paraná.....	29
Figura 3 — Municípios do litoral paranaense e sua localização no Brasil .....	30
Figura 4 — Foto de satélite do litoral do Paraná .....	31
Figura 5 — Unidades de conservação no estado do Paraná .....	32
Figura 6 — Grau de urbanização dos municípios do litoral do Paraná .....	35
Figura 7 — Procedência dos visitantes do litoral paranaense.....	36
Figura 8 — Porteira de entrada do sítio Sagrada Raiz.....	46
Figura 9 — Paisagem geográfica do sítio Sagrada Raiz (1) .....	47
Figura 10 — Paisagem geográfica do sítio Sagrada Raiz (2) .....	47
Figura 11 — Presença das comunidades tradicionais pelos grupos identificados ....	91
Figura 13 — Ilha da Cotinga, vista da aldeia Pindoty .....	155
Figura 14 — Disposição da sala para aula teórica do curso de Agroecologia na UFPR Litoral.....	185
Figura 15 — Aula prática em propriedade rural situada na colônia Pereira, localizada na estrada Alexandra-Matinhos (PR) .....	185
Figura 16 — Aula prática na residência de produtor rural local, egresso do curso de Tecnologia em Agroecologia.....	186
Figura 17 — Programação da II Semana Acadêmica do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral.....	187
Figura 18 — Programação da II Semana Acadêmica do curso de Tecnologia em Agroecologia .....	188
Figura 19 — Localização geográfica da região onde se situa o sítio Sagrada Raiz	194
Figura 20 — Constituição inicial dos fundadores do grupo agroecológico que compreende o sítio Sagrada Raiz .....	195
Figura 21 — Lateral e fundos da residência de uma família agricultora, formada por um casal e duas crianças, que integra o sítio Sagrada Raiz.....	207
Figura 22 — Vista da entrada principal da mesma residência .....	207
Figura 23 — Vista com detalhe do material utilizado para uma construir a casa de outra das famílias do sítio Sagrada Raiz.....	208
Figura 24 — Vista lateral da casa da mesma família, anexa ao espaço de eventos GaiaPiá .....	208

Figura 25 — Grupo musical GaiaPiá .....	216
Figura 26 — Fruto da palmeira juçara, despulpado, concentrado e comercializado pelas famílias agricultoras do sítio Sagrada Raiz.....	217
Figura 27 — Serviços ambientais realizados por um dos integrantes do sítio Sagrada Raiz.....	217
Figura 28 — Terapias complementares realizadas por uma integrante do sítio Sagrada Raiz .....	218
Figura 29 — Cosméticos naturais (desodorante, xampu e sabonete) produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz.....	218
Figura 30 — Produtos fitoterápicos produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz .....	219
Figura 31 — Produtos em cerâmica produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz .....	219
Figura 32 — Convite para feira de orgânicos e alternativos, realizada no município de Morretes .....	222
Figura 33 — Cultivo espécies olerícolas, frutíferas e cana de açúcar com a mata nativa ao fundo.....	224
Figura 34 — Cultivo de espécies olerícolas e mandioca integrado com as espécies nativas da região.....	224
Figura 35 — Convite aberto para evento coletivo no espaço GaiaPiá .....	233
Figura 36 — Convite aberto para roda de conversa com temática alternativa e de cuidado com a família .....	234
Figura 37 — Exposição de pratos típicos da aldeia Pindoty, na escola local .....	242
Figura 38 — Exposição de plantas medicinais e seu uso terapêutico.....	243
Figura 39 — Exposição do artesanato feito na aldeia e comercializado como fonte de renda.....	243
Figura 40 — Carta com exposição permanente na sala de aula da escola local da aldeia Pindoty sobre valores e orgulho de ser indígena.....	244
Figura 41 — Texto de apresentação da cartilha intitulada <i>Educar-se educando</i> , <i>educar se educando</i> .....	245

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Histórico dos marcos relevantes para a construção de políticas públicas no Brasil .....	110
Quadro 2 — Cursos de graduação ofertados nos vestibulares da UFPR nos <i>campi</i> de Curitiba e na UFPR Litoral, de 2008 a 2019.....	168
Quadro 3 — Distribuição dos módulos que compõem os FTP do curso de Tecnologia em Agroecologia de acordo com as três etapas da formação .....	180
Quadro 4 — Síntese dos espaços pedagógicos do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral.....	182

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — População censitária e PIB per capita dos municípios do litoral do Paraná (2020) .....	34
Tabela 2 — População residente no meio rural, segundo os censos demográficos de 1970 a 2010 (habitantes) .....	106
Tabela 3 — População total residente, rural e urbana no Brasil, por faixa etária, em 1970 e 2010 .....	106
Tabela 4 — IDH dos municípios do litoral paranaense e sua colocação entre os municípios do estado .....	159
Tabela 5 — Trabalhadores residentes segundo condição de trabalho (2010) .....	160
Tabela 6 — Rendimentos médios mensais reais nas atividades de agropecuária, pesca e florestas dos residentes da área — julho 2010 (R\$).....	162
Tabela 7 — Preços referenciais médios de terras e imóveis rurais por hectare (ha) para uso geral nas oito regiões do estado do Paraná (em R\$) .....	191
Tabela 8 — Procedência dos ingressantes nos cursos de graduação da UFPR, de 2008 a 2019, nos <i>campi</i> Curitiba e UFPR Litoral .....	249
Tabela 9 — Idade dos ingressantes nos cursos da UFPR entre 2008 e 2019 nos <i>campi</i> Curitiba e Litoral .....	250
Tabela 10 — Ingresso anterior em outro curso superior, pelas das respostas à pergunta “você já iniciou algum curso superior?” .....	251
Tabela 11 — Capital cultural dos ingressantes nos cursos de graduação da UFPR, entre 2008 e 2019, nos <i>campi</i> Curitiba e Litoral.....	252
Tabela 12 — Porcentagem de respostas à pergunta “dentre os problemas da sociedade atual, qual você considera mais importante?” entre os ingressantes dos cursos da UFPR Litoral (2008 a 2019).....	253
Tabela 13 — Porcentagem de respostas à pergunta “o que você espera, em primeiro lugar, de um curso universitário?” entre os ingressantes dos cursos da UFPR Litoral (2008 a 2019) .....	254

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AI	—	Aprendizagem insuficiente
ANA	—	Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA	—	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOPA	—	Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná
APL	—	Aprendizagem plena
APS	—	Aprendizagem parcialmente suficiente
AS	—	Aprendizagem suficiente
ATER	—	Assistência técnica e extensão rural
BID	—	Banco Internacional de Desenvolvimento
CEFET	—	Centro Federal de Educação Tecnológica Do Paraná
CEFURIA	—	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CIMOS	—	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CONTAG	—	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRA	—	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
DAP	—	Documentos de aptidão
DDAA	—	Direito humano à alimentação adequada
DESER	—	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
ECO 92	—	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente
ECOFORTE	—	Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica
ELLA	—	Escola Latino-Americana de Agroecologia
ENA	—	Encontro Nacional de Agroecologia
ET-UFPR	—	Escola Técnica da Universidade Federal Do Paraná
FAE	—	Feira dos Agricultores Ecologistas
FAFIPAR	—	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
FETRAF-SUL	—	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FMI	—	Fundo Monetário Internacional



FTP	—	Fundamentos Teórico Práticos
GGPAA	—	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	—	Interações Culturais e Humanísticas
INCRA	—	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	—	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	—	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	—	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	—	Ministério da Educação
MPMG	—	Ministério Público de Minas Gerais
MST	—	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NC	—	Núcleo de Concursos
OGEM	—	Organismos Geneticamente Modificados
PA	—	Projeto de Aprendizagem
PAA	—	Programa de Aquisição De Alimentos
PDUR	—	Projeto de Desenvolvimento Urbano
PGSOCIO	—	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PIB	—	Produto Interno Bruto
PLANAPO	—	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	—	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	—	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNARA	—	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos
PNATER	—	Política Nacional de Assistência Técnica
PPC	—	Projeto Político Pedagógico do Curso
PPP	—	Projeto Político Pedagógico
PROGRAD	—	Pró-Reitoria de Graduação
PRONAF	—	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	—	Sistemas Agroflorestais
SETI	—	Secretaria e Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SIDRA	—	Sistema IBGE de Recuperação Automática

SISAN — Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
UC — Unidades de conservação  
UFPR — Universidade Federal do Paraná  
UNESPAR — Universidade Estadual do Paraná  
USP — Universidade de São Paulo  
UTFPR — Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
VTI — Valor total do imóvel  
VTN — Valor da terra nua

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
2.1 LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E GEOGRÁFICAS DO LITORAL DO PARANÁ.....	28
2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA..	37
2.2.1 Fases da pesquisa qualitativa .....	37
2.2.1.1 Primeira fase: revisão de literatura .....	38
2.2.1.2 Segunda fase: trabalhos de campo .....	39
2.2.1.3 Entrevistas .....	40
2.2.1.4 Vivências.....	44
2.2.1.5 Momentos de reconhecimento do local da comunidade .....	46
2.2.1.6 Pesquisa na internet .....	47
2.2.1.7 Terceira fase: interpretação dos dados .....	48
2.2.2 Pesquisa quantitativa .....	48
<b>3 AGRICULTURA NO BRASIL: RELAÇÕES ENTRE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE..</b>	<b>51</b>
3.1 DEFINIÇÕES INICIAIS: SUSTENTABILIDADE .....	51
3.2 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE .....	53
3.3 IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL .....	57
3.3.1 Aspectos históricos da constituição dos povos rurais brasileiros.....	58
3.3.2 Modernização da agricultura .....	61
3.3.3 Povos tradicionais e os movimentos de resistência no meio rural brasileiro.....	65
3.3.4 Movimentos contemporâneos de retorno ao rural .....	70
<b>4 AGROECOLOGIA: CIÊNCIA E ESTILO DE VIDA .....</b>	<b>77</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO .....	77
4.2 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA .....	82
4.3 AGROECOLOGIA COMO ESTILO DE VIDA .....	94
4.4 LIMITAÇÕES DA AGROECOLOGIA .....	105
4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGROECOLOGIA.....	109
4.5.1 Histórico das políticas públicas em Agroecologia no Brasil .....	110
4.5.2 Outras políticas, outras intenções .....	120
4.6 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO .....	124
4.6.1 Ensino superior em Agroecologia .....	129
<b>5 INTERFACES ENTRE A UNIVERSIDADE E A AGROECOLOGIA .....</b>	<b>131</b>
5.1 MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE .....	131
5.2 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IDENTIDADE NACIONAL .....	138

5.3 TRAJETÓRIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS .....	142
5.4 UMA OUTRA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	146
5.5 A UFPR LITORAL.....	153
5.5.1 Inserção no local: fragilidades do litoral do Paraná .....	153
5.5.2 Histórico da UFPR Litoral.....	163
5.5.3 O curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral .....	175
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: OS NOVOS ARRANJOS COMUNITÁRIOS</b>	
<b>ALTERNATIVOS DO LITORAL DO PARANÁ.....</b>	<b>190</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO .....	194
6.2 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO .....	198
6.3 AS INTERFACES ENTRE OS SABERES.....	202
6.4 CARACTERIZAÇÃO DOS HÁBITOS DOS INTEGRANTES DO GRUPO .....	206
6.4.1 Mensagens por meio do corpo.....	209
6.4.2 A consagração do alimento.....	211
6.5 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA.....	215
6.6 RELAÇÕES SOCIAIS.....	225
6.6.1 Motivações individuais e motivações coletivas: a relação com a UFPR Litoral.....	227
6.6.2 Relações internas .....	229
6.6.3 Relações externas: comunidade de Morretes .....	235
6.6.4 Práticas de Agroecologia e Educação.....	239
6.7 CONDIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO GRUPO .....	247
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>257</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>277</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema hegemônico do mundo contemporâneo tem conduzido o planeta a uma crise política, ecológica, econômica e social que coloca em risco a sua sustentabilidade em todas as dimensões. Isso vem ocorrendo com o despontar da economia como principal interesse, desviando a dimensão política a seu favor e em detrimento das dimensões sociais, culturais e ambientais e éticas.

Dessa forma, diante de uma perspectiva de insustentabilidade que caminha para destruição de todas as formas de vida existentes, surge e urge a necessidade de entender melhor outras formas de comportamentos, saberes e práticas que possa indicar a quebra desse fluxo.

Para conhecer uma dessas formas, esta pesquisa tem como objetivo geral estudar os novos grupos sociais alternativos criados no litoral paranaense, constituídos em grande parte por egressos do Setor Litoral (UFPR Litoral)<sup>1</sup> da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio de uma proposta agroecológica.

Entre os vários grupos formados no local<sup>2</sup>, foi escolhido o grupo localizado em Morretes (PR), fundado em 2014, denominado sítio Sagrada Raiz. Por um mapeamento prévio de grupos nesse modelo existentes na região, a escolha foi fundamentada por esse ser o grupo mais antigo, podendo ser considerado, neste trabalho, um piloto da experiência. Essa escolha proporciona melhores condições de compreensão da sua organização, o entendimento da trajetória de seus integrantes e a observação das suas relações com o meio, com os demais sujeitos e com a educação.

O interesse por estudar esse grupo foi despertado devido às suas peculiaridades de comportamento, interesses, expressões físicas e tendência a viver harmoniosamente em comunidade. Particularmente, o fato de muitos terem saído da universidade, após conclusão de curso, e se estabelecido na região em formas

---

<sup>1</sup> O caráter próprio do seu projeto, a aproximação e a identificação desse setor com a região conferiram-lhe a condição de referência diferenciada dos demais *campi* da UFPR, pelo nome popularizado como “UFPR Litoral” e que será utilizado no decorrer deste capítulo.

<sup>2</sup> No litoral do Paraná, vem se formando diversos grupos alternativos, com a presença de estudantes e egressos de cursos da UFPR Litoral, principalmente do curso de Agroecologia, que, em diferentes formas de organização e de tempos, estão se estabelecendo em novas áreas de terra, ramificando, dessa forma, a comunidade agroecológica (informações obtidas por contato da autora com os grupos de Agroecologia da região).

autônomas de sustentarem com qualidade de vida<sup>3</sup> a si e suas famílias, definiu o objeto de estudo deste trabalho.

Grande parte do grupo é procedente de grandes centros urbanos do Brasil, que migraram para a região atraídos por uma proposta diferenciada de educação superior pública, oferecida pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral, que objetiva autonomia, emancipação dos sujeitos e transformações das realidades locais.

Inicialmente reunindo indivíduos de semelhantes filosofias de vida, a organização desses grupos evoluiu para uma estrutura permanente no local mesmo após a conclusão do curso superior, constituindo novos arranjos sociais alternativos. Assim, foi essa relação que definiu o diálogo entre a bibliografia e os dados colhidos nessa pesquisa, a fim de confirmar ou refutar a hipótese de que uma universidade, cujo PPP promova uma educação emancipatória, contribui para a transformação local a favor da sustentabilidade.

Para compreender a complexidade de sua estrutura, são desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- caracterizar os impactos da modernização da agricultura sobre o meio ambiente e as sociedades que justificam a necessidade de uma transformação em suas relações;
- integrar os diversos conceitos de Agroecologia como alternativa de transformação sustentável, não só como sinônimo de produção de alimentos, mas como ciência e estilo de vida;
- compreender a educação como mediadora de transformação, relacionando o papel social da universidade com a conscientização sobre desenvolvimento e sociedade sustentáveis;
- compreender a contribuição de uma educação emancipatória para a construção e fundamentação de um estilo de vida alternativo sustentável;

---

<sup>3</sup> Qualidade de vida, neste trabalho, baseia-se na filosofia dos integrantes do grupo estudado, manifestado como a integração entre uma vida social harmônica e um estilo de vida sustentável.

- entender a relação entre as características dos grupos alternativos do litoral do Paraná com uma proposta de educação diferenciada, conforme o PPP da UFPR Litoral.
- analisar as interações dos integrantes dos grupos, considerando seu estilo de vida, com o meio ambiente, cultura e sociedade.

A inspiração para esse trabalho são as vivências desenvolvidas pela autora na gênese da UFPR Litoral, em 2005, como servidora técnica administrativa da UFPR e na docência do curso de Tecnologia em Agroecologia, de março de 2012 até dezembro de 2016. Durante esse período, foi construída uma estreita relação com os estudantes, seja na sala de aula, aulas de campo, eventos do curso e do setor e nos diversos momentos coletivos proporcionados pelo PPP diferenciado, o que conduziu para a busca de fundamentos proporcionados pelo doutorado em Sociologia da UFPR.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por métodos qualitativos e quantitativos. A pesquisa qualitativa combinou revisão de literatura, trabalhos de campo e interpretação dos resultados. Os trabalhos de campo consistiram, principalmente em entrevistas de integrantes do sítio e de mediadores envolvidos em sua formação. As entrevistas, efetuadas de forma espontânea e sem questionários pré-definidos, deram ênfase às histórias de vida dos integrantes do sítio. Além dessas entrevistas, integraram registros obtidos por vivências, reconhecimento do local da comunidade e publicações dos integrantes do grupo nas redes sociais da internet. Foram entrevistados nove dos 23 adultos que compõem o sítio. A pesquisa também contou com anotações em cadernos de campo. A pesquisa quantitativa foi composta do registro das informações sobre os ingressantes no curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral, de 2008 a 2019 fornecidos pelo Núcleo de Concursos da UFPR e análise dos dados obtidos pelo software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS).

A pesquisa desenvolve-se no litoral do estado do Paraná, na região Sul do Brasil, marcada pela sua importância ambiental e atividade portuária que, aliados ao turismo e à agricultura, consistem na economia da região.

A área do sítio Sagrada Raiz corresponde a uma propriedade rural que foi adquirida de forma cooperativa e coletiva e que posteriormente foi dividida em lotes. Ali, cada família é responsável por um lote, com organização e autonomia próprias.

Na comunidade estudada, os integrantes vivem, constituem suas famílias e realizam as atividades para seu sustento. Estabelece-se, assim, um estilo de vida alternativo, com fundamentos que mesclam saberes contemporâneos e das populações tradicionais<sup>4</sup> rurais, cuja filosofia é baseada no respeito ao meio ambiente e às relações humanas na sua totalidade, buscando criar uma forma de bem se relacionar com a natureza e com as pessoas, cujas particularidades são estudadas neste trabalho.

O trabalho se divide em sete capítulos. Além dessa introdução, o segundo capítulo caracteriza o local geográfico onde se insere a pesquisa e apresenta de forma sistematizada o percurso metodológico utilizado para atingir seus objetivos.

O terceiro capítulo inicia-se por uma discussão sobre impactos causados na trajetória da modernização da agricultura no Brasil. Nesse capítulo, são fundamentadas situações que tem levado à insustentabilidade provocada pelo sistema hegemônico da produção e das relações sociais, justificando a necessidade de transformação nos processos de produção, consumo e, por consequência, na sociedade. Dessa forma, esse capítulo é constituído por referenciais teóricos e indicadores, mediados por reflexões e questionamentos que visam compreender a construção da sociedade rural brasileira e sua relação com o meio ambiente, partindo da época colonial até tempos mais modernos. Durante o capítulo, é possível compreender o quanto as distorções nas formas de apropriação dos recursos naturais, as políticas desenvolvidas pelo poder público, a diversidade dos habitantes, a biodiversidade, os sistemas produtivos e a estrutura fundiária, que consistem em fatores que determinam os riscos econômicos, os conflitos sociais e os desequilíbrios ambientais. A sua relevância se dá por revelar uma base histórica para situações de desigualdade social e degradação ambiental provocadas pela agricultura modernizada. Logo, a interpretação crítica dessa base é a condição necessária para a construção de ações que resgatem a valorização dos povos tradicionais brasileiros e a preservação da natureza.

---

<sup>4</sup> São considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e 37 atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma (BRASIL, 2002a).



O quarto capítulo visa compreender quais são os fundamentos que sustentam os significados da Agroecologia como uma possibilidade de transformação, considerando-a tanto uma alternativa viável para resistir à insustentabilidade do sistema atual da produção e consumo de alimentos, quanto ao seu entendimento como ciência que fundamenta essa viabilidade, assim como um estilo de vida sustentável.

Os fundamentos da Agroecologia usados neste trabalho estão articulados em três dimensões, que podem ser compreendidas em Altieri e Rosset (2018):

- a) produtivas, destinadas a transformar os sistemas de produção como resistência às práticas que sustentam o sistema hegemônico;
- b) científicas, quando a fundamenta pela conjunção de saberes das populações tradicionais e científicos; e
- c) de estilo de vida, por consistir em relações sociais com base na solidariedade, no respeito e na coletividade.

Nessa abordagem busca-se compreender como os princípios básicos da Agroecologia se relacionam com as dimensões de sustentabilidade que caracterizam sua complexidade. No decorrer desse capítulo, além das definições, são inseridas relações entre Agroecologia, políticas públicas e educação.

Entendendo que a principal via de transformação da realidade é por meio da educação, no quinto capítulo é abordada a universidade contemporânea, especialmente a pública, com suas contradições e sua capacidade de abrigar e desenvolver grupos alinhados com a defesa e construção do seu papel social emancipador. Nessa perspectiva, apresenta-se a UFPR Litoral, com seu projeto político-pedagógico, justificando sua inserção no litoral paranaense como forma de contribuir com a transformação da realidade local por meio da educação.

O PPP da UFPR Litoral conta com uma proposta pedagógica diferenciada, fundamentada em projetos de intervenção dos seus estudantes junto a comunidades envolvidas, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável, individual e coletivo, nos aspectos científico, econômico, ecológico e cultural. Isso é resultado da forte interação entre a comunidade universitária do Setor e a comunidade litorânea, na construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional (UFPR LITORAL, 2008). Dessa forma, busca-se visibilizar o efetivo comprometimento da universidade com a

comunidade local, identificando como estudantes e educadores fazem de sua realidade a base para a construção de conhecimentos em que se entrelaçam a ciência e as situações do cotidiano da comunidade em que vivem.

Nesse cenário educacional de busca da emancipação e do protagonismo dos sujeitos, situa-se o curso de Tecnologia em Agroecologia, existente na UFPR Litoral desde 2005, inicialmente em nível técnico, passando a nível superior a partir de 2008. Durante o curso, conhecer e/ou reconhecer a formação humana e a vida são os princípios pedagógicos para a construção do conhecimento. A ecologia é tida como um dos pilares do resgate da consciência humanizadora, pela sua ligação com a natureza. O conhecimento é construído de forma conjunta entre os saberes populares e os saberes científicos, visando o equilíbrio entre as dimensões da sustentabilidade como modelo alternativo ao hegemônico.

O sexto capítulo expõe a análise das informações coletadas em campo, resultados das entrevistas realizadas com integrantes do grupo estudado e das vivências realizadas durante o percurso, relacionando-os com referenciais teóricos. Além disso, são apresentados os dados quantitativos que possibilitaram estimar o perfil socioeconômico cultural dos estudantes do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR.

Assim, o capítulo mostra como esse grupo alternativo relaciona-se entre si e com a população local e constrói um novo tipo de sociedade. É descrita a forma com que nessa comunidade alteraram-se a forma e a qualidade do comportamento humano, mediante uma busca coletiva por um sistema social que possibilite uma maior independência do mundo material e tecnológico convencional, a aproximação da natureza e de seus elementos, mediada por uma filosofia de vida sustentada nos princípios do compartilhamento e troca e pela construção de uma vida saudável de soberania alimentar, desenvolvida em uma transição da cidade para o campo. Na pesquisa busca-se entender (recriar) o processo de construção de um mundo diferente, concebido como possibilidade de vida, de trabalho e de constituição dos próprios sujeitos históricos e coletivos. Portanto a construção, a permanência e a estabilidade de comunidades, nesse modelo, demonstram que locais formados com base no equilíbrio das dimensões da sustentabilidade são possíveis.

Um aspecto a considerar é o impacto que esse grupo causou nos municípios da região e como se desenvolveu essa convivência, pois se trata de cidades pequenas e com uma cultura bastante tradicional (formada a partir de famílias abastadas do

município de Paranaguá que se mudaram para lá, por volta de 1841) (TAVARES, 2012). Assim, um novo grupo, formado por pessoas diferentes dos habitantes locais, poderia gerar conflitos ou indisposições com os moradores tradicionais.

O sétimo capítulo é o resultado das reflexões que possibilitaram entrelaçar todos os capítulos anteriores, a fim de construir conclusões sobre o estudo realizado. Considera-se que esse grupo representa a aplicação prática e o êxito dos objetivos do PPP da UFPR Litoral, que permitiu a formação de sujeitos autônomos, desde o seu itinerário formativo na universidade, protagonistas de seu caminho e conscientes nas suas escolhas. O presente estudo representa ações positivas proporcionadas por propostas pedagógicas diferenciadas. Acredita-se, dessa forma, que os resultados dessa pesquisa contribuam para demonstrar as ações da universidade no seu compromisso com a transformação da sociedade por meio das interfaces entre Agroecologia e educação.



O litoral do Paraná situa-se na porção oriental do estado, em uma região que compreende parte da Serra do Mar e a Planície Costeira. Limita-se ao norte com o estado de São Paulo, ao sul com o estado de Santa Catarina, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a denominada Serra do Mar. As classificações demográficas consideram que os municípios do litoral formam a Região Imediata de Paranaguá, que por sua vez se encontra inserida na Região Intermediária Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2015).

Figura 2 — Regiões geográficas imediatas do estado do Paraná

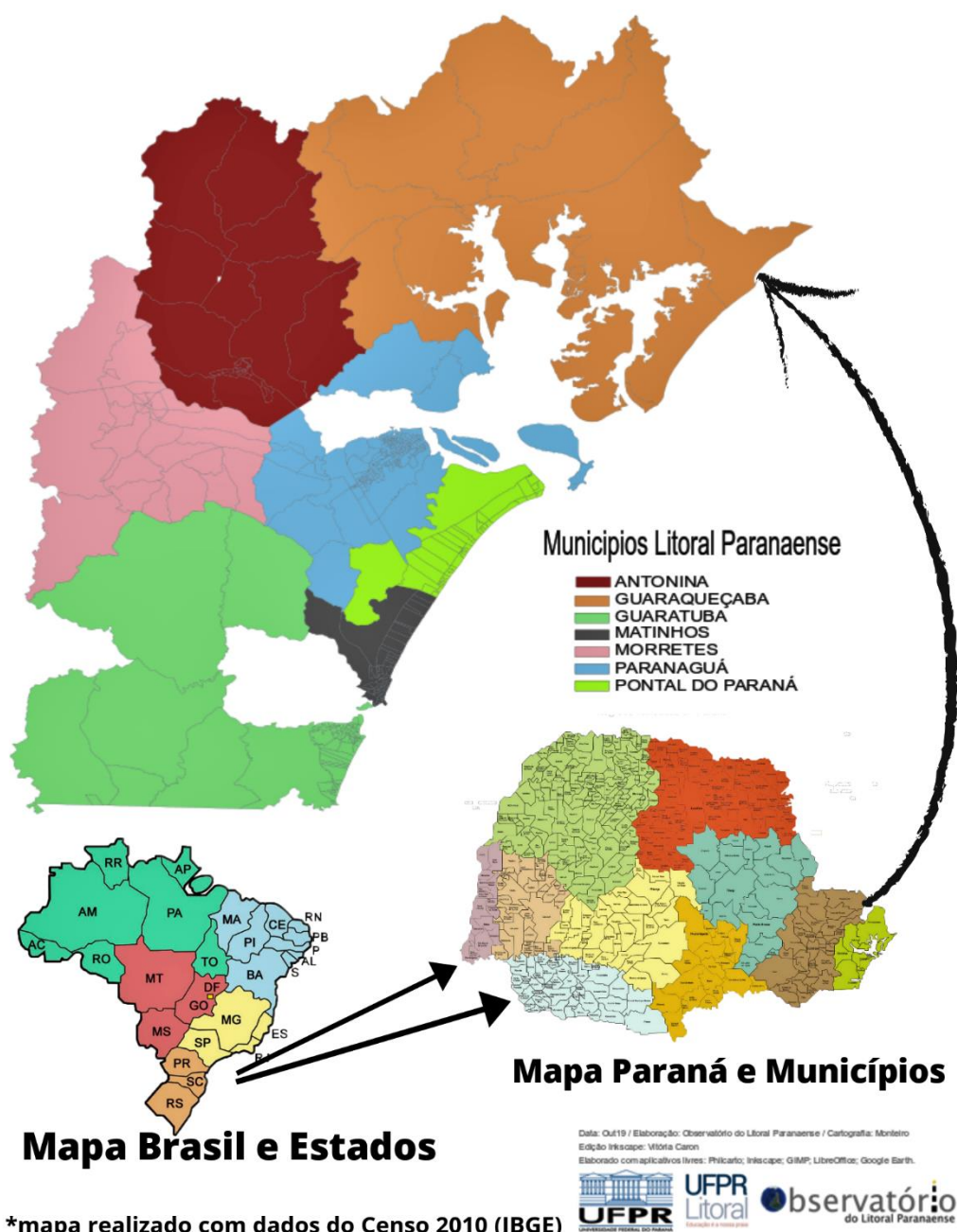


Fonte: IparDES (2015)

Compõem o litoral do Paraná sete municípios: Antonina (968,9771 km<sup>2</sup> de área), Guaraqueçaba (2.159,3374 km<sup>2</sup> de área), Guaratuba (1.326,8811 km<sup>2</sup> de área), Matinhos (111,5637 km<sup>2</sup> de área), Morretes (686,5942 km<sup>2</sup> de área), Paranaguá (665,8309 km<sup>2</sup> de área) e Pontal do Paraná (216,2945 km<sup>2</sup> de área), o que pode ser observado na Figura 3. Esses municípios, no seu conjunto, representam aproximadamente 3% do território paranaense (IBGE, 2019).



Figura 3 — Municípios do litoral paranaense e sua localização no Brasil



\*mapa realizado com dados do Censo 2010 (IBGE)

Fonte: IBGE (2010)

A região se encontra muito próximo à capital do estado. Se for considerada a distância entre as sedes municipais, Morretes é o município que se encontra mais próximo da capital (69 km) e Guaraqueçaba, o mais distante (158 km).

Tanto as atividades de fluxo de cargas do Porto de Paranaguá quanto as atividades turísticas da região encontram as rodovias como principal possibilidade de acesso. A malha rodoviária do litoral do Paraná é constituída por três vias federais, nove estaduais (290 km) e 1.025 km de vias municipais. O principal acesso rodoviário

ao litoral do Paraná dá-se pela BR-277, corredor de exportação que interliga o porto com a cidade de Curitiba com as principais regiões produtoras do estado do Paraná, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. As alternativas de acesso são a ligação rodoviária Garuva — Guaratuba, ao sul, a partir da BR-376 e com passagem obrigatória pelo estado de Santa Catarina, a histórica Estrada da Graciosa, que liga a cidade de Morretes com a BR 116 (rodovia Régis Bittencourt) e as rodovias PR 804 e 408, que ligam o município com a rodovia BR 277.

Em relação às condições ambientais, a região é marcada pela existência de duas baías, a extensa Baía de Paranaguá e a Baía de Guaratuba, por planícies litorâneas com florestas relativamente bem preservadas e pela Serra do Mar, conforme a figura a seguir.

Figura 4 — Foto de satélite do litoral do Paraná

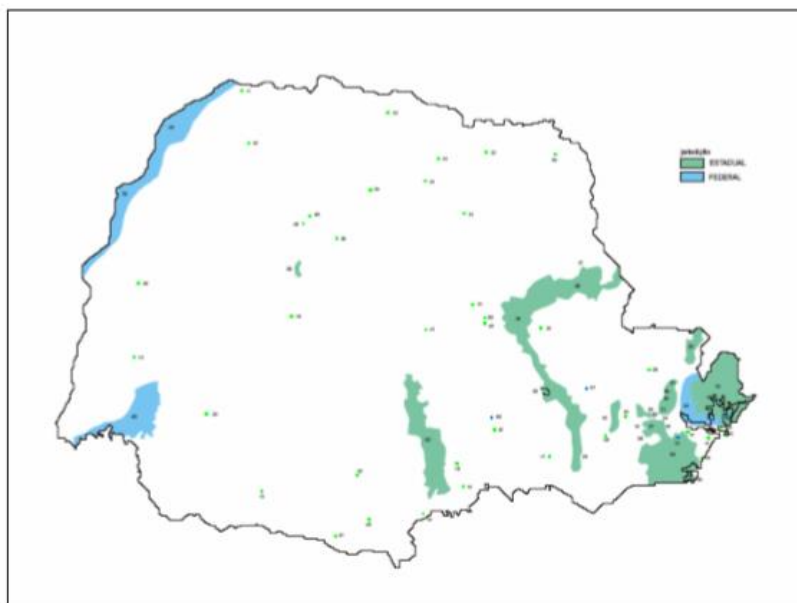


Fonte: Paraná (2018)

A Baía de Paranaguá forma um conjunto que faz parte do Complexo Estuarino Lagunar Paranaguá-Cananéia-Iguape e, junto da Serra do Mar, foi tombado pela Unesco em 1995 como Patrimônio da Humanidade. Esse tombamento se deu em função da sua importância ambiental, pois abriga os últimos remanescentes da Floresta Tropical Pluvial Atlântica do Brasil (TAVARES, 2012). Por isso, a preocupação com a conservação da região litorânea paranaense levou à criação de diversas Unidades de Conservação (UC), que cobrem mais de 80% da área do local,

segundo Paraná (2018), o que pode ser observado na Figura 5. As UC, aliadas à presença das duas baías, constituem-se em uma formação natural que em muito contribui para a preservação ambiental da região. Portanto, segundo Paraná (2018), mesmo que o crescimento das exportações que escoam pelo Porto de Paranaguá resulte em uma pressão crescente para a implantação de novas instalações logísticas e portuárias no litoral, devem considerar os locais que não apresentem problemas de compatibilidade com áreas de valor ambiental e social.

Figura 5 — Unidades de conservação no estado do Paraná



Fonte: PARANÁ (2018)<sup>5</sup>

A configuração geográfica do litoral paranaense, por abranger desde uma área de serra, portanto montanhosa, que se declina até a área marítima, compreende uma diversidade de ecossistemas, que incluem desde a Mata Atlântica até os estuários das baías. Dentro dessa diversidade são identificadas duas grandes zonas, diferenciadas pela sua configuração geomorfológica, com suas características físicas e bióticas. A área montanhosa é constituída basicamente pelo domínio das formações da Serra do Mar, portanto compostas por um conjunto de montanhas. A composição geológica é basicamente rochosa, com grau de evolução bastante primitivo, com incremento de depósitos sedimentares recentes formados de material procedente da erosão da própria serra. Já a planície estende-se desde a base da Serra do Mar até

---

<sup>5</sup> Em azul as federais e em verde as estaduais.



linha de costa que marca o limite com o Oceano Atlântico e suas características geomorfológicas são fortemente influenciadas pelas variações do nível do mar ocorridas ao longo do tempo. Isso resulta nas planícies arenosas fluviais e marinhas de diferentes altitudes (TAVARES, 2012).

Assim, as condições de solo configuram baixa fertilidade: por um lado, a área montanhosa não permite que os minerais sejam suficientemente liberados das rochas para estarem nas formas disponíveis para as plantas. Por outro lado, a exposição frequente ao movimento das marés faz com que os sedimentos sejam constantemente lavados e os minerais liberados sejam perdidos em direção ao mar. Isso faz com que menos de 40% do solo da região apresente aptidão agrícola. E mesmo assim, devido ao risco de erosão e de sua proximidade do mar e dos mananciais de água, um solo que esteja apto aos cultivos agrícolas carece de uma série de princípios e práticas de conservação, de forma a manter um rígido equilíbrio com o meio ambiente. As demais classes de solo do local, que correspondem a 60% da área, devem ser destinadas à preservação da flora e da fauna locais e à filtragem de resíduos trazidos pela água que vem do planalto em direção ao mar. Percebe-se, portanto, o forte papel ambiental dos solos da região, não só como para cultivo, mas como agentes reguladores de poluição (TAVARES, 2012).

A posição de destaque dessa região na conservação ambiental no Estado traduz uma característica marcante, relacionada a sua biodiversidade natural. Essa alta porcentagem de seu território dentro de UC tem exercido forte influência sobre a história recente e dinâmica social do litoral paranaense (PARANÁ, 2018). Essa dinâmica já pode ser observada na distribuição da população na região, o que será analisado a seguir.

A população total da região é de 299.096 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Na tabela a seguir, é possível observar que mais da metade da população se concentra no município de Paranaguá, o que é determinado pela presença do porto. O Porto de Paranaguá é o segundo maior porto brasileiro, o que confere ao município a classificação de quarto lugar na

economia do Brasil por volume de Produto Interno Bruto (PIB)<sup>6</sup> e por comércio exterior (PARANÁ, 2018).

Tabela 1 — População censitária e PIB per capita dos municípios do litoral do Paraná (2020)

Município	População Censitária (pessoas)	Área (km <sup>2</sup> )	PIB	PIB Per Capita (R\$)
Antonina	18.949	968,977	12.404	28.312,72
Guaratuba	37.527	1.326,8811	10.429	21.789,76
Guaraqueçaba	7.594	2.159,3374	8.810	14.552,14
Matinhos	35.219	111,5637	11.782	22.284,64
Morretes	15.718	686,5942	8.755	20.421,98
Paranaguá	156.174	665,8309	63.281	63.606,54
Pontal do Paraná	27.915	216,2945	20.920	22.756,68

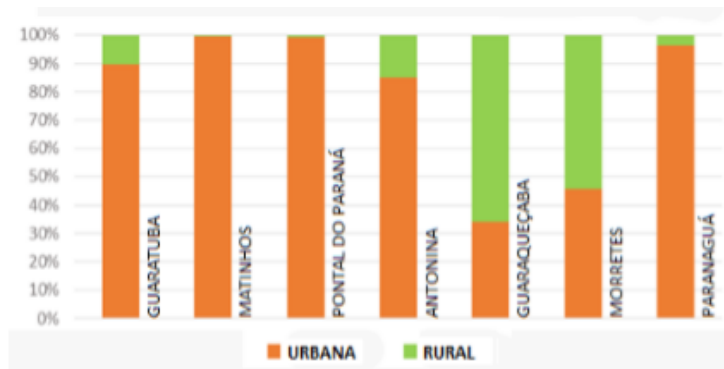
Fonte: IBGE (2020)

Dessa forma, observa-se que Paranaguá é o município que detém o maior PIB da região, com diferença significativa para os demais municípios. Assim, pode-se compreender o destaque do município, dado seu diferencial econômico, determinado pela presença do maior porto marítimo do Paraná, que atende ao comércio internacional, com ênfase aos setores produtivos exportadores, principalmente de grãos e fertilizantes. Por outro lado, é importante salientar que os empreendimentos no Porto de Paranaguá são dirigidos pelo setor privado, atendendo a motivações de oportunidade econômica, o que pode gerar conflitos entre novas estruturas e atividades e os padrões de preservação ambiental da região (PARANÁ, 2018).

Os dados da tabela também demonstram o quanto a distribuição da população na região é desigual. As diferenças são especialmente contrastantes entre o município de Paranaguá que, com apenas 13% do território do litoral, concentra mais da metade dos habitantes e o município de Guaraqueçaba, que ocupa 36% do território do litoral, é totalmente inserido em UC e concentra menos de 4% da população.

<sup>6</sup> O PIB é o principal indicador para avaliar a economia de um país. É calculado a partir da soma de todos os bens e serviços finais produzidos, distribuídos e consumidos durante um período determinado. Resume toda uma gama de informações econômicas, mas não é uma medida de renda.

Figura 6 — Grau de urbanização dos municípios do litoral do Paraná



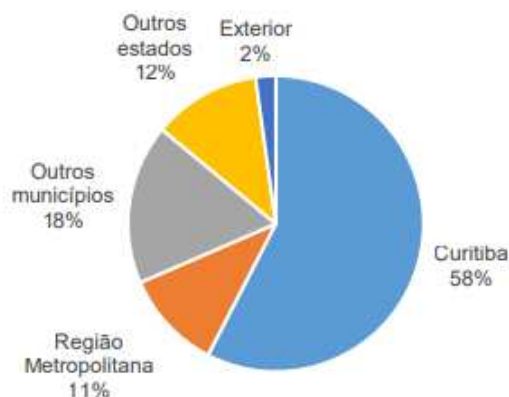
Fonte: Paraná (2018)

O grau de urbanização também é distintamente marcado entre os municípios. Pela Figura 6 é possível observar que em Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná, a predominância é de população urbana. Em Guaratuba e Antonina, mesmo com o predomínio de população rural, começam a aparecer locais de população urbana. Já em Morretes e Guaraqueçaba predominam as populações rurais. É nos territórios de população rural onde se localizam importantes povoações tradicionais locais.

O atual cenário de ocupação do território, por meio do crescimento populacional, se desenvolveu devido a dois fatores: a migração em busca de oportunidades na cidade portuária de Paranaguá e as atividades relacionadas ao turismo nos municípios praianos (PARANÁ, 2018).

Pela proximidade do mar, pelo clima ameno, pela paisagem exuberante da Serra do Mar, a região é naturalmente aprazível e salutar. Esse conjunto diversificado de atrativos turísticos, aliado à proximidade da capital do estado e às boas condições de acessibilidade, faz com que o turismo seja uma atividade econômica importante em todos os municípios do litoral (PARANÁ, 2018). A figura a seguir demonstra o quanto a proximidade de Curitiba favorece o deslocamento turístico no sentido capital-litoral.

Figura 7 — Procedência dos visitantes do litoral paranaense<sup>7</sup>



Fonte: Paraná (2018)

Pelo exposto, o litoral do Paraná destaca-se pela sua importância ambiental e portuária, que aliados ao turismo consistem na economia da região. No entanto, mesmo sendo menos representativas em relação ao desenvolvimento econômico do estado, as atividades pesqueiras e agrícolas são importantes para a economia regional e para a população nativa, pois essas atividades são fundamentais para a subsistência das populações tradicionais. Segundo Paraná (2018):

A região litorânea apresenta como principal potencialidade atividades portuárias e industriais, vinculadas à exploração do petróleo do pré sal; atividades agroflorestais com base agroecológica, atividades de proteção à geobiodiversidade e atividades para o desenvolvimento da aquicultura e pesca, além do processamento do pescado e atividades turísticas. (PARANÁ, 2018, p. 90).

Essas atividades são realizadas ao pé da serra, onde a declividade é menor e os solos apresentam melhor fertilidade e condições de drenagem. De acordo com Paraná (2018, p. 31):

As atividades que se desenvolvem nas áreas rurais ocorrem em fragmentos que desenham um extenso arco ao longo das rodovias e estradas não pavimentadas, sendo a agropecuária a principal atividade econômica de sustento das populações locais (PARANÁ, 2018, p. 90).

Portanto, além do foco da região em atividades turísticas e portuárias, o seu caráter agrícola é responsável pelo sustento de parte de sua população. Essa é uma

---

<sup>7</sup> As porcentagens foram arredondadas pela fonte que elaborou o gráfico.

informação relevante, principalmente quando se ressalta a importância das populações tradicionais para a cultura e para o meio ambiente.

As atividades do campo são importantes para os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá. Ao se verificar a Figura 6, referente ao grau de urbanização da região, são esses municípios que apresentam área rural. No entanto, mesmo que a área rural de Paranaguá represente percentual bem mais baixo que as demais, é nessa área que se localizam as colônias, importantes locais onde são realizadas as aulas práticas do curso de Tecnologia em Agroecologia, em função da proximidade com a sede da UFPR Litoral.

Assim, apesar de grande parte da economia da região resulte das atividades portuárias e ao turismo, a presença da agricultura remonta a essa atividade como subsistência e resistência pelos tempos, o que pode ser relacionado com a presença dos povos tradicionais. De acordo com os dados levantados no Censo Agropecuário pelo IBGE (2018), as lavouras temporárias mais relevantes no contexto da microrregião são as culturas de arroz, cana de açúcar e mandioca, que representam cerca de 85% do valor total das culturas temporárias na economia regional. Mas mais relevante para a região é a lavoura permanente de banana, representando 80% desse tipo de produção, seguida pela produção de palmito.

## 2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento deste projeto foi ancorado principalmente na pesquisa qualitativa, com apoio em dados obtidos quantitativamente. A construção da pesquisa qualitativa foi embasada numa linha investigativa que entende o comportamento dos sujeitos pesquisados como sendo resultado de forças, fatores, estruturas internas e externas que atuam sobre as pessoas, gerando determinados resultados.

### 2.2.1 Fases da pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida em três fases: revisão de literatura, trabalhos de campo e interpretação dos dados.

### 2.2.1.1 Primeira fase: revisão de literatura

Na primeira fase foi realizado uma identificação das novas comunidades agroecológicas do litoral do Paraná, por meio de conversas com os integrantes do grupo estudado, de outros grupos semelhantes presentes no entorno, com integrantes da comunidade local e com estudantes do curso de Agroecologia. Após comparar o grau de organização das novas comunidades ali criadas, foi escolhido o sítio Sagrada Raiz, por possuir maior número de membros e ser a propriedade coletiva com estrutura mais antiga.

A primeira fase foi constituída de revisão de literatura referente aos temas Agroecologia, Sociologia Rural, estilo de vida e educação emancipatória. Tanto no planejamento quanto na execução dessa fase, procurou-se ter o cuidado com a relevância da análise da literatura existente sobre o tema. Assim, foi realizado um trabalho de interpretação e seleção, a fim de formar o referencial teórico para pesquisa. O fundamento considera o salientado por Lüdke e André (1986, p. 1) de que “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.”.

O ponto de partida dessa revisão foi a busca de referências que situam o cenário da agricultura até 2020, assim, como o histórico que o compõe. Após, foram buscados temas referentes às bases conceituais da Agroecologia, assim como sua relação com a educação.

A fim de proporcionar uma compreensão de modelos de educação que se mostraram relevantes para a os objetivos do trabalho, foi estudada com maior profundidade o UFPR Litoral como referência de modelo de educação inovadora e capaz de transformar a sociedade.

Por fim, foram destacadas referências que fundamentaram o estudo dos grupos alternativos construídos no litoral do Paraná, a fim de interpretar sua organização, suas relações sociais e com o meio onde se estabeleceram. A finalidade dessa busca foi levantar dados que justificam o propósito do trabalho, ou seja, a formação de territórios de resistência ao modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos, capazes de transformações sociais, por suas relações com a Agroecologia.

Assim, foi proposto buscar dimensões ecológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas que justificaram o conceito de sustentabilidade que permeia esse trabalho. A revisão bibliográfica abrangeu resultados de uma seleção entre as referências utilizadas durante a docência no curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR, referências estudadas nas disciplinas do curso de doutorado em Sociologia e as sugeridas pelo Grupo de Pesquisa em Sociologia e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSocio) da UFPR, relevantes para o tema. As fontes foram consultadas eletronicamente (artigos científicos e livros) e a partir de material impresso do acervo da autora e da Biblioteca do Setor de Ciências humanas da UFPR.

Sendo uma pesquisa que se inicia com a contabilização, registro e localização dos grupos alternativos presentes no Litoral paranaense, buscou, em seguida, estabelecer parâmetros metodológicos que permitissem, a partir dos dados coletados, tecer um conjunto de indicadores que possibilitaram a caracterização das suas peculiaridades e sua relação inter e intrapessoal. Dessa forma, além da localização geográfica, foram coletados dados importantes para compor e traçar um diagnóstico desse universo. Procurou-se observar as articulações existentes entre: novos arranjos comunitários, espaço campo/cidade, modo de vida, agroecologia, cultura, saberes dos povos tradicionais do campo e educação.

#### 2.2.1.2 Segunda fase: trabalhos de campo

Numa segunda fase foram realizados trabalhos de campo, procurando ouvir a voz dos sujeitos que estão dando forma aos novos arranjos comunitários no espaço campo/cidade. Os trabalhos de campo foram realizados por meio de caminhadas de reconhecimento do local, conversa informal e observação direta.

A etapa foi orientada por Lüdke e André (1986), que definem que as etapas da pesquisa qualitativa compreendem:

- a) observação participante, que permite o contato direto com a realidade dos sujeitos pesquisados;
- b) a entrevista, que proporciona aprofundar as informações e a análise documental que completa e complementa os dados coletados.

O trabalho de campo envolveu cinco ações: entrevistas com os integrantes do sítio e com os mediadores envolvidos no processo de sua construção; conversas individuais e coletivas com os moradores locais; vivências; momentos de reconhecimento local e pesquisa em fontes específicas nas redes sociais dos integrantes do sítio na internet (Instagram e Facebook).

É importante salientar que essas ações não constituíram uma sequência linear, havendo uma superposição entre elas. Segundo Lüdke e André (1986, p. 23), essas etapas “se interpolam em vários momentos, sugerindo apenas um movimento constante no confronto teoria-empíria”.

Os pontos principais que situam a construção da pesquisa de campo, em ênfase nos integrantes do sítio, consideraram:

- a) família, histórico de vida e trajetória dos membros do grupo;
- b) estrutura da comunidade, sistemas de produção, modo de vida, relações interpessoais;
- c) atributos do local enquanto ambiente rural, observando as maneiras como as pessoas se servem da linguagem para construir um conjunto de ações e significados.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas análises detalhadas dos materiais orais coletados com base na fala dos sujeitos da pesquisa, gravados pelo recurso de áudio podendo, assim, identificar as categorias utilizadas pelos participantes (categorias nativas), como também seus pontos de vista (MYERS, 2002).

#### 2.2.1.3 Entrevistas

A pesquisa de campo iniciou-se com uma primeira visita da pesquisadora, pessoalmente, ao sítio Sagrada Raiz, agendado com o representante do grupo, pela mediação do professor Valdo Cavallet, a fim de introduzir cuidadosamente as atividades. Nessa primeira conversa, a pesquisadora expôs seus propósitos e aspectos relacionando o trabalho e sua história de vida.

Após isso, o representante apresentou, espontaneamente, a sua história de vida e como foi a experiência até a construção da comunidade. Em seguida, foi



programada uma apresentação da proposta da fase de campo aos demais envolvidos, por áudio enviado pelo aplicativo WhatsApp ao grupo de membros da comunidade, a fim de buscar sua permissão para frequentar o local e realizar as etapas da pesquisa de campo.

A partir dessa permissão de entrada, as entrevistas e os períodos de vivência começaram a ser organizados. A finalidade dessa organização foi observar momentos de trabalho, de rotina diária, de reuniões entre os integrantes do grupo e dos momentos de cada família. Inicialmente, a conversa envolveu uma família de cada vez, para depois inserir os momentos de grupo.

Para as visitas a campo, foi preparado um guia para orientar as entrevistas, contendo tópicos que serviram para situar a pesquisa. Esse guia contém tópicos previamente discutidos com o grupo de pesquisa e com a professora orientadora. O guia foi dividido em quatro partes, equivalentes, cada uma, a uma fase vivida pelos integrantes do grupo. A seguir, são listados os tópicos levantados em cada uma das fases:

#### **1ª. fase — vivências anteriores:**

- história de vida até chegar no litoral do Paraná: trajetórias familiares, educação, primeira e segunda socialização — infância e juventude, como se formou o seu modo de vida e o que motivou a sua escolha;
- motivos que os levaram a vir para o litoral do Paraná;
- conceitos pessoais sobre Agroecologia e vivências nesse campo;
- ideia de comunidade, sentido de pertencimento, trajetórias de cada família.

#### **2ª. fase — construção da comunidade — momentos iniciais:**

- escolha do local (motivos pessoais, motivos geográficos, motivos econômicos);
- relação com o UFPR Litoral: trajetórias e marcos;
- primeiros contatos com a área de localização (fundadores, tempo em que chegou, como foi fundar a comunidade);
- trajetória de construção do sítio;
- ligação entre a construção do sítio e a Agroecologia;
- intenções anteriores de construir/viver em uma comunidade agroecológica;

- interações com o conjunto de mediadores para que a comunidade aconteça.

### **3ª. fase — vivências na comunidade — tempos atuais:**

- modo de vida e rotina na comunidade;
- sustentabilidade econômica de cada família;
- relação com as pessoas da e no entorno da comunidade;
- razões que mantêm juntos os membros da comunidade;
- escolha por ficar no litoral do Paraná e relação dessa escolha com o UFPR Litoral;
- relação da comunidade, atualmente, com a Agroecologia;
- avaliação pessoal da sua vivência na comunidade, com pontos positivos e negativos, a valorizar e a transformar;
- o que mais gosta na comunidade o que menos gosta;
- tópico aberto: convite a descrever um pouco mais sobre a sua experiência na comunidade.

### **4ª. fase — futuro na comunidade:**

- planos de se mudar da comunidade no futuro ou planos de continuar na comunidade;
- expectativas em relação à comunidade, próprias e em relação ao grupo;
- tópico aberto: há mais alguma coisa que você gostaria de contar sobre a comunidade?

Esse guia teve a finalidade de facilitar a memorização, pela pesquisadora, dos temas descritos em casa uma das fases acima, com o cuidado de não orientar a pesquisa, já que se primou por perceber a autêntica impressão dos sujeitos sobre os temas levantados. Segundo Prudêncio (2011), a entrevista é situada a partir de um guia, que é um conjunto de tópicos que apenas lembram o pesquisador sobre os objetivos da sua pesquisa, criando um referencial confortável para uma discussão. Dessa forma, permitiu-se a expressão natural dos entrevistados, com o cuidado de manter ativos os objetivos da pesquisa.

As entrevistas, realizadas em abril de 2019 e 7 em junho de 2019, iniciavam aproximadamente às 10h da manhã e se encerravam com o pôr do sol. Foram

realizadas em oito dias, um dia para cada entrevistado, quando, simultaneamente, eram realizadas as vivências e as caminhadas pelo local. O ambiente descontraído e a relação informal foram fundamentais para que os entrevistados relatassem livremente sobre o tema ou assunto que estava sendo abordado. Procurou-se, dessa forma, fugir do esquema pergunta-resposta, para conseguir uma versão menos impositiva. Segundo Prudêncio (2011), a influência do pesquisador deve ser mínima e se reduz a ouvir e manter o informante à vontade para narrar seus conhecimentos. Foi, inclusive, essa relação descontraída e espontânea que dispensou a grande maioria das perguntas, já que o relato sobre os temas abordados foi feito de forma natural pelos entrevistados. Assim, dados que permitiram construir seu perfil socioeconômico cultural foram revelados sem a necessidade de perguntas fechadas, pois fazem parte da memória sobre a experiência vivenciada no percurso das histórias de vida.

Esses momentos foram organizados principalmente a partir do levantamento das histórias de vida dos integrantes do grupo, procurando compreender o que pensam, hoje (no momento da realização da entrevista), da experiência enquanto grupo alternativo e quais suas motivações em se estabelecer enquanto uma comunidade. As entrevistas foram gravadas usando telefone celular, salvas na nuvem do Google Drive e transcritas usando o editor de textos Google Docs. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a grande vantagem dessa técnica em relação às outras “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Do total das 12 famílias fundadoras do sítio, oito residem no local. Disponibilizaram-se para entrevista oito pessoas (quatro casais) residentes e uma pessoa solteira que vendeu seu lote e não reside mais no local. Além da entrevista, com três integrantes foram realizadas conversas informais, devido ao seu pouco tempo disponível para a atividade.

No sexto capítulo, no qual é apresentado os resultados e discussão do trabalho, os entrevistados são identificados como:

- a. entrevistado 1: musicista;
- b. entrevistada 2: musicista;
- c. entrevistado 3: agroecólogo e agricultor;
- d. entrevistada 4: agroecóloga e terapeuta natural;

- e. entrevistada 5: agroecóloga e agricultora;
- f. entrevistado 6: agroecólogo e agricultor;
- g. entrevistado 7: oceanógrafo e musicista;
- h. entrevistada 8: oceanógrafa e musicista e
- i. entrevistada 9: agroecóloga, terapeuta natural e não residente no local.

O resultado dessa etapa teve um aporte de informações obtidas nas entrevistas com outros sujeitos que, de forma indireta ou direta, interferiam no processo de construção do grupo, caracterizando-se como mediadores. A intenção dessas entrevistas foi enriquecer o processo de construção das reflexões a partir de pontos de vista de outros sujeitos, externos à comunidade, mas que partilham de pontos em comum em relação a desenvolvimento social, educação e Agroecologia. São eles:

a. entrevistado 10: morador de Morretes, desempenha um perfil empreendedor, atuando em diversos segmentos. Já ocupou diversos cargos públicos e candidatou-se a prefeito de Morretes, em 2016, fazendo uma campanha inovadora. Possui uma ligação bastante estreita com a UFPR Litoral, constituindo uma referência frequentemente convidada a palestrar em eventos do Setor. Foi um dos articuladores da construção da comunidade agroecológica;

b. entrevistado 11: idealizador, articulador e primeiro diretor da UFPR Litoral, desde a sua fundação, em 2005, até o ano de 2016. Principal formulador da educação inclusiva e transformadora desenvolvida na UFPR Litoral. Teve participação ativa na fundação do grupo.

#### 2.2.1.4 Vivências

Nessa abordagem procurou-se presenciar e registrar o maior número possível de situações significativas presentes no cotidiano dos sujeitos, além das entrevistas, por seu contato direto, o que ajudou na compreensão de situações e suas manifestações. Nessa técnica de pesquisa qualitativa, os investigadores imergem no mundo dos sujeitos observados, tentando entender o comportamento real dos informantes, suas próprias situações e como constroem a realidade em que atuam. Segundo Moreira (2002, p. 52), esse tipo de observação foi adotado por constituir

“uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. Segundo o mesmo autor, o principal produto dessa observação participante é o que se conhece por relato etnográfico, entendido como “relatos detalhados do que acontece no dia-a-dia das vidas dos sujeitos e é derivado das notas de campo tomadas pelo pesquisador” (MOREIRA, 2002, p. 52).

Nesse tipo de estudo, foi escolhido o ambiente natural como ideal para a coleta dos dados, onde a atenção foi voltada para os significados das ações dos sujeitos pesquisados na sua rotina. Contribuiu com essa fase o estilo de vida dos pesquisados, já que o seu local de trabalho e de vida se constituem no mesmo espaço, com o adicional de ser um local bastante agradável, o que deixou a pesquisadora e os pesquisados bastante à vontade.

Além das vivências no local da comunidade, foi realizada uma visita à aldeia Pindoty, localizada na Ilha da Cotinga, no município de Paranaguá. O objetivo dessa visita foi compreender como se desenvolvem as relações dos povos indígenas com o meio ambiente, procurando obter dados que referenciam as reflexões desenvolvidas nesse trabalho a respeito das relações e dos saberes dos povos tradicionais brasileiros. Durante essa visita, foi coletado material oral e fotográfico a respeito de territórios, educação, cultivo da terra, espiritualidade e relações sociais.

Foi realizada uma visita à Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) para conhecer o local e conversar com os servidores que lá atuam, com o objetivo de colher informações que possibilitaram fazer uma comparação entre os seus princípios de Agroecologia e os adotados na UFPR Litoral e na constituição do sítio Sagrada Raiz. Esse momento consistiu em um dia de vivência, quando foi feita uma apresentação do local e sua filosofia de trabalho por uma das professoras da escola.

A fim de conhecer a comunidade alternativa considerada a pioneira nesse tipo de organização no Brasil, para fins de comparação com o objeto deste estudo, foi efetuada uma visita à Vila Hippie de Areembepe, no litoral do estado da Bahia. A atividade consistiu em caminhadas para conhecimento do local, suas construções e condições de clima, vegetação e acesso. Durante a estadia, que durou oito horas, foram realizadas conversas com os moradores que circulavam pelo local, fixos e temporários, a fim de conhecer suas histórias de vida e entender as atividades econômicas desenvolvidas no local.

#### 2.2.1.5 Momentos de reconhecimento do local da comunidade

Essa fase consistiu em caminhadas de reconhecimento local para observação das características geofísicas do local. Esses momentos permitiram a visualização dos diferentes ambientes e forma com que cada família que compõe a comunidade administra seu lote. Foram observadas as particularidades dos ambientes e subdivisões que foram anotadas em caderneta de campo. Durante essa atividade foi possível perceber relatos dos integrantes do grupo sobre os atributos das terras relacionados ao seu uso. A Figura 8 mostra a porteira de entrada do sítio Sagrada Raiz e permite observar seu aspecto rústico e integrado à paisagem local. As figuras 9 e 10 demonstram o local onde o sítio está situado e suas características de relevo, solo e vegetação.

Figura 8 — Porteira de entrada do sítio Sagrada Raiz



Fonte: a autora (2019)

Figura 9 — Paisagem geográfica do sítio Sagrada Raiz (1)



Fonte: a autora (2019)

Figura 10 — Paisagem geográfica do sítio Sagrada Raiz (2)



Fonte: a autora (2019)

#### 2.2.1.6 Pesquisa na internet

A divulgação de perfis sociais, assim como de oferta de serviços e propaganda midiática tem sido alavancada pelas redes sociais mundiais, possibilitadas pela internet *al.*ém disso, essa rede se constitui em um ambiente de fácil acesso para que seus usuários revelem suas características e sua maneira de pensar.

Pensando assim, perfis de integrantes do grupo e de páginas por eles mantidas nas redes sociais Facebook e Instagram e conversas em grupos de Agroecologia local no WhatsApp também serviram como recursos para levantar dados importantes para as percepções sobre suas características.

Dessa forma, procurou-se sistematizar informações obtidas a respeito dos perfis pessoais e de páginas que correspondem às atividades por eles desenvolvidas, como do grupo musical GaiaPiá, Espaço de Eventos GaiaPiá, Cerâmica Sucuruá, Instituto Sarapiá (Organização de Preservação Ambiental), Estrela Guia Serviços Ambientais e Jurema Cosméticos Naturais. Essa fonte foi importante para verificar as atividades econômicas desenvolvidas pelos integrantes do grupo, já que a maioria delas é divulgada pelas redes sociais.

#### 2.2.1.7 Terceira fase: interpretação dos dados

Numa terceira fase buscou-se integrar os dados das entrevistas de campo com o referencial teórico, numa análise que possibilitou consolidar e fornecer indicadores para esses novos arranjos sociais, resultantes desses novos modos de vida, nos quais o estilo de vida, a agroecologia, a educação e a sustentabilidade se entrelaçam. A observação da frequência dos dados agrupados, assim como a ampla possibilidade dos cruzamentos analíticos que eles permitem, significa uma importante contribuição para o conhecimento da situação desses grupos sociais, diagnosticando faltas e levantando potencialidades.

#### 2.2.2 Pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa foi realizada a partir de dados obtidos nos processos seletivos vestibulares e de matrículas da UFPR nos cursos de graduação, registrados nas bases de dados do Núcleo de Concursos<sup>8</sup> da universidade.

Em uma linha investigativa, essa pesquisa possibilitou identificar características dos ingressantes no curso de Tecnologia em Agroecologia e da UFPR Litoral que sinalizassem eventuais elementos relacionados com a escolha do curso,

---

<sup>8</sup> O Núcleo de Concursos da UFPR (NC/UFPR) é uma unidade vinculada à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD) da UFPR e é responsável por oferecer e organizar os processos seletivos para ingresso dos estudantes na instituição.



assim como dados referentes ao perfil socioeconômico cultural que indicassem a possibilidade de opção por um PPP diferenciado, um estilo de vida alternativo e/ou a construção de comunidades. Para isso, foi feita uma comparação entre os dados referentes ao curso de Agroecologia, os demais cursos da UFPR Litoral e os cursos dos *campi* de Curitiba.

Os dados da inscrição e dos questionários socioeducacionais são preenchidos em formulário eletrônico pelo candidato no momento de sua inscrição no processo vestibular. Para observar a possibilidade de delinear um perfil diferenciado do estudante que busca o curso de Tecnologia em Agroecologia na UFPR Litoral, as informações dos ingressantes foram tratadas qualitativamente no que se refere à procedência, idade, ingresso anterior em outros cursos superiores, motivação pela qual escolheu o curso e capital cultural.

A fim de analisar o capital cultural, foram cruzados os dados referentes à escolaridade dos pais. Foi atribuído:

- a) capital cultural alto: quando a escolaridade mínima de um dos pais é de nível superior completo;
- b) capital cultural médio: quando a escolaridade mínima de um dos pais é de nível médio completo, mas nenhum possui curso superior;
- c) capital cultural baixo: quando a escolaridade máxima de pelo menos um dos pais é de nível fundamental completo.

A fim de compreender a noção de compromisso social da universidade, foram destacadas as respostas às perguntas: 1) “Dentre os problemas da sociedade atual, qual você considera o mais importante?” e 2) “O que você espera, em primeiro lugar, de um curso universitário?”, que constavam no formulário eletrônico.

A pesquisa abrange 48.139 candidatos aprovados e matriculados nos cursos de graduação para os *campi* de Curitiba e 4.260 para a UFPR Litoral. Destes, 334 para o curso de Tecnologia em Agroecologia e 3.926 para os demais cursos. O período de análise dos dados dos ingressantes por vestibular é de 200, quando o curso passa a ser ofertado em nível superior, a 2019<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Em função da unificação de datas de vestibular na UFPR, o processo seletivo, para a UFPR Litoral, não foi realizado no ano de 2014.

A análise estatística dos dados foi realizada utilizando o software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS).

A sistematização das informações serve como incentivo ao fortalecimento das singularidades dos integrantes do curso de Agroecologia, legitimando seu status de grupo social que possui costumes que o caracterizam, reconhecendo a identidade plural que é comum no Brasil.

### **3 AGRICULTURA NO BRASIL: RELAÇÕES ENTRE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE**

Este capítulo tem por foco compreender a relação da sociedade rural brasileira com o meio ambiente pelo entendimento da agricultura como um processo complexo de produção de alimentos. Esse estudo se faz necessário para fundamentar o quadro de insustentabilidade da agricultura convencional, que vem acarretando situações de desigualdade social e degradação ambiental e que despertam para a busca de outros estilos de viver e de produzir alimentos. Essa interpretação também serve de fundo para a valorização dos povos tradicionais brasileiros como desenvolvedores de saberes que articulam a produção de alimentos com a preservação da natureza.

#### **3.1 DEFINIÇÕES INICIAIS: SUSTENTABILIDADE**

A principal função da agricultura é a produção de alimentos, energia e matéria prima. Segundo Gardi *et al.* (2015), mais de 95% dos alimentos consumidos na América Latina e no Caribe provêm, diretamente ou indiretamente, da terra. É um processo constituído, em sua essência, pela ação dos seres humanos sobre os recursos naturais do planeta, pois consiste basicamente no cultivo do solo. Esse processo, portanto, está estreitamente relacionado com a história, pois a possibilidade de selecionar e cultivar espécies para a alimentação das populações garante a sua permanência e também caracteriza a ocupação de território. No entanto, por se tratar de uma ação humana, há uma série de relações envolvidas no processo produtivo agrícola que vão além do cultivo.

Essas relações estabelecem-se desde a ocupação da terra, são influenciadas pelo consumo dos produtos e sua extensão vai até o descarte de resíduos. De acordo com Caporal e Costabeber (2002, p. 78) “historicamente a Agricultura foi produto de uma relação estruturalmente condicionada, envolvendo o sistema social (a sociedade, os agricultores) e o sistema ecológico (o meio ambiente, os recursos biofísicos)”. Dessa forma, envolvem relações das pessoas entre si, com a natureza, com o tempo e com o espaço.

Por carregar, em sua constituição, um sistema complexo de relações, uma produção de alimentos que garanta o sustento, para a geração atual e para as

gerações futuras, deve considerar a manutenção de um equilíbrio entre as dimensões que compõem esse sistema. Tensões nessa rede podem torná-lo insustentável. Assim, para possibilitar e garantir alimentos saudáveis a todos, avaliar constantemente os sistemas agroalimentares é uma condição essencial para assegurar uma alimentação adequada, proteção à biosfera e aos ecossistemas para todas as pessoas. Por abrigar o patrimônio cultural das populações, é fundamental o uso de práticas de produção de alimentos que preservem esse patrimônio, por uma gestão adequada das práticas de cultivo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Fazem parte dessa gestão: a possibilidade de vida saudável; a condição da produção em uma lógica de respeito à natureza; a preservação do equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais; um modelo de agricultura socialmente justo e não excludente e uso da terra que preserve os recursos naturais. Assim, a necessidade de atenção para condições ambientais, econômicas e sociais envolvidas na agricultura está diretamente comprometida com a qualidade de vida de toda a sociedade. A preservação do meio ambiente, aliada às organizações constituídas de forma a serem sustentáveis é a situação de equilíbrio entre os pontos de entrelaçamento da rede formada pela produção de alimentos cultivo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A sustentabilidade de um sistema pode ser entendida como a sua capacidade de manter-se sócio ambientalmente produtivo ao longo do tempo. Segundo Caporal e Costabeber (2002), a sustentabilidade, enquanto uma busca permanente equilíbrio entre as relações dos diversos parâmetros que envolvem a produção de alimentos, é fundamentada pelas dimensões básicas: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

O entendimento de cada uma dessas dimensões, apresentadas de como é a sua interferência em um sistema de produção e a forma com que se articulam podem ser úteis na definição de indicadores para observar os contextos de sustentabilidade.

É importante lembrar que todas essas dimensões se entrelaçam na manutenção da sustentabilidade. Um desequilíbrio entre elas, favorecendo, ignorando ou desfavorecendo, pode comprometer todo o sistema.

Para compreender como se tece essa rede de relações, é necessário entender que uma dimensão está ligada a outra e como se dá esse processo. A relação entre as pessoas remete à dimensão social, os recursos naturais do planeta remetem à dimensão ecológica e a remuneração remete à economia. Portanto

considera-se essas três dimensões, por serem pilares fundamentais, como de primeiro nível.

As dimensões de segundo nível são implicações que se constroem a partir das de primeiro nível: dimensões políticas e culturais. Já a de terceiro nível é a consequência da aplicação das dimensões anteriores, ou seja, a dimensão ética. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Essas dimensões, na ordem dos níveis a que pertencem, serão descritas a seguir.

### 3.2 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

A dimensão social da sustentabilidade constitui um dos seus pilares básicos, pois a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado quando o produto gerado possa ser equitativamente apropriado e seja acessível para os diversos segmentos da sociedade, independentemente de classe social. É a alimentação de qualidade acessível para todos e todas. Barbieri e Cajazeira (2009, p. 67) afirmam que

[...] a sustentabilidade social trata da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e condições de amplas massas da população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida das pessoas.

A dimensão social da sustentabilidade, dessa forma, envolve garantia dos direitos humanos dos cidadãos, melhoria da qualidade de vida além do bem-estar material, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Essa noção de equidade é bastante complexa pois envolve a disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração com garantias para as gerações futuras. É assim compreendido o entrelaçamento entre as dimensões social e ética.

A dimensão social entrelaça-se com a ecológica quando se considera que:

Inclui, também, a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior, o que comporta, por exemplo, a eliminação do uso de insumos tóxicos no processo produtivo agrícola mediante novas combinações tecnológicas, ou ainda através de opções sociais de natureza ética ou moral. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 77).

E, ao se identificar e reconhecer que determinadas práticas, podem prejudicar as condições de vida da população rural, são compreendidas outras formas possíveis

de relacionamento da sociedade com o meio ambiente. Em uma relação equilibrada, há uma conexão entre a dimensão social e a ecológica, sem prejuízo da dimensão econômica, já que é proposto não uma redução ou parada na produção, mas um novo modo de "cuidar da casa" ou de "administrar os recursos da casa" (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A dimensão ecológica está diretamente relacionada ao meio ambiente e é definida pela manutenção dos recursos naturais, em que se estrutura a vida das todas as comunidades de seres vivos. Essa dimensão constitui um aspecto chave para atingir-se a sustentabilidade de qualquer sistema que se desenvolve no meio rural. De acordo com Caporal e Costabeber (2002, p. 76) "cuidar da casa, no que se refere à natureza, é uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis". Segundo os mesmos autores, esse aspecto vai além do uso da terra, mas também envolve o cuidado com a biodiversidade, com as reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral.

No que diz respeito à dimensão ecológica, o conceito de sustentabilidade inclui a preservação e conservação dos recursos naturais como condição essencial para a manutenção da vida das sociedades, incluindo seus aspectos socioeconômicos e culturais. Barbieri e Cajazeira (2009) caracterizam a dimensão ecológica como a relacionada ao meio ambiente. Os autores, nesse caso, referem-se às ações para evitar danos causados pelos processos de desenvolvimento, como por exemplo, substituição do consumo de recursos não renováveis por recursos renováveis, redução da emissão de poluentes e preservação da biodiversidade.

Observa-se, assim, de que forma os parâmetros da sustentabilidade estão entrelaçados, pois há um envolvimento diversificado de questões de qualidade de vida, resultados positivos, tecnologias limpas, utilização racional dos recursos, responsabilidade social, entre outros.

No entanto, após as considerações sobre as dimensões sociais e ecológicas, é importante salientar que o que determina efetivamente a viabilidade de uma propriedade rural são os seus resultados econômicos. A dimensão econômica, no entanto, não se trata apenas de buscar aumentos de produção e produtividade a qualquer custo. Segundo Caporal e Costabeber (2002), danos ambientais causados quando práticas de agricultura ocorrem de forma intensiva e exploratória podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazos, como os casos de degradação do solo e poluição do ar e da água. Segundo Caporal e Costabeber (2002,

p. 77), “a insustentabilidade de um sistema pode se expressar pela obtenção de resultados econômicos favoráveis às custas da depredação da base de recursos naturais que são fundamentais para as gerações futuras”.

Dessa forma, uma agricultura intensiva pode trazer ganhos de capital econômico a curto prazo. No entanto, pode causar prejuízos no capital ecológico que serão sentidos a longo prazo. Haverá custos para minimizar as perdas de solo e as ocasionadas com a poluição pelo uso de agrotóxicos, o que interfere nas dimensões ambiental, econômica e social. Isso demonstra a estreita relação entre essas três dimensões.

Esses aspectos interferem no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família. Assim, a produção de subsistência e a produção de bens de consumo em geral não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais e diretas, mas são importantes constituintes da dimensão econômica da sustentabilidade rural. Da mesma forma, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

As práticas agrícolas têm a capacidade de também modelar habitats muito diversos. De acordo com a sua aplicação, essas práticas criam paisagens bastante significativas para uma comunidade, para uma região e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo. Por exemplo, regiões de solos muito férteis e produtivos, associadas a situações favoráveis de clima e relevo, resultam em paisagens agrícolas específicas que demonstram cultivo intenso. O valor da terra, nesse caso, é mais elevado e isso pode definir situações relacionadas a poder aquisitivo de quem usa essa terra.

No entanto, as práticas de cultivo de agricultura em larga escala têm a capacidade de homogeneizar a paisagem rural, causando a perda de biodiversidade, conseqüentemente de cultura regional, o desmatamento e a expansão da fronteira agrícola, além de um processo de desertificação e ou perda de fertilidade do solo. Toledo e Barrera-Bassols (2008), vinculam esse processo de homogeneização à perda da memória biocultural. Essas condições interferem, por exemplo, na saúde das populações diretamente afetadas pelo uso de agrotóxicos em suas localidades, bem

como indiretamente, em populações que consomem alimentos contaminados por esses insumos.

Para quem vive da terra independentemente do tamanho da sua propriedade, com esgotamento e perda de solo, as plantas irão precisar de cada vez mais insumos artificiais para crescer e produzir. Com isso, o seu cultivo fica cada vez mais oneroso. Assim, mesmo se o objetivo for de exportação, os produtos perdem a qualidade nutricional e energética. O solo perde a sua capacidade de filtrar poluentes e esses elementos chegam ao lençol freático, rios e lagos com maior facilidade e em quantidade crescente. A terra perde seu valor econômico e isso pode ocasionar prejuízos financeiros a quem dela depende diretamente, ou desemprego, a quem depende indiretamente. Com base em parâmetros obtidos na literatura e nas perdas de solo, Bahia *et al.* (1992) estimaram que o prejuízo com as perdas de nutrientes no Brasil é da ordem de 4 bilhões de dólares por ano.

Assim, a fertilidade do solo é um fator que, por possuir a capacidade de modelar a paisagem de uma região, influencia uma série de relações que determinam a cultura de uma população. Dessa forma, segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 78), “os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural”, que devem espelhar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado local.

Por essa razão, é necessário que as intervenções que fazem parte dos processos no meio rural sejam respeitadas para com a cultura local. Segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 78), “práticas culturalmente determinadas, mas que sejam agressivas ao meio ambiente e prejudiciais ao fortalecimento das relações sociais e às estratégias de ação social coletiva, não devem ser estimuladas”.

As práticas que compõem a dimensão cultural, associadas às considerações sobre a dimensão social, originam e determinam a dimensão política. A dimensão política diz respeito, assim, com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem nas relações entre os sujeitos envolvidos no e do meio rural, como organizações sociais e de representatividade dos diversos segmentos da população local. De acordo com Caporal e Costabeber (2002), a dimensão política envolve os métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania, condição indispensável para o avanço do empoderamento das comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos



dos processos de mudança social. Assim, é a dimensão política que sustenta a criação de organizações coletivas que possam proteger, fortalecer e representar sua população.

A dimensão ética é a forma com que as demais dimensões atingem o máximo de sua complexidade, pois a partir dela partem objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível. Assim, é a expressão máxima da articulação entre as demais dimensões da sustentabilidade, pois representa o objetivo principal da busca pelo equilíbrio da relação entre seres humanos e meio ambiente. Segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 79), a dimensão ética “se relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente”. Ou seja, é a representação da prioridade do direito das populações a um ambiente seguro, sadio e ecologicamente equilibrado, tanto para a geração atual quanto para as gerações futuras.

Portanto, para avaliar a sustentabilidade de um sistema, é necessária uma visão complexa que considera todas as dimensões acima abordadas, assim como se desenvolve a relação entre elas. Uma visão isolada pode ocultar os efeitos de um desequilíbrio. Assim, com base nessas dimensões e suas relações, passaremos agora a abordar os impactos causados durante os processos de modernização da agricultura no Brasil.

### 3.3 IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Pelo percentual de área que ocupam, é possível perceber o peso das atividades desenvolvidas no meio rural no que se refere a sua contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Federal do Brasil (MAPA, 2019), somente o Agronegócio é responsável por 21,4% do PIB nacional. Além disso, é o principal responsável pela balança comercial positiva, sendo considerado como a força motriz da economia brasileira. Convém ressaltar que esse tipo de atividade econômica, no entanto, baseia-se em uma produção agroindustrial intensa, com objetivo de produzir matéria-prima para exportação cujos efeitos no desequilíbrio entre os parâmetros da sustentabilidade serão discutidos no decorrer do capítulo.

De acordo com o último *Censo Agro* do IBGE (2018), da área total do Brasil, 350 milhões de hectares são ocupados por estabelecimentos agropecuários, pouco

mais de 40% do território brasileiro. No entanto, apesar de se levar em consideração que 21% da área total desses estabelecimentos está reservada à preservação ambiental, conforme os percentuais regionais definidos no *Código Florestal Brasileiro* (BRASIL, 1965), a área efetivamente cultivada corresponde a 276 milhões de hectares. Esses estabelecimentos, assim, ocupam 32% do território do país.

Por outro lado, é importante considerar as relações sociais envolvidas nesse processo, o que inspira uma abordagem sobre a constituição dos povos do meio rural brasileiro e as formas com que se relacionam.

### 3.3.1 Aspectos históricos da constituição dos povos rurais brasileiros

A origem do meio rural brasileiro é caracterizada por grandes propriedades que coordenam as relações no meio social (HOLLANDA, 1978). Dessa forma, historicamente, a ocupação do território, assim como suas formas sociais de produção e de organização social partiu dessas grandes propriedades como local de vida de escravos, parceiros, colonos, meeiros e agregados (BRANDENBURG, 2010a).

No entanto, a fim de buscar e manter alternativas de sobrevivência ao trabalho em terras que não lhes pertenciam, outras populações desenvolveram várias formas de ocupação do território brasileiro. Ao contrário dos grandes proprietários de terras, que deslocaram suas moradias para a área urbana à medida que esse espaço foi sendo desenvolvido, essas populações permaneceram no meio rural, mantendo ali seu local de moradia e de trabalho (BRANDENBURG, 2010a) e compondo o que é referido neste trabalho como populações tradicionais rurais do Brasil. Esses sujeitos são destacados pelo seu estilo de vida próprio que inspira os fundamentos da Agroecologia, como as práticas comunitárias e locais, mutirões, relações de vizinhança e sentimento de pertencimento. Com isso, foi desenvolvida uma relação bastante peculiar de cuidado com o local em que habitam e executam suas atividades (BRANDENBURG, 2010a).

Ao longo da história do Brasil, as atividades das populações tradicionais rurais, como a agricultura familiar<sup>10</sup>, sempre foram realizadas enfrentando as

---

<sup>10</sup> São considerados como agricultores familiares, segundo o artigo 3º. da Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. Também entram nessa classificação

adversidades da natureza e os ataques dos grandes proprietários de terra, interessados em suas áreas para expandir a sua produção. Assim mesmo, a agricultura familiar cresceu e resistiu às tendências causadas pelo favorecimento da agricultura em larga escala (BRANDENBURG, 2010a). Portanto a modernização das atividades no meio rural não conseguiu extinguir as pequenas propriedades, a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. Compartilhando tempo e permeando espaço com as grandes propriedades, existem as pequenas comunidades onde se localizam esses outros grupos (BRANDENBURG, 2010a).

Muitos desses grupos se constituem em guardiões da cultura tradicional do Brasil. Isso se dá devido ao fato de esses grupos utilizar-se de saberes locais que articulam modo de vida, de sustento, de convívio e relações entre todos os seres da natureza para, de forma complexa, resistir e preservar seus costumes. Dentre eles, o principal é o respeito à vida (TOLEDO; BARRERA-BASSOULS, 2008). Constituem esses grupos, como exemplo, os guardiões de sementes crioulas (CAMPOS; DAL SOGLIO, 2020) e os guardiões da floresta (SAMPAIO; WORTMANN, 2014).

Para compreender a formação da dualidade entre o rural tradicional do Brasil e o mundo moderno globalizado com relação ao processo de resistência à massificação da produção (e do social) causada pela modernização, é necessário conhecer a origem do ambiente rural do país, suas relações e seus fundamentos.

O ponto de partida é a colonização/ocupação brasileira: Portugal e Espanha, com sua cultura aristocrática, aventureira e fidalga, juntamente com outros povos (HOLLANDA, 1978). Por outro lado, na ocasião de sua fundação, já havia no Brasil outros grupos sociais constituídos pelas populações indígenas. Esses grupos detinham saberes e conhecimentos que se traduziam em: propriedade coletiva de suas terras, interação harmoniosa com a natureza e uso sustentável de seus recursos, visando o bem-estar do indivíduo e da sociedade em relação com o entorno, ou seja, com o meio e entre si. Dessa forma, os saberes indígenas primam a riqueza das vidas humanas e não a riqueza concentrada na economia (CAVALLO, 2018).

No entanto, a colonização significou a imposição do conhecimento europeu aos povos que já habitavam o local. Em consequência disso, a superioridade dos processos europeus de dominação fez com que os conhecimentos das populações

---

silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006a).

locais fossem considerados inferiores e, por essa razão, foram excluídos, omitidos, silenciados e ignorados (SANTOS, 2010a).

Quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, o domínio da política, da economia e das relações sociais estava nas mãos dos grandes fazendeiros escravocratas, detentores do poder econômico da época. Dessa forma, também estava nas mãos desses grandes fazendeiros a exploração material dos recursos do país em detrimento das populações tradicionais indígenas e das condições sociais dos escravos. Assim, de forma articulada com a formação da sociedade brasileira, Pádua (2002) identifica quatro variáveis no caráter devastador da ocupação colonial no meio ambiente brasileiro. Essas variáveis são: a terra (solo) como portadora de uma fartura sem limites (como se o solo jamais se degradasse ou se perdesse); a utilização de técnicas rudimentares (como se a água fosse abundante e barata e o clima, estável); o trabalho escravo (acabando com a valorização do aspecto social e a identidade da pessoa do campo) e a mentalidade de que a terra era para gastar e arruinar, não para proteger. Formou-se, portanto, a ideia de um Brasil como extensão, uma colônia de exploração sem a preocupação ética da racionalidade e do cuidado com o meio ambiente (HOLLANDA, 1978).

Segundo Hollanda (1978), o predomínio do patriarcado e do patrimonialismo nas relações sociais conferiram um desequilíbrio social na transição do rural para o urbano, que, tendo origem no rural, conserva as tensões referentes à desigualdade social na cidade. Isso causa um prejuízo à construção de uma sociedade realmente moderna, igualitária, justa e livre, que articula aspectos sociais, culturais, políticos e éticos.

Assim, esse começo foi danoso para um país que precisava definir sua identidade nacional. A escravidão por si só já conferiu todo um caráter de atraso social, de condições desumanas de sobrevivência, deixando um legado de desigualdade social: aculturação, desigualdade de oportunidades, falta de justiça, de integralidade e de equidade, comprometendo as condições de justiça social desde a origem do povo brasileiro (CARVALHO, 2001).

Portanto, de uma forma geral, uma identidade construída no caráter exploratório de povos e de recursos determinou que o modo de vida das classes não dominantes fosse definido a partir de uma forma de adaptação à sua posição ocupada na estrutura social. E isso refletiu na sua própria condição de incapacidade, incompetência, fracasso e indignidade cultural, ante a sua posição em relação aos

valores dominantes (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1976). É possível concluir, dessa forma, que a concepção histórica da sociedade brasileira carregou, desde a fundação do país, condições propícias para a desigualdade social que acabaram se perpetuando até os dias atuais. De origem histórica, essas condições encontraram grande aporte para sua continuidade pelos processos de modernização do meio rural que ocorreram no Brasil a partir de 1950.

### 3.3.2 Modernização da agricultura

A construção histórica do meio rural brasileiro se desenvolve pelos vários ciclos econômicos que perpassaram o país desde a época do descobrimento: ciclo do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro, do algodão, do café e da borracha (HOLLANDA, 1978). No entanto, considera-se que o grande marco que ocorreu no meio foi a modernização do setor agropecuário que iniciou no Brasil nos anos de 1950 e teve seu apogeu na década de 1970, época conhecida como Revolução Verde. Essa época influenciou fortemente o ambiente rural brasileiro e só veio a agravar o cenário de exclusão social presente desde a época colonial.

Nesse período, ocorreu de forma mais intensa o processo de modernização da agricultura, concentrado no aporte da tecnologia caracterizando a continuidade de uma agropecuária de intenção exploratória. Assim, um arsenal de pacotes tecnológicos de insumos agrícolas, constituído de plantas modificadas geneticamente em laboratório, insumos para serem usados integralmente desde o preparo até a pós-colheita e maquinário pesado foi amplamente espalhado pelo ambiente rural, com a promessa de alcançar alta produtividade (DELGADO, 2010).

No entanto, segundo Alier (2007), a exploração de forma capitalista, extrativista e sem preocupação ética e social vem gerando conflitos distributivos e uma dívida ecológica, já que a produção em larga escala tem por consequência o esgotamento dos recursos naturais. Esses conflitos não ocorrem somente em nível local.

Segundo FAO (2015), 33% dos solos do mundo estão degradados, por consequência das práticas da agricultura intensiva, como erosão, salinização, compactação, acidificação e contaminação. De acordo com a Gardi *et al.* (2015), essa degradação atinge mais da metade dos mais de 576 milhões de hectares de terra arável na América Latina. Com relação à perda da fertilidade do solo, a *Universidad*

*Nacional de La Plata*, na Argentina, realizou um estudo sobre o valor econômico que representaria a regeneração do solo utilizado para a produção de soja, e concluiu que esse custo, no ano 2000, foi equivalente a 13 bilhões de dólares (PAZMIÑO *et al.*, 2017).

Por outro lado, de forma alternativa ao cultivo convencional, os povos tradicionais carregam consigo uma bagagem diversificada de alternativas de produção usando os recursos naturais com maior racionalidade (PAZMIÑO *et al.*, 2017). Ao passo que a industrialização valoriza somente o propósito econômico do desenvolvimento, acaba não só suprimindo os saberes tradicionais, mas também tirando a sua legitimidade, desvalorizando-os quando os relaciona com técnicas ultrapassadas (BRANDENBURG, 2010a).

A modernização da agricultura brasileira, portanto, teve um caráter seletivo, pois provocou intensa diferenciação entre regiões e exclusão de grupos sociais, já que é um processo produtivo desenvolvido com domínio das grandes propriedades. Segundo Harvey (2005),

[...] o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego, criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados, o que tende a exercer uma pressão de baixa sobre as taxas de salário e abrir assim novas oportunidades de emprego lucrativo do capital. (HARVEY, 2005, p. 118).

Com a necessidade do uso de alta tecnologia, a agricultura modernizada torna-se um processo industrial: substitui os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não agrícolas. Assim, os produtores que não possuem condições financeiras compatíveis com os custos são excluídos já de início do processo ou então obrigados a adquirir linhas de crédito a juros nem sempre possíveis de serem pagos.

O Brasil é o país com a mais injusta distribuição de terra do planeta. Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2008), apenas 1% dos empresários rurais detém mais da metade da terra do país.

A desigualdade pode ser compreendida na interpretação de dados do IBGE (2018) sobre concentração de terra. Segundo esses dados, do total de 350 milhões de hectares que constituem a área fundiária do país, 14,8% são ocupados por propriedades com mais de 10 mil hectares, concentrados por 0,04% do total de estabelecimentos rurais. Já 12,8% são ocupados por pequenas propriedades de até

50 hectares, mas que representam 70% do total de estabelecimentos agropecuários. Assim, muitos dos produtores rurais brasileiros possuem pouca terra, ao passo que as grandes empresas, predominantemente, detêm a maior parcela de terra sob seu controle.

Em relação ao número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, houve uma redução de 9,2% em relação a 2006 (IBGE, 2018). No entanto, segundo a FIESP (2019), o Agronegócio cresceu 16,7% em relação a 2018. Essa comparação pode evidenciar uma consequência social: o êxodo rural de quem não conseguiu acompanhar o oneroso processo do Agronegócio ou teve sua força de trabalho substituída por máquinas.

Essa migração não foi opcional, mas consequência da perda das propriedades pelos produtores que não conseguiram acompanhar os custos de produção da agricultura modernizada e seu aparato de equipamentos e insumos. Conforme Ribeiro (1987, p. 108) "a lavoura para exportação do gado e da soja reincorpora a terra e seus ocupantes ao sistema de fazendas. Deixa ao caipira, quando muito, a alternativa de boia-fria ou marginal urbano". Esses trabalhadores acabam engrossando os cinturões de exclusão social das vilas e cidades, já que deixam suas competências de produtores rurais e passam a ser empregados não especializados nos novos locais.

O aumento na oferta de força de trabalho nas cidades causado por essa migração forçada pelo êxodo rural não foi somente em quantidade, visto que originalmente esses migrantes são oriundos do meio rural. A força de trabalho não especializado tende a ter um custo menor por quem a contrata. Dessa forma, o trabalhador rural, como sujeito, desaparece e dá origem a um trabalhador urbano mal remunerado. Assim, segundo Harvey (2005, p. 118) "O capital também pode se apropriar de reservas latentes de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos".

A fim de ilustrar essa realidade, observa-se dados referentes à população e taxa de crescimento da população total, urbana e rural no estado do Paraná no período da instalação e desenvolvimento da modernização da agricultura em Neves (2006). No estado, a taxa de crescimento da população urbana de 1980, em relação a 1970, foi de 5,8%. Já a taxa de crescimento da população rural foi de -3,38%. No censo demográfico seguinte, ao se comparar 1980 com 1991, houve uma taxa de crescimento da população urbana de 2,97% ao passo que na rural, houve um

decréscimo de 3,08%. Ao se analisar em relação a população brasileira no período compreendido entre 1970 e 1980, enquanto a população urbana teve um crescimento de 25%, a população rural cresceu apenas 11,5%.

Dessa forma, é possível concluir que as significativas mudanças pelas quais o espaço rural passa-com a modernização, principalmente na época da Revolução Verde, causam impactos econômicos, sociais e ambientais. A modernização pode ter trazido um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. No entanto, ocorreu (e ocorre) de maneira excludente, beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural. Por consequência não menos grave, causou e causa grandes impactos ambientais pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e pelo esgotamento do solo, além de contribuir para o desemprego no campo e consequentemente êxodo rural.

Mesmo assim, a agropecuária em larga escala, extrativista, ainda não dominou o território brasileiro, ou seja, os grupos de resistência, representados pelos povos tradicionais brasileiros (quilombolas, indígenas, caiçaras, faxinalenses, entre outros) não foram extintos e continuam preservando sua cultura, suas práticas e hábitos (BRANDENBURG, 2010a). Segundo Pasmínio *et al.* (2017), se o mundo não caiu completamente nas mãos das corporações, foi por causa da resistência e da luta dos que estão abaixo e do fundo de nossas civilizações agrícolas. Isso significa que não há somente um modelo possível de agricultura, não há uma uniformidade absoluta nos povos rurais: é uma construção feita de acordo com os próprios atores envolvidos em cada processo produtivo.

Para entender a formação dos movimentos de resistência e como se constituem as relações entre seus sujeitos, é necessário começar compreendendo a multiplicidades de interesses do e no meio rural, abordando a inserção das relações sociais entre seus atores e as origens da resistência dos povos tradicionais do país. Para isso, passa-se agora a uma abordagem a fim de identificar os processos de formação dos atores do meio rural brasileiro, seus tipos e suas características, para construir o cenário de conflitos e disputas no meio rural, em tempos de modernização.



### 3.3.3 Povos tradicionais<sup>11</sup> e os movimentos de resistência no meio rural brasileiro

Com a industrialização da agropecuária, advinda da modernização e de interesse capitalista, cada vez mais a agricultura e o rural perdem espaço para o urbano e o industrial. Esse processo ocorre proporcionalmente ao avanço do capitalismo. Assim, produções puramente artesanais perdem mercado para os produtos industrializados produzidos em massa, nas fábricas. O conhecimento tradicional das populações do campo passa por um processo constante de substituição pelas máquinas, equipamentos e agrotóxicos.

A agropecuária fica cada vez mais parecida com a indústria, com essa última ditando os padrões de consumo. Segundo Ploeg (2008):

Os grandes conglomerados agrícolas se constituem em “instituições que em conjunto constituem um regime ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características dos produtos, interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e formas de definir problemas, todas elas integradas em instituições e infraestruturas. (PLOEG, 2008, p. 20).

A título de exemplo, segundo Borsatto (2011), no ano de 2007, 89% das vendas mundiais de agrotóxicos foram controladas por somente 10 empresas, coincidentes com as de sementes em diversos casos. Na outra ponta, segundo o mesmo autor, se verifica igualmente um grande agrupamento de poucas indústrias beneficiadoras de alimento e do segmento de varejo: empresas como Danone, Nestlé, Unilever, Walmart, Carrefour dominam o setor, o que facilita a dominação de suas demandas. Segundo Dowbor (2017, p. 32) “um grupo de 16 *traders* de commodities controla o comércio dos principais grãos (milho, trigo, arroz e soja), os minerais

---

<sup>11</sup> Ao iniciarmos essa abordagem, faz-se necessário estabelecer a definição do que foi compreendido e abordado durante o estudo como povos tradicionais brasileiros. Essa compreensão se faz necessária, pois a produção dessa condição de população tem contribuído para a história dos sujeitos e a formação de protagonistas além do meio rural, ou seja, no mundo acadêmico e nos movimentos de resistência e seus protagonistas. Assim, a definição do termo engloba o que foi considerado no Decreto 6040/2007, cuja discussão contou com representante desses povos: “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007a). Fazem parte desses povos, segundo Thum (2017), os camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pomeranos, geraizeiros, caboclos, caiçaras, indígenas e quilombolas.

metálicos e não-metálicos e os recursos energéticos”, ou seja, os eixos principais da economia mundial.

Assim, o processo de industrialização da agricultura impõe o seu ordenamento ao meio rural. Nele, quem passa a definir o quê, quando e como se deve produzir e consumir são os grandes impérios agroalimentares. A alimentação, dessa forma, passa a ser globalizada, de forma a desprezar as culturas locais e ainda acarretando o uso de maiores quantidades de combustível para o seu deslocamento, embalagens e aditivos químicos para sua conservação até chegar aos consumidores.

Consequentemente, por atender diretamente o tipo de demanda acaba especializando a vida no meio rural em um ritmo potencializado pelo capitalismo e ocasionando uma piora ainda maior das condições de vida das populações do campo. Segundo Borsatto (2011),

[...] a forma de vida, de onde emergiram formas ecológicas de manejo dos recursos naturais, bem como uma economia moral específica, é substituída por outra, que possui a crença cega de que a ciência e o dinheiro podem resolver todos os problemas socioambientais do rural. (BORSATTO, 2011, p. 98).

No entanto, diante desse quadro tão duradouro de dominação, dois aspectos chamam a atenção: o fato de as populações tradicionais brasileiras (classes não dominantes) não só persistirem, segundo Brandenburg (2010), mas também contrariarem um destino fadado ao desaparecimento (WANDERLEY, 2014).

Pazmiño *et al.* (2017) observaram que, embora a forma hegemônica seja a estruturação do sistema agroalimentar como um todo, formas complementares ou opostas coexistem de maneira justaposta e subsumida. Segundo os autores, em toda a América Latina, subsistem formas ancestrais de produção de alimentos com lógicas produtivas diferentes do capitalismo agrário hegemônico. Sendo assim, essa permanência pode estar ligada à sua própria existência, ou seja, a características originais próprias e fundadas na estrutura dessas populações. São saberes e costumes próprios, estabelecidos ao longo de uma relação com o meio, cuja observação de seu comportamento, como os ciclos climáticos, podem proporcionar sustentabilidade na produção, garantindo sua permanência no local (BRANDENBURG, 2010a).

No entanto, essa definição muito diz respeito à sua constituição social e das relações entre e com os membros da propriedade rural do que ao seu tamanho, em

área, propriamente dito. Wanderley (1996; 2009) ressalta essas relações como uma diversidade de situações específicas e particulares na sua constituição.

As relações dentro das sociedades tradicionais do campo são de interconhecimento e de compartilhamento de saberes em um contexto cultural particular: as relações não são só de produção, mas de sociabilidade, o que confere coesão entre os membros das comunidades (BRANDENBURG, 2010a). Está relacionada com a sua visão de mundo integrada com a natureza e considerando-se parte dela.

Dessa forma, é necessário compreender como se formou todo esse conjunto e as relações entre os seus componentes. Para isso, a estrutura das populações tradicionais do campo é o ponto de partida para entender as relações entre sujeitos e natureza, de onde tem origem os princípios de resistência e alternativos ao modelo hegemônico de desenvolvimento do meio rural.

Os povos tradicionais rurais do Brasil possuem uma organização social que se baseia na coletividade (WANDERLEY, 2009). Essa coletividade consiste em uma alternativa para resistir ao gargalo das relações convencionais, tanto na forma de troca de saberes, de insumos, quanto na forma de cooperativas de produção e de comercialização. Esse é um ponto que fortalece a resistência dos povos do campo e é mais intenso quanto maior for a distância dos grandes centros urbanos, já que está relacionado com sua visão de mundo e articulado com questões culturais e com a natureza. Portanto, quanto maior a distância dos centros urbanos, considera-se que menor é a influência desses centros na cultura local (WANDERLEY, 2009).

A diversidade dos povos de campo provém das diferentes identidades e de diferentes regiões geográficas: caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, faxinalenses, entre outros, que possuem, em comum, uma filosofia de produção e modo de vida em harmonia com a natureza. Segundo Ploeg (2006), o modo de produção dos povos tradicionais rurais tem como base: a alta relação entre ser humano e natureza, o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a evitar desperdícios, a centralidade do trabalho na família e sem relações contraditórias entre capital e trabalho. Dessa forma, a diversidade e o modo de vida são características que somam forças à resistência.

A organização do trabalho dos povos rurais garante uma certa autonomia do seu modelo de produção e de vida ante as pressões do capitalismo e à oscilação do

mercado externo característico dos sistemas de produção convencionais, nos quais os produtores são reféns dentro de uma cadeia produtiva capitalista:

A autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Dessa forma, autonomia, cooperação e reciprocidade podem assegurar aos povos tradicionais rurais brasileiros aspirações de desenvolvimento real do rural: independência do mercado, diante das adversidades, e consequentemente independência das grandes empresas (PLOEG, 2006). Toda essa narrativa colabora com a resistência dos povos do campo. Por isso, o modo de produção desses povos não deve ser visto como atrasado ou que deva ser transformado para acompanhar os moldes do desenvolvimento capitalista (BRANDENBURG, 2010a). Na verdade, os povos tradicionais do campo, no cenário da sua ressignificação, são produtores protagonistas, ativos e diversificados, responsáveis pela produção de alimentos frescos e saudáveis, com uma relação complexa e respeitosa com a natureza e com uma elevada resiliência às adversidades econômicas e políticas de pressão da agricultura hegemônica e também as advindas do meio natural, como as climáticas. Suas atividades são variadas não só localmente, mas também de acordo com as condições da região onde se localizam.

Essa forma de produção consiste na transformação mútua entre o social e o material. Por dependerem de forma mais imediata da natureza e terem seu modo de vida fortemente articulado a ela, para esses povos, o social e o material são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente a fim de garantir a sua sobrevivência (PLOEG, 2006).

As comunidades tradicionais rurais sempre viveram, assim, se relacionando de forma direta com a natureza. Desse convívio ao longo dos tempos, foi acumulado um saber valioso sobre os ciclos naturais, a sua relação com o clima, o desenvolvimento das plantas e dos animais e a relação entre os elementos que compõem a paisagem local. Ao aplicarem práticas agroecológicas, como por exemplo as sementes livres de manipulação genética, formam um movimento representado

pelo retorno ao rural em defesa da agricultura familiar tradicional, cuja luta é por um modelo de desenvolvimento mais justo e ambientalmente sustentável. Alier (2007) associa esse modo de produção ao termo “ecologismo dos pobres”. Segundo ele, articulando duas necessidades básicas de igual importância e indispensáveis para a sobrevivência, ou seja, produzir alimentos e respeitar a natureza, é construída uma ecologia das condições cotidianas de vida, vendo o ambiente como espaço de afirmação de direitos e de luta pela justiça ambiental e social, com a ecologia como meio de salvação da crise teórica em que vivemos.

Esse foi apenas um aspecto a salientar ante o quadro da urgência da necessidade de reconhecimento das populações mais vulneráveis, entre as quais estão os povos tradicionais rurais brasileiros. Por outro lado, de acordo com Acseirad (2013), é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para as más condições ambientais de vida e de trabalho. Assim, qualquer desequilíbrio na sustentabilidade do meio ambiente é sentido de forma mais imediata e mais intensa sobre as populações mais pobres. Os efeitos de uma queimada criminosa, por exemplo, podem extinguir populações locais e, com isso, uma cultura inteira acaba aniquilada.

Por necessitarem, para sobreviver com dignidade, de um sistema de produção que preserve todos os seres vivos, esses grupos precisam ser fortalecidos e valorizados, não só por políticas públicas, mas também por ações possíveis de serem estendidas ao meio urbano. Essas ações podem se constituir em um repensar sobre estilo de vida, envolvendo, por exemplo, uma racionalidade de consumo, de produção local (que além de fortalecer a agropecuária tradicional ainda evitam o gasto de combustíveis no deslocamento dos produtos), de pequenas empresas familiares e/ou puramente nacionais, agroindústrias agroecológicas e feiras de produtores. Essas atitudes favorecem o escape à dominação dos grandes conglomerados de exploração da natureza, estando, obviamente, o ser humano a fazer parte dela.

### 3.3.4 Movimentos contemporâneos de retorno ao rural

Os impactos do crescimento agrícola a partir década de 1960, apesar das justificativas de sanar a fome e promover o progresso, geraram uma outra forma de abordagem. Com mais evidência nas últimas duas décadas, tanto em nível local como internacional, ocorrem discussões que visam buscar soluções para os efeitos danosos causados pela Revolução Verde e intensificados pelo modelo de produção do agronegócio.

A constatação de que esse modelo causa sérias implicações, não só econômicas, mas, sobretudo, sociais e ambientais, provocou a mobilização de diferentes grupos ao redor do mundo. Essa mobilização tem como base um movimento de conscientização e reconhecimento das ações provocadas pelo modelo hegemônico de produção, trazendo à tona temas emergentes como a multifuncionalidade da agricultura, que se opõe à ideia de que a agricultura seja uma atividade exclusivamente produtora de bens alimentares. Por isso, recentemente, se tem uma recomposição do rural, por uma reinvenção do meio, com base na importância dos saberes locais e não padronizados, adequados às características de cada local, como uma atitude benéfica. É o entendimento da questão ambiental articulada ao econômico e ao social. Assim, a Revolução Verde também trouxe reflexões sobre os impactos que a agricultura intensiva começou a causar no meio rural.

Dessa forma, a reconstrução do rural brasileiro não se trata de uma invenção moderna do Estado. Ela se constitui no seu instrumento de resistência dos povos tradicionais rurais por todos os tempos da sua permanência (WANDERLEY, 2009). Segundo Alier (2007), esse instrumento não pode ser associado apenas a populações prósperas preocupadas com os danos da industrialização. Trata-se de uma economia moral, que garante a resiliência das populações mais pobres. Segundo o autor, “a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar recursos”. No caso do rural, é uma economia ecológica que significa economia moral.

Estudiosos passam a apontar, assim, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico e as suas desastrosas consequências para o ambiente rural brasileiro. Com isso, o termo desenvolvimento sustentável, desde meados da década de 1960, também vem ganhando cada vez mais força à medida que os impactos que as atividades humanas degradam de forma persistente o meio ambiente

e alteram, de forma drástica, suas características de relevo, clima, fauna, flora, biomas, entre outras (ALIER, 2007).

Assim, fundamentados nas ações de resistência das populações tradicionais rurais, movimentos ambientalistas entendem como retorno ao rural a tarefa de reivindicar ações voltadas para a questão ambiental, incluindo-as nos programas partidários, nas organizações não governamentais e nas ações governamentais. Dessa forma, ideias conservacionistas e preocupação com a natureza foram desenvolvidas por estudiosos e essas ideias encontram hoje não só fundamentos, mas sobretudo ações, nos, dos e com os grupos de resistência e de retorno ao rural (ALIER, 2007).

Portanto, originado pelos conflitos de pressão que os empreendimentos econômicos fazem sobre a natureza, nasce um processo de retorno ao rural com fundamento político vindo dos movimentos que buscam eliminar a hegemonia. São esses movimentos que constituem a ecologia política, construída e fundamentada em ações transdisciplinares, para dar conta da resistência e da mudança, que jamais partirá de dentro do sistema dominante. Dessa forma, a ecologia política dá uma dimensão social ao natural, considerando a ecologia como um modo de vida e que traz a utopia possível do momento: a luta pela vida, capaz de conectar vários povos pela reapropriação da natureza e dos conhecimentos tradicionais ecológicos (ALIER, 2007).

Como uma dessas ferramentas, a questão ambiental, despertada por uma avaliação dos impactos da agricultura de larga escala, traz elementos diagnósticos novos, com o envolvimento de mais variáveis científicas naturais, de perspectivas e paradigmas em seus métodos, teorias e literatura.

Por essa razão, o crescimento do interesse em perspectivas multi e interdisciplinares também ampliou o aprofundamento das relações entre seres humanos e meio ambiente. Assim, começa a ser pensada uma nova forma de ver o mundo e a sociedade, pois se estabelece um contraponto entre a racionalidade ambiental — que propõe a reapropriação da natureza além do uso econômico — e a racionalidade instrumental capitalista. Constrói-se uma nova forma de relação entre natureza e cultura pela tradição vinda dos povos do campo e as práticas ambientais passam a ser continuamente reconstruídas e reinventadas (BRANDENBURG, 2010a). Os conflitos ambientais passam a ser vistos como perspectiva de análise de distribuição de complexidades produzidas por eles, como por exemplo os conflitos no

viés das classes sociais (classes mais atingidas pelos conflitos do que outras) e a apropriação dos recursos naturais de forma socialmente desigual (JOLLIVET, 1998).

É importante salientar que não se trata de parar de produzir, mas de uma produção de alimentos que assuma outros perfis além da produção industrializada e em larga escala (LEFF, 2001). A destruição da natureza não é necessária para o desenvolvimento humano, pois ecologia e economia devem coexistir enquanto dimensões articuladas da sustentabilidade. A economia, portanto, deve ser libertada de parâmetros falaciosos como o discurso que considera a natureza e as comunidades tradicionais obstáculos ao desenvolvimento e que o custo social é inevitável para o progresso (MIREs, 2012).

Segundo Leff (2001), esses perfis são assim constituídos com o fundamento de racionalizar a produção e o consumo de alimentos de forma complexa, articulando os parâmetros ambiental, social, político, ético e cultural, não somente os econômicos. Dessa ruptura da limitação do saber do e pelo sistema dominante e da postura sociológica articulada com o ambiente, se vai além do seu foco produtivo: a racionalidade ambiental como uma articulação de valores, significações e objetivos que orientam um processo de reconstrução social, em que o pensamento da complexidade é base para a democracia, para a equidade e para a sustentabilidade, em um cenário atravessado pelas estratégias de poder no saber. Assim o saber não fica reduzido apenas à economia e política, isto é, ao sistema dominante, mas é construído pelo conhecimento gerado por quem e para quem se aplica. Rompe com a ideia de oposição entre os saberes tradicionais e a modernidade e ciência. É um modo de desenvolvimento com uma aplicação de saberes distintos e alternativos ao padrão dominante de racionalidade.

A racionalidade ambiental, nesse caso, trata de valorizar as potencialidades da ecologia como uma forma de reconstruir novas identidades, novas formas de ver o mundo, novas alternativas de sobrevivência. Engloba reapropriação de territórios e define as populações tradicionais como âncoras de conhecimento. Segundo Leff (2001):

A racionalidade ambiental é uma construção de ações considerando um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. (LEFF, 2001, p. 134).



Assim, essa outra racionalidade integra os princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos e as ações orientadas para a gestão democrática e sustentável do desenvolvimento. O saber ambiental questiona a racionalidade científica como instrumento de dominação da natureza e envolve uma reconstituição holística, sistêmica e interdisciplinar de saberes: teóricos, técnicos e estratégicos interligados com os saberes das populações locais, relacionados a saberes tradicionais, baseados na observação e vivências dessas populações (LEFF, 2001).

Os movimentos de retorno ao rural são compostos, portanto, de uma diversidade de atores. Esses atores produzem uma cultura alternativa à agricultura exploratória e do consumo exacerbado, ou seja, colocam em xeque o modelo hegemônico de dominação. Essa contracultura, segundo Alier (2007), é composta por movimentos de reação e de resistência, que propõe alternativas dentro do próprio sistema, trazendo a utopia possível no momento, que busca a preservação da vida e é capaz de conectar vários povos em uma busca por cidadania.

Entre as estratégias do novo perfil de atores do campo, as dinâmicas de integração entre povos são ferramentas eficazes para enfrentar o assédio do capitalismo. Trata-se da união de povos para manter saberes e territórios, com uma nova leitura do biológico para fazer frente à exploração que ultrapassa a dimensão das florestas, pois considera referenciais próprios das populações e agentes como protagonistas, a fim de colocar limites no processo de exploração por meio de um processo rígido de avaliação feito pelos povos. Assim, as estratégias e políticas de libertação da natureza com bases nos saberes tradicionais desses povos vai além da biologia, já que considera aspectos étnicos, raciais e culturais. A cultura passa a ser disposta como movimento de apropriação da biodiversidade e essa, como protetora da tradição e dos atores. A luta pelo território mescla-se com a luta pela identidade. Segundo Escobar e Pardo (2005), pela política cultural que geram, uma visão particular para a conservação e apropriação da biodiversidade configura um quadro alternativo de ecologia política ao vincular, na sua perspectiva, a biodiversidade com a defesa cultural e territorial.

A maneira de pensar a biodiversidade passa a ser realizada em diálogo permanente entre atores e saberes tradicionais, não com romantismo ou com interesse econômico, mas de forma multilateral, reconhecendo-a como constituinte da cultura local. Dessa forma, esses movimentos lutam pela autonomia cultural como

projeto de vida dos atores, tendo a territorialidade como defesa e construção da identidade. A conservação do patrimônio biocultural depende da conservação dos sistemas agrícolas tradicionais como forma de manter a diversidade genética e cultural. Para tanto, é essencial e inadiável se tomar iniciativas para deter os processos de massificação da identidade dos povos, a partir do reconhecimento da necessidade de recuperar sua memória biocultural (ESCOBAR; PARDO, 2005).

Essa articulação entre territorialidade e construção da identidade é fundamentada na relação entre crenças e práticas tradicionais para uma melhor compreensão da relação entre os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade que compõem a cultura do local. Os saberes tradicionais são construídos por indivíduos e não por instituições e a compreensão da natureza se faz de modo emocional e imaginativo, muitas vezes entendidos como sistemas sobrenaturais. Segundo Toledo e Barrera-Bassouls (2008):

A natureza é concebida e representa seus domínios visíveis e invisíveis. As sabedorias tradicionais baseiam-se nas experiências do mundo, nos fatos, nos significados e nos valores de acordo com o contexto cultural e social em que são implantados. (TOLEDO; BARRERA-BASSOULS, 2008, p. 108).

No entanto, segundo Toledo e Barrera-Bassouls (2008), o caráter aparentemente fechado do conhecimento local não se sustenta na medida em que se reconhece que existe uma troca com o saber científico, iniciada desde a época colonial.

Muitos saberes científicos são comprovados pelo saber tradicional e vice-versa. Um exemplo é o caso da colheita de laranjas na região sul do Brasil. Com base nos conhecimentos tradicionais, as populações locais estabelecem seu calendário de colheita após 23 de junho, data conhecida nacionalmente como Dia de São João, santo católico bastante popular no país. Essas pessoas alegam que, após São João urinar sobre as laranjas, elas ficam mais doces, de forma a agradar o paladar. No entanto, em 22 de junho inicia-se o inverno no Brasil, sendo observadas temperaturas efetivamente baixas nessa região. Com o início do inverno, as plantas perenes, como é o caso das laranjeiras, entram em dormência, com a finalidade de economizar energia para suportar o inverno rigoroso. Com essa dormência, a seiva da planta deixa de circular, causando, dessa forma, o acúmulo de açúcar em seus frutos. Assim, o conhecimento popular e o conhecimento científico estão alinhados em uma mesma prática.

Possivelmente, a principal omissão exercida ao comparar a ciência com o conhecimento local tem a ver com as relações de dominação e subordinação em que a tendência é desmerecer o saber tradicional a fim de extinguir as identidades dos povos. Em suma, é esquecido que o conhecimento é resultado de construções históricas específicas implementadas por diferentes sociedades para explicar sua própria existência e seu meio ambiente, bem como dar sentido ao seu curso de civilização e construir suas próprias estratégias de sobrevivência (TOLEDO; BARERRA-BASSOULS, 2008).

Esse saber oriundo das experiências de vida faz com que o rural não seja somente o espaço físico de atividades econômicas, mas constituído por experiências práticas e simbólicas, que acabam ressignificando o território como meio de permanência, mas também de resistência. Assim, o rural reage aos processos de dominação e se reinventa pelas afirmações identitárias pelo que são os seus povos tradicionais, não somente pelo que lutam.

A luta pelo território passa a ser a luta pela identidade, de novas gramáticas e ações, reapropriando-se da natureza e transformando o seu uso, em um processo de novas relações no interior da sociedade contra a racionalidade instrumental (BRANDENBURG, 2018). Mais do que nunca, o reconhecimento da importância do saber local e dos processos de geração do conhecimento ambiental e socialmente útil passa a ser crescentemente valorizado em contraponto à ideia, ainda dominante, de que a agricultura poderia ser homogeneizada de maneira independente das especificidades biofísicas e culturais de cada local (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A modernização do rural, pelo exposto, não pode ser entendida como o fim da agricultura tradicional, mas um novo modo de pensar sobre o rural. O mosaico que forma o mundo rural assim o constitui com a valorização das identidades de forma a não definir uma nova ruralidade, mas um conjunto de ruralidades (BRANDENBURG, 2010a). Essas dinâmicas de reinvenção e ressignificação do território, da natureza e dos sujeitos que garantem a permanência e resistência do rural, que está longe do fim (BRANDENBURG, 2018).

A fim de entender essa permanência e resistência, nesse outro modo de pensar, há que se considerar que conservação dos sistemas agrícolas tradicionais carrega consigo a conservação do patrimônio biocultural como forma de manter a diversidade genética e cultural. Segundo Toledo e Barrera-Bassouls (2008), o sucesso

agrícola das comunidades tradicionais por eles estudadas dependia do seu conhecimento agroecológico e da variabilidade climática local e comportamento da chuva. Para tanto, são essenciais e inadiáveis iniciativas para recuperar sua memória biocultural. É nesse cenário de permanência, possibilitada por uma resistência às contradições e oposições da sociedade capitalista, que se situa a Agroecologia.

Segundo Mazalla Neto (2014), as experiências agroecológicas buscam a ruptura e superação das relações sociais opressoras e exploradoras presentes na sociedade contemporânea na esfera rural.

A Agroecologia, que tem o potencial e o desafio de reconstruir pontes entre mundos populares rurais e setores populares urbanos, se constitui em um instrumento complexo de busca de uma vida digna por meio da alimentação. É uma forma de viver, de produzir e de articular saberes em reciprocidade com a natureza. Por essa visão, é possível acreditar que outro mundo é possível, que muitos outros mundos são possíveis. Assim, passaremos agora a estudar a Agroecologia por intermédio de seus princípios, condições para a sua aplicação e consolidação, com a finalidade de compreender suas limitações e potencialidades.

## 4 AGROECOLOGIA: CIÊNCIA E ESTILO DE VIDA

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Desde a Revolução Verde, o modelo de produção e consumo de alimentos no Brasil tem a sua maior parcela representado pelo agronegócio. Isso pôde ser observado no terceiro capítulo deste trabalho, pelos dados sobre a distribuição de terras agricultáveis no país, que revelam que grande parte do território é ocupada por grandes propriedades onde a produção se faz por moldes extensivos. Foi caracterizado também, no mesmo capítulo, que esse modelo envolve um aprofundamento e uma intensificação da produção agroindustrial visando a provisão de suprimentos para a exportação, no qual prevalece a lógica do mercado internacional. Assim, a concentração de poder econômico e de tomada de decisão por um número concentrado de empresas sobre cadeias de distribuição e comercialização é o que determina as leis de mercado. Dessa forma, esses conglomerados são os responsáveis pela modelagem tanto da produção de alimentos quanto do seu consumo. Como consequência, os pequenos produtores ficam desprotegidos, desfavorecidos e, portanto, fadados à exclusão e desaparecimento.

No entanto, embora o modelo do agronegócio estruture o modelo agrícola contemporâneo dentro do campo de produção, outras formas de agricultura coexistem. As suas relações com a forma dominante se constroem em um gradiente que compreende desde relações mais diretas até formas opostas: permanecem atuando como fornecedoras, como complementares ou, aproximando-se da outra extremidade, como contrastantes e alternativas. Mesmo com o predomínio do sistema hegemônico, todas essas formas se articulam, formando um mosaico de territórios e de posições no espaço social. Enquanto alguns desses tipos de agricultura são necessários para a reprodução e ampliação do modelo hegemônico, os outros modelos consistem em alternativas produtivas, mesmo que apenas por necessidade de sobrevivência, demonstrando os diferentes atores e as diferentes realidades do mundo rural brasileiro (BRANDENBURG, 2010a).

De acordo com Pazmiño *et al.* (2017, p. 21), esses modelos de agriculturas alternativas compreendem:

- a) agricultura familiar camponesa (cuja finalidade é comercialização e/ou subsistência);
- b) agricultura orgânica, na qual são utilizados pouco ou nenhum um agrotóxico ou fertilizante artificial ou esses insumos são substituídos por outros compostos de mesmo princípio ativo ou com a mesma finalidade, produzido, no entanto, de forma orgânica<sup>12</sup>;
- c) permacultura: concentra-se principalmente no desenho da propriedade rural, por uma forma sistêmica de planejar princípios para localizar, criar, gerir e melhorar todos os esforços realizados por indivíduos, famílias e comunidades a fim de proporcionar a sustentabilidade atual e futura;
- d) agricultura ecológica: tem como foco o manejo de pragas nas lavouras. Apresenta componentes da Agroecologia, da agricultura orgânica e da agricultura sustentável;
- e) agricultura biodinâmica: parte dos princípios da agricultura ecológica, buscando o equilíbrio entre todos os recursos que interferem na produção.
- f) agricultura sinérgica: busca a articulação entre cultivos e manejos de microclimas e pragas. Conjuga-se com a agricultura natural.
- g) agricultura sustentável: busca o cuidado com o solo com o objetivo de garantir a sua preservação ao longo dos tempos. É vinculada com a Agroecologia e com a permacultura.
- h) agroflorestal (Sistemas Agroflorestais — SAF): nesse modelo de agricultura, a produção de alimentos é baseada na convivência harmoniosa entre árvores, plantas de cultivo e animais. É fortemente ligada à preservação da mata nativa. Na agrofloresta, há um planejamento de espaços, tipos de plantas e de animais de forma a manter a natureza preservada e, ao mesmo tempo, produzir alimentos.
- i) agricultura natural: é a articulação entre espiritualidade, produção de alimentos e ecossistemas na tentativa de reproduzir as condições naturais dos ecossistemas para que a natureza siga seu curso e forneça frutos.

---

<sup>12</sup> É importante observar, nesse caso, que o que pode mudar é apenas a forma com que o insumo é produzido, mas ele também tem o objetivo comercial. Além disso, um manejo inadequado dos insumos, mesmo de origem orgânica, pode causar poluição do solo e da água.

Pela diversidade e quantidade de modelos alternativos existentes, é possível concluir que diferentes modelos de produção de alimentos estão coexistindo com o modelo hegemônico, seja fazendo parte deste (no caso da agricultura orgânica com intenção exclusivamente lucrativa), seja na forma de disputa, seja na forma de resistência. Essas formas produtivas alternativas são realizadas em sua grande parte pelas populações tradicionais do mundo rural brasileiro. No entanto, ante a necessidade de uma forma sustentável de produzir, viver e consumir, outros grupos de pessoas estão se integrando e constituindo articulações complexas que consideram que as lidas humanas e a produção agrícola são processos ativos causados por uma ação combinada de caráter ambiental, cultural, social e ético que vão além de interesses exclusivamente econômicos. A organização dessa articulação resultou em um complexo sustentável de produção, de ciência e de vida, que envolve populações rurais e urbanas, e que passaram a integrar o conceito de Agroecologia (PAZMIÑO *et al.*, 2017; CAPORAL: COSTABEBER, 20).

De acordo com Pazmiño *et al.* (2017), a Agroecologia é uma corrente na qual se consolidam vinculadas às lutas camponesas, formas de produção alternativas em relação ao modelo hegemônico do agronegócio, resultando, assim, em uma articulação entre conhecimentos científicos, técnicos e populares. A Agroecologia não é um movimento novo. Ela encontra suas raízes nos saberes das populações tradicionais do campo que carregam um conjunto de conhecimentos sobre a natureza, de práticas com influências ancestrais e espirituais e metodologias que são fundamentais para uma concepção alternativa de agricultura. Segundo Alier (2007), os povos tradicionais ensinam alternativas com uso em menor quantidade de recursos e insumos.

É essa concepção que orienta os princípios agroecológicos. Assim, a construção dos conceitos que constituem a Agroecologia, enquanto forma de manejo dos recursos naturais locais e específicos, tem origem nos povos tradicionais do campo brasileiro. Sevilla-Guzmán e Molina (2005), defendem que essa construção se originou da evolução da condição camponesa como segmento social integrado por unidades domésticas de produção e de consumo, o que obtém respaldo pela sua valorização feita pela Agroecologia em suas técnicas e enquanto modo de vida.

O objetivo inicial da Agroecologia foi o de produzir quantidades adequadas de alimentos de alta qualidade biológica em todos os seus aspectos e acessíveis para todas as sociedades. Com o aprofundamento dos seus conceitos, a Agroecologia,

enquanto ciência, reconhece as leis gerais da física, química e biologia, mas ao mesmo tempo considera um estilo de viver e se relacionar no qual a construção do conhecimento também se dá baseada na observação dos saberes dos povos tradicionais e sua maneira de interagir com a natureza e resolver os problemas agrícolas. Dessa forma, a natureza de determinado lugar reflete a organização social, conhecimento, tecnologias e valores da população local, bem como a sua cultura fortemente influenciada pelos condicionantes ecológicos desse local (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Mesmo com uma diversidade de formas de Agroecologia, uma vez que ela é construída de acordo com a demanda específica dos próprios atores envolvidos em cada processo, segundo Pazmiño *et al.* (2017) existem bases comuns que compõem suas características e que podem compor uma base agroecológica, tais como:

a) produção de alimentos visando o autoconsumo, trocas e comercialização em espaços locais e regionais, o que condiz com os fundamentos da economia solidária. Esse tipo de economia possibilita a aquisição de produtos, bens e serviços necessários para o bem viver procurando a autossustentabilidade. Além disso, os espaços de comercialização de bens e serviços em nível local/regional, pode diminuir ou eliminar os intermediários, incentivando também outras formas de intercâmbio não capitalista (permuta, trabalho comunitário, mutirões);

b) para quem tem a opção de investir financeiramente, uso da maior quantidade de energia renovável como solar, eólica e biogás, com o objetivo de minimizar o uso de energias convencionais como carvão, gás, petróleo, elétrica;

c) no caso dos agricultores agroecológicos, a gestão do processo de trabalho e o ciclo de produção é feita de acordo com os ciclos próprios da natureza. Estabelece-se uma relação harmoniosa de reciprocidade (que em muitos casos construiu a própria natureza como sujeito) entre a produção de alimentos e a reprodução do ambiente natural. O tempo não é acelerado pelo encurtamento de ciclos a fim de proporcionar maior produtividade ao longo do ano, hormônios não são administrados aos animais a fim que cheguem ao peso de venda em menor espaço de tempo, como ocorre na agropecuária de modelo hegemônico;

d) ligação às tradições de luta dos movimentos de resistência das populações tradicionais do campo. Sua prática produtiva e a relação de reciprocidade com a natureza compreende o caráter emancipatório e de resistência ao sistema



hegemônico. Assim, a Agroecologia assume além de sua componente produtiva também a dimensão política emancipatória por meio de uma diversidade de movimentos que sintetizam a construção de alternativas viáveis ao capitalismo agrário, focada nas noções de soberania alimentar, autonomia e do local como um espaço de vida.

A Agroecologia é a expressão dos atores da produção e do consumo de alimentos e das relações entre pessoas e grupos de forma reinventada e ressignificada. Parte dos saberes das populações tradicionais brasileiras, que possuem uma construção bastante forte com o respeito à natureza e influenciam os saberes agroecológicos. Os princípios da Agroecologia exigem a construção de relações e processos que fortaleçam a organização social dos beneficiários e sua articulação entre si e com os consumidores urbanos. Assim, o movimento foi além. Envolve não só os agricultores familiares, mas também estudiosos, ambientalistas, técnicos, consumidores e pessoas que escolheram um estilo de vida agroecológico a partir do meio rural:

O rural ecologizado é um projeto advindo do cotidiano, do mundo da vida dos agricultores e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo, porque traz na matriz uma reação à dominação exclusiva da racionalidade instrumental do projeto modernizador excludente. A essa reação associa-se uma demanda crescente da população urbana por um consumo do verde, de tradições e de uma atitude de precaução ao risco. (BRANDENBURG, 2010b, p. 426).

Isso se dá tanto pela produção de alimentos limpos quanto em um consumo consciente, por modos de reduzir a desigualdade social, preservar o meio ambiente e proporcionar estilos de vida alternativos. Por essa razão, mais importantes se tornam as ações coletivas realizadas pela articulação entre os movimentos de resistência do campo com os demais movimentos que lutam por sociedades sustentáveis, ou seja, ações coletivas necessárias para a construção de um sistema de vida possível, viável e acessível para toda a população. É um mosaico de envolvimento, cujo tema central é a procura pelas práticas agroecológicas voltadas para a transformação da agricultura, das relações com o meio ambiente e da sociedade.

Agroecologia, portanto, não é apenas modelo de agricultura ecológica que surgiu para combater a modernização agrícola. É uma ciência que estabelece bases científicas e populares, articulando as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, para a construção de estilos de vida sustentáveis tanto para

a população rural quanto a urbana (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). É o diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares capaz de contribuir com outras formas de pensar o meio rural. Essa interação é percebida quando é considerado que

[...] uma importante fonte de reflexão são as experiências de produção, comercialização e geração de conhecimentos, identificadas com os princípios e práticas da agroecologia e que, assim como a economia solidária, formam, atualmente, um campo político e social de articulação e experimentação. (SCHMITT, 2010, p. 55).

Por essa razão, passaremos a analisar de que forma a Agroecologia é representada por uma integração de ciências.

## 4.2 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA

Pelo que foi apresentado até o momento, é possível entender que a Agroecologia envolve uma articulação cooperativa de saberes e de hábitos que compreendem a harmonia com a natureza e a valorização do ser humano. Proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos sustentáveis de produção e de consumo de alimentos.

Segundo Pazmiño *et al.* (2017), diante do cenário adverso criado no meio rural pela agricultura convencional, milhares de processos significativos com base na Agroecologia, na aprendizagem das relações com o comportamento da biodiversidade e na necessidade coletiva são construídos, a fim de possibilitar melhores condições de vida. É nesse contexto em que são localizadas as articulações entre educação em Agroecologia, assim como as atividades de pesquisa e extensão com essa temática, que fundamenta os cursos superiores em Agroecologia.

Partindo-se dessa complexidade, Gliessman (2000) compreende a Agroecologia como um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas necessárias para uma base verdadeiramente sustentável. Para Altieri e Toledo (2010), a Agroecologia é uma ciência que se articula a um conjunto de práticas. Assim, não se pode engessá-la a formatos rígidos e de forma isolada como técnicas, políticas ou um modelo de produção. Por isso, atuar com base nos princípios da Agroecologia requer a compreensão de que os locais e os elementos que conformam as culturas dos seus atores influem um sobre o outro, e que, portanto, não se pode restringir o termo a uma agricultura livre de pacotes tecnológicos. É importante salientar que, mesmo que esses pacotes sejam nominados de biológicos, podem vir de outras

regiões ou de uma produção padronizada, ou seja, há o risco de não serem adaptados à diversidade local. Por isso, antes de tudo, é necessário compreender que a Agroecologia é o resultado de uma construção social que começa a partir do local em que se insere.

Nessa compreensão, a Agroecologia é realizada por um sistema multidimensional, inter e transdisciplinar, composto pelas ciências que fundamentam as dimensões da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Possui um enfoque sistêmico em que a natureza é vista como um todo, interdependente e complexo. Nele, a realidade é vista de forma integrada, como resultado das interações entre os vários elementos que existem no ambiente. Por meio da visão sistêmica da Agroecologia, é possível entender um local no meio rural como um todo e como parte de algo maior, como a comunidade onde se situa, a região, o bioma da qual faz parte, o país, até ser reconhecida como parte do ecossistema do planeta.

O sistema agroecológico, mesmo alternativo e/ou doméstico, é um sistema que causa impactos no meio onde é estabelecido. Portanto, reconhecendo essas relações, as práticas agroecológicas devem ser desenvolvidas de forma a trazer maior sustentabilidade local quanto considerar a cadeia da qual faz parte. Para essa avaliação, utiliza-se, neste trabalho, as relações entre as mesmas dimensões de sustentabilidade abordadas no capítulo anterior.

A dimensão ecológica está relacionada ao meio ambiente interpretado como o meio onde se sustenta e se desenvolve a vida. Portanto, por essa visão, o objetivo é produzir, viver e consumir sem comprometer a preservação ou a renovação dos recursos naturais ao longo do tempo, já que essa dimensão envolve a preservação, a manutenção e a melhoria de todas as condições favoráveis a ela.

Como a base onde todas as relações entre os seres vivos se desenvolvem e se sustentam, o solo é considerado, pela Agroecologia, como um organismo vivo, pois dele também depende todas as etapas da produção. Assim, o solo é usado como exemplo para iniciar a compreensão do quanto uma dimensão da sustentabilidade interfere na outra.

É pelo solo, por meio das raízes, que as plantas obtêm alimentos para crescer e se desenvolver. Mesmo nas criações de animais são essas plantas que servem de alimento. Assim, a saúde da planta está diretamente relacionada com as condições do solo.

Os nutrientes que a planta precisa em grande quantidade são o carbono, o hidrogênio, o oxigênio, o nitrogênio e o enxofre, por isso são chamados de macronutrientes. Carbono, oxigênio e hidrogênio a planta obtêm pela respiração e pela água. No entanto, o nitrogênio presente no ar e na água não está na forma disponível para as plantas. É necessário que ele seja transformado em formas capazes de ser assimiladas pelas plantas e essa transformação é feita exclusivamente por organismos vivos do solo, como as bactérias e os fungos.

Na agricultura ecológica, todas essas relações são tão importantes que a preservação do solo se constitui a base e o centro de todas as suas atenções, pois se considera que um solo bem conservado, em sua estrutura e constituição química, física e biológica, origina plantas saudáveis, e, portanto, mais resistentes a pragas e doenças e com alta qualidade nutricional. Um manejo adequado do solo produz plantas melhores. Isso dispensa a adição de fertilizantes artificiais, de agrotóxicos e produz plantas de maior qualidade que possuem maior valor comercial. Além disso, aumenta o valor financeiro da terra (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Mesmo quando a produção é destinada apenas ao consumo da família, plantas cultivadas em um solo saudável são mais nutritivas. Ao se fornecer uma alimentação de qualidade para a família, isso contribui com a sua boa saúde, o que pode tornar seus membros mais resistentes a doenças, reduzindo a necessidade de compra de remédios e vitaminas artificiais.

A fim de enriquecer o solo ou repor os nutrientes que já foram retirados pelas plantas, as técnicas agroecológicas utilizam resíduos animais (estercos e compostos orgânicos) e adubação verde, ou seja, o cultivo e a incorporação de plantas ricas em nutrientes essenciais no solo, práticas essas que tem como referência os saberes das populações tradicionais do campo. Isso faz com que os gastos referentes a adubação diminuam ou sejam eliminados e isso representa menos custo para o processo produtivo, afetando diretamente a dimensão econômica.

A dimensão econômica se constitui em um elemento chave para avaliar a sustentabilidade de qualquer sistema. Considerando a articulação entre as dimensões da sustentabilidade, não se trata somente dos valores de produção e produtividade, mas também a sua capacidade de prover outros bens necessários a uma vida digna aos membros das famílias. Além disso, deve ser considerado que os aspectos ambientais influenciam no seu valor econômico conforme foi exemplificado acima.

Facilitado pelo fato de que a produção se concentra em pequenas propriedades familiares, na Agroecologia é valorizada a solidariedade e o compartilhamento de saberes entre as famílias do campo (BRANDENBURG, 2010b). Esse fato, inclusive, pode ter como exemplo os mutirões para a construção de casas e outras benfeitorias, além do preparo da terra, plantio e colheita pelas famílias agricultoras. Essa prática de ajuda mútua, aliada ao trabalho familiar, aproxima as pessoas de forma a permitir organizações sociais e fortalece o ideal agroecológico.

A solidariedade, assim, está relacionada a dois aspectos importantes para a Agroecologia. Um deles é a troca de excedentes de produção, na forma de matéria-prima ou de produtos de consumo e de serviços. Essa troca, por ser inclusive informal, reduz custos e possibilita maior economia para a família. Outro tipo de troca é de sementes e mudas, o que acarreta o uso das sementes sem manipulação genética e a seleção de mudas mais saudáveis de forma natural, o que se articula com a dimensão ecológica. Isso aproxima as pessoas e pode tornar possível a convivência entre grupos de estilos de vida diferentes, mas residentes em um mesmo local. A solidariedade também aproxima as pessoas por intermédio da confiança, o que inspira a organização de pequenos grupos associativos e cooperativos. Essas organizações podem aumentar as chances desses grupos em acessar apoio técnico de qualidade e mercados mais compensadores e também a sua representatividade, articulando-se com uma dimensão política.

Para criar um mercado local forte de produtos e serviços agroecológicos, os saberes tradicionais possuem grande valor, por inspirarem as práticas, como a venda em feiras ou no próprio local de produção. E, como a Agroecologia consiste em um diálogo entre o tradicional e o novo, a fim de diminuir distâncias, recursos tecnológicos digitais podem ser também utilizados. Essas novas formas são as cestas de produtos ecológicos entregues em domicílios ou pontos específicos (com a possibilidade de pedidos e cadastro feita por internet), a venda para a alimentação escolar e outros tipos de compra pública de alimentos, sustentada pelas políticas que estudaremos mais adiante.

A diminuição das distâncias entre quem compra e quem vende reduz a necessidade de manuseio e de intermediários. Além disso, deixa essa venda mais independente de recursos energéticos como o petróleo, o que pode possibilitar melhores preços tanto em relação a custos de produção quanto do produto. Com isso, organizações cooperativas ou associativas de consumidores, de produtores e de

ambos, em conjunto, criam outras formas de adquirir produtos, possibilitando a esses sujeitos maior independência, tanto dos preços praticados na economia de mercado como da padronização do consumo. Essa é, inclusive, uma das formas para viabilizar a permanência dos agricultores familiares no meio rural.

Por ter uma abordagem sistêmica, a Agroecologia entende que existe compatibilidade entre a sustentabilidade da agricultura familiar, a preservação dos recursos naturais, a emancipação socioeconômica e a segurança alimentar. Portanto os seus princípios aproximam-se dos princípios da Economia Solidária, conforme já apontamos anteriormente. É possível verificar, assim, um eixo comum entre ambas, já que entendem o ser humano por uma dimensão sócio-histórica, ou seja, como um ser capaz de refletir, intervir e mudar constantemente sua realidade. Assim, essa mudança constante se faz necessária diante de um quadro de ameaças impostas pelos conglomerados econômicos, nesse caso representados pela agricultura modernizada. Isso significa uma economia que assuma um outro caminho, alternativo ao processo propositalmente construído de forma a favorecer o sistema capitalista que engloba desde a produção ao consumo de alimentos em um modelo cíclico e contínuo.

A economia solidária, por definição, é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Segundo Singer (2002 p. 16),

[...] o objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

A sua característica central é a posse e a gestão coletivas dos meios de produção realizada diretamente por quem com eles trabalham, de uma forma democrática. Ela basicamente demonstra que o trabalho pode ocorrer de forma diferente da forma típica da empresa capitalista, cada vez mais excludente e injusta socialmente. Esses princípios são compreendidos pelos estilos de vida alternativos, entre eles os agroecológicos, por apontarem para estratégias criativas de comercialização, de mobilização de capacidades e vínculos pelas atividades em rede, espaços democráticos de diálogo e articulações com outras organizações, cujos temas envolvem a construção de estilos de vida sustentáveis.

Exemplos dessa articulação são as edições da Jornada Agroecológica, um dos maiores eventos de fomento a práticas agroecológicas do Brasil, realizado anualmente no estado do Paraná. Cerca de 70 entidades participam da organização do evento, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), setores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e organizações como a Terra de Direitos e Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Nessa feira, são comercializados alimentos vindos de Cooperativas da Reforma Agrária, de organizações de produtores orgânicos, produtos da economia solidária, livros, sementes e mudas crioulas e pratos típicos das regiões, produtos fitoterápicos, artesanato e apresentações artísticas temáticas (MST, 2019).

Essa alternativa converge com as dinâmicas que levaram à reinvenção dos sujeitos, de acordo com o abordado no capítulo anterior o que, segundo Singer (2002, p. 111), é um movimento

[...] caracterizado pela volta aos princípios, pela grande valorização da democracia e da igualdade dentro dos empreendimentos econômicos. Isso constitui o uso da autogestão como forma de repúdio à instabilidade e inflexão do assalariamento.

Todos esses aspectos também dão suporte à dimensão social que veremos a seguir.

O ponto de partida da dimensão social é ideia que o meio rural, por oferecer relações que resultam em práticas e representações particulares entre os indivíduos, se consiste em um meio social. A dimensão social na Agroecologia representa a equidade<sup>13</sup> na distribuição de ativos, de terra, de capacidades e de oportunidades aos menos favorecidos e o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos e a um ambiente limpo para todos. É um pilar que compõe a resistência dos povos rurais excluídos pelo modelo hegemônico e o direito geral a uma melhor qualidade de vida por meio de uma alimentação de qualidade e a um ambiente sem poluição (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

É uma outra forma de pensar o meio rural, capaz de romper com o modelo de relações sociais imposto pelo Agronegócio, uma vez que este último leva à exclusão,

---

<sup>13</sup> O termo equidade associado à Agroecologia, neste trabalho, baseia-se nos princípios de promoção da justiça social e da solidariedade.

empobrecimento, desvalorização e perda da identidade dos povos tradicionais do campo. A dimensão social da Agroecologia ajuda a fortalecer a sobrevivência das comunidades tradicionais rurais, pelas práticas que reforçam a importância da cooperação, do trabalho associativo na produção e comercialização de produtos em um modelo diverso ao hegemônico.

Desse modo, o conceito de desenvolvimento rural proposto pela Agroecologia, derivado do repensar sobre o rural:

[...] se baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem. (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 36).

Assim, o repensar dos povos rurais envolve a sua compreensão como sujeitos históricos que reinventam e ressignificam o seu meio, conforme Brandenburg (2010b). Refere-se à sua capacidade não só de resistir, mas serem agentes da sua emancipação e desenvolvimento. Isso tem sustentado a sua permanência no campo, apesar de todo um sistema hegemônico que os condenou ao desaparecimento.

Enquanto sujeitos cuja relação com a natureza é direta e imediata, os povos do campo carregam uma bagagem de conhecimentos empíricos que constituem uma das chaves da sua resiliência. Essa bagagem diz respeito a uma sabedoria obtida por intermédio dos eventos locais e vivências, que se baseia em fundamentos sedimentados por meio da observação direta e da repetição dos fatos. Na agricultura, por exemplo, é a natureza quem dita os ciclos de plantio e de colheita, a programação das atividades de cultivo e as técnicas de uso do solo. Dessa forma, os povos tradicionais desenvolveram suas práticas de trabalho e a maneira de entender o universo que os circunda a partir da convivência direta com a natureza. Por essa razão, a Agroecologia se baseia nas informações sobre os sistemas naturais e produtivos pelos diálogos com os agricultores e outras populações tradicionais locais, a fim de avaliar, planejar e projetar os espaços rurais (TOLEDO; BARRERA-BASSOULS, 2008).

Toledo e Barrera-Bassouls (2008) observaram que os povos indígenas desenvolveram estratégias de sobrevivência ao longo dos anos (dezenas, centenas, talvez milhares de anos) que evitam riscos, pela criação, manutenção e aprimoramento da complexidade geográfica e diversidades ecológica e biológica em



diferentes escalas territoriais. Altieri (2004), compreendeu que os camponeses adotavam diferentes estratégias em seus sistemas de produção que tinham como princípio a manutenção e/ou aumento da biodiversidade. Esse autor concluiu que a biodiversidade é responsável pelo aumento do número e da densidade das interações entre seus componentes bióticos e abióticos, o que leva ao aumento da resiliência local.

Assim, o conhecimento agroecológico, com base na sabedoria das populações tradicionais ligadas à manutenção da biodiversidade, traduz-se na dimensão ecológica como base, mas com o intuito de gerar resultados que se relacionam com as demais dimensões. A diversidade de cultivos permite que obtenham várias colheitas por ano, de acordo com o ciclo de cada espécie. Essa diversidade, uma vez que parte dos produtos é destinada ao autoconsumo, garante segurança e soberania alimentar para a família e para a comunidade. Lembrando que a solidariedade é uma das características dessas populações, por meio dos sistemas de trocas aumenta a disponibilidade de alimentos e diversidade nutricional. Além disso, a satisfação das necessidades alimentares contribui para a autonomia da família em relação ao mercado, não somente na forma de consumo, mas na possibilidade de comercialização de uma gama diversa de produtos e serviços, o que permite renda constante, mesmo em pequena quantidade (SEVILLA-GUZMÁN, 2006; ALTIERI; TOLEDO, 2010).

Pelas relações entre as dimensões observadas até agora, é possível entender que a Agroecologia parte do princípio de que os estilos de vida das populações tradicionais rurais contêm processos peculiares de relações sociais e com a natureza, conforme Brandenburg (2010), de onde partem os conhecimentos responsáveis pelas estratégias que possibilitam a construção de um rural sustentável. Esses conhecimentos são valiosos para transformar as ações no campo por meio de aspectos da vida rural, do saber popular, da economia solidária e outras formas de produzir conhecimento diante da necessidade de se construir ou reinventar modos de vida alternativos ante a perspectiva de insustentabilidade do modelo hegemônico. Assim, costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado e que fazem algum sentido para esses outros modos de vida compõem bagagem que é representada pela dimensão cultural da sustentabilidade. Portanto a natureza, a cultura e a produção são aspectos inseparáveis que constroem conhecimento agroecológico.

Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações são utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, refletem a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado meio social. A partir daí, há uma mescla de saberes de forma a descartar os que causem danos à natureza e expandir aqueles que promovem a sua conservação. O trabalho com a terra, nesse sentido, tem uma finalidade econômica ao mesmo tempo que é uma prática social realizada por sujeitos que se relacionam entre si e com o meio ambiente. Assim, mesmo que os indivíduos e grupos tenham sua propriedade e produção individuais e sua origem em diferentes meios, desenvolvem uma consciência coletiva de somar esforços, dividir custos e atuarem juntos na preservação do meio ambiente para se fortalecerem a fim de ter um mínimo de competitividade com o sistema convencional.

Considera-se, portanto, os saberes tradicionais e locais como uma das chaves da resiliência dos povos tradicionais rurais. Solidariedade, comunidade e empatia fazem parte da cultura das populações tradicionais que reforçam as relações pessoais e atuam diretamente no compartilhamento de experiências e vivências (BRANDENBURG, 2010b). A troca, tanto na forma material como na forma humana, tornam sólida e possível a união entre as pessoas, as valoriza tanto como indivíduo quanto como grupo. E o grupo, enquanto organização social, une esforços para a aquisição de bens, de serviços e de amparo. Assim, a Agroecologia, ao reconhecer a legitimidade desses saberes, incorpora-os às suas práticas e valores.

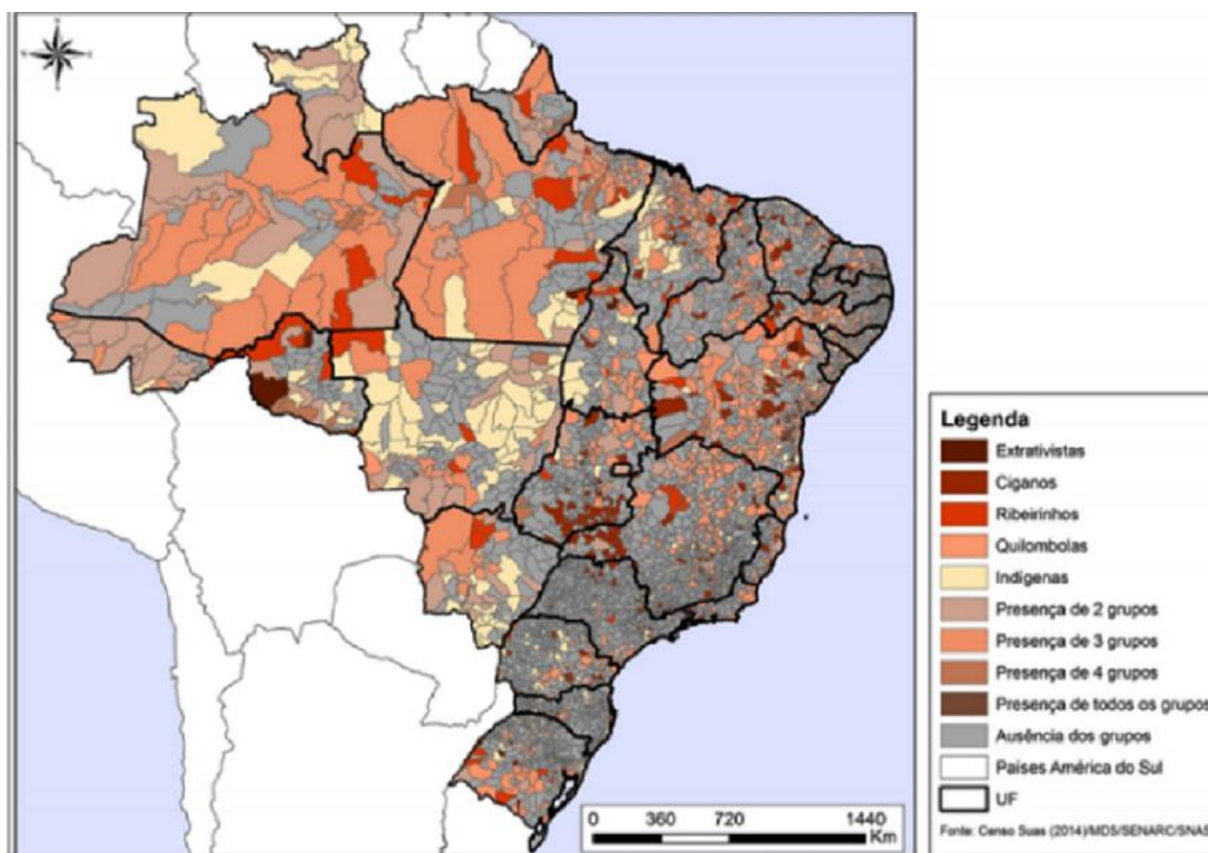
É um movimento articulado e combinado de pessoas, que dele participam por sobrevivência ou por opção, a fim de contribuir com um mundo mais humano e sustentável de vários povos. É por esse movimento que vários grupos sociais, historicamente excluídos, podem recuperar a sua dignidade.

O reconhecimento da diversidade de culturas enquanto riqueza compõe um dado essencial para compreender o quanto os saberes ligados ao modo de vida das populações tradicionais são importantes para um processo de conscientização. Dessa forma, culturas que envolvem solidariedade, respeito nas relações envolvendo seres humanos, cooperação e resiliência têm muito a contribuir se o que se almeja é uma retomada de consciência humanística e a favor do meio ambiente.

É importante, assim, salientar a diversidade de riquezas dos conhecimentos desses grupos. Na Figura se pode observar que esses povos se distribuem por todo o país, em microrregiões com condições diferentes de clima, de relevo, de solo, de

tempo cronológico de desenvolvimento. Assim, cada população é diferente da outra, mesmo sendo classificadas dentro da mesma categoria (quilombos, aldeias, acampamentos, vilas). Um quilombo na Amazônia ou um quilombo no Paraná provavelmente são muito diferentes, significando diferentes culturas, formadas por diferentes conhecimentos. Por isso, técnicas e políticas públicas, por exemplo, devem ser planejadas de forma a abranger os diversos segmentos que caracterizam essa diversidade.

Figura 11 — Presença das comunidades tradicionais pelos grupos identificados



Fonte: Censo SUAS (BRASIL, 2014)

Assim, pela dimensão cultural, a Agroecologia não se resume a técnicas. Conforme Borsatto (2011), a Agroecologia visa gerar todo um modo de pensar e de agir que apontam caminhos de desenvolvimento alternativos aos hegemônicos.

No entanto, outros caminhos, de ordem ética política, são construídos com o objetivo de retomada de consciência a respeito das desigualdades sociais e degradação ambiental geradas pelo modelo hegemônico. Segundo Norder *et al.* (2016),

[...] há desdobramentos na concepção da Agroecologia que vão além do conjunto de ciências, práticas e movimento social, mas também como diretriz de políticas governamentais, parte do sistema de educação formal e também associada a modos de vida, ética, ideologia ou utopia (NORDER *et al.*, 2016, p. 14).

A partir disso, foram organizados outros movimentos culturais que, com a premissa de respeito à natureza, ao mesmo tempo que resgatam a dignidade do ser humano, podem ser usados nos processos de retomada da conscientização ambiental e humanística. Um deles é a arte. Assim, parte-se da arte como um recurso educacional ambiental e social e também como instrumento de expressão da cultura de um povo.

Por intermédio do encontro entre arte e Agroecologia, é possível uma ressignificação do espaço, tempo, natureza, seres humanos e suas relações, o que podem constituir novas possibilidades de trabalho, inclusão e reconhecimento social. É com a arte que os povos conseguem visibilidade, reforçam a sua cultura, expressam seus sentimentos e até mesmo vendem suas obras, aumentando o valor agregado de sua produção. A arte, enquanto integrante da dimensão cultural, articulada às demais dimensões da sustentabilidade, pode integrar os processos de formação humana e cultural, indispensáveis para os processos de transformação política e social.

A dimensão política da sustentabilidade concebida pela Agroecologia desenvolve-se pela construção de sistemas agroalimentares de produção e consumo que se caracterizem por reequilibrar as relações de poder. Assim, segundo Borsatto (2011), os fundamentos políticos da Agroecologia abrangem dois princípios básicos. O primeiro diz respeito ao entendimento de que a natureza, enquanto estruturada por um processo sócio-histórico resultante das suas relações com os seres humanos, não pode ser privatizada. O outro diz respeito à percepção da desigualdade social causada pelas injustiças nos processos históricos onde a agricultura hegemônica se desenvolveu. Por essa forma, a Agroecologia compreende que a desigualdade social foi causada pela concentração de capital, pela apropriação da mais valia gerada pelos trabalhadores rurais assalariados, do favorecimento político ao modelo hegemônico de produção e da desigualdade na distribuição de terras (BORSATTO, 2011).

A Agroecologia, para Caporal e Costabeber (2004, p. 11), constitui-se em um complexo de saberes e práticas com a finalidade de “atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a inclusão política e o empoderamento dos seus atores, por meio de uma ação social coletiva,

de caráter participativo”. Pelo conjunto de todas as dimensões de sustentabilidade vistas até agora, a dimensão ética é a última a ser abordada pois está relacionada a uma perspectiva temporal, inter e intrageracional, que resulta do equilíbrio entre as demais dimensões. É a expressão do entrelaçamento de cada ponto da rede de relações. Dessa complexidade, são obtidos resultados favoráveis ao conjunto de relações sociais justas, na forma de um sistema de produção e consumo de alimentos que se mantenha sustentável ao longo dos tempos, tanto para a geração atual quanto para as gerações futuras.

No momento em que se considera que os princípios da Agroecologia são baseados nos saberes das populações tradicionais, é visível a sua dimensão ética. Esses saberes, conforme a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (2014) são fortemente comprometidos com a sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas

As intensas transformações econômicas, culturais e no mercado de trabalho propiciaram a constituição de novos atores coletivos, conforme Cortes e Lima (2012), na busca de reverter esses quadros de desigualdade. São suas ações que, conforme Rocha (2005), fazem a ligação entre o Estado e a sociedade. E os seus propósitos são a reivindicação de políticas públicas capazes de dar sustentação aos modelos sustentáveis de produção e consumo de alimentos, como o modelo agroecológico.

Essas políticas são voltadas a preservar o meio ambiente, a identidade dos povos do campo, com sua cultura de técnicas de cultivo menos agressivas e a limpeza e saúde dos alimentos ofertados à população. Esse interesse comum é a matriz compartilhada pelos povos rurais e urbanos que é fonte de coesão grupal, em uma relação de dependência (CORTES; LIMA, 2012), na qual a produção de alimentos por uns é comprada por outros, que a usam na sua alimentação. Forma-se assim uma rede de cidadãos que compõem movimentos ecológicos e educativos de empoderamento contra a massificação capitalista de produtos e de valorização do saber tradicional, o qual inspira estilos de vida compatíveis com a busca de uma maior justiça social, preservação ambiental e direito a uma vida saudável a todos os cidadãos e cidadãs.

Por isso, de acordo com Caporal e Costabeber (2002), mesmo que, inicialmente e de forma imediata, os conceitos de Agroecologia sejam entendidos

como técnicas e modelos de produção, por reconhecer a existência de uma relação estrutural de interdependência entre a cultura das sociedades e o meio ambiente, o significado é bem mais abrangente. Essa ciência é formada por várias dimensões que determinam e são determinadas pelas relações entre seres humanos e natureza.

Essas experiências impulsionaram o surgimento da Educação Ambiental que sustenta cursos técnicos e superiores em Agroecologia, quando articulam os campos sociais, científicos e ambientais. Por essa razão, no reconhecimento da Agroecologia como ciência é possível articular a prática com o conhecimento e a partir daí entender a sociedade com valores de sustentabilidade e justiça.

Por toda essa articulação, ampliam-se os conceitos de Agroecologia nesse trabalho para além da produção, ou seja, como ciência e estilo de vida.

#### 4.3 AGROECOLOGIA COMO ESTILO DE VIDA

Conforme as reflexões efetuadas até agora, populações tradicionais rurais brasileiras, entre elas os agricultores familiares, praticam a Agroecologia a fim de preservar a sobrevivência das famílias que as constituem. A relação direta constrói uma dependência mútua: a natureza garante a sua permanência no campo e por isso esses povos orientam suas práticas de sustento de forma a preservá-la. Situações de desequilíbrio ambiental, causadas pelas práticas antropogênicas de exploração dos recursos naturais, podem levar as populações do campo ao seu desaparecimento, exclusão social e pauperização. Assim, a harmonia na relação entre os povos tradicionais rurais e a natureza não é opcional: é a condição que garante a sua sobrevivência.

Por outro lado, os diversos movimentos sociais, ambientais, políticos e educacionais advindos da contracultura e da conscientização, diante da perspectiva de insustentabilidade causada pelo modelo hegemônico, constituíram e organizaram outros novos sujeitos, que não estão necessariamente, no meio rural. Esses sujeitos são resultantes da conscientização a respeito dos problemas sociais e ambientais ante os quadros de exploração comercial da natureza, que envolvem intoxicação por produtos químicos, poluição e degradação do ser humano (JOLLIVET, 1998).

Esses movimentos produziram um despertar para outros estilos de vida, que envolvem relações de produção e consumo de alimentos de forma mais justa com o meio ambiente, assim como ações de preservação e recuperação dos recursos

naturais, mudança da relação ser humano-natureza, transformação das relações sociais e distribuição de renda, alternativos à artificialização dos espaços e urbanização intensiva dos territórios.

Com o acirramento dos conflitos socioambientais que têm atingido o Brasil e a América Latina, resultantes da Revolução Verde, esses movimentos atingiram uma complexidade de outras dimensões. Trata-se de uma forma que reconhece e valoriza os saberes de populações tradicionais, silenciados e marginalizados pelo sistema hegemônico, pelo seu forte compromisso com a preservação dos recursos naturais do planeta (ALIER, 2007).

No período de sua formação, nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, alguns desses modos de vida foram associados de forma genérica ao movimento hippie<sup>14</sup>, e isso envolvia uma classificação superficial de seus membros como anarquistas, comunistas, loucos, românticos e/ou utópicos. Mas, no final dos anos 1980, a sua organização e a relevância na relação entre os temas social e ambiental fez com que comesçassem a ganhar institucionalidade e produzissem adeptos distribuídos por todo o planeta, tanto no meio urbano quanto no rural.

Portanto esse movimento foi resultado das tensões do mundo capitalista dominado pela economia e tecnologia, o que gerou impulsos por mudanças estruturais na sociedade (ELIAS, 1994). Assim, a forma e a qualidade do comportamento humano foram alteradas, o que ocasionou uma busca coletiva por um estilo de vida que possibilite maior independência do mundo material e tecnológico, aproximação da natureza, de seus elementos, de uma cultura sustentada pelo compartilhamento e troca e por uma vida saudável garantida pela soberania alimentar.

Trata-se de sujeitos que escolheram um outro estilo de vida<sup>15</sup>. Nesse sentido, a inversão da ótica sobre as condições que definem e determinam a repetição contínua do estilo de vida hegemônico serve de base para a constituição desses novos sujeitos e, conseqüentemente, outra forma de se relacionar com os outros sujeitos, com o local e com a natureza. Portanto, primando pela sustentabilidade, esses

---

<sup>14</sup> Movimento de contracultura originado na década de 1960, caracterizado por práticas e propostas revolucionárias que procuraram redimensionar valores estéticos, comportamentais e culturais, provenientes das críticas às sociedades ocidentais e suas instituições (GONÇALVES, 2007).

<sup>15</sup> Estilo de vida, neste trabalho, refere-se a maneira de viver, de se comportar, agir e pensar das pessoas, assim como a sua postura perante a vida.

sujeitos constroem seu estilo de vida com a intenção de causar o menor impacto negativo possível a todos os componentes do meio ambiente.

Não se trata de um retrocesso, mas de um movimento colaborativo. Na constituição do estilo de vida desses sujeitos, o moderno se alia ao tradicional, quando é reconhecida a relação natural dos povos tradicionais com o meio, passando a inspirar as diretrizes para a retomada da relação harmoniosa entre todos os seres da natureza. Faz parte das práticas desses novos sujeitos tanto os fundamentos científicos e educacionais adquiridos no sistema escolar formal, nas práticas solidárias entre os grupos e os saberes dos povos tradicionais. Dessa forma, em uma forma alternativa aos modelos sociais autoritários, excludentes e repressores, esses sujeitos refletem nas suas ações o que desejam para a sociedade.

Esse comportamento de transição pode ser explicado por HALL (2006, p. 46) quando se refere à morte do sujeito cartesiano, onde "o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno". As atitudes que provêm dessa necessidade de transição resultam na formação de sociedades mescladas. Originam-se no presente, mas consideram a memória do passado ao valorizar o conhecimento tradicional, pelo desejo de viver em conjunto, pela solidariedade e pela perpetuação da herança. Nas palavras do autor: "um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do estado-nação".

Portanto a opção por um estilo de vida alternativo ao dominante pode ser parcial ou integral. Parte de um despertar, provocado pelos questionamentos sobre a insustentabilidade do modelo convencional e pode se refletir na mudança de hábitos básicos como reciclagem do lixo doméstico, consumo consciente, origem dos alimentos, diminuição dos meios de locomoção à base de petróleo. Atinge um gradiente amplo que abrange desde a escolha de novos hábitos no próprio local de vida até uma mudança mais profunda, que envolve local de residência, trabalho, produção de formas alternativas para a educação formal dos filhos e relações sociais.

Os sujeitos desse movimento também são diversos: podem partir de ambientes familiares onde uma vida alternativa já era incorporada nos seus hábitos ou de uma transformação resultante de uma conscientização nos vários estágios de socialização a partir de instituições (como escola, grupos de vizinhança, grupos religiosos, entre outros) que interferem e definem os caminhos por onde passam.



Trata-se, portanto, de uma diversidade de sujeitos, mas que têm em comum, a busca pelo bem viver, para si, para os outros seres e em harmonia com natureza.

Importante salientar que esse bem viver é um movimento alternativo distinto da lógica de associação com o viver bem apregoada pelo modelo capitalista, que envolve consumo exagerado e acumulação de bens, assim como aparatos tecnológicos que não condizem com a realidade de cada local. Pelo contrário, o bem viver considerado neste trabalho consiste no resultado de uma quebra das fronteiras entre natureza e seres humanos indo ao revés da lógica hegemônica.

Portanto, a fim de desenvolver e consolidar o bem viver, Obrégon (2013) identifica os elementos que compõem a transformação do conjunto de hábitos, pensamentos e ações que envolvem:

- a) igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos, contra a classificação desigual e a identificação racial/sexual/social da população mundial;
- b) diferenças e as identidades não mais como a fonte ou o argumento da desigualdade social dos indivíduos;
- c) reciprocidade entre grupos e/ou indivíduos socialmente iguais, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos;
- d) redistribuição igualitária dos recursos e produtos, tangíveis e intangíveis do mundo, entre a população mundial;
- e) tendência de associação comunal, em escala local, regional ou global, com o modo de produção e gestão diretas, com mecanismo eficaz de distribuição e redistribuição de direitos, obrigações, responsabilidades, recursos, produtos, entre os grupos e seus indivíduos.

Assim, o bem viver quebra os significados construídos pelos modelos capitalistas, em que viver bem é sustentado por acúmulo de bens e individualismo. Essa quebra manifesta-se em vários domínios e, em particular, “em tudo o que toca à simbolização da posição social, como a vestimenta” (BOURDIEU, 1979, p. 25). Por essa razão, sujeitos e grupos alternativos procuram mostrar, por meio do seu estilo de vestir e dos materiais usados na sua vestimenta, um desprendimento dos modelos padronizados do vestuário em massa. Mesmo que isso tenha derivado do sistema convencional, a vestimenta é uma das principais formas de manifestação de posições de negação das normas estabelecidas pelo consumo.

Assim, nessa manifestação, tecidos sintéticos, característicos da produção em massa, são substituídos por tecidos de fibras naturais, em que o conforto e a simplicidade questionam o modismo, por exemplo. E, em outras palavras, é uma comunicação de desobediência ao padrão convencional de vestuário, mesmo que dentro das regras do próprio vestuário, que não demonstra classe social, mas que é contrária à convencionalidade (BOURDIEU, 1979).

Como outro exemplo, a filosofia e hábitos praticados nessa concepção de bem viver envolvem o entendimento da consagração do alimento, em que a principal preocupação é com o respeito à vida e a garantia desse direito para todas as espécies. Também fazem parte desse consumo alternativo, além de alimento, as plantas medicinais e homeopatia, o que ressignifica a natureza, também como agente de cura e de prevenção de doenças. Toda essa valorização das culturas ligadas à natureza significa caminhos para a retomada da consciência humanística dissociada do instantâneo, do visível e do palpável, tão comum na educação e nos costumes convencionais. Sua economia se identifica com a solidária, seu modelo de produção respeita a natureza e os seres humanos têm uma preocupação ética que se expande de forma a conscientizar o maior número de pessoas possível, por uma proposta educacional, formal ou não, que vise não apenas habitar uma sociedade, mas construir outro mundo.

O ponto de partida para a transformação em modos de vida alternativos com base no bem viver é o questionamento profundo das necessidades materiais simbólicas preconizadas pelo modelo hegemônico, como o desejo de consumo originado pelo apelo midiático que transforma escolha em obrigação. A motivação para esses questionamentos é a simplicidade e a simplificação da vida quando se identifica o que é essencial para o bem viver e o que é descartável, visando éticas e valores não mercadológicos. Dessa forma, o questionamento abrange a real necessidade dos produtos e a maneira de apropriação<sup>16</sup> desses produtos e/ou bens, a fim de compor uma relação harmoniosa com todos os seres e o meio onde vivem.

A relação harmoniosa é, portanto, construída considerando a totalidade da vida. São esses valores e saberes éticos que orientam os modos alternativos de vida

---

<sup>16</sup> As formas de apropriação de produtos e bens, neste trabalho, referem-se ao questionamento sobre a propriedade dos bens ou produtos, ou seja, se eles podem ser socializados ou são necessariamente de uma posse privada.

por meio de outros modos de produção, de relações sociais e de consumo. Assim, a busca por estilos de vida alternativos deriva-se das conclusões acerca da necessidade real de produtos materiais e de sua quantidade, o que orienta e organiza práticas diversas (BOURDIEU, 1979). Ante as decisões sobre dispensa ou diminuição do consumo, Obrégon (2013 p. 47) conclui que “Nestas condições, bem viver, hoje, só pode ter sentido como uma existência social alternativa”. Por essa razão, a distribuição das relações de poder abandona a lógica de mercado convencional.

Observa-se, portanto, que um estilo de vida que busca, antes de tudo, a harmonia com a natureza, considera a Terra como um ser vivo e que o equilíbrio sustenta um ambiente complexo capaz de promover as melhores condições para a existência de vida no planeta (LOVELOCK, 1987). Assim, a ecologia é tida como um dos pilares do resgate da consciência, o que é abordado em Mires (2012) quando compreende a sua trajetória de ciência pura para uma consciência coletiva.

Esse cuidado e proteção às diferentes formas de vida, quando reconhece a sua contribuição no conceito do bem viver, possibilita a compreensão sobre o papel desempenhado pela Agroecologia e pelos movimentos de resistência de bases agroecológicas nos tempos atuais. Diante desse quadro complexo de alternativas que ultrapassa as fronteiras da convencionalidade, a Agroecologia, por constituir não somente práticas, mas também a consciência, a ressignificação e a reconstrução das relações e dos hábitos, determina um estilo de vida que permita a sobrevivência e uma coexistência digna para diversos grupos sociais e demais espécies vivas da Terra.

Assim, o modo de bem viver pode encontrar na Agroecologia a sua identidade como chave para uma transformação social, quando a entende como uma forma de ressignificar a relação das pessoas com o território em que vivem e de repensar as relações sociais, de educação, de trabalho, de produção e de consumo. Essa identificação constitui ações que podem apoiar fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que desqualifica a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta. Nessa concepção, essas propostas conjugam as premissas de cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional.

O entendimento da Agroecologia como além de só uma ciência ou forma de produção, mas de um complexo de ciências, saberes e hábitos que possibilita a transição para sociedades sustentáveis, considera não só a transformação de todo o

processo de produção agrícola, mas uma profunda reconfiguração das relações condicionadas pelo modelo hegemônico, que estruturam as ciências, as tecnologias e as sociedades de maneira geral. Caldart (2012, p. 64) refere-se a ela como “inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa da recuperação dos territórios, pelas reformas agrárias e urbanas, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade.”

A Agroecologia, assim, fundamenta o sentido de cada ação a partir dos elos que estabelece com as outras ações. É a convergência de várias diversidades individuais (rurais, urbanas, tradicionais, modernas) cujo conhecimento e a prática se congregam em um coletivo. A convergência de individualidades em que o elo comum é a transformação dos modos de vida com o objetivo de uma vida melhor pode ser compreendida no pensamento de Paulo Freire, quando considera que:

[...] se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p. 33).

Assim, o modo alternativo de vida na busca do bem viver, quando se identifica com a Agroecologia, constitui-se como um conjunto mudanças culturais que devem dialogar com os demais temas: ecológicos, sociais, econômicos, políticos, institucionais e éticos. Tais mudanças devem comprometidas com o bem viver e com a melhoria das condições existenciais da humanidade e das demais espécies que compartilham ou virão a compartilhar o planeta. E, conforme já visto neste trabalho, essa rede de temas compõe a sustentabilidade das sociedades, já que envolve questões como uso racional da terra e dos demais recursos naturais, educação, saberes, solidariedade, representação e participação política, economia, cultura, espiritualidade e posicionamento frente às mudanças socioambientais locais e globais.

De acordo com Moraes *et al.* (2017), essa transformação acontece a partir do alinhamento de aspectos sociais e ambientais na busca por sociedades sustentáveis por dois processos sincrônicos e mutuamente dependentes. Um deles é trabalhar-se interiormente, a fim de se aprimorar-se como ser humano. Assim, o despertar começa como um momento próprio e individual em primeiro instante. Inicia-se por conhecer a

si mesmo para depois conhecer os outros, amar e reconhecer a si para depois amar e reconhecer os outros.

Envolve sabedoria, a fim de superar a cegueira de apenas enxergar os fatos de forma isolada e não como integrantes de uma rede; quietude e paz interior para rebater a mente inquieta causada pela cobrança excessiva e pelas necessidades básicas não supridas e frustração que precisa ser compensada; amor empático como forma de desarmar o isolamento e o individualismo; a devoção como busca do sentido além do simples propósito de “crescer e reproduzir” e que se ancora na fé e entrega à corrente da vida, assumindo que tudo é mutável e relativo (NARANJO, 2015; CAMPBELL, 1988).

O outro aspecto envolve pensar e agir local e globalmente, de forma a apoiar a constituição de formas de organização social, de fazer política e de construir economias, instituições, estruturas, relações e espaços educadores alternativos ao modelo hegemônico. A transformação é um despertar para o autoconhecimento, para o reconhecimento de grupo e da coletividade na forma de cooperação e colaboração para muitas das necessidades e buscas do ser humano. Compreende, inclusive, os diferentes saberes tradicionais para resgatar e solidificar a sabedoria no que fortalece a retomada da consciência humanística.

Assim, nesse universo existe uma ordem social que possibilita a harmonização entre o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e as exigências feitas pelo trabalho coletivo de muitos no tocante à manutenção do social como um todo. Essa reflexão corrobora com Elias (1994 p. 16), quando observa que não há um abismo que separa o individual do social, pois, “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos”. Dessa forma, no entendimento do bem viver, enquanto estilo de vida alternativo, o desenvolvimento de um está intimamente ligado ao do outro, como um sistema de rede em que a dissociação é inconcebível.

A busca pela redistribuição justa do bem viver como um ideal almejado para uma sociedade sustentável originou-se da crise socioambiental. Isso abriu espaço para o questionamento da racionalidade econômica e tecnológica dominante e exigiu transformações nas sociedades. As consequências dessa crise, portanto, levaram as sociedades a internalizar outros valores sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social. Sendo assim, novas abordagens, ou ressignificação das já

existentes, resultaram em um processo de construção de sociedades alternativas ao modelo dominante.

Ao contrário da preocupação ambiental orgânica dos povos tradicionais, em que natureza significa sobrevivência e, portanto, a relação harmoniosa faz parte da sua cultura, os estilos de vida alternativos, enquanto motivados por escolhas, podem ser considerados recentes. As escolhas por alternativas de bem viver, enquanto originadas por uma reflexão a respeito das consequências ambientais e do modelo econômico, são movimentos novos. No momento em que essa reflexão ocorre buscando outros modos de vida que não reforcem nem contribuam na perpetuação do modelo de exploração da natureza e dos seres humanos, isso constitui uma tensão. Trata-se de uma reação ao modelo fixado pelo convencional, que tem no seu cerne interesses econômicos e financeiros, já que quanto mais lucram com as dinâmicas atuais, mais dificultam qualquer chance de transformação.

Assim, considerando que as sociedades contemporâneas foram desenvolvidas historicamente nesse modelo, a transição para outros modos de vida é um processo desafiador. São confrontadas, dessa forma, estruturas históricas moldadas, até então, segundo as estruturas do que é perceptível, pensável e julgado razoável pela visão do modelo hegemônico (BOURDIEU, 1996). São reflexos da interação das categorias que constroem o mundo social, como as culturas de família, as educativas e as de trabalho, a fim de repetir as condições favoráveis a essa dinâmica. Isso significa que, segundo Bourdieu (1979), a família, a escola e o meio, enquanto construídos pelo sistema dominante, não só reproduzem as desigualdades sociais, como legitimam inconscientemente essa reprodução. Nesse caso, são ferramentas de fomento dessa dominação que compõem uma autoridade cultural que inculca um conhecimento sem reconhecimento, a fim de sustentar, revalidar e contribuir com a sua continuidade.

Ainda, segundo Bourdieu (1979) a lógica do campo e a situação que seus agentes ocupam dentro dele também permitem uma liberdade, mesmo limitada, para perceber, pensar e agir. Essa liberdade pode ser exercida de forma individual, por meio das percepções e das determinações das escolhas pessoais, quanto de forma coletiva, dentro da própria instituição social.

Tanto nas escolhas pessoais, quanto naquelas que fazem parte das regras das primeiras instituições em que o indivíduo se relaciona, de acordo com o descrito em Bourdieu (1979), a aptidão para pensar objetos quaisquer e ordinários é

determinada pelo capital cultural, herdado no convívio familiar ou adquirido na vivência escolar. Dessa forma, as mesmas estruturas que compõem o campo de estilo de vida, de acordo com a disposição de seus capitais<sup>17</sup> podem impossibilitar, permitir e/ou promover percepções, formas de pensar e ações tanto a favor quanto conflitantes com o modelo de dominação, de forma proporcional a essa liberdade. Assim, dentro de um mesmo espaço social, cada integrante tem seu ponto de vista que, dependendo da posição em que ocupam, podem traduzir-se em conservar esse meio ou transformá-lo (BOURDIEU, 1979).

Partindo desse princípio, observa-se que a opção por um modo alternativo de vida pode ter sido provocada inicialmente, na própria família, quando incorporados os valores de conscientização ambiental articulados com os sociais, como os inspirados nos movimentos iniciados em 1960. Uma outra situação é a de que, com o desenvolvimento das individualidades, a não identificação com hábitos convencionais praticados pela sua família pode ter resultado em uma indisposição pela repetição desse estilo de vida.

E isso, referendado pelos processos educativos conscientizadores, formais ou não, que fizeram parte do desenvolvimento dos sujeitos, acaba por transformar essa não identificação na formação de um outro grupo social com os mesmos interesses alternativos. Nesse caso, a constituição de grupos de sujeitos com o mesmo ideal de vida pode resultar tanto da conjunção quanto da oposição de “dois modos de aquisição da cultura: o aprendizado total, precoce e insensível, efetuado desde a primeira infância no seio da família, ou o aprendizado tardio, metódico, acelerado, que uma ação pedagógica explícita e expressa assegura” (BOURDIEU, 1979, p. 15).

Em outras palavras, a opção por um outro estilo de vida pode ter sido já concebida na infância e ser continuada por um processo educacional alternativo ou então ser gerada por esse último, após os questionamentos sobre o primeiro. Assim, uma proposta educativa questionadora e crítica é capaz de transformar a realidade dos estudantes, por um despertar, ou por contribuir com as referências que esses sujeitos já estavam construindo. Isso justifica a procura de um sistema educacional

---

<sup>17</sup> Além do econômico, que compreende a riqueza material, Bourdieu (1999) considera como capitais: o cultural, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, o que corresponde ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares; o social, que compreende o relacionamento e a rede de contatos; e o simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, como o prestígio e a honra.

alternativo por sujeitos portadores ou dispostos a encontrar referências em modos de vida também alternativos.

Assim, a percepção da crise de sustentabilidade, enquanto causada pelo modelo hegemônico, começa dentro do campo desse próprio modelo. Atua por uma reflexão, dentro dos próprios limites, sobre as restrições inculcadas e até então aceitas que apenas reforçaram e fomentaram esse modelo. Sendo assim, o próprio questionamento de condutas, relacionado com a necessidade de mudança a fim de transformar valores e práticas que até então conformam a estrutura estruturante do *habitus*<sup>18</sup> que causou a crise, provoca uma conscientização.

Portanto a liberdade proporcionada diante das regras dominantes nos campos de família e de educação em que se inserem, permite reflexões quando as questiona. A liberdade, dessa forma, pode conferir ao campo um conflito entre os agentes que o dominam e os demais, isto é, entre os agentes que monopolizam os capitais específico do campo, que é exercida pela via da violência simbólica<sup>19</sup> contra os agentes com pretensão à dominação (BOURDIEU, 1979). E, provocado por essa conscientização, a busca por alternativas resulta em um novo *habitus*, com outro enfoque, o que dará a base para sua estrutura.

Em outras palavras, é proposto um outro estilo de vida que não condiz com as regras dominantes e nem é determinado pela busca ao cumprimento dessas regras. Transpassa a linha única determinada entre posse e busca pela posse: é alternativo. E é essa base, quando é externalizada e partilhada no coletivo, causa pontos de identificação que constitui a convergência e a comunhão entre os novos *habitus* na construção de grupos sociais alternativos. Verifica-se, portanto, que as disposições, adquiridas pela experiência vivida pelos agentes sociais, indivíduos ou grupos, incorporam um *habitus* gerador, variam no tempo e no espaço (BOURDIEU, 1996).

Ao concluir que os interesses específicos determinados pelo modelo hegemônico se revelaram incompatíveis com um estilo de vida sustentável, as estruturas mentais pelas quais os agentes sociais repensam as suas relações entre si

---

<sup>18</sup> O *habitus*, segundo Bourdieu e Saint-Martin (1976), é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada.

<sup>19</sup> Violência simbólica é o resultado de um conjunto complexo de ações infra conscientes, de cada um dos agentes e cada uma das instituições dominantes sobre todos os demais, necessária para todo campo se reproduzir (BOURDIEU, 1996).



e com o meio, após a conscientização geram outras visões de mundo que contribuem para a construção desse mundo. E o modo de viver alternativo constrói, pela identificação de valores comuns, a sua estrutura com um grupo social na transformação para uma sociedade sustentável.

É a busca pela sustentabilidade que constitui um modo de viver alternativo, cuja lógica, própria, foi construída a fim de quebrar o que é reproduzido, irreduzível e que rege o campo do estilo de vida. Assim, o rumo à insustentabilidade tecido pela estrutura do modelo hegemônico constrangeu os agentes nele envolvidos, o que fez com que a necessidade de transformação compusesse um campo de lutas em que os agentes, conforme suas posições relativas no campo de forças, atuaram nessa transformação (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, no próprio campo do modo de viver, o despertar, que envolve a transformação de hábitos e ações contrárias à uma dominação, depende das relações dos indivíduos estabelecidas e construídas nas instituições por onde passam. O esquema de ação, de percepção e de reflexão é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências.

Após o estudo de como se constroem e se relacionam as dimensões da sustentabilidade na Agroecologia, é possível compreender o quão complexo é construir, realizar e executar formas de produção e consumo de alimentos e de relações sociais que não correspondam ao sistema hegemônico. Essa construção encontra muitos obstáculos, seja pelas diversas formas de resistência, pela escassez na provisão de condições favoráveis e pelas dificuldades impostas a fim de assegurar a continuidade do domínio absoluto do modelo capitalista. A fim de compreender em que consistem esses obstáculos, passaremos a abordar, a seguir, as limitações encontradas nas práticas de Agroecologia.

#### 4.4 LIMITAÇÕES DA AGROECOLOGIA

Durante a primeira parte deste trabalho, foi possível entender que as populações rurais tradicionais possuem características próprias responsáveis pela sua resiliência, resistência e permanência no campo, apesar do cenário intenso, apelativo, constante e retroalimentado de favorecimento ao sistema hegemônico.

No entanto, apesar de todas as características de resiliência das populações do campo brasileiras, na tabela a seguir é possível observar que, à exceção do que

aconteceu no início do período da Revolução Verde (1960 e 1970), a população no meio rural só vem diminuindo ao longo dos anos. O censo demográfico realizado em 1980 já demonstra uma diminuição nessa população, ligado, entre outros fatores, às consequências da modernização da agricultura no país.

Tabela 2 — População residente no meio rural, segundo os censos demográficos de 1970 a 2010 (habitantes)

Ano				
1970	1980	1991	2000	2010
41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618	29.821.150

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática — SIDRA (IBGE, 2019)

Ainda de acordo com as tabelas levantadas por dados do SIDRA (IBGE, 2019) no período de 1970 a 2010, observa-se que a população rural na faixa etária de 15 a 24 anos diminuiu, e essa queda é mais acentuada na faixa etária de até 19 anos. Já a quantidade de pessoas acima dos 25 anos aumentou e esse aumento foi concentrado para população rural acima dos 45 anos (Tabela 3). Assim, observa-se que, pela supressão de oportunidades, o modelo hegemônico tem impulsionado a migração de jovens do campo para a cidade, já que estes não veem nenhuma chance de viver dignamente do trabalho agrícola. Essa queda só não foi mais acentuada pois a partir de 2003 até 2016 houve uma forte implantação, por parte do governo federal, de políticas públicas voltadas à população do campo, inclusive com a criação, no período, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Maior detalhamento será apresentado no item 4.5 desta tese.

Tabela 3 — População total residente, rural e urbana no Brasil, por faixa etária, em 1970 e 2010

FAIXA ETÁRIA	1970		2010	
	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA
15 a 17 anos	4.540.106	5.779.561	1.864.757	8.493.117
18 ou 19 anos	3.502.255	4.895.779	1.087.114	5.545.884
20 a 24 anos	2.630.461	3.771.880	2.539.124	14.706.068
25 a 29 anos	2.264.799	3.412.203	2.331.457	14.772.957
30 a 34 anos	1.990.625	3.062.123	2.132.591	13.611.921
35 a 39 anos	1.736.672	2.739.267	1.913.172	11.975.407
40 a 44 anos	1.386.161	2.138.380	1.821.935	11.187.429
45 a 49 anos	1.190.506	1.744.471	1.651.958	10.181.394
50 a 54 anos	919.015	1.393.672	1.432.063	8.708.339
55 a 59 anos	730.434	1.086.415	1.250.747	7.025.474
60 a 69 anos	475.799	768.489	1.834.970	9.514.960

Fonte: SIDRA (IBGE, 2019)

Assim, enquanto modelo de agricultura alternativa relacionado à pequenas propriedades rurais, com uso de força de trabalho familiar, as limitações da Agroecologia, de acordo com Pazmiño *et al.* (2017), podem ser sintetizadas como:

a. dificuldades no acesso a recursos produtivos: falta de suprimentos, sementes, crédito, acesso à terra, o que, em conjunto, dificulta a reprodução do modelo das populações tradicionais;

b. intermediação: os grupos de intermediários e os distribuidores não agrícolas, pela possibilidade de lucro e por não carregarem os custos de produção, são os que mais lucram na cadeia produtiva, especialmente atacadistas e supermercados. Não é coincidência que os grupos econômicos que mais têm crescido sejam supermercados, atacadistas, usinas de beneficiamento e distribuidores. Dessa forma, os canais de comercialização impedem a agricultura alternativa de ser viável e sustentável, por serem os mais lucrativos e os que controlam os preços;

c. reprodução de lógicas produtivas hegemônicas: em muitos casos, devido às limitações citadas no item “a”, as unidades produtivas de agricultura familiar incorporam a lógica de mercado, fornecendo matéria-prima e força de trabalho. Conforme o que foi visto anteriormente, se as empresas compradoras dessa matéria-prima condicionam o tipo de cultura agrícola, o preço de compra, as práticas tecnológicas e o pacote de insumos, muitos agricultores familiares acabam, por necessidade de sobrevivência, fazendo parte desse tipo de dinâmica.

Essas razões se apresentam como as limitações mais importantes para os modelos alternativos de agricultura, pois romper com o modelo hegemônico é um desafio quando estes estão cercados pelo capital econômico. Nesse modelo, os ganhos, durante todas as fases do processo produtivo até o consumo, são concentrados nas grandes corporações, com a colaboração dos Estados, interessados na sua parte representada pelos impostos. Diante desse quadro de dominação, previsões negativas a respeito de um mundo mais sustentável em todas as suas dimensões poderiam ser facilmente estimadas.

Por outro lado, ao se observar a resiliência dos povos do campo, é possível concluir que essa forma de vida pode ser a inspiração para sair dessa lógica insustentável de trabalho e da natureza, de modo a fortalecer outras formas de relações produtivas. Assim, é viável a busca de um mundo sem desigualdades sociais,

situado sobre um ambiente sadio de ecossistemas equilibrados, produzindo alimentos saudáveis para todos e com as populações tradicionais vivendo com dignidade.

Em relação às práticas dos estilos de vida alternativos, há de se considerar as condições que envolvem uma conscientização social que reconhece o outro com seu semelhante, também influenciadas pelo capital cultural. A capacidade de estruturar os processos de decisão deve permitir utilizar os recursos de maneira adequada aos objetivos reais de humanidade. E quando se considera humanidade, está implícito nesse conceito uma série grupos humanos distintos, determinados historicamente, e cujas especificidades demandam sensibilidade. Se a intenção, após identificar as fragilidades de um local é transformar essa realidade, isso não se faz repetindo os mesmos processos de dominação, quando se isola o conhecimento acadêmico como princípio altamente distintivo de classificação social.

Ao se condicionar a quantidade de conhecimento à posição social e econômica que os sujeitos ocupam, pode se adquirir o mesmo risco de assumir uma posição de racismo cultural, o que não deixa de derivar do modelo hegemônico (BOURDIEU, 1979). Dessa forma, planos político pedagógicos, projetos de ação e políticas públicas devem ser construídos de forma a escutar os sujeitos para quem elas se destinam. Por essa razão, se o almejado é transformar uma realidade, as relações devem se construir a partir do diálogo e com respeito às culturas dos grupos envolvidos. Dessa forma, a conscientização é resultado de um processo de transição entre o convencional hegemônico e o alternativo.

Portanto é difícil imaginar qualquer mudança, principalmente quando contesta um sistema dominante, sem uma ampliação radical do nível de conhecimento dos desafios por parte da população. Envolve, dessa forma, aspectos sociais, políticos e culturais. Assim, os estilos de vida e o modo de produção alternativos relacionados com a Agroecologia derivam de contribuições em diferentes esferas das políticas públicas e das universidades, quando formam recursos humanos capazes de selecionar ações concretas, que repensem e recuperem formas de participação e de organização local e regional, a fim de implantar projetos de sociedades sustentáveis a partir de agora e considerando um futuro possível.

Essas ações concretas podem se traduzir de duas formas. Uma delas é feita pelas reivindicações junto aos governos por políticas públicas que protejam e incentivem os povos tradicionais rurais e promovam as suas práticas em qualquer segmento da agricultura. E outra é realizada pela educação como dinamizadora de

um processo de mudança ante a perspectiva de insustentabilidade gerada pelo modelo hegemônico da produção e consumo de alimentos. Assim, a Agroecologia em suas especificidades complexidades, passa a ser estudada como uma estratégia para a construção de um rural realmente sustentável.

Dessa forma, essas duas formas de ações, pela sua constituição, serão estudadas, detalhadamente, nos itens a seguir.

#### 4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGROECOLOGIA

A construção das políticas públicas em Agroecologia no Brasil foi marcada pela forte atuação das organizações da sociedade civil, de forma a tornarem sua construção a partir do social. Essas políticas são voltadas para a regulação do sistema agroalimentar e para a promoção de agriculturas alternativas. Elas partem do entendimento sobre a importância de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável pela criação e proteção a condições mínimas de viabilidade, assim como o incentivo, melhoria e desenvolvimento do meio rural ante o rumo ao insustentável pelo nosso atual sistema econômico.

Para a elaboração das políticas públicas brasileiras que dizem respeito à Agroecologia, os setores da sociedade formados principalmente pelas pessoas do campo, pelas pessoas que se preocupam com o meio ambiente e pelos consumidores passaram a constituir coletivos que demandam do Estado políticas de sustentabilidade pela articulação das dimensões abordadas nos capítulos anteriores. Dessa forma, as políticas públicas em Agroecologia compreendem normas constitucionais, leis e regulamentos, a fim de que o país e suas regiões sejam autossuficientes na produção de alimentos, pela promoção da viabilidade das economias locais. Constituem-se como exemplos as políticas de reforma agrária, crédito, assistência técnica, extensão rural agroecológica, proteção aos povos tradicionais, soberania e segurança alimentar.

O ponto de partida dessa formação é o direito humano à alimentação adequada (DHAA), que além de uma alimentação saudável, atinge outros aspectos a ele relacionados, como o acesso a água e terras com aptidão agrícola e a um sistema de produção independente da escassez, da oscilação de mercado e dos preços altos dos produtos derivados do petróleo. Consideram também que o modelo agrícola baseado no uso de substâncias tóxicas prejudica a saúde e a continuidade da

soberania alimentar. Na elaboração dessas políticas, é considerado que a agenda parta da sociedade civil, mas que cabe às instituições do Estado a responsabilidade de elaborar políticas públicas para garantir uma vida saudável as pessoas, de forma estruturante e sustentável (BRASIL, 2014).

Dessa forma, as políticas públicas em Agroecologia consistem em iniciativas como a equidade na distribuição de alimentos saudáveis, a valorização da identidade das pessoas do campo e populações tradicionais, o acesso e permanência na terra, o crédito rural e a assistência técnica. Essas iniciativas são consideradas como as melhores bases para programas públicos que visem o respeito ao meio ambiente, aos sujeitos do campo e a garantia de segurança alimentar e nutricional para todos.

#### 4.5.1 Histórico das políticas públicas em Agroecologia no Brasil

Para sistematizar datas e acontecimentos relevantes, o quadro a seguir situa no tempo a construção das políticas públicas em Agroecologia no Brasil, seguida de seu detalhamento.

Quadro 1 — Histórico dos marcos relevantes para a construção de políticas públicas no Brasil

ANO	MARCO
1955	Estabelecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
1983	Instituição do Projeto Tecnologias Alternativas
1988	Nova Constituição Brasileira, com o direito à terra e fortalecimento da agricultura familiar como marco regulatório
1989	Início da COLMEIA, primeira feira agroecológica do país, no Rio Grande do Sul
1995	Implantação do piloto dos Projetos Demonstrativos do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura; Ampliação do PNAE
1996	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
1997	Instalação do Projeto Lumiar
2002	Constituição da Articulação Nacional de Agroecologia; 1º. Encontro Nacional de Agroecologia
2003	Criação do Programa Fome Zero, pelo Governo Federal; Fortalecimento do PNAE; Criação do Programa de Aquisição de Alimentos Início da regulamentação da produção agrícola orgânica
2006	Instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional
2010	Inclusão da alimentação entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal;

	implantada a Política Nacional de Assistência Técnica
2012	Lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
2013	Instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — Brasil Agroecológico
2014	Construção da Rede Ecoforte
2016	Segunda fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Fonte: Portal Brasil Agroecológico (BRASIL, 2021)

A primeira relação da Agroecologia com as políticas públicas de soberania alimentar e de saúde coletiva inicia-se em 1955 com o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE) (BRASIL, 1955), pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Por esse decreto, estabelece-se a oferta de alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Isso consiste no repasse de valores financeiros, do governo federal, para os estados, municípios e escolas federais, para a cobertura de 200 dias letivos de merenda, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Essa relação inicial se faz compreendendo que esse programa se constitui em ações voltadas para o combate à situação de insegurança alimentar<sup>20</sup> (PEIXINHO, 2013).

Porém o movimento por políticas públicas de apoio à agricultura familiar intensifica-se na década de 1970, como resultado de uma ação de resistência organizada pelos movimentos dos agricultores familiares ante a política econômica da época.

O modelo de agricultura da Revolução Verde, que sustenta o agronegócio, significou a internalização de uma racionalidade que prioriza o setor financeiro. Assim, os arranjos políticos, voltados para atender propósitos econômicos dos grandes grupos industriais capitalistas, tem deixado os pequenos produtores em desvantagem para participar do ciclo econômico. Para entender esse fato, é possível observar a dinâmica da oferta de serviços básicos, presente em Arretche (2015). Segundo os dados apresentados pela autora, a abertura da oferta de serviços de coleta de lixo, rede geral de esgoto, rede de água e energia elétrica, de 1979 a 2010, concentrou-se na região Centro-Oeste, com um aumento menor nas regiões Sul e Sudeste, o que coincide com a implantação dos territórios ocupados pelo agronegócio no Brasil.

---

<sup>20</sup> Insegurança alimentar é a falta de disponibilidade e/ou acesso aos alimentos.

Nessas condições, segundo Fraser (2007), os arranjos econômicos existentes negaram aos agricultores familiares as necessárias condições objetivas para a paridade participativa, tanto entre os segmentos produtores quanto aos consumidores. Dessa forma, a perspectiva passa a ser não somente ecológica, mas também social e política, pois a agricultura brasileira torna-se uma questão política que demanda estratégias de revolução social. Portanto, segundo Brandenburg (2010b, p. 427), “as políticas de intervenção socioambientais devem ser concebidas na perspectiva de uma lógica diferente daquela do período da modernização”.

É outra forma de ver o mundo, partindo de uma reapropriação da natureza, tão explorada pelo modelo de agricultura intensificado no período da Revolução Verde. Uma mobilização da sociedade parte dessa reapropriação, reconhecendo a sua relação direta entre natureza e os seres humanos. Com a divulgação de que o índice de câncer pode estar diretamente relacionado com a saúde dos alimentos, argumento presente em Garófalo *et al.* (2004), consumidores urbanos passam a procurar alimentos mais saudáveis, aliando-se aos movimentos por uma outra forma de agricultura.

Diante desse quadro, em 1983, surge o Projeto Tecnologias Alternativas, com o objetivo de melhorar a produção, renda e nível de vida das comunidades camponesas. No período, foram pensadas alternativas tecnológicas para a agricultura para a sobrevivência do campesinato brasileiro, derivadas do movimento de reapropriação da natureza, que na época recebeu sua primeira denominação: agricultura alternativa. Posteriormente, na Constituição Brasileira de 1988, considerada a mais liberal e democrática que o país já teve, a garantia dos direitos civis passa a ser a preocupação central. Segundo Carvalho (2001), essa constituição recebeu a denominação de Constituição Cidadã. Como marco regulatório, definiu o direito à terra e o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 1988), o que originou, posteriormente, as políticas voltadas à Agroecologia e à produção orgânica de alimentos.

Entendendo a alimentação como condição essencial à vida, os agricultores familiares, enquanto integrantes indispensáveis do processo produtivo de alimentos, devem ser protegidos e incentivados pelo Estado por meio de políticas públicas que garantam a essas pessoas permanecer e trabalhar no campo com dignidade. Com base nesse entendimento, a Constituição de 1988 estabelece como princípio a função social da terra e possibilita a desapropriação para reforma agrária:



Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

Isso permitiu que uma parte das terras cultiváveis no Brasil não fizesse parte do modelo de acumulação de capital e instituiu entidades jurídicas de unidades de conservação que permitem a ocupação humana.

Segundo Carvalho (2001), a retomada da supremacia civil em 1985 se fez, até agora, sem retrocessos. Assim, o período de 1985 a 2002 foi fundamental para acumular embriões de políticas públicas. No Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra (1989-1992), é iniciada a COLMEIA, primeira feira agroecológica do país, organizada de forma cooperativa. Essa feira deu origem à Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), que completou 30 anos em 2019 e construiu-se sobre a ideia de um espaço de comercialização de alimentos livres de agrotóxicos, que se tornou um ponto de encontro e de convergência de pessoas, grupos sociais e entidades interessadas em Agroecologia, agricultura familiar, gastronomia e defesa do meio ambiente.

Em 1995, em consequência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO 92), é implantado pelo Ministério do Meio Ambiente o piloto dos Projetos Demonstrativos, que fez parte do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura. Os objetivos desse piloto eram os de demonstrar, por meio de experiências inovadoras, a possibilidade efetiva de construção de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação dessas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais (CORDANI *et al.*, 1997).

Também a partir de 1995 efetivou-se uma importante ampliação do PNAE, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, cobertura populacional e estratégias operacionais, bem como em sua concepção ou ressignificação como política pública ou programa social em alimentação e nutrição do escolar no contexto da sociedade brasileira.

Em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como principal política o apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, por meio de empréstimos a produtores familiares (BRASIL, 1996).

O PRONAF originou outras políticas e programas importantes que foram desenhados a partir de sua implementação, com a intenção da continuidade do apoio à agricultura familiar, ampliando e incorporando as linhas de crédito aos produtores mais pobres e às instituições que representam os movimentos sociais do campo, como o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Em 1997 é instalado o Projeto Lumiar, proposta de assistência técnica de caráter descentralizado, desenvolvida pelo governo federal até o ano 2000, que visou atender os assentados pela reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O projeto teve o objetivo de

[...] viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional (INCRA, 1997, p. 4).

Fazem parte do projeto os agricultores assentados, por intermédio de suas organizações: o INCRA; as empresas públicas e privadas e cooperativas prestadoras de serviço de assistência técnica; as universidades; os institutos de pesquisas; os bancos oficiais; governos estaduais e municipais; e as ONGs. Isso demonstra a articulação da sociedade civil na demanda de políticas públicas.

Por intermédio da articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, comprometidos com as experiências concretas de promoção da Agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural, em 2002 foi constituída a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A ANA organiza a sua ação em três frentes: a articulação de iniciativas realizadas pelas organizações que a constituem em seus programas de desenvolvimento local e territorial, de onde são retirados subsídios para a segunda frente de ação. Essa segunda ação é o trabalho de incidência sobre as políticas públicas. Pela prática da troca de experiências e de debates, são identificados gargalos e desafios para o desenvolvimento da Agroecologia e elaboradas propostas para a criação e o aprimoramento de políticas públicas que promovam o aumento de escala da Agroecologia nos territórios. Esse esforço ressalta a Agroecologia como dimensão política. A terceira frente de ação da ANA se refere à comunicação com a sociedade, que busca dar visibilidade à realidade da agricultura familiar, aos povos do

campo e às propostas defendidas pela Agroecologia. São temas prioritários da ANA, atualmente, a manutenção da diversidade, a segurança e soberania alimentares, as propostas de financiamento à agricultura familiar, a relação entre mulheres e Agroecologia, as políticas públicas em Agroecologia e a agroenergia (ANA, 2018).

Ainda em 2002, após a consolidação dos movimentos de luta pela terra por meio das manifestações pela reforma agrária e pela organização das propostas e bandeiras do campo agroecológico pela ANA, foi constituído o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), de onde saem iniciativas de valorização do produtor rural. Uma dessas iniciativas foram os debates sobre a necessidade de avaliação crítica do trabalho, considerando as diversidades: Agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária, juventude e feminismo.

Esses encontros já estão na quarta edição, realizada em 2018, fortalecendo a proposta agroecológica no cenário político brasileiro. Nos ENAs, são realizadas várias ações importantes, tais como: compartilhamento de experiências técnicas e metodológicas, discussão das políticas públicas e seus efeitos para os povos das comunidades tradicionais; promoção da visibilidade pública à agenda política do movimento agroecológico junto aos governos e à sociedade. Dessa forma, os ENAs têm exercido papel determinante na afirmação política dos diversificados segmentos da sociedade identificados com a alternativa agroecológica.

Em 2003, o governo federal brasileiro criou o Programa Fome Zero, para o enfrentamento da fome e da miséria no país por meio de políticas para o acesso aos alimentos. O programa aumentou o espectro das políticas sociais do país, ao colocar a questão do combate à pobreza e à fome no centro da agenda governamental. Essas políticas, que fizeram parte do programa, vieram para incrementar as políticas do campo, voltadas para a produção. Assim, foi construído um conjunto mais amplo de políticas voltadas para a produção e consumo de alimentos.

Assim, foi a partir de 2003 que o PNAE se tornou não só um programa de alimentação escolar saudável para o universo da rede pública de educação básica e de jovens e adultos, mas também foi voltado aos agricultores familiares. A partir desse ano, no mínimo 30% dos repasses do PNAE passaram a ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Apoiado na demanda dos movimentos sociais, o programa passou a incorporar estratégias referentes não só à alimentação saudável, mas ao incentivo à agricultura familiar (PEIXINHO, 2013).

O Programa Fome Zero deu origem a outros projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003a), que possui como objetivos principais promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa envolve a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar sem a necessidade de licitação, para destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede assistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2012a).

Para entender a relação entre esse programa e a Agroecologia, destaca-se uma das estratégias do PAA, que é promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional. Além disso, fica estabelecido que o Grupo Gestor do PAA (GGPAA) deve estabelecer metodologia de definição de preço diferenciado para alimentos agroecológicos ou orgânicos, que poderão ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2012a). Por esse programa, os alimentos gerados pela produção familiar são adquiridos pelo governo federal e destinados à alimentação escolar. Dessa forma, articulam-se o PNAE e o PAA para fortalecer os pequenos agricultores ao garantir a compra de parte de sua produção.

Ainda em 2003, inicia-se no país a regulamentação da produção agrícola orgânica, pela Lei n.º 10831/2003 do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2003b). Integram essa lei os conceitos a respeito da produção orgânica, a finalidade de um sistema de produção orgânico, assim como parâmetros em relação à certificação, inspeção e fiscalização da produção.

Em 15 de setembro de 2006, é instituída a Lei n.º 11.346, denominada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN), que contém definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006b). Essa lei é o meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formula e implementa políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, reafirmando as obrigações do Estado de respeitar, proteger, promover e prover a alimentação adequada como direito fundamental do ser humano.

A partir de 2008, intensifica-se a crítica ao agronegócio. Esse processo se desencadeou após a ampla divulgação da informação levantada pela Fundação

Oswaldo Cruz, entre outras instituições de pesquisa na área, que desde esse ano o Brasil ocupa a primeira posição mundial no consumo de agrotóxicos (ASSAD, 2012). Ao mesmo tempo, a Agroecologia ascende como premissa dos movimentos de resistência que objetivam o desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Em 2010, a alimentação foi incluída entre os direitos sociais previstos no artigo sexto da Constituição Federal (BRASIL, 1988). O novo texto, publicado no Diário Oficial da após a Emenda Constitucional 64/2010 (BRASIL, 2010), ficou com a seguinte redação: "Art. 6º — São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição."

Esse ato foi fruto da luta da sociedade civil, organizações e movimentos sociais, órgãos públicos e privados, artistas e cidadãos de todo o país que se mobilizaram pela campanha "Alimentação — Direito de Todos". Essa mobilização envolveu a realização de várias ações e eventos em todo país sobre o direito humano à alimentação adequada e saudável. Isso demonstra importância dos movimentos sociais para a organização das agendas que vão dar origem a elaboração e implementação das políticas públicas.

Em 2010 também foi implantada a Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER), cujo objetivo foi de fortalecer a agricultura familiar. Essa política foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar e promoveu maior inclusão de produtos de base agroecológica na alimentação escolar (BRASIL, 2010). Assim, reuniu todas as ações de Agroecologia que estavam dispersas.

Após essa trajetória, o grande marco estruturado das políticas públicas em Agroecologia ocorreu em 2012, quando foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), pelo Decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012b). Esse marco pode ser compreendido em seu artigo primeiro:

Art. 1º- Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012b).

Essa política foi instituída por reconhecer a necessidade de ampliação e efetivação de ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais. Um dos principais instrumentos da política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico (BRASIL, 2013)

Um dos principais programas criados no âmbito do PLANAPO foi o Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte). Esse programa visa à ampliação e ao fortalecimento das redes de Agroecologia e produção orgânica no país por meio do apoio a projetos de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas de Agroecologia, extrativismo e produção orgânica. O programa foi criado a partir de uma demanda direta dos movimentos sociais do campo (MARTINS; SAMBUICHI, 2019) e suas diretrizes e ações são apresentadas no Anexo I.

A primeira fase do plano foi de 2013 a 2015, quando foram liberados R\$ 2,9 bilhões em recursos para implementar ações de políticas públicas e programas governamentais, distribuído em seis eixos: produção; uso e conservação de recursos naturais; conhecimento; comercialização e consumo; terra e território e sociobiodiversidade.

Além desse montante, foram disponibilizados R\$ 7 bilhões para crédito agrícola. Desse total, R\$ 2,5 bilhões foram disponibilizados pelo PRONAF, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e R\$ 4,5 bilhões no âmbito do Plano Agrícola e Pecuário, gerido pelo MAPA. Os recursos não reembolsáveis efetivamente investidos na implementação do plano somaram R\$ 2.631.387.286,31, perfazendo uma execução financeira global de cerca de 99% (BRASIL, 2016b).

Por tudo isso, reconhecendo que a agricultura familiar e a agroecologia oferecem condições para outra forma de produção de alimentos mais segura e limpa, outras políticas derivaram do PLANAPO. Assim, com a intenção continuar o fortalecimento da agricultura familiar e a redução do uso de agrotóxicos, foi criado o Projeto de Lei n.º 6.670/16, que instituía a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA), um conjunto de medidas para fortalecer a produção de orgânicos, a agricultura agroecológica e o uso de técnicas biológicas, como o manejo

de insetos, fungos, vírus e bactérias para o combate às pragas e doenças nas plantações (BRASIL, 2016a). Além disso, o projeto também determinava eliminação de isenções tributárias e estímulos financeiros a importação, produção e comercialização de agrotóxicos. No entanto, o projeto foi arquivado, em 31 de janeiro de 2019, em decorrência do encerramento da legislatura da comissão especial designada para dar os andamentos necessários para a sua aprovação final.

Ao mesmo tempo, uma outra lei, formulada para atender os interesses do Agronegócio para a reprodução do seu modelo é o Projeto de Lei n.º 6.299/02 (BRASIL, 2002b) que vem contornando todos os seus possíveis obstáculos rumo à aprovação final. Popularmente conhecida como “Lei do Veneno”, refere-se a um pacote de mudanças na fiscalização e controle de agrotóxicos no Brasil e a liberação de diversas substâncias cancerígenas que até então eram vetadas no país. A Lei do Veneno, apresentada em 2002, foi aprovada em uma comissão da Câmara dos Deputados em junho de 2018. Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da câmara, onde encontra-se pronta para a pauta, no momento da finalização desta tese, em 1º. de março de 2021. Se aprovada, tramita para apreciação do senado e posterior sanção presidencial.

Ao se comparar essas duas leis, é possível entender o quanto as discussões sobre sistemas de produção agroecológica e Agronegócio são marcadas por divergências entre eles. De acordo com Pazmiño *et al.* (2017), o Agronegócio, enquanto processo de obtenção e acumulação de lucro, é uma disputa pela terra e, consequentemente, pela vida. Por outro lado, a Agroecologia consiste em um ato político que coloca comunidades locais no centro de produção de alimentos e em harmonia com a natureza, o que não condiz com as estruturas de poder capitalista. Dessa forma, uma solução pluralista para elaboração de Políticas Públicas não pode ser aplicada uma vez que, segundo Fraser (2007, p. 1), “nenhum lado pode justificar a sua posição na presunção de que o outro poderia em princípio aceitar. E também nenhum pode deixar de lançar o outro para fora do círculo daqueles que tenham direito a tal justificação”. Assim, devido a coexistência de dois modelos de produção divergentes, as políticas públicas a serem criadas e implantadas segundo os moldes que fomentam o agronegócio não podem ser as mesmas para a produção agroecológica.

#### 4.5.2 Outras políticas, outras intenções

A legislação que respalda o modelo hegemônico de agricultura no Brasil desfavorece a racionalidade ambiental própria da agricultura familiar e a conservação da biodiversidade. Aponta-se, portanto, a necessidade de instrumentos alternativos, como as políticas de financiamento por meio da criação de fundos de crédito rotativo, cooperativas de crédito e outros instrumentos mais adequados para financiar a pequena produção.

Ao contrário das políticas do agronegócio, as políticas de Agroecologia são resultado de processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como redes de organização social e econômica e de representações dos diversos segmentos da população rural. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração entre si e com a sociedade maior, na representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, confirmando o que já foi descrito por Caporal e Costabeber (2002). Confirmando essa condição:

As propostas de construção do rural que conjugam projetos de vida social no campo e reconstrução das relações com a natureza, até então, não provêm das políticas públicas governamentais, emergem de organização de atores que se contrapõem a um movimento excludente do sistema social. Cabe às políticas públicas considerar esses e outros atores, com suas lógicas e práticas sociais diferenciadas, no sentido de potencializar a ação de grupos que reconstroem um “rural novo”, um rural ecologizado. (BRANDENBURG, 2010b, p. 427).

Por outro lado, diante do quadro de degradação social e ambiental causado pelo agronegócio, além da construção das políticas públicas em Agroecologia, também se faz necessário o desmonte das formas de funcionamento dessas mesmas políticas que favorecem a destruição da natureza, ou seja, que sejam a favor de uma produção a qualquer custo. Essas políticas, no meio rural, são aquelas que possam ter como consequência o comprometimento da saúde da população, a degradação ambiental, a exclusão dos agricultores familiares do processo produtivo e devem ser foco de combate pelas mobilizações populares.

O avanço do agronegócio, com a justificativa de representar modernização, progresso e desenvolvimento econômico, acabou por afrouxar e flexibilizar regras de



proteção ao meio ambiente e as de caráter social. O conjunto de discursos, provenientes dos governos, articulado com a propaganda comercial que orientam à interpretação do agronegócio como solução para a fome, para a recuperação da economia no país e oportunidade de empregos, deixa em segundo plano os direitos sociais e as normas ambientais.

Dessa forma, condições políticas favoráveis ao modelo hegemônico são implantadas, a qualquer custo. Segundo Acseirad (2013, p. 64), “as reformas liberais favoreceram concretamente, para os interesses das grandes corporações, ganhos de mobilidade que têm sido decisivos para a prosperidade capitalista em sua etapa flexível”. Com isso, segundo o mesmo autor (p. 64), “as grandes corporações puderam assim escolher com maior liberdade as condições político-institucionais que lhes parecessem mais favoráveis para definir sua implantação espacial”. Nesse caso, desestabilizam a sustentabilidade, conforme os conceitos já abordados neste trabalho, pelo favorecimento isolado da dimensão econômica, de forma a atender os objetivos das grandes corporações, o que afeta também a dimensão política. Dessa forma, a essas empresas foi dado o poder de personalizar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais a seu favor.

A flexibilização nas políticas de liberação de agrotóxicos no país pode ser demonstrada no aumento no número de registros desses elementos autorizados pelo Ministério da Agricultura no ano de 2019. De janeiro até setembro de 2019, foi liberado um total de 325 agrotóxicos. Das substâncias autorizadas pelo Ato n.º 62, de 13 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019), por exemplo, 15 foram consideradas extremamente tóxicas, 13 foram consideradas altamente tóxicas e 30 foram consideradas medianamente tóxicas, de acordo com a classificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vigente na data da publicação.

A vantagem dos estados nesse favorecimento é um incremento na arrecadação de impostos. Dessa forma, os estados acabam promovendo a flexibilização do rigor nas normas ambientais como atrativo para assegurar a entrada e a permanência de capitais vindos dos conglomerados econômicos que lucram com a produção de alimentos. De acordo com Acseirad (2013, p. 5), “as funções parcelares das práticas ambientais localizadas passam a ser reguladas, consequentemente, em conformidade com a acumulação do capital em detrimento de um todo social construído politicamente”. A dimensão econômica da sustentabilidade acaba puxando a rede a seu favor, em detrimento das demais dimensões.

Uma das estratégias para fomentar o favorecimento da dimensão econômica é desqualificar os assuntos referentes à preservação do meio ambiente. Entre elas, a difusão de que as práticas ambientalistas se constituem em impedimento ao progresso. Essa estratégia pode ser observada em Acseirad (2013), quando constata que a popularização da atribuição de um caráter lento e burocrático ao licenciamento ambiental traria como consequências prejuízos na geração de empregos, de divisas e na receita pública. Isso constitui a forma referida pelo autor como chantagem locacional.

Outro ponto de desequilíbrio é a capacidade desses grandes conglomerados econômicos de desorganizar a sociedade no território para onde deslocam seu capital. Conforme Harvey (2005), com a limitação de fontes mais locais de lucro, muitas vezes relacionadas com o esgotamento de espaço e de recursos naturais disponíveis, os impérios econômicos deslocam seu capital, na forma de investimento, para locais que ofereçam condições para suprir a necessidade da continuidade da obtenção de lucro. Essas condições podem ser entendidas pela abundância tanto de recursos naturais quanto da oferta de força de trabalho, o que acaba reduzindo o seu custo. Provoca, como consequência, o aumento da competição entre trabalhadores, diminuindo a quantidade de direitos trabalhistas.

Como esses novos locais são os países periféricos, as políticas governamentais, dependentes desse capital estrangeiro, são modeladas de forma a favorecer essas empresas. Essas, por sua vez, condicionam preços e leis, punindo com a falta de investimentos e com leis mais rígidas os espaços mais organizados e premiando, com seus recursos, os espaços menos organizados, onde as leis podem ser mais flexíveis (ACSEIRAD, 2013).

Assim, diante desse quadro de prêmios e punições, prevalece e é popularizada a imagem de que as leis ambientais são mecanismos utilizados pelo Estado para reter o progresso, encarecer os produtos de consumo e inviabilizar a competitividade comercial do país. Essa é a origem do antiecológismo, linha de pensamento em que a defesa ambiental, pautada por quaisquer controles regulatórios estatais, limita a expressão da livre-iniciativa de mercado, portanto representa um obstáculo a ser superado. Dessa forma, segundo Layrargues (2017, p. 325), “o antiecológismo é um fenômeno social que basicamente se expressa por meio de práticas discursivas, simbólicas, políticas, institucionais, com o propósito afetar negativamente tanto o imaginário social como a prática ecologista”.

Uma das lógicas do antiecológismo é desqualificar as populações tradicionais brasileiras, como indígenas e quilombolas, por ocuparem um espaço que poderia ser destinado ao agronegócio, discurso que tem sido reforçado no Brasil a partir de 2019. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento social e ambientalmente excludente, por priorizar apenas o crescimento econômico, aumenta a desigualdade social para parte da população já excluída dos grandes projetos de desenvolvimento. Essa forma de exclusão é chamada de racismo ambiental:

[...] refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas públicas e práticas industriais que, ao mesmo tempo [em] que garantem benefícios aos países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul [...]. (ACSELRAD, 2004, p. 42).

No entanto, o grande obstáculo à difusão do racismo ambiental encontra suas raízes justamente na resistência e na resiliência das populações tradicionais, conforme características já abordadas nos capítulos anteriores e que fundamentam a sua permanência em seus locais de origem.

Para pensar na reversão do quadro de desigualdade socioambiental que foi desenvolvido no Brasil, é necessário que as políticas públicas contemplem as particularidades dos povos tradicionais, a fim de aprimorar suas próprias lógicas produtivas, alternativas ao modelo hegemônico. Para possibilitar essas condições, os movimentos de resistência devem reivindicar políticas públicas que não contemplem uma vontade tendenciosa, mas que o sentido de desenvolvimento não é vinculado somente à compreensão econômica: é alicerçado no equilíbrio entre todas as dimensões da sustentabilidade.

Visto isso, a fim de fomentar os movimentos que lutam por políticas públicas que pretendem obter o reconhecimento e a valorização das práticas sociais dos agricultores familiares, conforme as premissas da Agroecologia, reconhece-se a educação como uma ferramenta capaz de gerar as mudanças de comportamento e das formas de ver o mundo além do modelo hegemônico.

#### 4.6 AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO

Esta seção traz a discussão sobre a possibilidade de entrelaçar Agroecologia com educação. Após observar a dinâmica das dimensões da sustentabilidade, entendendo que cada uma delas, de forma isolada, não possibilita entender todas as relações que se desenvolvem em um sistema agrícola, é possível compreender o quanto a Agroecologia somente pode ser entendida por uma visão sistêmica de um conjunto de ciências. Propõe-se, assim, que a Agroecologia seja compreendida como um modo social de vida, uma redefinição na relação das pessoas do meio rural com a terra e aos demais componentes de seu meio social. Dessa forma, uma conscientização sobre ações como a equidade de distribuição de terras e de alimentos saudáveis, a valorização das pessoas do campo, o acesso e permanência na terra, o crédito rural e assistência técnica constituem as melhores bases para programas públicos que visem o respeito ao meio ambiente, aos sujeitos do campo e a garantia de segurança alimentar e nutricional.

Convém lembrar que a resistência do modelo hegemônico à quebra de seu sistema não se limita ao modo produtivo, mas também à ciência e à educação, a fim de alimentar todo o processo que constitui a sua dominação. O modelo pedagógico do ensino convencional acentua os conflitos causados pela sua tendência a padronização, homogeneização e fragmentação do conhecimento.

No caso da educação superior relacionada com o meio rural, isso se traduz em processos de educação, pesquisa acadêmica e extensão rural que foram direcionados para favorecer a divulgação e o desenvolvimento das tecnologias contidas nos pacotes da Revolução Verde. De acordo com Cavallet (1999), os profissionais que atuam no meio rural, por meio da educação convencional são formados segundo a lógica da modernização da agricultura. Nesse processo, são fortalecidas a repetição e a continuidade de modelos de agricultura com o objetivo de lucro, pela artificialização da natureza.

Nesse sentido, é preciso elaborar outras formas de se fazer educação e formação de novos profissionais que não repitam nem fomentem esse modelo, mas que quebrem o ciclo tradicional de educação, na busca de alternativas ao processo hegemônico.

A conscientização que levou a essa busca consiste nas considerações de Freire (1981, p. 91) sobre a expressão “situação limite”. Ela envolve tanto a

compreensão sobre o "[...] contorno ecológico, social e econômico em que vivemos" (FREIRE, 2000, p. 155) quanto um campo temático a ser ressignificado, o que é entendido quando o autor constata que: "[...] o próprio dos homens é estar, como consciência de si e do mundo, em relação de enfrentamento com sua realidade em que, historicamente, se dão as 'situações-limites'" (FREIRE, 1981, p. 91). Somente com uma visão que envolve o enfrentamento dessas situações é possível transformar a realidade, a fim de tornar possível uma educação libertadora e humanitária, portanto sustentável. Freire (1981, p. 92), define o homem como "[...] ser de práxis" e entende esse termo da seguinte forma: "[...] práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação".

É necessário reunir segmentos da sociedade, além de produtores e de grupos isolados, para se constituir um movimento que supere as limitações abordadas anteriormente, promova e sustente modos de vida e de produção alternativos, incluindo a elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, são fundamentais os diálogos entre sabedoria e conhecimento, bem como a incorporação da educação como um dos instrumentos de conscientização e de organização. Esses diálogos devem ser capazes de identificar as demandas e necessidades, a fim de suprir as carências de informação, construir caminhos de articulação entre sujeitos envolvidos, na busca de alternativas possíveis de transformação. Isso só é possível por uma democratização do conhecimento, com formações e capacitações técnicas desses sujeitos, sejam eles do campo ou não, derivados da ressignificação do meio rural. Desses diálogos devem resultar as ferramentas específicas capazes de transformação, a fim de superar as limitações do modelo convencional de educação.

A educação é uma forma que possibilita esses diálogos. Ela é a grande ferramenta para a retomada da consciência humanística e com capacidade para reparar os erros causados pela educação puramente tecnológica (NARANJO, 2015). Mazalla Neto (2014, p. 41) identifica a educação em Agroecologia como uma proposta emancipatória, pois "busca caminhar pela práxis e a dialética, para além de uma proposta teórica pura e desconectada do mundo real". Esse processo educativo compõe-se por experiências diversas e sólidas, com um olhar atento para o movimento da realidade, ou seja, a situação da produção e consumo de alimentos, seus sujeitos e a sua relação com a prática da Agroecologia.

Para isso, não há a necessidade de desarticular o lado racional do lado da experiência, lembrando, inclusive, que a articulação entre ambos faz parte do modo

de vida dos povos tradicionais, ou seja, a compreensão da totalidade do pensamento humano como a soma e articulação entre as partes. Essa noção foi destacada por Morin e Le Moigne (2000), que ressaltam a religação dos saberes para novas concepções de conhecimento e de educação, como capaz de sustentar indivíduos mais dotados de sabedoria, ao invés de mero conhecimento. Esse processo é tido por Naranjo (2015) como retomada da consciência.

Constitui a retomada da consciência outra forma de pensar:

[...] esta inteligência da história, que descarta um futuro predeterminado não nega, porém, o papel dos fatores condicionantes a que estamos homens e mulheres submetidos [...] reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência, da subjetividade e da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. (FREIRE, 1997 p. 47).

Uma das propostas para essa forma de pensar pode ser obtida é por meio de uma educação emancipatória, que contribui para a autonomia e que parte de uma formação significativa e consciente durante toda a vida dos indivíduos.

Essa forma pode ser desenvolvida por projetos com esse propósito, isto é, com o pressuposto do trabalho direto com as comunidades locais. Tais ações podem gerar participação, conscientização e empoderamento na sociedade, diante da possibilidade de uma educação crítica, criativa e comprometida com uma mudança social que reverta os quadros de dominação.

Uma educação emancipatória deve ser capaz de construir atores que agem como protagonistas da transformação de uma nova realidade rural e urbana pela ressignificação da produção, da participação e do consumo. São atores diversos, com diferentes linguagens, origem social e geográfica, mas que em comum reagem ao padrão massificado capitalista (de produção e consumo) pela articulação de novas gramáticas, identidades refletidas em ações (e não somente no discurso), reapropriação da natureza e transformação de seu uso (BRANDENBURG, 2010b).

São sujeitos capazes de compreender que as relações de consumo não envolvem somente mercado, mas também são considerados parâmetros de saúde, inclusão social, educação, hábitos e costumes, para além do discurso clássico. Esses sujeitos possuem a capacidade de dar visibilidade às populações oprimidas, constituindo um veículo para que suas necessidades possam ser atendidas. Assim, o conhecimento científico dos novos atores assume um caráter social.

A relação entre a Agroecologia e a educação é entendida como uma proposta de intervenção na realidade, de forma a integrar teoria e prática, buscando a transformação social no campo por intermédio do manejo de recursos naturais e ressignificação do trabalho e da relação humanidade e natureza. O entendimento dessas relações é possível quando se reconhece que o processo educativo, segundo Naranjo (2015), é o único caminho para a retomada da consciência. No entanto, esse processo deve despojar-se dos comportamentos individualistas e com interesses econômicos, a fim de recuperar nossa sabedoria instintiva, nossa capacidade amorosa, criatividade e consequentemente de conhecer e reconhecer pessoas, grupos, território e natureza. Ainda de acordo com Naranjo (2015, p. 71) “nossa maior esperança coletiva talvez seja a de uma transformação educacional e que deveríamos encaminhar-nos sem tardança ao propósito de formar uma geração mais sábia, solidária e sadia do que essa a que pertencemos”.

Os agricultores familiares construíram princípios que serviram de inspiração para o que hoje é chamada Agroecologia. Eles produziram um saber de respeito à natureza como forma de sobrevivência, já que seu sustento está diretamente ligado a ela. Portanto sua intenção era apenas de continuar a existir, mas esse saber, com o aprofundamento dos estudos e das considerações sobre seres humanos e natureza e com o envolvimento de outros sujeitos comprometidos com a sustentabilidade, acabou se transformando na base da ciência agroecológica.

No entanto, eles não a construíram especificamente como ciência, foi apenas com base na noção de que se não trabalharem de forma harmoniosa com os recursos naturais, eles também não sobrevivem. Provavelmente, muitos desses povos ainda não tenham formalizado ou denominado esses saberes na forma de ciência, já que, nesse caso, é apenas a prática que articula o seu modo de vida à sua sobrevivência. De qualquer forma, o que se pretende aqui é admitir que o importante a reconhecer e fortalecer é a sabedoria e não apenas o conhecimento. O conhecimento muda com a era, com quem o trabalha e está mais ligado à ciência. Já a sabedoria está mais ligada às heranças, experiências e sentimentos, que fazem parte da natureza humana. Dessa forma, a essência e o reconhecimento de que a sabedoria é capaz de nos libertar dos medos e mitos é uma forma de restabelecer a consciência humana (NARANJO, 2015).

Nesse modelo, são buscadas outras relações entre os sujeitos que não envolvam métodos pedagógicos lineares e unidirecionais de produção e difusão de

conhecimentos pois, segundo as discussões referenciadas neste trabalho, a Agroecologia é tomada por sua característica multidimensional e transdisciplinar (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Dessa forma, essas relações, nos processos educativos em Agroecologia, são capazes de desatrelar a educação da concepção da ciência dominante, entendida como modelo exclusivo de racionalidade que governa a ciência moderna. Esse é o grande desafio dos cursos de Agroecologia (sejam de nível superior ou técnico): preparar os estudantes para atuarem em convergência com os agricultores familiares, produzindo um outro saber, assentado em racionalidades ecológicas inspiradas nas formas de produzir dos povos tradicionais-

Para superar esse desafio, é necessário:

[...] um enfoque mais específico nas dimensões política e cultural da Agroecologia, entendida como a necessidade de aprofundar aspectos políticos de organização social, assim como refletir sobre os diferentes marcos institucionais e cognitivos que regem as instituições educacionais e a busca por afirmação de políticas públicas por grupos sociais marginalizados. (SOUSA, 2017, p. 637).

Assim, a Agroecologia vai além de uma ciência: é um redimensionamento de práticas para sua constituição como instrumento de transformação social. Os processos educativos assim derivados são capazes de formar sujeitos de acordo com a articulação harmoniosa entre todas as dimensões da sustentabilidade estudadas no capítulo.

A educação é capaz de capacitar e conscientizar os diferentes atores dos mundos rurais e urbanos, transformando o seu meio em um sistema produtivo por alternativas de pensar e agir que tornem possíveis outros modelos que representem uma quebra na reprodução e expansão do modelo hegemônico. Para isso, segundo Sousa (2017) uma educação crítica e transformadora consiste na estratégia central.

Ressalta-se que, para essa conquista, o processo educativo na Agroecologia envolve não só uma desarticulação do modelo educacional determinado pelo modelo hegemônico, mas a construção de outro modelo pautado na autonomia e na emancipação dos sujeitos envolvidos, pela combinação e entrelaçamento de conhecimentos que permitam que eles reconheçam a si, ao mundo, entre si e no mundo. Assim, nesse outro modelo, é considerada a frase reflexiva de Freire (1981, p. 68): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.



Essa abertura não surge da prática autoritária dos sistemas educativos convencionais, mas de uma prática realizada, segundo Freire (1992), com a seguinte justificativa:

O diálogo entre professoras ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por n razões, entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. Se fossem iguais, um se converteria no outro. O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam a sua identidade, mas a defendem e mesmo crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que usa para confundir o outro. Implica ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua. Assim também a licenciosidade, de forma diferente, mas igualmente prejudicial. (FREIRE, 1992, p. 60).

Segundo Sousa (2017, p. 638), “a busca de uma relação democrática entre educador-educando, técnico-camponês, de forma mais horizontal e participativa, é constantemente considerada nos cursos de formação profissional agroecológica”. Dessa forma, a riqueza da busca por processos educativos alternativos, como os que constituem a educação em Agroecologia, será composta da plenitude que envolve estudantes, educadores e pessoas do campo, conforme o referenciado em Morais (2010), quando compreende que a educação continua sendo um caminho de recuperação social e, para tanto, não pode ser ocorrer exclusivamente dentro das escolas. Segundo o autor (p. 132), os processos educativos precisam agir “na contestação dos desmandos criminosos da mídia, na contestação política dos autoritarismos governamentais” de forma que acreditem na capacidade de aperfeiçoamento e melhora do ser humano e, principalmente, sentem-se dispostos a formar uma outra sociedade.

#### 4.6.1 Ensino superior em Agroecologia

Conforme temos visto no decorrer desse trabalho, desenvolver propostas que não condizem com o modelo hegemônico, ou até mesmo contrárias a ele, é um processo complexo e que enfrenta inúmeras e intensas adversidades. Por sua capacidade de mobilizar pessoas, formar profissionais, reunir e propiciar ações, reflexões e práticas capazes de transformar a realidade, a educação superior pode ser considerada como uma ferramenta poderosa para uma compreensão das relações ser humano e natureza a fim de promover uma sociedade sustentável, de acordo com

as dimensões já abordadas. Por essa razão, considera-se a universidade como essencial para o avanço da educação em Agroecologia.

Na educação superior em Agroecologia, enquanto modelo educacional alternativo, são constituídos, além de projetos de aprendizagem, também de pesquisa e de extensão, para consolidar saberes, conhecimentos e a inclusão social por meio do trabalho de valorização das populações tradicionais rurais. Pazmiño *et al.* (2017) observa o sucesso dessa articulação, quando descreve que:

Experiências focadas na formação de escolas agroecológicas, com base no cuidado da terra e da água, na manutenção e reprodução de sementes nativas, no cultivo sem agrotóxicos e transgênicos, na comercialização de produtos diretamente do produtor ao consumidor, são consideradas bem-sucedidas. (PAZMIÑO, 2017, p. 34).

Portanto, na formação de outros perfis de técnicos, como os agroecólogos, é possível estudar e estabelecer programas de distribuição de terras, revisar as necessidades de produção para manutenção e reprodução das famílias do campo, projetos de empreendedorismo para as famílias rurais, além de apoiar o fortalecimento das escolas do campo. Esses técnicos fazem parte do conjunto de protagonistas do processo de ecologização do rural, conforme especificado por Brandenburg (2010b), o que contribui para transformar gradualmente os sistemas dominantes, injustos e excludentes em modelos alternativos que promovem o acesso real e eficaz aos recursos produtivos.

Entende-se, portanto, a Agroecologia como um modelo sustentável de vida, de relações e de produção e a educação como um meio possível para proporcionar a transformação social necessária para a obtenção dessa sustentabilidade. Para tanto, a fim de que essa articulação promova as mudanças necessárias, deve-se considerar a Agroecologia como um conjunto sistêmico de ciências. Por essa razão, aspectos referentes às construções de projetos pedagógicos nas universidades e sua relação com os princípios da educação na área de Agroecologia serão abordados no capítulo a seguir.

## 5 INTERFACES ENTRE A UNIVERSIDADE E A AGROECOLOGIA

Nos capítulos anteriores, foram abordados aspectos referentes aos impactos da modernização da agricultura sobre as populações, sobre os recursos naturais e as relações entre eles. Diante do quadro considerado, pelos argumentos expostos no decorrer do trabalho, apresentou-se a agroecologia como um conjunto sistêmico de ciências capaz de criar uma alternativa ao modelo hegemônico.

Frente às limitações e desafios que fazem parte de uma mudança no pensar e agir, a favor de alternativas que escapem ao sistema dominante e ao mesmo tempo se mantenham sustentáveis, a educação superior foi caracterizada como uma chave para possibilitar essa transformação. A contribuição da universidade, nesse caso, refere-se:

À sua capacidade de identificar potencialidades, gerar oportunidades, resgatar e visibilizar heranças culturais da região e do seu entorno, articular o saber científico com os saberes histórica e culturalmente construídos e fomentar a crítica, a dúvida, a investigação, elementos essenciais para a sistematização e produção de conhecimento a serviço da sociedade. (SCHAFASCHEK, 2008, p. 85).

Por esse motivo, neste capítulo será abordada, inicialmente, a trajetória das universidades públicas brasileiras diante das interferências trazidas pelos mesmos processos capitalistas que acompanharam a modernização na agricultura. Após, será feita uma caracterização da educação superior de forma que ela se constitua chave de transformação para cumprir seu papel social, apresentando, a seguir, uma aplicação real e exitosa dessa outra forma de educação superior.

### 5.1 MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Na parte inicial deste capítulo, foram abordadas as transformações que ocorreram nas universidades públicas, com o foco nas brasileiras, a partir da década de 1980, sobretudo influenciadas pela expansão e consolidação do neoliberalismo como principal modelo econômico mundial. Essa abordagem se faz necessária a fim de compreender os processos que levaram ao descomprometimento das universidades com as questões sociais em favor dos propósitos econômicos.

Os processos de modernização impulsionados pelo capitalismo implicaram em novas definições das relações que compõem e que sustentam as sociedades. O

modelo hegemônico atingiu proporções globais e tem determinado as relações que envolvem a educação como meio de construção e difusão de conhecimentos. Segundo Chauí (2003, p. 1), “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”.

Em um cenário cada vez mais competitivo entre países, as universidades, enquanto formadoras de capital humano, representam a construção contínua do conhecimento e da inovação necessários para obter sucesso nessa competição (ROLIM; SERRA, 2010). Portanto, de acordo com Chauí (2003), o modelo capitalista, com o objetivo de aumentar a produtividade, fez com que as atividades educacionais, principalmente as universitárias, atendessem a lógica racionalizadora do capital, envolvendo aspectos como rendimento e eficácia.

Os ideais liberais se tornam dominantes no processo de constituição da modernidade e as sociedades sofrem severas e rápidas mudanças a partir do século XX. Essas mudanças têm estreita relação com a construção de políticas e processos que culminaram, nos tempos atuais, na constituição do neoliberalismo. De acordo com McChesney (1999, p. 2), o neoliberalismo “consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais”. A gravidade e a abrangência desse tipo de relações de interesses podem ser estimadas pela constatação que o neoliberalismo se tornou o principal modelo econômico e político que define os tempos atuais. Dessa forma, mudanças radicais provocadas por ele e ocorridas nos campos político, cultural e econômico vem causando impactos decisivos em esfera mundial.

O neoliberalismo é constituído por um conjunto articulado de ações institucionais e legitimadas pelos Estados, que possibilitam o controle das sociedades, visando maximizar benefícios individuais a favor de pequenos grupos particulares. Dessa forma, a fim de explicar a sua amplitude, o que abrange, neste trabalho, não só a agricultura como a educação, utiliza-se das definições de McChesney (1999, p. 3) “o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas.”, ou seja, décadas de 1980 e 1990. Essas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de um restrito número de grandes empresas.

Isso acarretou não só uma nova maneira de organizar os meios de produção, conforme visto anteriormente, mas também as ações educativas com o mesmo objetivo: o lucro ou os meios que o possibilitem. Assim, o modelo neoliberal na condução do sistema econômico global foi uma fonte de impacto na educação, devido à posição estratégica que ela representa para o desenvolvimento social, econômico e cultural das sociedades. Por isso, a educação também tem sido moldada como objeto de subordinação aos interesses do capital. Isso representa uma tendência a ser submetida ao domínio da lógica de mercado e às diretrizes universais e generalizantes.

Esse domínio passou, dessa forma, a direcionar as transformações no mundo do trabalho e o papel da educação resumiu-se, apenas, ao objetivo de formar a força de trabalho necessária ao desenvolvimento econômico do país:

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideólogos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho.

No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal. (SILVA, 1994, p. 12).

A prioridade pelos resultados econômicos, portanto, acarreta perdas de direitos sociais como saúde, meio ambiente, direitos trabalhistas e educação. Dessa forma, segundo Chomsky (1999, p. 16), “as doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição da renda”. Isso também pode ser demonstrado por McChesney (1999, p. 3), que constata que os princípios neoliberais “raramente necessitam de defesa e são invocados para justificar qualquer coisa, da redução de impostos para os ricos e sucateamento das regulamentações ambientais ao desmantelamento da educação pública e dos programas de seguridade social”. Dessa forma, prevalece e se difunde o ideal de progresso a qualquer preço.

A educação, portanto, tem sido regida pelas orientações neoliberais, que buscam fortalecer o sistema capitalista e manter privilégios de uma classe historicamente hegemônica no controle das decisões. Foi a partir dessas orientações

que a educação superior, nesse segmento, foi fortemente modificada. Como o neoliberalismo tem por premissa favorecer as elites econômicas, compreende que os diferentes níveis educacionais devem ser destinados a classes e grupos sociais distintos. De acordo com essas orientações, o ensino superior é exclusividade das classes mais altas ao passo que à classe de baixa renda baste apenas uma educação suficiente para qualificar força de trabalho para possibilitar o aumento do lucro de quem detém o seu contrato.

Assim, a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo se impôs como o modelo econômico global, a universidade pública foi fortemente afetada. Estendendo-se até os dias de hoje, seus efeitos se refletem de forma brutal nas universidades, principalmente as públicas, sendo um dos geradores da crise que enfrenta. Essa crise, segundo Santos (2004), é motivada pelas interferências do modelo liberal e é composta por três pilares.

No pilar hegemônico, as universidades sofreram com a sua incapacidade de administrar a divisão de seu papel em posições contraditórias, a fim de atender a segregação do conhecimento determinada pelo neoliberalismo. Tradicionalmente, as universidades detinham a exclusividade da produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos científicos, destinados à formação das elites. No entanto, com o aumento da demanda por força de trabalho vinda da industrialização, foi necessário que outros tipos de conhecimento fossem produzidos a fim de qualificar a força de trabalho, de forma a manter a produtividade e enfrentar as novas necessidades do capital. Esse conhecimento seria suficiente apenas em um nível mediano, suprimindo as necessidades técnicas. Assim, a universidade não conseguiu desempenhar ambos os papéis, o que causou a busca por outras instituições que pudessem qualificar a força de trabalho. Essa foi a base da crise hegemônica que as universidades passaram a sofrer (SANTOS, 2004).

O segundo pilar da crise das universidades é considerado por Santos (2004) como crise de legitimidade. Inicialmente criada para englobar uma rede de conhecimentos que a estruturava como uma instituição exclusiva para atender as elites, as universidades sofreram uma quebra da sua tradição ante as exigências sociais e políticas para a democratização de seu acesso, pelas reivindicações de igualdade de oportunidade de acesso ao conhecimento por parte das classes populares.

E, diante da dominação global do neoliberalismo, de forma a direcionar as tendências da formação superior nos moldes do capitalismo, o que compromete a sua autonomia na construção de valores e objetivos próprios, originou-se o pilar institucional da crise nas universidades. Assim, passam a sofrer pressão do sistema hegemônico capitalista para que seu objetivo seja de atender a critérios de aumento de produtividade e de eficácia de seus resultados, a fim de atender a propósitos exclusivamente econômicos. De acordo com Santos (2004, p. 16), “a maior autonomia que foi concedida às universidades não teve por objetivo preservar a liberdade acadêmica, mas criar condições para as universidades se adaptarem às exigências da economia”.

Dessa forma, o sistema educacional passou a ser regido com a utilização de diretrizes educacionais de ordem universal. Segundo Santos (2010b), essa lógica tem significado a produção de conhecimentos científicos na forma configurada pelo modelo epistemológico eurocêntrico, desconsiderando outras formas de saber que diferiam desse modelo. Os saberes locais foram desperdiçados e a riqueza das perspectivas presente na diversidade cultural e nas visões multifacetadas do mundo foi apagada da história.

Isso significou, para Leff (2001), que as novas definições de relações foram marcadas por princípios relacionados à racionalidade econômica e instrumental, que tiveram como consequência a uniformização de comportamentos sociais que muitas vezes descaracterizam os sujeitos. Assim, os processos de industrialização e urbanização que fazem parte da modernização foram responsáveis por ditar as regras de comportamento com base no estímulo ao consumo de bens e serviços.

Por essa razão, os processos de modernização, em função da supremacia da racionalidade e do individualismo construídos sob uma visão cartesiana do mundo, implicaram no surgimento de ciências que pensam “[...] a ordem social independente das condições de natureza em que se constitui, funciona e se autodestrói a sociedade.” (LEFF, 2016, p. 22). Assim, só é reconhecida uma lógica instrumental produtiva e econômica, que atribui ao conhecimento o valor de insumo e recurso para a produção de bens e serviços, ou seja, com a finalidade financeira.

A articulação entre economia e política, enquanto processo sistêmico, acarreta outras dimensões. O modelo neoliberal pode significar progresso e desenvolvimento, mas apenas na dimensão econômica. Quando se considera as consequências sociais e ambientais da expansão desregulada da economia, às

custas de exclusão social e degradação ambiental, observa-se que esse modelo tende a se tornar insustentável. Em outras palavras, o que se pretende salientar é a intencionalidade exclusivamente de lucro e suas formas privadas de apropriações. As relações presentes na sociedade carregam outra série de aspectos que precisam ser interpretados como fazendo parte desse sistema. Não é possível isolar as partes. De acordo com Morin (2006, p. 37), “O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras [...]. É preciso recompor o todo para conhecer as partes.”

Nos processos significativos de mudanças que as universidades sofreram, a produção e a reprodução de conhecimentos foram fragmentadas e divididas e o todo foi suprimido pela economia e pela política, em detrimento das demais dimensões. Por essa razão, não só a produção de conhecimento foi influenciada, mas agravou-se a exclusão social, expandida pelo aumento das dificuldades de acesso ao ensino universitário pelas classes menos favorecidas:

As consequências econômicas dessas políticas têm sido as mesmas em todos os lugares e são exatamente as que se poderia esperar: um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedente para os ricos. Diante desses fatos, os defensores da ordem neoliberal nos garantem que a prosperidade chegará inevitavelmente até as camadas mais amplas da população — desde que ninguém se interponha à política neoliberal que exacerba todos esses problemas. (MCCHESENEY, 2001, p. 3).

Assim, é criado um desequilíbrio na sustentabilidade do sistema, quando há a supervalorização da dimensão econômica às custas da dimensão social. Favorecendo o desequilíbrio, os Estados, interessados nos lucros obtidos por meio da arrecadação de impostos vindos dos grandes conglomerados econômicos, direcionam suas políticas ao favorecimento da economia. Nesse cenário, portanto, desenvolve-se a concepção da educação como mercadoria, cujo acesso se faz pelo sistema de compra/venda. O acesso à universidade passa a se dar por vias de consumo e não por cidadania, o que se contrapõe à concepção de educação como bem público. Cabe lembrar que essa última concepção implica na educação como dever do Estado, refletindo o comprometimento com a boa formação da sociedade. Segundo Santos (2004, p. 10):

Na universidade pública isso acarretou na consideração de que as debilidades institucionais identificadas em vez de servirem de justificação a



um vasto programa político pedagógico de reforma da universidade pública foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário a exploração comercial. (SANTOS, 2004, p 10).

Detentora desses objetivos e valores, a estrutura das universidades foi considerada como rígida e pesada, a ponto de não permitir alterações. Essa estrutura atuaria como impeditiva às relações mercantis, ou seja, às reguladas pelo mercado, abertas às pressões dos consumidores, com seus recursos humanos construídos na base da competição e seus resultados atrelados ao retorno do capital investido. Isso serviu de justificativa para a criação do mercado universitário, o que foi favorecido pela descapitalização e desestruturação da universidade pública (SANTOS, 2004).

Contribuindo com esse processo, por parte do Estado, os bloqueios orçamentários caracterizam os processos de desinvestimento na universidade pública e articulam-se com a globalização e generalização das universidades como mercadoria. Estes são

[...] os dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização de capitalismo educacional (SANTOS, 2004, p. 11).

Assim, diante da escassez de recursos vindos do Estado, as universidades públicas são obrigadas a garantir a sua permanência por parcerias com o capital vindo das empresas industriais e comerciais. A universidade, assim, passa a privatizar parte dos serviços por ela prestados, com o propósito de manter seu funcionamento. Em outro ponto mais extremo, a mercantilização faz com que a universidade deixe de ser pública, distanciando-se do seu compromisso social de acessibilidade. O conhecimento, dessa forma, passa a ser exclusivo a quem pode pagar. Portanto a intenção universitária de cidadania, enquanto pública, passa a ser lucrativa, enquanto mercadoria (SANTOS, 2004).

Essas transformações por parte das universidades públicas tem o objetivo de, articuladas com as universidades privadas, constituir um mercado educacional programado para poder maximizar a sua rentabilidade. Assim, esses são os planos neoliberais para a educação superior, que significam uma desestabilização da sua institucionalidade, principalmente enquanto instituição pública.

Conforme já discutido, o conhecimento produzido pela universidade, agravado pela elitização no acesso, passa a ser restrito e programado para atingir objetivos econômicos, suprimido a sua responsabilidade social de inclusão e democratização. Sendo o neoliberalismo um modelo globalizante, é sua tendência a padronização do conhecimento a fim de que possa atender ao maior número de clientes em menor tempo, com custos reduzidos, mesmo com as distâncias geográficas.

Assim, a globalização tem acarretado a uniformização de comportamentos sociais que muitas vezes descaracterizam os sujeitos. Entre eles, a padronização e a generalização do conhecimento, de forma a atender um público geral. Os aspectos mais humanos, como entonação da voz ou expressões faciais são substituídos por meios menos pessoais de interação, como as interfaces entre computadores e usuários. Para Santos (2010a), todas as formas de explicação que não se baseiam nos princípios científicos modernos, mas que tem uma função de emancipação, foram sistematicamente desconsideradas.

Além disso, em nome da generalização, muitos aspectos que constituem as identidades de povos caem na invisibilidade. As nações, assim, deixam seu caráter local e assumem um caráter totalizante, como o mundial.

A descaracterização das regionalizadas pode representar mais um alvo do modelo neoliberal nas relações entre universidades públicas e Estado que diz respeito à esfera política.

## 5.2 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IDENTIDADE NACIONAL

As universidades, enquanto instituições autônomas e democráticas, são capazes de reunir recursos que constituem um projeto de país com suas características próprias de cultura, conhecimento e relações sociais. Esses recursos são promotores de sentimentos de identidade e solidariedade, proporcionando uma coesão entre os sujeitos. Portanto, da mesma forma que os saberes das populações tradicionais se constituem como resistência às consequências da agricultura modernizada, esses mesmos saberes podem ser somados e organizados junto aos conhecimentos produzidos pelas universidades e isso passa a constituir um sólido instrumento de resistência em relação à hegemonia global. Assim, segundo Santos (2004), as ciências humanas, as ciências sociais e as próprias ciências naturais

advindas da universidade podem contribuir para a formação de um projeto nacional, e isso constitui a segunda natureza das universidades.

Não se trata de um projeto nacionalista com fins eleitoreiros ou com a intenção de justificar critérios de discriminação nas relações exteriores. Trata-se de se criar e manter uma identidade nacional em que interesses do Estado se voltem à garantia dos direitos básicos de sua população, respeitando as condições locais e a diversidade. Nas universidades públicas isso é possível no amplo exercício da liberdade acadêmica e autonomia universitária, e se estabelece em sentido contrário à globalização neoliberal. Em Chomsky (1999, p. 28), é possível compreender que a educação pública é capaz de mobilizar populações “a fim de entrar na arena política em busca de seus interesses e demandas, ameaçando a estabilidade e a ordem”.

Assim, diante da globalização objetivada pelo modelo neoliberal, cujo objetivo é o desmonte do Estado enquanto nação, para dar lugar a processos padronizados e homogêneos, que coloca em xeque a noção de Estado Nacional. Enfraquecer a universidade pública significa, então, suprimir as ferramentas de soberania. Conforme visto em McChesney (1999), o neoliberalismo é capaz de se organizar de forma a eliminar todos os movimentos que se diferenciam de suas intenções, identificando na soberania nacional uma forma de resistir à sua dominação. Dessa forma, justificam-se os ataques a saberes capazes de fortalecer grupos sociais enquanto parte de uma nação (os saberes sobre a população, sobre o território e sobre a sua cultura) — o que lhes permitiria resistir à globalização.

A universidade pública, enquanto meio promotor desses saberes, ameaça o neoliberalismo quando aproxima a população das informações, do acesso ao conhecimento e outras formas de organização que permitam uma participação significativa na tomada das decisões e questionem as construções históricas que levaram à desigualdade social. Segundo McChesney (1999, p. 2), “diante dessa ameaça, a reação do modelo hegemônico é suspeitar de qualquer atividade que se interponha ao domínio da sociedade pelas grandes empresas”, uma vez que, de acordo com Rolim e Serra (2010 p. 2), as universidades “constroem o capital humano e ampliam o ambiente social e cultural”, permitindo, dessa forma, reflexões e transformações. Os mesmos autores entendem que “A educação superior vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões”. Portanto universidades, enquanto

agentes de conscientização e emancipação de grupos excluídos<sup>21</sup>, estariam se interpondo ao funcionamento do livre mercado, tido como o único alocador racional, justo e democrático de bens e serviços. Justificam-se, dessa forma, os ataques às ciências, principalmente as humanas, tidas por inúteis, e à universidade pública e aos institutos públicos de pesquisa, por abrigarem pesquisas que questionam a reprodução da sociedade tal como ela é, por meio da manipulação da opinião pública sobre o conhecimento ser nocivo ou algo sem valor. Segundo Acselrad (2018):

Tal bombardeio explica-se, por certo, como parte de um conhecido projeto privatista, mesclado, porém, desta vez, a uma espécie de Anti-intelectualismo tropical de mercado. São muitos, hoje, os indícios de que a racionalidade neoliberal, amplamente disseminada nas últimas décadas, abriu caminho para o avanço do neoconservadorismo, que, por sua vez, também tem se feito presente por formas variadas de constrangimento à liberdade acadêmica. São conhecidos os seguidos episódios de criminalização de responsáveis acadêmicos, de assédio processual a reitores e pesquisadores e de desmontagem de experiências exitosas de democratização no campo do ensino superior. Essa convergência entre esses dois tipos de Anti-intelectualismo — autoritário e de mercado — condiz com o que sugere a filósofa política Wendy Brown, segundo quem a economia neoliberal e a política neoconservadora são duas faces de uma mesma moeda, que busca capturar a população para os interesses das grandes corporações. O comportamento de empresas de comunicação no Brasil é, *de per se*, uma das expressões da privatização de espaços públicos — no caso, um espaço concedido pelo Estado. (ACSELRAD, 2018, p. 1).

Se as universidades contemporâneas continuam representando um meio de produção e reprodução de conhecimento com fins econômicos e com pouca ênfase social e cultural, descompromissada com a utilidade desse conhecimento para a redução das desigualdades, por outro lado se constituem em um agente capaz de quebrar a repetição do modelo hegemônico que se apoderou da educação. A fim de firmar o compromisso da educação superior com a formação de sujeitos, em processos de conscientização, emancipação, organização e empoderamento, a universidade apresenta-se como instituição decisória. Cavallet (1999) ressalta essa atuação quando aponta que o diferencial de conhecimentos adquiridos durante a universidade faz com que os técnicos ocupem posições que influenciam segmentos

---

<sup>21</sup> Em palestra em comemoração ao Dia do Índio, em 26 de abril de 2019, o cacique Dionísio, da aldeia Pindoty, localizada na Ilha da Cotinga, litoral do Paraná, atribuiu à universidade o papel de um agente de comunicação capaz de tornar visíveis os povos tradicionais brasileiros, como os indígenas. Nesse evento, estavam presentes estudantes e docentes do curso de especialização em Alternativas para Uma Nova Educação (ANE), da UFPR Litoral, que foram provocados pelo cacique a trabalharem como mediadores entre todos os segmentos da população, reconhecendo-os e aliando-se na sua luta a favor da defesa do território e do meio ambiente.

sociais com os quais interagem, o que faz com que tendam a ser líderes naturais, constituindo-se em agentes de transformação social. De acordo com o autor:

A expectativa que se pode ter da educação é que, mesmo diante da intencionalidade de expansão, lucratividade e direcionamento para o mercado internacional, ao se trabalhar dialeticamente com o conhecimento humano e as suas inerentes contradições, há espaço para a construção de processos curriculares que possibilitem a formação de profissionais socialmente mais compromissados. Em um momento histórico em que as manifestações de crise, incertezas e hesitações são mais evidentes do que as de estabilidade, convicção e determinação, a universidade, através de uma universalidade pluralista de princípios e objetivos, poderia transformar-se na força concreta, propulsora da superação do paradigma vigente. (CAVALLET, 1999, p. 86)

Assim, a universidade não pode continuar repetindo as tendências do modelo neoliberal. De acordo Oliveira Junior (2014), o modelo de educação tradicional, formado por um sistema seriado e conteudista, apenas assegura a desigualdade social e a exclusão, pois forma apenas algumas pessoas para a liderança, permanecendo o restante dos sujeitos na condição de passivos e/ou espectadores, cuja visão de mundo acaba sendo reduzida e fragmentada.

Dessa forma, os currículos e ações pedagógicas da educação superior tradicional estão comprometidos com a garantia da continuidade do seu modelo e não para contribuir com a formação agentes capazes de libertar e sair da posição de oprimido para a posição de liberto, resultado das interações entre a comunidade e os processos de sua formação. Portanto, na busca pela sustentabilidade, no que diz respeito ao ensino superior, semelhante ao que acontece na agricultura, é necessária uma outra forma de educação, capaz de promover não só o acesso a todos, mas também pela articulação com quem deveria ser o objetivo da produção do conhecimento: os sujeitos.

Assim, segundo Schafaschek (2008, p. 85), as ações e fundamentos da universidade para uma educação que tenha por objetivo a sustentabilidade, pelo equilíbrio entre as dimensões social, econômica, ambiental, política, cultural e ética devem ter como princípios:

- a) a promoção da democracia, da justiça social, da solidariedade e da cidadania por meio da sua atuação na comunidade;
- b) inserção no processo de desenvolvimento das comunidades de seu entorno, por meio da articulação com os demais atores sociais;

c) confecção de projetos de pesquisa em ciência e tecnologia que atendam aos interesses regionais;

d) criação de cursos de graduação e pós-graduação e realização de atividades de extensão voltados ao atendimento das demandas locais;

e) criação de um ambiente acadêmico, onde a produção do conhecimento esteja, prioritariamente, alicerçada na realidade, com vistas à sua transformação.

Enquanto a autonomia da educação pública for condicionada pelos interesses prioritariamente econômicos do Estado, na arrecadação de impostos e vantagens financeiras dos grandes conglomerados econômicos globais, ela permanece como um elo bastante vulnerável no que diz respeito ao seu significado. É possível compreender essa vulnerabilidade fundamentada pela relação de dependência quando se observa a trajetória das universidades públicas no Brasil. Segundo Santos (2004), a crise financeira no país, causada pelo endividamento a fim de acompanhar o processo expansionista de industrialização, representou o início dos processos de redução dos recursos de investimento na educação superior e dura até os dias de hoje (2021).

### 5.3 TRAJETÓRIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A criação das universidades brasileiras é recente, se comparada às universidades europeias. No entanto, as influências iniciais sobre o ensino superior no Brasil foram constituídas por uma perspectiva funcionalista, em que a universidade era vista apenas como instrumento para formação profissional e política dos cidadãos (modelo francês). Segundo esse modelo, os conteúdos dos cursos estavam diretamente ligados aos interesses do Estado e ensino e pesquisa eram separados. No entanto, com a progressiva a instalação das universidades no país, outro modelo, conhecido como modelo alemão, que considerava a ciência como pura, valorizando a educação humanista e a busca pela formação filosófica, artística e científica do indivíduo passou a influenciar suas diretrizes. Esse modelo ressalta a importância da pesquisa para educação como eixo de integração do ensino superior. Por suas premissas, é a investigação científica que rege o que pode ou não ser ensinado nas universidades (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Desde a fundação do país, em 1500, até a chegada da Família Real, em 1808, qualquer iniciativa educacional que pudesse proporcionar uma formação capaz de derrubar dogmas religiosos e/ou possibilitar quebras no sistema de dominação sobre os escravizados era proibida (BEGA, 2016). Concebida em um momento da história do país em que o único modelo educacional só poderia ser o comprado de Portugal, já demonstra, por origem, dois aspectos excludentes: o acesso por quem só pudesse comprá-la (ou viajar para estudar no exterior) e um modelo estrangeiro, que desconsiderava a realidade local.

Com chegada da família real ao Brasil, em 1808, ainda nos tempos do Brasil colônia, começa-se a esboçar o ensino superior no país, cujo objetivo era a defesa militar do território e a infraestrutura para a sobrevivência da corte portuguesa na colônia. Portanto os primeiros cursos superiores foram criados para formar oficiais, engenheiros civis e cirurgiões militares.

As instituições de ensino superior, criadas e mantidas pela corte portuguesa, foram a origem do ensino superior no Brasil (BEGA, 2016). Mesmo após a Independência, em 1822, em um cenário no qual permanecia a estrutura social formada, basicamente, por senhores brancos e por escravizados (negros e indígenas), a criação dos cursos superiores no Brasil se deu de forma comprometida com a formação e qualificação de uma elite preparada para a dominação e para ocupar seu lugar na superestrutura ao passo que excluiu qualquer possibilidade de formação destinada a qualificar força de trabalho, escrava ou assalariada (BEGA, 2016).

Durante o primeiro e segundo impérios, o desenvolvimento do ensino superior foi limitado à manutenção das instituições existentes e à sua regulamentação. No entanto, as discussões sobre a necessidade de uma universidade estruturada permaneceram, apesar da resistência de grupos de intenção distinta: por um lado, o controle do ensino por parte do Estado e, por outro, a liberdade dos entraves legais (que limitavam a expansão de instituições privadas), do sistema de privilégios e proteção do Estado (BEGA, 2016).

A partir do período republicano, é evidenciada a disputa entre modelos de universidade, mas que não deixaram os propósitos demandados pelas elites brasileiras. Conforme Bega (2016, p. 8),

[...] esses projetos representavam interesses fortemente estabelecidos no interior da classe dominante brasileira, ficando evidente que à essa altura o tema da universidade não atingia as camadas médias em fase de constituição e nem os segmentos populares.

A primeira universidade do Brasil foi criada no Paraná, em 1912, unindo faculdades que continuaram funcionando de forma isolada, sem interação entre elas. Já o modelo de universidade com um projeto acadêmico e institucional pleno surgiu na década de 1930, constituindo a Universidade de São Paulo (USP) e cuja matriz adotada seguia o modelo europeu. Em 1946, foram inauguradas instituições semelhantes em todo o país, onde predominou o modelo institucional e pedagógico da Universidade de Coimbra, demonstrando a permanência de matrizes universitárias europeias, portanto planejadas para sociedades diferentes e que continuavam acolhendo membros de elite intelectual e social (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Com a intensificação da modernização no período pós Segunda Guerra Mundial, o modelo americano de universidade tecnológica chegou ao Brasil. Esse modelo tem como objetivo atender as demandas da sociedade de consumo em massa e à reprodução do capital. Mesmo que nos anos 1960 tenha havido um projeto de uma universidade mais aberta, na qual era considerada a realidade brasileira, no contexto do regime de ditadura o modelo copiado das universidades norte-americanas foi adotado nacionalmente. A reforma universitária efetuada na época colocou a educação universitária a serviço do capital, tanto que foi financiada por empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

O endurecimento da ditadura militar, expresso pelos aumentos dos atos de repressão, foram capazes de superar os movimentos de esquerda contrários a essa reforma, mas não a direita acadêmica, em que predominavam os preceitos do sistema europeu. A reforma resultou em um tipo de estrutura de gestão mista, produzindo um sistema de formação no modelo americano, mas que não abandonava o modelo europeu, sem controle institucional e social nem mecanismos de avaliação de qualidade acadêmica (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

A Reforma Universitária de 1968, portanto, continuava descolada da realidade brasileira. Por outro lado, o ponto positivo foi que, a partir de 1970, uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implementada, originando programas



credenciados e de apoio de treinamento e pesquisa, viabilizando um sistema eficiente de avaliação pública de educação universitária.

Caracterizando os efeitos dos processos modernizadores e sua expansão acelerada nos anos 1980-1990, a política de governo da época promoveu a expansão da educação superior privada, o que resultou no estabelecimento de uma quantidade enorme de instituições de ensino superior nesses moldes. Nesse momento, é marcante o entendimento da educação como uma mercadoria, em que vagas são abertas em quantidade, mas sem compromisso com a qualidade (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

As demandas da visão mercantil da educação superior, ressaltadas no modelo americano e relacionadas a questões de qualidade e de eficiência do sistema, geraram a necessidade de reformas que englobassem avaliação, credenciamento e credenciamento de instituições e autonomia universitária, o que dizia respeito, inclusive, à captação de recursos complementares junto à iniciativa privada e outros organismos públicos. A partir daí, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no Senado Federal em 25 de outubro de 1995, regulamenta propostas que dizem respeito à autonomia universitária das instituições federais (BRASIL, 1995).

No entanto, devido à resistência de diversos setores universitários às propostas dessa última lei, uma real reestruturação do ensino superior no Brasil ainda não foi possível. Permanece o modelo baseado em realidades externas e regido pelo capital, caracterizado por “uma concepção linear e fragmentadora do conhecimento, modelos superados de formação profissional e acadêmica, reformas universitárias incompletas (ou frustradas) e desregulamentação da educação superior” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 149). Segundo Bega (2016), essa estrutura é a base do modelo ainda vigente nas universidades brasileiras, que:

Tem como características elementos de permanência que estão no cerne da universidade brasileira e que formam o núcleo de imaginários que se mantêm, a saber: a) uma noção de que a universidade é uma instituição social construída por e para as elites; b) a constatação de que o discurso universalista e universalizante, cerne do conceito de universidade, é incompatível com a história colonial e imperial brasileira, cujo conceito dominante de educação, como vimos, era altamente excludente e pragmática com forte viés instrumentalista e profissionalizante. (BEGA, 2016, p.10).

Por adotar modelos estrangeiros, a educação superior brasileira foi, desde a sua concepção, distanciada da realidade, limitando a atividade universitária à transmissão simples de conhecimento, à formação profissional em série e

desarticulada de políticas de intervenção nos processos sociais do país. A superação desses modelos, a fim de que a Universidade assuma, na íntegra, o seu compromisso social, envolve um repensar sobre a identidade da universidade e o seu papel na sociedade. Parte da reflexão proposta por Bega (2016, p. 15), sobre “que universidade está sendo construída pela sociedade brasileira, a quem ela serve e que imagem projeta de si para os cidadãos”.

A necessidade desse processo de superação é entendida quando se reconhece como inseparáveis as relações entre as três funções que constituem o eixo fundamental da Universidade brasileira: ensino, pesquisa e extensão. Essa indissociabilidade, e de forma equiparada, é regulamentada pelo artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, o qual dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). É essa articulação que sustenta uma formação profissional (ensino) pela produção de conhecimento científico (pesquisa) que considera os problemas da sociedade (compreendidos por meio da extensão) e, por isso, é capaz de transformá-la.

Se nesses 110 anos de universidade a legislação educacional já foi lenta e insuficiente para aliar pesquisa e ensino, urge ressaltar a importância da extensão universitária, como forma de resposta às críticas e pressões sofridas de setores e demandas sociais sobre a universidade. O entendimento é de que a extensão é uma situação educativa, em que educadores e estudantes assumem o papel de sujeitos que interagem entre si e com o meio, em uma dinâmica dialógica a fim de trabalhar com uma interpretação da realidade além de um simples instrumento (FREIRE, 1988).

É esse diálogo que faz com que a universidade passe a cumprir o seu papel de formadora e é ele quem deve ser a inspiração fundamental da indissociabilidade. Somente assim o ensino, integrado ao conhecimento produzido pela pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária (MOITA; ANDRADE, 2009). Por essa razão, uma outra proposta de educação, na qual a extensão ganha a mesma importância da pesquisa e do ensino e com eles se relaciona, é apresentada a seguir.

#### 5.4 UMA OUTRA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em um modelo ideal de universidade pública e democrática, suas demandas vêm da população e a ela se destinam. O seu ponto de partida é a população da

região onde está inserida. A partir disso, é possível uma democratização real do conhecimento, na qual a universidade se constitui como agente de transformação social e de resistência. Essa ideia relaciona-se com a concepção de oposição ao modelo dominação do conhecimento que Boaventura (2004, p. 19) propõe:

Em vez da renúncia a projetos coletivos, proponho a pluralidade de projetos coletivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que se substituem à reformulação de uma teoria geral de transformação social. Em vez de celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e críticas. Em vez de renúncia à emancipação social, proponho a sua reinvenção. Em vez da melancolia, proponho o otimismo trágico. Em vez do relativismo, proponho a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez de desconstrução, proponho uma teoria crítica pós-moderna, profundamente autorreflexiva, mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. Em vez do fim da política, proponho a criação de subjetividades transgressivas pela promoção da passagem da ação conformista à ação rebelde. Em vez do sincretismo acrítico, proponho a mestiçagem ou a hibridação com a consciência das relações de poder que nela intervêm, ou seja, com a investigação de quem híbrida quem, o quê, em que contextos e com que objetivos.

Por intermédio dessa proposta, é possível entender o quanto uma forma de educação alternativa ao modelo hegemônico é necessária. Nessa outra forma, a produção de conhecimento se liberta das condições competitivas e excludentes determinadas pelos modelos econômicos. Não se trata de apenas uma quebra, mas de uma reconstrução.

Essa reconstrução se faz por outras relações, quando a universidade pública passa a assumir um vínculo social, reconhecendo-se como capaz de transformar a realidade de forma que o objetivo maior não seja o lucro, mas a possibilidade de uma vida digna para todos. Esse vínculo é entendido por Santos (2004), como a responsabilidade social da universidade. Segundo o autor (p. 68), a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida quando ela se disponibiliza a atender “às demandas sociais, sobretudo aquelas oriundas de grupos sociais que não tem poder para se impor”. Em outras palavras, a ouvir e dar voz a quem não tem voz. Para isso ser possível, segundo Santos (2004, p. 68), a autonomia universitária e a liberdade acadêmica, que se perderam em função da prioridade do caráter econômico, “assumem agora uma nova premência uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social”. Em outros termos, uma universidade que venha de todas as sociedades para todas as sociedades.

Partindo-se da consideração que a produção de conhecimento precisa ser democrática, é imprescindível um vínculo estreito entre conhecimento e realidade. Para isso é necessário articular ciência e tecnologia com os sujeitos, os quais são fonte e objetivo desse conhecimento. Isso significa que o compromisso com a realidade possibilita a aplicabilidade desse conhecimento.

Assim, para uma educação superior humanizadora, é necessário que haja relações de troca entre a universidade e os grupos sociais ao seu entorno. Mas para que o conhecimento possa ser realmente democratizado, envolve aspectos além de acessibilidade. Segundo Santos (2004), a ideia da responsabilização social da universidade está diretamente vinculada com essa democratização, quando entende que a sociedade, influenciada pelo modelo hegemônico, promoveu o seu isolamento, caracterizando-a como instituição acessível somente a poucos. Sachs (1993, p. 39), conclui que para conceber a universidade como um ator de relevância na ação conjunta com o Estado e com a sociedade civil, deverá transcender a sua condição de “torre de marfim”, ou seja, afastada dos problemas sociais e ambientais políticos, culturais e de “[...] fábrica de diplomas, inscrevendo entre as funções aquela de recurso para o desenvolvimento local”.

A transposição de muros dos sujeitos acadêmicos em direção às comunidades permite a criação de espaços de troca de saberes que recupera a sua legitimidade, pela valorização do ser humano que essa ação envolve. Em outras palavras, é a universidade se deslocando até as comunidades. E se a intenção é priorizar as relações humanas, esse deslocamento deve ser de mão dupla, ou seja, de forma que a comunidade também confie na universidade como instituição aliada na sua melhoria de vida. Em outras palavras, além de transpor os muros, é necessário, também, dissolvê-los. E essa questão não é somente financeira e política: é também pedagógica.

Portanto, nessa outra forma, a produção de conhecimento não se restringe ao científico, mas reconhece os saberes das populações locais, enquanto raiz das comunidades. Trata-se de um rompimento com a definição do conhecimento controlado exclusivamente pelos países dominantes economicamente. É uma outra articulação, marcada pela valorização dos saberes populares, estreitamente comprometidos com a realidade.

Por meio dessa outra leitura, os referenciais próprios desses grupos e agentes passam a ser protagonistas. A cultura passa a ser disposta como movimento de

resistência à homogeneização e globalização do conhecimento e este, protetor da soberania local e autonomia dos atores. A luta pelo território mescla-se com a luta pela identidade. Assim, é repensado o conhecimento com poder emancipatório, já que as relações sociais da universidade deixam o seu caráter financeiro e passam a ser baseadas na relevância social, proporcionada pelos momentos de participação das comunidades por seus representantes.

A maneira de produzir o conhecimento passa a ser realizada em diálogo permanente entre atores e saberes populares, não com romantismo ou com interesse econômico. Dessa forma, são constituídos movimentos de resistência que lutam pela autonomia cultural como projeto de vida, tendo a territorialidade como defesa e construção da identidade. Para tanto, são necessárias reflexões e iniciativas que se contraponham aos processos de massificação da identidade dos diferentes grupos sociais, a partir do reconhecimento da necessidade de recuperar sua memória cultural.

Esse conhecimento faz com que a universidade não seja somente o espaço físico de atividades, mas, sim, constituída por experiências práticas e simbólicas, que acabam ressignificando o território como meio de permanência e de resistência. Dessa maneira, a educação superior reage aos processos de dominação e se reinventa pelas afirmações de identidade pela população como ela é. Segundo Singer (2002, p. 22), “as lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias”. Assim, a luta pelo desenvolvimento do território passa a significar a luta por outras gramáticas, identidades e ações educativas, em um processo de outras relações no interior da sociedade contra o modelo hegemônico. Para isso ser possível, Santos (2004, p. 53) aponta que:

A reforma na universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social no aprofundamento da democracia na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental na defesa da diversidade cultural.

É por intermédio da extensão universitária que as instituições de ensino superior se abrem ao reconhecimento do local enquanto meio que contém os saberes locais e de onde sairão as informações necessárias para seus projetos de intervenção, a fim de melhorar as condições de vida da população. Isso significa a universidade assumir o seu papel de constituir o Estado-nação, a partir do reconhecimento dos saberes oriundos da diversidade de seus territórios, como meio de resistência.

Além de ressaltar e garantir a permanência da extensão universitária como atividade de identidade de grupos sociais, esse outro modelo de educação superior exige também outras formas de educar. Para tanto, conta com a necessidade de flexibilidade dos planos de curso e de docentes com um propósito de um novo estilo de produção, quebrando o enfoque reducionista, tanto no ensino quanto na pesquisa. No modelo alternativo, grupos formados por docentes, técnicos, estudantes e moradores locais constroem as possibilidades de interação. Essa proposta é fundamentada pela educação como dinamizadora do processo de mudança, por meio de um método ativo e participativo, firmando bases da aprendizagem, em que a população passa a ser vista e ter consciência como sujeito e não como objeto da educação, conforme o proposto por Freire (1988, p. 27) quando considera que: “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade”.

Assim, o docente não seria o detentor do conhecimento, da linguagem e das práticas pedagógicas. Nesse outro modelo, ele assume o papel de mediador, ou seja, um agente que pode mobilizar e provocar mudanças de comportamento pela organização de diferentes visões de mundo vindas da interação com a comunidade, considerando seus valores próprios e sua cultura. Dessa forma, os docentes, agora mediadores, atuam como promotores de troca de conhecimentos. A sua função no processo de mudança está diretamente ligada à promoção de momentos de troca entre todos os sujeitos do processo educativo, entendendo a todos como tão sujeitos do processo quanto ele, de forma a ter claro o seu papel educativo-libertador (FREIRE; FAUNDEZ, 2002). O papel do mediador, de acordo com Santos (2004), consiste na promoção de articulações entre o saber científico e humanístico que a universidade produz e os saberes leigos populares, proveniente dos povos tradicionais. Esse mosaico diversificado é o que o autor chama de “ecologia de saberes”. Consiste em:

Um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo e implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico como de outros conhecimentos práticos considerados úteis. (SANTOS, 2004, p. 57).

Essa forma articula saberes, cuja partilha por docentes, pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos transforma a universidade no espaço público de interconhecimento democrático e não hierárquico. São esses grupos que vão formar

a base para a pesquisa universitária, a partir de projetos de intervenção, nos quais os objetivos devem ser a resolução de problemas a partir das demandas da população.

A universidade, assim, assume a sua legitimidade enquanto promotora de um conhecimento realmente útil socialmente. É uma forma de diminuir as distâncias sociais, uma vez que a população é o ponto de partida e ponto de chegada da produção de conhecimento. E essa produção se faz de forma cooperativa, portanto solidária. Ela parte da associação entre universidade e unidades que representam as solicitações de cidadãos e de comunidades, e o conhecimento é produzido de forma atender objetivos de interesse público como: identificação e proposta de resolução de problemas sociais e ambientais, de saúde pública, de inclusão social, como respostas a crises.

O estudo é realizado por meio de procedimentos participativos entre os interessados e os responsáveis pelo projeto. Isso caracteriza uma experiência de democratização da ciência e de orientação solidária da atividade universitária. Essa democratização da ciência compreende a organização coletiva de técnicas e processos, a partir da identificação da problemática do local, capazes de produzir soluções que contribuam para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida<sup>22</sup> (SCHAFASCHEK, 2008).

A universidade, enquanto promotora da valorização de grupos minoritários, vulneráveis ecológica e socialmente, é capaz de organizar um sistema de desenvolvimento econômico e social protegido da competição com as empresas capitalistas, por processos de conscientização que fazem parte da sua proposta de educação. É o chamado por Singer (2002) de consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimento que procuram convencer o público de que deve comprar não em função do seu proveito individual, mas em função do modo como bens e serviços são produzidos. Segundo essa proposta, o consumo solidário envolve a opção por um consumo “com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais, entre outros)” (SINGER, 2002,

---

<sup>22</sup> Um exemplo são as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares como espaços de encontro entre mediadores, estudantes e comunidades no entorno. A partir desse envolvimento, são geradas ferramentas para emancipação local e dos sujeitos por meio da economia solidária, difundindo princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.

p. 117). Com isso se apresenta tanto como uma proposta alternativa ao modelo capitalista na oferta de produtos de qualidade e preço a todos os integrantes do sistema, quanto proporciona uma vida melhor.

Entende-se, dessa forma, o papel das universidades no desenvolvimento regional, permitindo ser considerado um elemento chave do processo. Por uma proposta de educação com compromisso social, é possível fornecer estrutura e subsídios para uma ruptura com o sistema socialmente injusto como o provocado pela amplitude do neoliberalismo. Por ser composta de uma rede de conhecimentos e de pessoas, a continuidade dos processos dessa outra educação faz com que abranja o maior número de sujeitos, visto que quebra com os preceitos de elitização e privatização do conhecimento. A partir dessas alternativas, cada sujeito que participa dos processos coletivos pode se transformar e a articulação desses sujeitos é capaz de criar fissuras no sistema dominante que prioriza lucro e não seres humanos. Portanto um sistema de aprendizado e cultura produtiva, expressa pelo envolvimento dos atores da região, é capaz de transformar a realidade (ROLIM; SERRA, 2010).

Assim, a proposta pedagógica de uma universidade é capaz de transformar uma região na busca de seu desenvolvimento de forma autônoma, a fim de possibilitar uma alternativa ao modelo hegemônico. Segundo Chauí (2003), entender a universidade na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, emancipatório e autônomo significa materializá-la enquanto instituição social e não como uma mera organização voltada ao mercado. Essas são as premissas de uma educação realmente libertadora.

Por isso, a universidade, ao dirigir-se a uma região, pode, ou não, projetar estratégias e ações direcionadas às necessidades e às especificidades daquela ocupação geográfica. Se escolhe essa estratégia, entende que o objetivo pode ser possibilitado pela construção e execução de uma proposta pedagógica diferenciada. Além de tratar das questões universais e nacionais, essa proposta evidencia preocupação com as questões específicas das suas regiões e seus sujeitos, em que se identifica as possibilidades de a universidade efetivamente contribuir, subsidiar e interferir no seu entorno (UFPR LITORAL, 2008). É nessa perspectiva que a UFPR Litoral foi estruturada.

Entende-se essa iniciativa educacional como um espaço de desenvolvimento de um projeto educativo emancipatório e de estímulo ao protagonismo, considerando a realidade de cada envolvido e a herança cultural local como forma de



enriquecimento desse processo. Assim, cumprindo com o compromisso de apresentar situações reais, toma-se essa universidade e, especificamente esse setor, como referências de um projeto educacional inovador, criado com o objetivo de transformar uma região geográfica identificada como portadora de vulnerabilidades educacionais, econômicas e sociais. Para tanto, a fim compreender as relações que compuseram esse quadro, traz-se para o estudo, nos próximos itens, uma discussão sobre as características do litoral paranaense e da UFPR Litoral, com as particularidades que despertaram essa ligação.

## 5.5 A UFPR LITORAL

As fragilidades sociais, econômicas e ambientais identificadas no litoral do Paraná e no Vale do Ribeira, assim como suas potencialidades para um desenvolvimento sustentável, serviram como justificativa para a criação inicial do Campus Litoral e depois o setor que corresponde à UFPR Litoral. De acordo com UFPR Litoral (2008, p. 3), seu PPP diferenciado possui o intuito de atender as particularidades da região litorânea, contribuindo para o

[...] desenvolvimento sustentável, capaz de propiciar qualidade de vida compatível com a dignidade humana e a justiça social e, com uma moderna concepção de universidade que articula todos os níveis educacionais, da educação infantil à pós graduação [...].

Esse setor estruturou-se como um espaço de desenvolvimento de projetos de aprendizagem com o propósito de um processo educativo emancipatório e de estímulo ao protagonismo, considerando a realidade de cada envolvido e a herança cultural como forma de enriquecimento desse processo. Para se entender como foi feita essa aproximação, é necessário relacionar o contexto da região com a história desse setor, a partir de sua inserção no cenário local, sua origem e seu desenvolvimento como parte da UFPR.

### 5.5.1 Inserção no local: fragilidades do litoral do Paraná

Com o objetivo de justificar a criação e a inserção da UFPR Litoral, são abordados a seguir alguns aspectos que caracterizam a vulnerabilidade da região, os

quais demandaram ações educativas públicas para reverter esse quadro por uma proposta pedagógica fundamentada na autonomia e emancipação dos sujeitos que ali habitam.

As características físicas da região foram importantes determinantes da forma com que o território foi ocupado e que hoje se apresenta, resultado da sua geografia e dos períodos de prosperidade e decadência dos diversos ciclos econômicos que se sucederam ao longo da sua história e que moldaram os espaços urbanos e rurais (PARANÁ, 2018). Devido a essa razão, iniciaremos o estudo compreendendo historicamente como essa região foi povoada.

O litoral das regiões Sul e Sudeste brasileiras foi a primeira área de povoamento após a fundação do país. No entanto, à medida em que o povoamento avançou para o interior e para as frentes de pioneirismo, essas regiões passaram a se resumir em áreas de desertão. Assim, a população local permaneceu na forma de pequenos povoados, construídos durante a abertura dos ciclos econômicos do período colonial. Esses povoados foram localizados próximos aos centros comerciais, a fim de abastecê-los de produtos locais, como farinha de mandioca, peixe e café.

No caso do litoral do Paraná, devido aos obstáculos físicos da Serra do Mar, à falta de estradas e de alternativas de transporte, esses povoados ficaram isolados. Somente quando as primeiras transformações socioeconômicas, em meados do século XX, trouxeram as estradas de rodagem, as áreas litorâneas puderam se ligar ao planalto. Isso determinou o fluxo migratório e consequentemente a especulação imobiliária e o turismo. As transformações causadas pela abertura da região trouxeram, no entanto, forte degradação dos ecossistemas locais. Isso foi ocasionado pelo tráfego de veículos, inclusive os caminhões que transportam os produtos que chegam e saem do Porto de Paranaguá, exploração excessiva das florestas nativas, desmatamentos de grandes áreas florestais para implantação de rodovias e de lavouras e por um modelo de agricultura poluidora dependente de insumos artificiais (BORSATTO, 2007; TAVARES, 2012).

No início da década de 1980, ao perceberem a degradação ambiental, e pela pressão da sociedade preocupada com extinção da Mata Atlântica, os poderes públicos elaboraram e executaram uma política de proteção ambiental para a região, na criação de unidades de conservação (BORSATTO, 2007; TAVARES, 2012). Essas características definiram um mosaico de aspectos sociais, ambientais, culturais e

econômicos que moldaram os espaços urbanos e rurais da região, constituídos pelas condições naturais, infraestrutura, estrutura fundiária, fluxos migratórios.

O cenário foi resultado de um complexo e específico sistema que abriga: amplas áreas ricas em ecossistemas naturais e biodiversidade, abundância de unidades de conservação (UC); distribuição da população; comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, caiçaras e cipozeiros), principalmente nas áreas rurais; infraestruturas logísticas e portuárias; uso da terra em áreas rurais para atividades produtivas como agricultura e pecuária; uso dos mangues, estuários e costa para atividade pesqueira; áreas urbanas com uso do solo residencial, comercial e de serviços; patrimônio histórico e cultural e turismo (PARANÁ, 2018).

As condições ambientais e geográficas específicas do local que determinam a complexidade das relações entre população, cultura e meio ambiente podem ser compreendidas na Figura 13. Essa figura demonstra a paisagem de onde está localizada a Aldeia Indígena Kaingang Pindoty, a 20 minutos de barco de Paranaguá. A paisagem demonstra o quanto a natureza é presente na região, o que influencia fortemente na cultura e modo de vida das populações tradicionais que ali habitam.

Figura 12 — Ilha da Cotinga, vista da aldeia Pindoty



Fonte: a autora (2019)

Devido ao isolamento geográfico natural da região, pelo mar e pela Serra do Mar, por mais de 300 anos as pequenas comunidades que ali se formaram têm sobrevivido da agricultura e da pesca (TAVARES, 2012). O seu isolamento, aliado às condições ambientais, motivou a população local a desenvolver um conhecimento próprio sobre os seus meios de sobrevivência, constituindo, assim, uma bagagem cultural que compõe a sua vida.

Essa cultura é formada pelos saberes tradicionais, cujas noções de pertencimento territorial e modos de subsistência são atreladas diretamente ao meio ambiente. Portanto a agricultura na região não representa somente uma atividade econômica, mas exerce uma influência na caracterização social e contribui no capital cultural. Isso desperta uma atenção especial pois, segundo o diagnóstico levantado em Paraná (2018, p. 106), o “nível de proteção atual das práticas tradicionais destas povoações, seus saberes e costumes vinculadas aos recursos naturais presentes no litoral é ainda muito limitado”.

Por outro lado, as condicionantes físicas e as características do solo dificultam as produções agrícolas no litoral paranaense. No entanto, a pouca aptidão agrícola dessas áreas não deve ser um fator de desvalorização, visto a conterem uma grande diversidade biológica e de serviços agroecossistêmicos essenciais para a vida de muitas comunidades tradicionais locais. Isso desperta para a importância das relações desses povos com o meio ambiente, já que é ele que proporciona a sua sobrevivência. Ao se considerar essa sobrevivência, mesmo com as condições pouco propícias convencionalmente, é possível estimar a quantidade de saberes alternativos que os fizeram capazes de permanecer no local.

Observa-se um paradoxo entre as condições ambientais locais e o tipo de produção agrícola predominante. As principais culturas da região caracterizam-se por exigirem condições de estrutura, profundidade e composição de solo que não correspondem às condições naturais locais. A agricultura nas principais lavouras da região, tanto permanentes quanto temporárias, segundo IBGE (2018) é realizada nos moldes do Agronegócio, nos quais predomina a forma de monocultivo em extensas áreas e com uso intensivo e dependente de insumos artificiais e agrotóxicos, com a intenção de tornar as lavouras competitivas de forma comercial. Isso não condiz com as condições locais de solo pouco profundo, baixa fertilidade e a estrutura arenosa, as quais exigem um manejo ecológico muito cuidadoso para conservar a sua

sustentabilidade. Dessa forma, a artificialização das condições do meio ambiente pode acarretar sérios danos ambientais e sociais.

Assim, se faz necessário um outro olhar sobre o que a natureza da região oferece. Segundo Paraná (2018, p. 111), “as condições específicas do local para o estabelecimento de zonas com técnicas de cultivo sustentável podem ser compatíveis com a conservação dos valores ambientais”. É nesse caso em que se justifica uma racionalidade ambiental, que compreenda os riscos ao ambiente e à população causados na agricultura convencional, ao mesmo tempo que permita a produção agrícola, dada a importância dessas atividades para o sustento das famílias que ali residem. Assim, com inspiração nas populações tradicionais, os princípios conservacionistas, aliados aos saberes locais, possibilitam uma agricultura em equilíbrio com as condições do ambiente da região.

Essa agricultura em equilíbrio com as condições ambientais considera o solo raso e pouco fértil da região, assim como os reduzidos tamanhos de propriedade dos agricultores familiares, a proximidade de regiões de consumo intenso de produtos frescos, a demanda por uma agricultura não dispendiosa e a necessidade dos cuidados ambientais nos cultivos. A racionalidade na produção, portanto, direciona o seu potencial agrícola à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Assim, as condições naturais locais não impedem a produção, mas revelam um potencial a ser considerado para o meio rural da região como uma alternativa econômica sustentável.

Enquanto aspecto econômico, a agricultura tradicional do litoral do Paraná deve ser planejada considerando a ligação próxima entre território e meio ambiente, pelos saberes construídos em conjunção com a natureza, ante a necessidade de sobrevivência frente às condições ambientais peculiares e delicadas do local. As fragilidades provocadas por essas condições específicas também determinaram as relações sociais no local. Por isso, as condições sociais e econômicas serão abordadas a partir de agora.

O caráter turístico do local diz respeito a aquisição de residências de veraneio. Esse tipo de ocupação se caracteriza por locais nos quais predominam segundas residências e que ocupam faixas próximas à orla, configurando manchas urbanas. A pressão imobiliária gera consequências impactantes nas condições socioeconômicas

da região, uma vez que se estabelecem condições que propiciam a especulação<sup>23</sup> (OLIVEIRA, 2015).

Além disso, com o turismo de temporada, a atividade econômica e de serviços básicos da região fica sujeita às oscilações de público que fazem parte da sazonalidade, ou seja, a baixa temporada de turismo significa baixa de consumo, de oportunidades de emprego e de qualidade de serviços básicos públicos, como coleta de lixo. Isso estabelece um paradoxo na região, onde, em um mesmo tempo e em um mesmo espaço, há terra destinada à especulação imobiliária e parte da população sem infraestrutura vivendo em condições precárias (OLIVEIRA, 2015).

Pela discussão elaborada até agora, pelas características físicas peculiares já mencionadas e pela desigualdade na distribuição da terra e da riqueza, a região apresenta indicadores socioeconômicos preocupantes. Além da necessidade de se criar oportunidades de emprego e renda para sua população, existe uma demanda significativa em relação a equipamentos sociais, saneamento, acessibilidade, comunicação e infraestrutura urbana, entre outros. Segundo Oliveira (2015, p. 65):

A vulnerabilidade econômica da população expressa o contraditório e excludente processo de acumulação capitalista no litoral do Paraná, haja vista sua riqueza natural, a diversidade cultural dada pela presença de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pequenos agricultores e ainda pelo fato de ter em seu território, desde 1935, um dos principais portos do país, pelo qual escoam a suntuosa produção do agronegócio do país.

O desenvolvimento lento e desigual da região expressa-se pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>24</sup>. Com base na tabela a seguir, é possível observar que, entre os municípios que compõem o litoral, Guaraqueçaba apresenta o menor indicador em 2010, com 0,587, em 393º lugar em relação aos 399 municípios do estado do Paraná, ou seja, o sexto pior município. Já Paranaguá distancia-se significativamente, apresentando, no mesmo ano, IDH de 0,750. Esse valor coloca o município de Paranaguá em 32º lugar em relação ao IDH dos demais municípios do estado (PNUD, 2010). Essa variação é resultado da grande diversidade de situações

---

<sup>23</sup> A especulação imobiliária é entendida como o ato de operar no mercado de terras e imóveis “jogando” na alta ou na baixa dos preços, visando a valorização imobiliária. A valorização da terra não é decorrente apenas da produção de moradias em si, mas também da própria alteração do uso do solo que ocorre em uma determinada área (OLIVEIRA, 2015).

<sup>24</sup> O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda e acompanha uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais alto é considerado o IDH (UNDP, 2011).

locais, em relação às condições naturais, sociodemográficas, de infraestrutura (estradas, saneamento, entre outras), economia de mercado e a estrutura fundiária.

Tabela 4 — IDH dos municípios do litoral paranaense e sua colocação entre os municípios do estado

<b>Município</b>	<b>IDH</b>	<b>Posição de IDH em Relação aos 399 municípios do Paraná</b>
Guaraqueçaba	0,587	396
Antonina	0,687	277
Morretes	0,686	285
Guaratuba	0,717	144
Pontal do Paraná	0,738	62
Matinhos	0,743	48
Paranaguá	0,750	32

Fonte: PNUD (2013)

A vulnerabilidade econômica pode ser percebida nos estudos de Oliveira (2015), que com base nos dados do IBGE (2011), constata que 45% da população do litoral paranaense tem renda mensal até um salário-mínimo. Esse percentual na cidade de Paranaguá é de 54%, ou seja, presencia-se na região uma disparidade de distribuição de renda. Paraná (2018) aponta, como causas desses baixos índices:

- (i) o baixo nível de instrução dos trabalhadores residentes e a falta de dinamismo das economias locais contribuem para a ausência de mecanismos endógenos de desenvolvimento;
  - (ii) os trabalhadores residentes com nível de instrução superior encontram-se alocados em ocupações que não favorecem atividades intensivas em conhecimento, e também auferem remunerações abaixo da média estadual o que pode sinalizar uma dificuldade de dinamização da economia local.
- (PARANÁ, 2018, p. 87).

A tabela a seguir permite compreender as características gerais dos trabalhadores residentes na região, baseando-se nas informações permitidas pelos microdados da componente amostral do Censo de 2010, levantadas e sistematizadas em Paraná (2018). Nessa figura, é possível observar que a maioria significativa dos trabalhos, formais ou não, na região, é localizada no município de Paranaguá. Essa dominância só deixa de ser significativa quando se compara com o número de empregados no serviço público em Matinhos, o que pode ter sofrido a influência do fato de o município ser sede da UFPR Litoral.

Tabela 5 — Trabalhadores residentes segundo condição de trabalho (2010)

Condição da atividade	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Ponta do Paraná	Região Litoral	
								Número de Ocupados	% ocupados
Empregado com carteira assinada	2.877	745	5.063	5.047	2.771	33.490	2.749	52.742	46,4
Militar, polícia ou corpo de bombeiros	57	8	59	88	22	159	59	452	0,4
Funcionário público	389	167	760	1.238	116	1.891	623	5.184	4,6
Empregado sem carteira	1.540	565	2.415	2.683	1.265	10.403	2.251	21.122	18,6
Conta própria	1.562	1.565	5.027	4.086	2.140	12.134	3.353	29.867	26,2
Empregador	109	4	290	581	101	1.250	295	2.630	2,3
Não remunerado	59	87	189	268	229	813	148	1.793	1,6
Total residentes ocupados (a)	6.593	3.141	13.803	13.991	6.644	60.140	9.478	113.790	100%

Fonte: Paraná (2018)

É possível reconhecer, dessa forma, Paranaguá como município polo do litoral do Paraná, concentrando expressivamente a população (53%) e as atividades econômicas (72% do PIB do Litoral). No entanto, percebe-se, que os indicadores de desenvolvimento que dizem respeito a Paranaguá restringem-se a esse município, apenas. Paraná (2018, p. 161) refere-se a essa diferenciação quando considera que Paranaguá “É um enclave no território, pois não transborda o dinamismo econômico para a região (nem para o município, que apesar de um per capita alto, apresenta indicadores sociais precários).” Os demais municípios ainda demonstram uma precariedade que acaba por acarretar seus aspectos socioeconômicos. No mesmo diagnóstico, é apontado que:

Essa baixa capacidade de internalização dos benefícios econômicos para conjunto da região, baixa capacidade de desenvolvimento endógeno está associada às fragilidades ambientais, sociais e econômicas da região, expressas no baixo estoque de capital, no baixo grau de desenvolvimento industrial e de serviços (exceto nos setores concentrados na atividade portuária em Paranaguá), baixo grau de instrução da força de trabalho local, **concentração da população com instrução superior em educação, cultura, esportes e saúde de baixa remuneração e em ocupações pouco intensivas em conhecimento.** Assim, essa dificuldade também se



apresenta quando se analisa a estrutura de turismo na região, baseada em casas de veraneio, em geral de população oriunda de Curitiba. (PARANÁ, 2018, p. 161, grifos nossos).

Na área rural, a combinação entre os processos de abertura de território que ocorreram a partir de 1960 e a Revolução Verde, implantada no meio rural do Brasil no mesmo período, influenciou determinantemente a realidade agrária da região. Segundo Raynaud *et al.* (2002), as consequências dessa combinação, na região, foram: a) a aparição de novos atores externos, cuja maioria seguia estratégias de acumulação de capital vinculadas a captação da renda fundiária especulativa em detrimento das atividades produtivas; b) predomínio do extrativismo de madeira e palmito e o desenvolvimento de uma agricultura tecnificada e intensiva; c) um forte processo de marginalização econômica e social da maioria dos pequenos agricultores e pescadores locais, acompanhados de conflitos entre os novos latifundiários e os pequenos agricultores expulsos das áreas que exploravam há muito tempo.

Por outro lado, as unidades de conservação (UC), estabelecidas pelos poderes públicos após as manifestações sobre os impactos negativos no meio ambiente proveniente dessa abertura, foram realizadas sem considerar as ideias e opiniões das comunidades locais, principalmente das mais pobres. Assim, as políticas de ação ambientalista afetaram profundamente a sobrevivência dos pequenos agricultores e das populações tradicionais, já que, por sua relação mais direta com a natureza, segundo Borsatto *et al.* (2007, p. 425) foram obrigados a implementar “novas atividades e práticas agrícolas (utilizar agrotóxicos, introduzir espécies exóticas) para compensar as restrições impostas pela nova legislação (impossibilidade da prática de pousio, proibição do extrativismo)”. Assim, no caso do litoral do Paraná, Raynaud *et al.* (2002) concluem que, se por um lado as políticas de proteção ambiental obtiveram um relativo sucesso em controlar as agressões ambientais ocasionadas pelos latifúndios, de outro agravaram o quadro de pauperismo histórico vivido por grande parte das populações locais. Isso contribuiu para acelerar a exclusão social e o êxodo rural, principalmente dos pequenos produtores.

O quadro de baixo rendimento econômico da população rural da região pode ser compreendido nos dados apresentados na tabela a seguir. Se for considerado

que, no ano do levantamento, o valor mensal do salário-mínimo<sup>25</sup> brasileiro era de R\$ 880,00, observa-se que em somente um dos municípios a renda média foi acima desse valor. Os demais municípios da zona rural revelaram um rendimento abaixo do salário-mínimo.

Tabela 6 — Rendimentos médios mensais reais nas atividades de agropecuária, pesca e florestas dos residentes da área — julho 2010 (R\$)

	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Rendimento médio do trabalho principal	579,50	328,39	1.111,46	458,55	724,63	703,09	872,86

Fonte: Microdados da Componente Amostral do Censo de 2010 do IBGE (PARANÁ, 2018)

As características próprias de cada município apresentam demandas diferenciadas de acordo com seu potencial, podendo abranger as áreas de turismo, agricultura, administração, imobiliária, além da formação de professores, entre outras existentes para atender todas as demais áreas de trabalho. No entanto, a localização dos municípios do litoral do Paraná em uma região privilegiada, com valores ambientais e paisagísticos evidentes e a presença de um dos maiores portos do Brasil, não foi capaz de reverter os desequilíbrios sociais e econômicos presentes no litoral desde a sua origem. Pode-se entender, dessa forma, que as propostas convencionais de desenvolvimento econômico podem ter possibilitado melhores condições apenas para a região específica onde puderam ser implantadas, como o Porto de Paranaguá, mas isso não foi suficiente para garantir um melhor desenvolvimento para os demais municípios da região. Seu potencial natural ainda precisa ser valorizado a fim de proporcionar atividades que criem oportunidades de emprego e de geração de renda, mas que não prejudiquem as condições ambientais nem a cultura da região.

As particularidades da região pedem por propostas diferenciadas de atendimento às suas necessidades que ultrapassam os limites da compreensão da

<sup>25</sup> De acordo com o art. 7 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o salário-mínimo é a importância mínima, que deve ser paga pelo empregador ao empregado e que seja tida como suficiente para a subsistência do trabalhador. O salário-mínimo nada tem a ver com salário justo, pois é uma referência de remuneração, fixada pelo Estado, abaixo da qual é proibida a prestação de serviços subordinada.

lógica econômica padronizada e homogeneizada. Essas propostas podem ser compreendidas, segundo Paraná (2018, p. 161) em: “Acreditar na potencialidade de desenvolvimento sustentável superando a dicotomia presente no imaginário da população local, de cenários mutuamente excludentes baseados, de um lado, na infraestrutura e logística e, de outro, no desenvolvimento baseado no turismo”, possibilitados historicamente pela forma de exploração convencional. Ainda segundo a mesma referência:

Tal superação abre a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico sem ferir a fragilidade ambiental que caracteriza a região. Isso implica no fortalecimento, inclusive, de atividades econômicas que podem, com baixo estoque de capital e tecnologia, assegurar condições de vida para diversos grupos populacionais, como as comunidades tradicionais, pesqueiras etc. (PARANÁ, 2018, p.161)

Portanto a necessidade da transformação da realidade do local, por meio de uma formação educativa a favor do desenvolvimento integral do ser humano, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo dos seus sujeitos, chamou a universidade a cumprir o seu papel social. Nessa formação, com fortes determinantes ambiental, social e econômico, uma proposta pedagógica diferenciada, com base consciência e no posicionamento crítico a partir da problematização da vida real é o que pode possibilitar melhores condições de os sujeitos lidarem com a complexidade do mundo. Portanto a inserção da UFPR Litoral na região, cujos princípios são pautados na justiça social e nos direitos humanos, caracteriza-se em uma forma de intervenção a fim de que seu quadro de vulnerabilidades seja revertido de forma estável e continuada. Por essa razão, a história do setor será contextualizada a seguir.

### 5.5.2 Histórico da UFPR Litoral

A UFPR Litoral faz parte dos 17 setores da UFPR<sup>26</sup>. Por compreender a necessidade de transformação do cenário socioeconômico e de qualidade de vida do

---

<sup>26</sup> Criada em 19 de dezembro de 1912, a UFPR é a mais antiga universidade do Brasil e sua referência é tão marcante que seu prédio histórico foi escolhido pela população paranaense, em 1999, como símbolo da capital do estado. A UFPR possui um papel relevante no ensino superior para o seu estado e para o Brasil. Essa relevância é a concretização do objetivo de sua gênese, ou seja, “a criação de uma universidade para o Estado do Paraná, que viabilizasse a formação de seus jovens para exercerem lideranças políticas com consciência de sua identidade regional.” (UFPR LITORAL, 2008, p. 1). A estrutura da universidade se desenvolve na oferta de cursos de graduação, especialização,

litoral do Estado, revelado por seus baixos valores de IDH, e por reconhecer a importância da sua riqueza ambiental, a Universidade, legitimando o seu intuito de interferir na realidade concreta na sua área de abrangência, assume papel ativo na criação do setor.

Acreditando no poder transformador da educação e reconhecendo as vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais do litoral do Paraná, a implantação de um projeto educacional inovador no local justifica-se por ser um agente para transformar esse quadro. O projeto, movido pela mesma proposta emancipatória que esteve na base da criação da UFPR, teve origem na plataforma para eleição da reitoria da universidade no ano de 2001 e foi implantado durante a gestão de 2002-2006, que teve a integração como um de seus objetivos.

Contribuindo com os objetivos da universidade na criação da UFPR Litoral, a conjuntura política brasileira da época constituiu-se em um cenário favorável para a concretização de ações de ampliação do ensino superior. As posses, em 2002, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Roberto Requião, governador do estado do Paraná, combinaram as suas duas plataformas de governo, federal e estadual, que tinham como compromisso a ampliação do acesso ao ensino superior, com ênfase nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Portanto sua implantação foi realizada em um momento de expansão, que visava à melhoria da qualidade de ensino e à promoção da igualdade de oportunidades, pela inclusão e democratização do acesso e da permanência (BRASIL, 2007b).

Essa articulação positiva foi a origem de uma negociação que envolveu, no plano federal, o Ministério da Educação (MEC), a UFPR e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET); no plano estadual, o governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR/UNESPAR) e no plano municipal, a prefeitura de Matinhos. O resultado foi um termo de cooperação firmado entre essas instituições, datado de 28 de março de 2005, elaborado para a

---

mestrado, doutorado e pós-doutorado, com o compromisso de articular ações de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de devolver à população brasileira os recursos públicos que a permitem existir enquanto instituição federal de ensino superior. O compromisso da UFPR com o seu papel social, na formação de cidadãos e cidadãs, na construção e compartilhamento de conhecimentos tem como objetivo maior de proporcionar uma vida digna a toda a população brasileira.

implantação de ações para ampliação do acesso à educação na região, o que resultou na criação da UFPR Litoral.

Porém a proposta representou, para a região, muito além da ampliação de vagas, graças ao seu objetivo social de emancipar os sujeitos<sup>27</sup>. O projeto político pedagógico (PPP) da UFPR Litoral conta com uma proposta diferenciada dos demais setores da UFPR. O seu desenho curricular, as formas de avaliação, a estratégia de gestão, os fundamentos teóricos e práticos foram construídos de forma a “exercitar seu papel social de agente de transformação, de questionador crítico e fomentador de conhecimentos que dialoguem e interfiram na realidade social” (UFPR LITORAL, 2008, p. 5).

Essa proposta foi baseada na autonomia universitária permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96<sup>28</sup>. Essa base legal forneceu as orientações gerais para o desenvolvimento de medidas de descentralização de gestão das instituições de ensino, já que prevê que os estabelecimentos de ensino, desde que respeitem as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tenham a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. E essa descentralização se deu, na UFPR Litoral, com o objetivo de promover maior participação das pessoas envolvidas no processo educativo, assim como as comunidades locais, incorporando a participação de um conjunto de atores sociais com o comprometimento de democratizar a educação. Essa construção coletiva, voltada para o objetivo emancipatório, é a base de uma concepção alternativa à educação hierárquica e exclusivista do modelo convencional.

A proposição da UFPR Litoral apresenta-se, assim, questionando a lógica disciplinar, hierárquica e endógena que caracteriza o ensino superior. Portanto defende

---

<sup>27</sup> O papel estratégico das universidades, principalmente as públicas, para o desenvolvimento econômico e social do país é reconhecido por Rolim e Serra (2009 p. 91), quando constata que “a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região”.

<sup>28</sup> O artigo 12 dessa lei estabelece que cada estabelecimento de ensino deve incumbir-se de: 1) elaborar e executar seu projeto pedagógico; 2) administrar seus servidores e seus recursos materiais e financeiros; 3) organizar o calendário escolar e o horário das aulas; 4) articular-se com as famílias e as comunidades, criando processos de interação entre a sociedade e as instituições de educação. (BRASIL, 1995).

[...] a construção coletiva de um projeto político-emancipatório com a centralidade no combate a resignação e naturalização do sofrimento e exclusão social, a partir da leitura crítica da realidade que se constitui como o ponto de partida e de retorno para a construção e reconstrução do conhecimento. (UFPR LITORAL, 2008, p. 8).

O PPP da UFPR Litoral fundamenta-se em três princípios: “a) comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; b) educação como totalidade; c) formação discente pautada na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, capaz de transformar a realidade” (UFPR LITORAL, 2008, p. 11). A construção e articulação desses três princípios têm como bases:

a) o comprometimento da universidade com os interesses coletivos parte do pressuposto de que o serviço público só tem razão de existir se estiver a serviço da população. Essa premissa, que tem origem já na própria constituição da UFPR em 1912, está presente no PPP da UFPR Litoral e reflete-se ao identificar as fragilidades da região litorânea do Paraná que justificaram a necessidade de uma transformação. Portanto a transformação das condições de vida da população local constitui o compromisso da universidade, como instituição pública e gratuita capaz de direcionar suas ações com vistas a reverter o seu quadro de vulnerabilidade. Dessa forma, a intencionalidade emancipatória e inovadora da UFPR Litoral, comprometida com a transformação da realidade das regiões do litoral paranaense e do Vale do Ribeira, consiste em um projeto de educação pública que tem como pressuposto a ação coletiva e o protagonismo dos sujeitos locais, objetivando a construção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável dessa região (UFPR LITORAL, 2008). Não se trata, porém, de uma tarefa salvacionista exercida pela universidade, mas do seu papel social, político e científico na perspectiva de apontar caminhos e possibilidades, para, juntamente com a sociedade, desenvolver novas reflexões e outras ações.

b) o segundo princípio do PPP é a concepção de educação como totalidade, que implica a compreensão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista vigente e a lógica mercantil e meritocrática que permeia a educação. Portanto, por meio de uma crítica às contradições inerentes à educação no modelo convencional já realizada no capítulo anterior, a intenção do processo educativo no PPP da UFPR Litoral “é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva

emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades” (UFPR LITORAL, 2008 p. 13).

c) o terceiro princípio que fundamenta o PPP é a formação discente, pautada na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, capaz de transformar a realidade. Portanto a realidade concreta local onde a UFPR Litoral está inserida é a origem do principal articulador do processo educativo: o Projeto de Aprendizagem (PA). Na concepção de PA, os estudantes desenvolvem projetos de acordo com os seus interesses, orientados por professores que os estimulam e desafiam.

Na conclusão dos processos de instalação da UFPR Litoral, em 2005 existiam 15 cursos de graduação. Convém salientar que essa proposição foi elaborada a partir das características específicas da região. Em relação à questão ambiental, foram criados os cursos de Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroecologia. Para atender as demandas nas áreas de saúde e social, foram criados os cursos de Fisioterapia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Orientação Comunitária e Informática e Cidadania. Identificando o potencial na área do turismo e lazer foram criados os cursos de: Tecnologia em Turismo, Gestão e Empreendedorismo e Gestão Desportiva e do Lazer. Reconhecendo que a execução de uma política educacional diferenciada deve atuar nas construções históricas locais, a fim de integrar a educação básica e o ensino médio foram ainda criadas três licenciaturas: Artes, Ciências e Linguagem e Comunicação. Já cursos como bacharelado em Gestão Pública e Tecnologia em Gestão Imobiliária relacionam-se à área de gestão do território e de políticas públicas. Outro critério respeitado na criação dos cursos foi a não existência destes em outros *campi* da UFPR. Sua relação com as demandas da região objetivou atrair, ao máximo, estudantes provenientes do litoral paranaense (Quadro 2, a seguir).

Esse critério foi reforçado pela realização dos vestibulares para ingresso na UFPR Litoral na metade do ano letivo convencional, de forma alternativa ao calendário oficial, com a finalidade de possibilitar mais uma oportunidade de ingresso na universidade pública. No entanto, a partir do processo seletivo 2014/2015, as datas de vestibular foram unificadas para todos os *campi* da UFPR<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> O objetivo da diferenciação das datas de vestibular para ingresso na UFPR Litoral partiu de uma relação com as demandas específicas da região. Além de possibilitar uma oportunidade de acesso à Universidade Pública, considerou a realidade dos moradores da região, cujas atividades e oportunidades de trabalho concentram-se no verão. Além disso, essa outra distribuição poderia

Reconhecendo que a educação transforma, mas também é transformada pelas interações com a realidade local e com as instituições, houve uma readequação de oferta de cursos, correspondendo à demanda do local e da própria UFPR. Após modificações no seu projeto original, os cursos ofertados no vestibular 2019 da UFPR Litoral foram: na área de licenciatura — Artes, Ciências, Educação do Campo, Educação Física e Geografia, na área de bacharelado — Administração Pública, Ciências Ambientais, Gestão e Empreendedorismo, Saúde Coletiva e Serviço Social e na área de tecnólogo — Agroecologia, Gestão de Turismo e Gestão Imobiliária.

Quadro 2 — Cursos de graduação ofertados nos vestibulares da UFPR nos *campi* de Curitiba e na UFPR Litoral, de 2008 a 2019

CAMPI DE CURITIBA	UFPR LITORAL
Administração	Administração Pública
Administração Internacional de Negócios	Agroecologia
Agronomia	Artes
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Ciências (licenciatura)
Arquitetura e Urbanismo	Ciências Ambientais <sup>30</sup>
Artes Visuais	Educação do Campo <sup>31</sup>
Ciência da Computação	Educação Física <sup>32</sup>
Biomedicina	Fisioterapia <sup>33</sup>
Ciências Biológicas	Gestão Ambiental
Ciências Contábeis	Gestão do Turismo
Ciências Econômicas	Gestão Desportiva e do Lazer <sup>34</sup>
Ciências Sociais	Gestão e Empreendedorismo
Comunicação Institucional	Gestão Imobiliária
Comunicação Social	Informática e Cidadania <sup>35</sup>
Desenho Industrial	Linguagem e Comunicação <sup>36</sup>

---

estimular o interesse dos candidatos aos cursos do Setor, por não serem os mesmos dos outros *campi* da UFPR. A unificação, implantada pela gestão 2008-2016 da universidade, tornou o processo mais rígido, homogeneizando as demandas e os critérios do processo seletivo. Isso fez com que, inclusive, o conteúdo das provas deixasse de corresponder à identidade da região. Esse conteúdo, antes elaborado pela articulação entre a equipe da UFPR Litoral e a das redes públicas da região, em que o litoral era tematizado, passa a ser padronizado pela demanda geral do vestibular da UFPR.

<sup>30</sup> Ofertado a partir do ingresso em 2019.

<sup>31</sup> Ofertado a partir do ingresso em 2015, em regime e vestibular especial.

<sup>32</sup> Ofertado a partir do ingresso em 2015.

<sup>33</sup> Deixou de ser ofertado na UFPR Litoral a partir de 2012.

<sup>34</sup> Deixou de ser ofertado a partir de 2015.

<sup>35</sup> Deixou de ser ofertado a partir de 2015.

<sup>36</sup> Deixou de ser ofertado a partir de 2019.



Design	Orientação Comunitária <sup>37</sup>
Direito	Saúde Coletiva
Educação Artística	
Educação Física	
Enfermagem	
Engenharia Ambiental	
Engenharia Cartográfica	
Engenharia Civil	
Engenharia da Produção	
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	
Engenharia da Produção	
Engenharia Elétrica	
Engenharia Florestal	
Engenharia Industrial Madeireira	
Engenharia Mecânica	
<b>CAMPI DE CURITIBA</b>	
Engenharia Química	
Estatística	
Expressão Gráfica	
Farmácia	
Filosofia	
Física	
Geografia	
Geologia	
Gestão da Informação	
Gestão da Qualidade	
Gestão Pública (formação do tecnólogo)	
História	
Informática Biomédica	
Jornalismo	
Letras	
Luteria	
Matemática	
Matemática Industrial	
Medicina	
Medicina Veterinária	

---

<sup>37</sup> Deixou de ser ofertado a partir de 2015.

Música	
Negócios Imobiliários	
Nutrição	
Odontologia	
Pedagogia	
Produção Cênica	
Psicologia	
Publicidade e Propaganda	
Química	
Relações Públicas	
Secretariado	
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
Tecnologia em Comunicação Institucional	
Tecnologia em Construção de Instrumentos Musicais	
Tecnologia em Gestão da Qualidade	
Tecnologia em Gestão Pública	
Tecnologia em Informática	
Tecnologia em Luteria	
Tecnologia em Negócios Imobiliários	
Tecnologia em Produção Cênica	
Tecnologia em Secretariado	
Tecnologia em Secretariado Executivo	
Tecnologia em Sistemas de Informação	
Terapia Ocupacional	
Turismo	
Zootecnia	

Fonte: NC/UFPR (2008 a 2019)

Também na pós-graduação há forte comprometimento com os aspectos sociais e territoriais na sustentabilidade da região. Por manterem o objetivo de melhorar as condições de vida da população a partir de uma reflexão sobre a construção das condições locais, estruturaram-se cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em “Desenvolvimento Territorial Sustentável” e mestrado em “Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais”. Já as pós-graduações *lato sensu* são ofertadas em nível de especialização, no ano de escrita desta tese, nas temáticas de

“A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar” e de “Alternativas para Uma Nova Educação”.

Assim, se o objetivo da UFPR Litoral é o desenvolvimento da região de forma sustentável, o êxito desse objetivo é impossível sem a inclusão das percepções e contribuições advindas das comunidades cujas relações de pertencimento territorial e modos de subsistência são atreladas diretamente ao meio ambiente. Como forma de aprofundar o conhecimento da realidade das dinâmicas locais, o PPP inovador envolve metodologias específicas de aproximação e participação, a fim de garantir a escuta qualificada das comunidades tradicionais do litoral, por meio de visitas a campo e projetos de extensão. Essas metodologias compreendem a construção de um canal de mediação, compartilhamento e troca de saberes, em que as questões e contribuições trazidas pelas populações locais são ouvidas e incorporadas ao processo educativo.

Esse processo é desenvolvido de forma que estudantes possam identificar a problemática das comunidades e propor alternativas reais e viáveis para o estímulo do crescimento social e econômico regional. Para isso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas de forma integrada, uma vez que o acesso ao conhecimento científico é proporcionado de forma vinculada às necessidades da comunidade local. Busca-se inserir os alunos em contextos com experiências de qualidade, interações nas quais são observados três aspectos propostos por Dewey (1938)<sup>38</sup>: continuidade, interação e reflexão.

O ponto de partida para a elaboração dos projetos de intervenção é a reflexão sobre a realidade do lugar, para, então, iniciar um diálogo que se conecte com a organização curricular e o desenvolvimento de projetos dos estudantes e educadores na comunidade. Isso ocorre de forma a considerar as realidades efetivas, a partir das vivências, em uma proposta que considere sujeitos reais, com sua bagagem cultural, para a partir daí se constituir como proposta a fim de transformar essa realidade.

Esse procedimento metodológico pode ser explicado nas conclusões de Thompson (1981), quando constata que a teoria não pode ser tratada como um

---

<sup>38</sup> John Dewey (1859-1952) é considerado um dos pioneiros da Pedagogia de Projetos, fundamentada pela ação e não pela instrução. Na proposta de educação defendida por Dewey as experiências concretas da vida se apresentam por meio de problemas a serem resolvidos. O processo educativo se daria estimulando os estudantes a pensar e desenvolver críticas, ao proporcionar, no ambiente escolar, atividades que pudessem desenvolver a capacidade de resolução de problemas.

sistema fechado, no qual a realidade deve ser enquadrada. Ao contrário, os procedimentos metodológicos adequados consideram a teoria em permanente diálogo com a realidade. Assim, o autor considera que a história real se manifesta, primeiramente, por meio de fatos e evidências, para a partir daí ser interrogada pela teoria: “A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (THOMPSON, 1981, p. 38). O conhecimento, portanto, é construído por meio do diálogo entre conceito, interação e vivência.

Somente assim é possível estabelecer sua função social, posto que a experiência permite as percepções entre ser social e consciência social. Portanto, de acordo com Oliveira (2019, p. 66), esse PPP “rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação”. A experiência<sup>39</sup> possibilitada, assim, por essa metodologia diferenciada de educação, permite perceber um determinado objeto a ser estudado em seu movimento e não como algo inerte, passivo, esperando para ser descoberto por alguma teoria.

Por reconhecer a universidade como pública e, portanto, voltada à população em seus vários segmentos, esses projetos também envolvem os docentes, pelos projetos de ação docente voltados à região e os projetos institucionais, pelas ações integradas com as políticas públicas fundamentadas em desafios e objetivos comuns (UFPR LITORAL, 2008).

Em termos práticos, as ações educativas realizadas na UFPR Litoral têm como enfoques o resgate dos saberes tradicionais locais e o levantamento do capital cultural das comunidades, despertando interesse pelo tema e incentivando o envolvimento dos estudantes, educadores e integrantes das comunidades locais, em um sistema de interação e de troca. Portanto os saberes das populações locais são articulados com os saberes produzidos pela universidade e não apropriados pela universidade.

---

<sup>39</sup> Thompson (1981) propõe que o estudo da cultura é dotado de várias particularidades e não é atrelado apenas ao reflexo passivo da dimensão econômica. Essa cultura consta da experiência que sujeitos reais vivenciam no seu dia a dia, que assim como podem reproduzir práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, podem também alterá-los, dar-lhes novo significado e mesmo transformá-los. Para Thompson (1981), as categorias teóricas, das quais fazem parte o conhecimento e a ciência, devem estar em permanente diálogo com a realidade, pois essa é a única maneira de compreender as mudanças em curso para cada realidade histórico social. Assim, de acordo com o autor, entende-se a realidade social em seu movimento e complexidade, na qual, sob condições determinadas, constituem-se os sujeitos.

O processo educativo na UFPR Litoral consiste em atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na forma de diálogo com os fundamentos teórico práticos (FTP) pertinentes ao seu contexto e expandem-se ao inspirar os temas que constituem as interações culturais e humanísticas (ICH). Partem do envolvimento dos estudantes com o território e com os outros sujeitos que dele fazem parte, a fim de identificar a problemática, refletir sobre sua constituição e, com isso, despertar para as ações de transformação.

Os fundamentos teórico-práticos ocupam em média 60% da carga horária e compreendem os saberes específicos e transversais necessários à formação profissional e ao desenvolvimento dos projetos de aprendizagem. Têm como referência as disciplinas dos currículos ditos convencionais, mas as aulas são desenvolvidas de forma a estimular a crítica e a autonomia do estudante no estudo. Para tanto, os eixos transdisciplinares incluem disciplinas específicas direcionadas aos processos de reconhecimento local, como Desenvolvimento Local, Instrumentos de Interação, Gênese e Transformação Territorial.

As interações culturais e humanísticas (ICH) representam, em média, 20% da carga horária de cada curso e se apresentam como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Nas ICH, quem escolhe o tema a ser desenvolvido são os próprios estudantes (UFPR LITORAL, 2008) e o processo educativo é mediado por docentes, com a colaboração de técnico administrativos e da comunidade acadêmica<sup>40</sup>. Trata-se, portanto, de uma proposta de autonomia, visto a constituir um espaço regular dentro do currículo dos cursos da UFPR Litoral e ao mesmo tempo transcender os muros físicos da universidade formal.

Convém salientar que esse sentido inverso de construção de conhecimento demanda conceitos e teorias dotados de grande elasticidade, a fim de compreender a dinâmica dos objetos de estudo, quando se considera a realidade como em constante transformação (THOMPSON, 1981). Por essa razão, o projeto político pedagógico da UFPR Litoral tem por base um currículo articulado com múltiplas relações.

---

<sup>40</sup> O protagonismo exercido pelo corpo dos servidores técnico-administrativos da UFPR Litoral no compartilhamento das decisões e ações pedagógicas é condição indispensável para na construção de um projeto de educação democrático.

Os mapas curriculares dos cursos da UFPR Litoral são organizados em eixos pedagógicos a partir de áreas do conhecimento que têm como finalidade estruturar o processo ensino-aprendizagem respeitando os diversos momentos, meios de apropriação, contextualização e produção de saberes históricos, além de envolver a formação para pesquisa científica e para extensão (UFPR LITORAL, 2008). Essa articulação com o currículo acontece em três grandes fases, na forma de uma construção ao longo da formação. As três fases são caracterizadas por: Conhecer e Compreender, desenvolvida no início do curso, que envolve o reconhecimento e a percepção crítica realidade; Compreender e Propor, desenvolvida no decorrer do curso, quando é realizado o aprofundamento metodológico e científico que subsidia a construção de diagnóstico e de planejamento da ação e que desencadeia a fase seguinte; Propor e Agir, ao final do curso, quando ocorre a transição para o exercício profissional, por meio de uma intervenção na realidade levantada durante as fases anteriores.

Os espaços curriculares de educação incluídos no PPP do setor caracterizam-se por um constante envolvimento da comunidade acadêmica. Esse envolvimento possui a intenção de reunir grupos de estudantes, docentes, técnico-administrativos e sujeitos das comunidades em um espaço intersubjetivo e transdisciplinar de relações sociais e tem como princípio fundamental o envolvimento interpessoal e o compartilhamento de vivências e saberes.

Dessa forma, consolida-se o aprendizado de forma coletiva, considerando o enfoque sociocultural, em que os contextos sociais e relacionais entre os envolvidos fazem parte do seu processo de formação. Por criar e possibilitar esses espaços de discussão, a UFPR Litoral atua como mediadora da transformação, pelo diálogo entre estudantes, professores, técnico-administrativos e a comunidade local. Essa forma de pensar direciona a educação como forma complexa de articulação de saberes diversos, com base na colaboração, na cooperação, na conversação e na ação propriamente dita, ao invés do pensamento restrito individual e mecânico (VAILLANT; MARCELO, 2012). E, segundo Oliveira (2019, p. 67), “tal fato seria responsável pela condição da autonomia individual desse sujeito e, conseqüentemente, pela sua emancipação.”

Pelo exposto nesta unidade, entende-se a intenção da proposta pedagógica da UFPR Litoral por objetivar o desenvolvimento sustentável de toda essa região. Para tanto, os projetos de aprendizagem, que consistem no ponto fundamental dessa

proposta, são desenvolvidos junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural, que fundamentam a sustentabilidade almejada.

Assim, a UFPR Litoral propõe uma formação que oferece aos estudantes condições de interpretar e lidar com a complexidade do mundo real, pautadas nos princípios da justiça social, no respeito aos direitos humanos e no valor do território de inserção. Por perceberem, por intermédio da prática e das interações com o meio, a realidade local e o reconhecimento das características desse território servem como base para a construção do conhecimento a partir de sua construção histórica e das relações que se formaram na região em função das suas características peculiares.

Por essa razão, o forte componente ambiental do litoral do Paraná, aliado à cultura de produção agrícola das populações tradicionais presentes no local, que inspiram formas de vida e de trabalho em harmonia com a natureza, possibilitou um terreno fértil para a implantação do curso de Tecnologia em Agroecologia, que faz parte da composição do objeto deste estudo. Por essa razão, esse curso será abordado com detalhe na unidade seguinte.

### 5.5.3 O curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral

Entendendo a finalidade que justificou a criação da UFPR Litoral, com base no compromisso em contribuir com processos de mudança da realidade local e proporcionar melhores condições de vida à população do meio rural, o curso de Tecnologia em Agroecologia foi criado em 16 de maio de 2007, pela Resolução n.º 15/07- COUN/UFPR (UFPR, 2007).

Duas características, em especial, justificaram a criação do curso de Agroecologia: ambientais e sociais. Primeiramente, as condições ambientais que compreendem uma área florestal remanescente de Mata Atlântica, que constitui patrimônio natural da humanidade. Essa característica demanda uma formação que atenda às necessidades de preservação da natureza e dos povos que ali habitam e dali se sustentam. Devido às peculiaridades das condições ambientais locais, a atividade agrícola nessa área é marcada pela predominância de pequenos produtores, próximos à lógica de subsistência e, em grande parte, com práticas de manejo convencional, no cultivo intensivo do solo e do uso de agrotóxicos, o que pode

acarretar uma série de problemas sociais que reforçam o quadro de vulnerabilidade socioeconômica do litoral do Paraná.

A condição social diz respeito ao desenvolvimento da região, calcado na acumulação de capital pela especulação fundiária e o predomínio de uma agricultura intensiva de alto custo, o que levou a um forte processo de empobrecimentos e exclusão social da maioria dos pequenos agricultores e demais grupos sociais rurais.

Além disso, os processos decisórios sobre as UC foram elaborados sem considerar as ideias e opiniões das comunidades locais, principalmente das mais pobres, limitando suas atividades de cultivo e extração, ao mesmo tempo que não proporcionou alternativa de subsistência. Essas políticas de ação ambientalista afetaram profundamente a sobrevivência dos pequenos agricultores e das populações tradicionais. Por essa razão, agravaram o quadro de pobreza vivido por grande parte das populações locais, o que contribuiu para o êxodo rural, principalmente dos pequenos produtores. Portanto o curso de Agroecologia é um agente capaz de transformar esse quadro, pela valorização dos saberes e do trabalho das pessoas do campo.

Importante observar que se trata de um curso específico de Agroecologia e não uma derivação dos cursos de Agronomia convencionais das universidades brasileiras. Segundo o relato do fundador da UFPR Litoral, entrevistado 12, o curso foi resultado de um contexto criado a partir de 1979, quando começam a se destacar as reflexões sobre sustentabilidade ambiental no cenário da agricultura convencional e descritos no item 4.4 desse trabalho. Essas reflexões ganharam respaldo pela Assembleia Constituinte, em 1986, quando a sustentabilidade é compreendida não somente como princípio ambiental, mas também social e econômico, o que provoca um fervilhar de questionamentos, principalmente sobre o uso dos agrotóxicos, que irá despertar a necessidade de cursos mais sustentáveis na área agrícola.

Sua gênese se deu a partir de um curso técnico, oferecido em 2004 por meio de um convênio entre a Escola Técnica da UFPR (ET-UFPR), a Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná (AOPA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) e o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) e se destinava a filhos de agricultores do Cinturão Verde de Curitiba (HOELLER, 2006).

De acordo com o relatado pelo entrevistado 12, nessa mesma época, a UFPR Litoral já estava sendo planejada, com o propósito de levar a universidade para a



região. Diante das especificidades do litoral do Paraná, suas características ambientais e fragilidades sociais, o local torna-se propício para implantação de cursos que articulassem as temáticas ambiental e social. Nessa origem, foi significativa a participação da Escola Técnica da UFPR, que, a partir de 2002 passou a integrar a estrutura da Pró-Reitoria de Graduação, que passou a se denominar Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante. Dentro desse novo arranjo, um dos cursos da área de ensino profissionalizante que a ET-UFPR já oferecia, originou as 40 vagas para ingresso no curso técnico pós-médio em Agroecologia da UFPR Litoral, já em 2005.

Assim, o curso foi criado com vagas para estudantes antes de vagas para professores, caracterizando o seu foco principal: o público-alvo.

Durante os três anos do curso técnico, docentes e estudantes desenvolveram experiências e reflexões, chegando à conclusão de que a complexidade da Agroecologia e a necessidade de interagir com as demandas da realidade local demandavam um curso de nível superior, a partir do vestibular de 2008 (BICA; HOELLER, 2013).

Diante desse cenário, inicialmente ofertado em nível técnico e posteriormente a nível superior, o curso Tecnologia em Agroecologia foi construído para formar profissionais críticos e conscientes aptos a atuarem, como técnicos ou produtores, na agricultura familiar, agricultura camponesa, comunidades ribeirinhas, caiçaras e famílias que vivem da pesca e artesanato. Em síntese, os princípios do curso são o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares e povos tradicionais locais.

O acesso ao curso superior de Tecnologia em Agroecologia, em acordo com normas institucionais, ocorre mediante processo seletivo anual — vestibular e/ou Sistema de Seleção Unificada (SISU); Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR) oriundas de desistência e ou abandono de curso, transferência independente de vaga ou mobilidade acadêmica (convênios, intercâmbios nacionais e internacionais, outras formas).

De acordo com o PPC, o objetivo geral do curso é formar profissionais no campo da Agroecologia que contribuam para a realização do desenvolvimento ambientalmente sustentável no plano local e regional, buscando a emancipação social dos sujeitos vinculados à atividade da agricultura. Já os objetivos específicos são:

- a. promover a elaboração do conhecimento humano, técnico e científico na produção agroecológica;
- b. possibilitar ao educando a habilidade de desenvolver projetos relacionados aos princípios da educação do campo e atuar em processos educativos com tecnologias sociais apropriadas às comunidades e populações do campo;
- c. desenvolver no educando a capacidade de criar situações que colaborem com o desenvolvimento social, econômico e político no contexto da profissão do agroecólogo, qualificando-o a participar de processos de monitoramento e gestão de empreendimentos agroecológicos;
- d. fomentar no educando a capacidade de identificar demandas e legitimar formas sustentáveis locais e coletivas de produção;
- e. possibilitar que a pesquisa seja um dos eixos do processo de formação, viabilizando assim a interação com a realidade cotidiana das comunidades do campo;
- f. desenvolver no educando a capacidade crítica, analítica e reflexiva, por meio da práxis fundamentada nos princípios da agroecologia e na emancipação dos sujeitos;
- g. qualificar os estudantes para realizar diagnósticos, análises, planejamentos, monitoramentos e avaliações participativas no campo e na cidade;
- h. possibilitar ao educando analisar e compreender os processos biológicos, físico-químicos, econômicos, sociais e culturais nos diferentes ecossistemas, a partir da compreensão da relação ser humano e natureza;
- i. propiciar o conhecimento de técnicas e instrumentos de comunicação e emancipação das populações do campo e do espaço urbano;
- j. estimular o educando a atuar em equipes interdisciplinares, promovendo a construção de um novo projeto de desenvolvimento baseado na agroecologia e na emancipação dos sujeitos;
- k. possibilitar que o educando insira a agroecologia nos espaços urbanos de uma forma pedagógica sustentável.

Ao final do curso, de acordo com UFPR Litoral (2015), o egresso está qualificado e habilitado para:

- a. interagir em equipes interdisciplinares, visando o desenvolvimento sustentável, a emancipação e a autonomia dos sujeitos sociais, respeitando a diversidades e os saberes populares do campo;
- b. planejar, monitorar e manejar sistemas agroecológicos;
- c. projetar e executar atividades de educação baseadas nos princípios da agroecologia, da educação do campo e da emancipação humana;
- d. planejar, propor, gerenciar e avaliar atividades na área de gestão em agroecologia;
- e. atuar com autonomia na construção de novos conhecimentos e práticas inovadoras no âmbito da agroecologia;
- f. elaborar projetos agroecológicos;
- g. contribuir para o planejamento ambiental no meio urbano, por meio de espaços sustentáveis;
- h. articular o processo de aprendizagem formal com espaços educativos não formais que visem o desenvolvimento da agroecologia;
- i. empreender alternativas que impactem no desenvolvimento de manejos agroecológicos com base na agricultura familiar camponesa;
- j. contribuir com a valorização das especificidades das populações do campo na perspectiva emancipatória, zelando pelo papel das organizações e movimentos sociais da comunidade e respeitando os espaços e tempos da vida dos sujeitos do campo;
- k. posicionar-se como sujeito capaz de refletir sobre a sua prática e atividade profissional, estando apto a reconhecer erros e corrigir sua postura.
- l. estabelecer diálogos permanentes com a comunidade e reconhecer os saberes locais.
- m. ter posição crítica frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e de forma criativa.
- n. participar da construção de projetos políticos pedagógicos das escolas do campo, buscando integrar os conhecimentos agroecológicos em seus conteúdos programáticos.

As etapas da formação dos estudantes do curso de Tecnologia em Agroecologia seguem os eixos pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem do

PPP da UFPR Litoral e são ancoradas nas três etapas que compõem a estrutura pedagógica do Setor (QUADRO 2).

Quadro 3 — Distribuição dos módulos que compõem os FTP do curso de Tecnologia em Agroecologia de acordo com as três etapas da formação

	<b>1ª. etapa: conhecer e compreender</b>	<b>2ª etapa: compreender e propor</b>	<b>3ª. etapa: propor e agir</b>
<b>Módulos Ofertados</b>	Ruralidades: Vivências I Princípios de Agroecologia e Complexidade: Vivências 2 Vida nos ecossistemas Princípios de Sistemas de Produção Instrumentos de Interação: Vivências	Relações nos Agroecossistemas Produção Animal I Educação do Campo: vivências Manejo de Fauna e Flora I Comunicação com comunidades do campo: Vivências 5 Produção Animal II	Manejo de Fauna e Flora II Segurança Alimentar e processamento de alimentos Economia e Mercado Sistemas Agroflorestais Desenvolvimento local: Vivências Planejamento e Gestão Rural

Fonte: PPC do Curso de Tecnologia em Agroecologia (UFPR LITORAL, 2015)

Na primeira fase, chamada “Conhecer e Compreender”, é priorizada a percepção crítica da realidade por meio do reconhecimento local, pelas percepções ambientais e dos saberes tradicionais da região. É nessa fase que são abordados os desafios sociais, ambientais, políticos e econômicos da Agroecologia. Na segunda fase, chamada “Compreender e Propor”, o estudante se qualifica em atividades da profissão específica a partir da realidade percebida na fase anterior. Envolve as alternativas agroecológicas para atender as demandas sociais, ambientais, políticas e econômicas, resgatando a relação do ser humano com a natureza. Já na terceira fase, “Propor e Agir”, o foco da fundamentação teórico-prática está no exercício profissional e na interação com o campo de atuação e aplicação das habilidades e conhecimentos desenvolvidos nas fases anteriores. É onde ocorre a constatação da prática construída dialeticamente na relação teoria e prática. Ao final dessa fase, o educando está apto para criar possibilidades de trabalho e dar continuidade na sua formação.

Portanto diversas temáticas que constituem os conteúdos são abordadas na forma de sistemas, nos quais a compreensão sobre as relações é possibilitada pelo seu entrelaçamento com as áreas social, política, econômica e cultural. Nenhuma dessas áreas é abordada com menor ou maior importância ou concentração, mas de uma forma articulada, compreendendo a relação entre elas, o quanto uma interfere na

outra e a contribuição de cada uma na composição do mosaico de realidades da região. Por esse modelo, os FTP não possuem uma sequência obrigatória, ou seja, não há pré-requisitos no currículo do curso.

A partir da observação dos focos dos módulos ofertados ao longo do curso, é possível compreender o quanto a Agroecologia é diversa e ao mesmo tempo complexa. A complexidade que envolve a Agroecologia pode ser entendida quando se constata que representa uma forma de abordar os cuidados com o meio ambiente para entender os problemas sociais, de forma a possibilitar a sustentabilidade dos sistemas de produção. Portanto pode-se dizer que a Agroecologia é uma ciência situada no campo da complexidade que oferece os princípios e as metodologias que buscam, num horizonte temporal, a construção de novos saberes que possibilitam um processo de desenvolvimento sustentável em todas as dimensões. E esses saberes são construídos em articulação entre saberes científicos, saberes tradicionais e ciência da complexidade.

Considerando a complexidade da Agroecologia diante do PPP da UFPR Litoral, o processo educativo decorre de forma a promover a conexão dos eixos pedagógicos do curso. Tal conexão é uma prioridade para que Agroecologia deva ser refletida como um compromisso social dos sujeitos. Um caminho para orientar essa integração são atividades de ação entre educadores, estudantes e comunidade, a partir de eixos geradores. Assim, por entender a importância da prática e do contato com as comunidades locais para trocas de saberes e percepção da realidade, o PPC do curso passou a proporcionar, a partir de 2015, espaços obrigatórios de vivências práticas (UFPR LITORAL, 2015).

Essas vivências constituem-se de espaços pedagógicos em que educadores e estudantes podem construir projetos que associam teoria e prática, integrando de forma interdisciplinar as temáticas.

O seu intuito é de estimular a relação interdisciplinar, fazendo a relação teoria e prática, buscando o diálogo entre os educadores, estudantes e comunidade, na perspectiva da construção do conhecimento na ligação com a realidade. A ênfase nesse espaço pedagógico é a implementação do diálogo entre o saber científico e o saber tradicional, com especial atenção para os saberes vinculados às práticas das populações residentes nas comunidades do litoral paranaense. Elas incorporam aulas de campo e tempo de permanência nas comunidades litorâneas, calcadas nas demandas da sociedade local (UFPR LITORAL, 2018).

São essas vivências que, juntamente com as aulas de campo, compõem o espaço de prática do curso. Esse espaço é constituído pela riqueza de saberes proporcionada pela cultura das comunidades locais: pescadores, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária. O conhecimento é construído pela interação entre os estudantes, docentes e as populações locais.

Articulados aos FTP e percorrendo todo o desenvolvimento do curso, os outros espaços curriculares de aprendizagem presentes no PPP da UFPR Litoral visam a integração dos vários níveis de ensino da instituição e sua articulação com a comunidade local. Esses espaços constituem as interações culturais e humanísticas consistem em um dos elos da formação profissional do estudante, que se articula à realidade e a comunidade local. A distribuição da carga horária desses espaços de aprendizagem pode ser observada no quadro a seguir. Nela está presente a carga horária total do curso e a distribuição dessa carga entre FTP, PA, ICH e atividades complementares formativas de carga obrigatória.

Quadro 4 — Síntese dos espaços pedagógicos do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral

<b>Espaços de Aprendizagem</b>	<b>Carga Horária Total</b>
Fundamentos Teórico-Práticos e Prática de Ensino	1290
Projetos de Aprendizagem	360h
Interações Culturais e Humanísticas	360h
Atividades Formativas Complementares	390 h
<b>Total</b>	<b>2.400 h</b>

Fonte: UFPR Litoral (2015)

Reconhecendo que a proposta pedagógica da UFPR Litoral é uma proposta inovadora e alternativa ao sistema educacional hegemônico, o processo de avaliação dos estudantes compreende que a educação não é mera transmissão de um conjunto de conhecimentos acumulados (UFPR LITORAL, 2008). É, ao contrário, fruto de um encontro permanente entre seres humanos, mediado pelos diferentes saberes que todos os envolvidos possuem. Age no sentido do resgate do humano como sujeito de si e de sua própria educação. Essa perspectiva ampara sua referência nas reflexões de Freire (1981, p. 79), nas quais o autor considera que: "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo."

Por essa referência, o curso se fundamenta na consideração de que a formação do sujeito acontece em diversos espaços, tempos e contextos. Portanto a sua avaliação é realizada de forma alternativa à punitiva, reducionista e usada para controle, como as que fazem parte do sistema convencional de educação. Acredita, portanto, na dinâmica da formação do sujeito enquanto resultado de suas interações com a realidade, pela troca de saberes, podendo transformar e ser transformado, de acordo com as suas relações com o meio e com os demais sujeitos desse meio interagindo ativamente na construção do conhecimento, aprofundando a relação entre conhecimento científico e o conhecimento acumulado na vida dos sujeitos envolvidos (UFPR LITORAL, 2015).

Essa condição remonta ao objetivo do PPP da UFPR Litoral (2008) quando considera que sujeitos transformados pela educação podem atuar na transformação da realidade local. Assim, se apoia na reflexão de Freire (1993), quando conclui que:

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (FREIRE, 1993, p. 101).

Por essas razões, a avaliação é entendida como parte do processo de aprendizagem e não um elemento separado da prática, ou mesmo separado da reflexão sobre a prática. No processo de avaliação dos estudantes o educador prioriza uma relação de mediação contínua com o educando, de forma a ter a prática como constante. Por meio do diálogo, individual ou coletivo, educadores e estudantes refletem sobre a realidade e suas possibilidades de transformação. Portanto, nesse sentido, a avaliação, a reflexão e a prática são elementos indissociáveis. Assim, a avaliação se pauta por um processo de formação mediado pelos sujeitos na perspectiva da autonomia e emancipação e é realizada durante todo o processo de aprendizagem (UFPR LITORAL, 2008).

O processo de avaliação é coordenado por docentes mediadores dos projetos de aprendizagem, das ICH e pelos docentes responsáveis por cada módulo dos FTP.

De forma alternativa ao sistema de notas numéricas, a avaliação da aprendizagem é medida por meio de conceitos, que demonstra a relação de aprendizagem do educando com o módulo desenvolvido. Sendo assim, o conceito

APL significa “aprendizagem plena”; AS, “aprendizagem suficiente”; APS, “aprendizagem parcialmente suficiente”; e AI, “aprendizagem insuficiente”.

Para aprovação nos módulos dos FTP, de Projetos de aprendizagem e de interações culturais e humanísticas, o educando deve alcançar o mínimo de frequência igual a 75% nas atividades de mediação e de prática e obter, no mínimo, conceito AS no conjunto das atividades definidas no plano de ensino do módulo.

Metodologicamente, o curso de Agroecologia trabalha dentro de três dimensões: gestão, educação e produção. A gestão é uma temática que vincula os espaços geográficos na relação de como trabalhar aspectos que permitam pensar na organização das comunidades, da propriedade familiar, da aldeia, da associação, da cooperativa e da rede agroecológica, integrando espaços e tempos, a partir do trabalho como vínculo da vida.

A produção é o espaço vinculado ao trabalho que, na sua base agroecológica, faz os enfrentamentos ao modelo de exploração, aderindo o campo à lógica de valorização da vida. A produção de alimentos agroecológicos encontra no curso fundamentos e discussões que a levam além de processos físicos, químicos e biológicos. Parte dos questionamentos a respeito da origem dos alimentos convencionais e seus prejuízos à saúde humana, ao meio ambiente e seus impactos sociais. Compreende técnicas e práticas alternativas de produção e de consumo de alimentos, envolve alimentos orgânicos, integrais, frescos, oriundos de agricultura familiar. No entanto, envolve práticas integrativas e complementares vindas dos saberes das populações tradicionais, como por exemplo o uso de ervas medicinais, a fim democratizar o acesso à saúde e à alimentação de qualidade. Dessa forma, no curso de Agroecologia, são vistas também outras atividades cujo foco não é exclusivamente a agricultura, como as terapias complementares e a permacultura, o que reforça seu vínculo com estilo de vida.

Já a educação agroecológica é o espaço de diálogo, interação entre comunidades e vivências, buscando valorizar o sujeito dentro de um processo de emancipação e aprendizado. Esses espaços menos formais, mas não menos pedagógicos de educação em Agroecologia na UFPR Litoral são responsáveis por aproximar de forma mais intensa os estudantes. Os ambientes, assim como as metodologias utilizadas no curso, podem ser compreendidos nas imagens a seguir, que mostram salas de aula onde a disposição de estudantes e professores é circular



e aulas de campo em locais rurais diversos que consistem em espaços pedagógicos de teoria e de prática.

Figura 13 — Disposição da sala para aula teórica do curso de Agroecologia na UFPR Litoral



Fonte: a autora (2019)

Figura 14 — Aula prática em propriedade rural situada na colônia Pereira, localizada na estrada Alexandra-Matinhos (PR)



Fonte: a autora (2013)

Figura 15 — Aula prática na residência de produtor rural local, egresso do curso de Tecnologia em Agroecologia



Fonte: a autora (2013)

Esses estudantes incluem, no seu processo educativo, as relações com saberes provenientes da comunidade na sua rotina de estudo, de trabalho e de vida até de universo pessoal. Buscam, principalmente, a harmonia com a natureza, em que a ecologia é tida como um dos pilares do resgate da consciência, pela sua ligação com a natureza.

Nas relações que envolvem a Agroecologia não é visada somente a produção de alimentos, mas uma articulação cooperativa de saberes e de hábitos, respeitando a natureza como um meio vivo que deve ser respeitado. Assim, a ciência e a educação agroecológicas se fundamentam em uma perspectiva que extrapola os limites da técnica, do manejo e da gestão da área de intervenção, de forma a incluir a reflexão sobre os espaços rurais e urbanos.

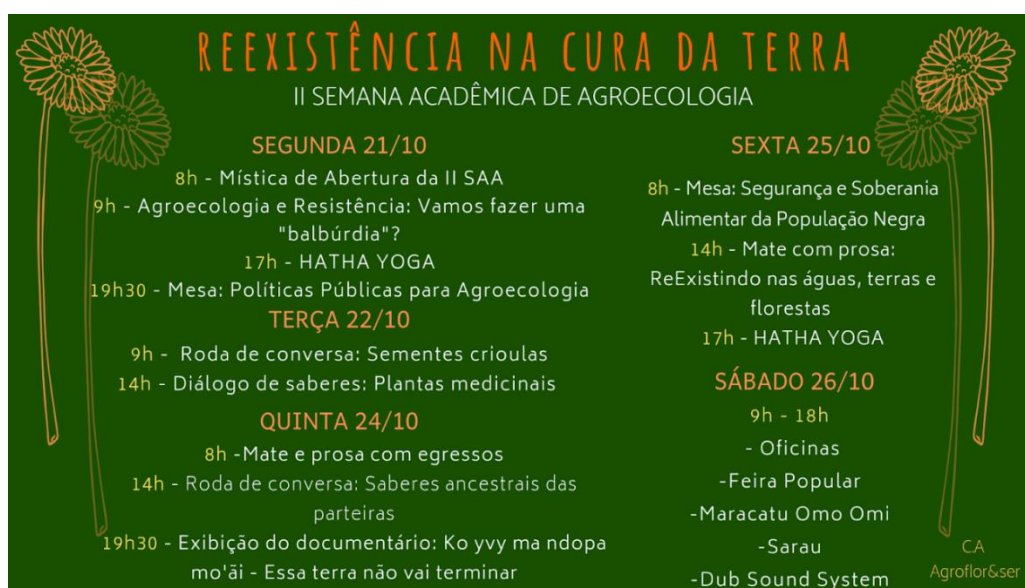
A organização pedagógica do curso relaciona suas atividades com a população e o território. Cumpre, então, um compromisso decisivo na manutenção das comunidades rurais e do patrimônio cultural que se expressa, sobremaneira, na produção e consumo de alimentos, pois inclui a sustentabilidade no entrelaçamento das dimensões social, econômica, ambiental, política, cultural e ética.

No reconhecimento de que a educação em Agroecologia é um entrelaçamento de todos esses fatores, é possível estabelecer conexões a fim de reconhecer o processo educativo como uma totalidade que valorize as interações e retroações entre

partes e todo conforme recomenda Morin (2004). Esse aspecto transdisciplinar entendido no conceito de que a Agroecologia não é somente uma produção alternativa ou orgânica de alimentos, mas portadora de caráter humanitário, ao considerar “a Agroecologia como área de conhecimento social e culturalmente construída” (EMBRAPA, 2006, p. 22).

A articulação entre os saberes no curso pode ser observada, como um exemplo, na figura a seguir, que mostra a programação da II Semana Acadêmica, realizada de 22 a 26 de outubro de 2019, nas dependências da UFPR Litoral. A figura mostra que, no evento, são abordadas as temáticas que envolvem relações, tecnologias e técnicas alternativas com o objetivo de preservação do meio ambiente, saúde do ser humano e da cultura tradicional. Assim, políticas públicas, místicas e diálogos com demais sujeitos representativos da comunidade, como produtores familiares, articuladores políticos e egressos do curso consistiram nos eixos do evento.

Figura 16 — Programação da II Semana Acadêmica do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral



Fonte: Centro Acadêmico Agroflor&ser — Facebook (2019)

É possível perceber a importância dos saberes tradicionais e do diálogo com as populações locais nos eventos acadêmicos por meio da figura a seguir, que contém um detalhe da programação de roda de diálogo e troca de saberes com representantes da cultura local com temas abordados no curso.

Figura 17 — Programação da II Semana Acadêmica do curso de Tecnologia em Agroecologia

**REEXISTÊNCIA NA CURA DA TERRA**  
**II SEMANA ACADÊMICA DE AGROECOLOGIA**  
**TERÇA-FEIRA, 22/10**

**8h**  
**Roda de Conversa: Sementes Crioulas**  
 Sala Multiuso

  
 Guardiãs e guardiões de sementes;  
 Agricultura familiar;  
 Identidade e cultura de povos;  
 Soberania e segurança alimentar.

Lunamar Morgan, Neltume Espinoza e Valdenise Veloso

**14h**  
**Diálogo de Saberes: Plantas Medicinais**  
 Árvore da Coruja

  
 Vida e atividades de um conhecedor profundo de ervas medicinais;  
 Aprofundamento no poder curador das plantas medicinais.

Nelço Zampiere

**UFPR**  
**Litoral**  
 Educação é a nossa prioridade

Mais informações pelo Facebook:  
 II SAA: ReExistência na Cura da Terra

C.A.  
 Agroflor&ser

Fonte: Centro Acadêmico Agroflor&ser — Facebook (2019)

A Agroecologia é muito abrangente, na medida em que se propõe a alterar o modo como a espécie humana habita a Terra e sempre busca assegurar a vida para as próximas gerações. Dessa forma, a lógica específica da Agroecologia desafia a formação de profissionais atentos à complexidade do mundo social. Nesse sentido, na intenção de ampliar o potencial que cada educando possui em função da sua trajetória pessoal, é importante estimular a opção por abordagens e metodologias pelos estudantes, reconhecendo assim as formas de registros e vivências individuais e coletivas para a aquisição dos saberes do campo de estudo agroecológico.

O caminho de um ser humano, de um quadro convencional de construção histórica de dominação, passando pelo entendimento das relações que construíram e repetem esse modelo que o despertam para uma transformação emancipatória individual e coletiva envolve desafios e reflexões. Os impactos ambientais e sociais da expansão desse modelo serviram de base para a discussão e a preparação de atores para a construção de uma alternativa de viver, sobreviver e de se relacionar mais justas, do ponto de vista social, cultural e ambiental.

As relações entre individual e coletivo fundamentam a riqueza pedagógica do ato de educar da UFPR Litoral. Assim, os processos educativos conduzem e visam promover a participação ativa na busca pela efetivação da cidadania, por meio de uma constante relação teoria e prática. A educação aqui é entendida como aquela que é produzida a serviço dos reais interesses e necessidades dos sujeitos implicados, a fim de que avancem na elaboração e produção de novos conhecimentos necessários para produzir uma intervenção consciente e organizada no local. Portanto o perfil do egresso deve ser claro em relação ao seu compromisso com a sociedade, capaz de agir na realidade frente aos desafios cotidianos e temos percebido essas qualidades presentes em alguns profissionais. Sendo assim, percebe-se a relevância propositiva de um curso de graduação em Agroecologia que contribua para a construção de uma nova realidade regional e de um desenvolvimento sustentável e a atuação de seus estudantes

Os estudantes e egressos do curso de tecnologia em Agroecologia e de outros cursos da UFPR Litoral encontraram na região e no convívio no meio acadêmico um ambiente favorável à criação de outras formas de viver, de produzir e de se relacionar. Criaram vínculos tão fortes entre si e com a região que vem construindo um novo tipo de sociedade no litoral paranaense, por meio dos novos grupos alternativos que ali tem se instalado. Assim como qualquer outro grupo social, possuem pilares e bases de pensamento próprios, da mesma forma que se relacionam com a sociedade local e com o meio.

A fim de entender a constituição desses grupos alternativos, por meio de sua relação com uma proposta de educação emancipatória, entender as relações dos seus integrantes em suas relações com o modo de vida, o meio ambiente, cultura e sociedade e também identificá-los como os novos sujeitos do meio rural, baseados em uma relação harmoniosa entre seres humanos e natureza, os resultados dessa pesquisa serão discutidos no próximo capítulo deste trabalho.



## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: OS NOVOS ARRANJOS COMUNITÁRIOS ALTERNATIVOS DO LITORAL DO PARANÁ**

A combinação da presença de um curso superior de Tecnologia em Agroecologia, de um local cujas características revelam forte apelo ambiental e de uma universidade pública com um projeto político pedagógico inovador e alternativo aloca condições favoráveis para que o litoral do Paraná criasse comunidades alternativas. O conhecimento gerado pelo PPP diferenciado da UFPR Litoral (2008) abre possibilidade para se pensar a região como um espaço de vivências e arranjos institucionais que transpassam os limites tradicionais entre os sujeitos urbanos e os rurais. Por meio disso, estudantes e egressos da universidade estreitam suas relações com as comunidades do campo, que fazem parte da população dos sete municípios da região.

Assim, a proposta educativa da UFPR Litoral permite o acolhimento de uma diversidade de sujeitos: estudantes, professores, profissionais, trabalhadores, estudiosos e demais pessoas da comunidade local. São sujeitos que já possuíam uma consciência ambiental e humana, vindas de suas escolhas pessoais e do arranjo entre os capitais das instituições de origem e por onde passaram. Esses sujeitos encontraram na UFPR Litoral uma referência para a sistematização dos seus conhecimentos e sua história de vida, reconhecendo-se como sujeitos ativos da sua própria aprendizagem e de seu desenvolvimento. Dessa forma, essa proposta se constitui uma possibilidade de educação capaz de gerar as ferramentas necessárias para transformar o mundo em que vivem e transformarem-se a si mesmo.

Esses sujeitos enxergam o saber dos povos tradicionais pelo viés de respeito à natureza, ao mesmo tempo que reconhecem a importância desses povos, parte original da cultura nacional, como capazes de gerar autonomia e resistência ao sistema econômico cuja única intenção é o lucro.

Além disso, as condições geográficas naturais da região, fartamente entremeadas com os elementos da natureza, ao mesmo tempo que próximo a centros urbanos de maior porte, como a capital do estado e o município de Paranaguá, torna o local de fácil acesso a estruturas de apoio, como estradas em boas condições e tecnologias de comunicação. Adicionalmente, a existência de locais com terra agricultável de qualidade suficiente para produzir alimentos para o autoconsumo ou

comercialização de produtos agrícolas no município de Morretes torna o local atrativo para quem deseja trabalhar nessa área.

Mesmo possibilitando atividades de agricultura, o terreno mais acidentado e os solos com menor profundidade e fertilidade fazem com que o valor monetário para aquisição de terra seja mais baixo do que os locais considerados portadores de solos férteis, como os locais onde as terras são mais planas e permitem o uso intensivo do solo. Essa diferença pode ser observada nos dados expostos na tabela a seguir, que demonstram o valor do hectare de terra nas diferentes regiões do Paraná (INCRA, 2017). Os dados que constam nessa tabela permitem observar que o valor para a aquisição de terras no litoral do Paraná é bastante inferior ao das demais regiões do estado.

Tabela 7 — Preços referenciais médios de terras e imóveis rurais por hectare (ha) para uso geral nas oito regiões do estado do Paraná (em R\$)

<b>Região</b>	<b>Valor Total do Imóvel — VTI/ha (R\$)</b>	<b>Valor da Terra Nua — VTN/ha (R\$)</b>
Noroeste	22.934,17	21.349,57
Oeste/Sudoeste	40.023,27	38.841,12
Norte	39.798,88	39.039,28
Litoral/Metropolitana	10.787,15	5.252,61
Centro	13.464,09	13.047,81
Centro Sul	9.056,21	8.684,18
Campos Gerais	14.611,08	13.555,31
Norte Pioneiro	22.163,11	21.206,06

Fonte: INCRA (2017)

Portanto a conjugação dessas condições favoráveis tornou o meio um local ideal para pessoas que buscam uma alternativa de vida e de trabalho que combine maior qualidade de vida, valorização da natureza e possibilidade de compromisso com causas reais que possam transformar a realidade local, diante dos prejuízos sociais e ambientais caracterizados pela urbanização e pelo agronegócio.

O movimento, no sentido inverso à tendência histórica de sair do campo em direção à cidade, despertado pelas reflexões sobre a crise socioambiental e suas consequências causadas pela modernização da agricultura (abordadas no terceiro capítulo deste trabalho), pode ser associado ao neorruralismo abordado em Giuliani (1990) e Karam (2004), porém com diferentes nuances.

As semelhanças podem ser identificadas em Giuliani (1990), quando caracteriza o neorruralismo como a migração da cidade para o campo na busca por:

Dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais. E, ainda, como o outro lado da mesma moeda, se caracteriza por dimensões negativas: a recusa do espaço e do tempo da indústria, a crítica à ditadura dos papéis produtivos típicos da cidade que dirigem os indivíduos a labirintos de frustrantes relações secundárias. (GIULIANI, 1990, p. 5).

A associação a essa definição pode ser compreendida pela justificativa na escolha do local feita por um dos integrantes do grupo durante a entrevista, quando relata que:

Morretes é um lugar que contempla em termos de planeta. Esse lugar é um ouro, uma peça guardada pelas mãos de Deus, uma natureza privilegiada. Acessos fáceis a trabalho, à música. Tem acesso fácil à internet. Fácil e rápido chegar a Curitiba, Litoral, Beira mar. Morretes é o lugar, vamos para lá. Morretes ainda vai ser tipo um polo. Está criando força, uma sementinha que está resistindo e crescendo. É uma referência para quem opta por integrar o movimento, que tem essa filosofia de vida e quer se estabelecer. (Relato do Entrevistado 1, musicista).

Esse depoimento, quando considera o estabelecimento do grupo na cidade de Morretes, permite a identificação do grupo com o neorruralismo justificado em (GIULIANI, 1990) quando o autor observa que:

Na prática, o neorruralismo expressa a ideia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI, 1990, p. 1).

Foi possível notar, por intermédio dos relatos e da observação durante as vivências, que os integrantes do sítio Sagrada Raiz desenvolvem laços e sentimento de solidariedade com a população local, traduzidos pela troca de saberes e as associações comunitárias. Essa característica está de acordo como o modelo europeu, mais especificamente o francês, analisado por Giuliani (1990), quando descreve que a ida ao campo dos neorrurais ocorre de forma a reproduzir o modelo de produção familiar. Já no caso brasileiro estudado pelo autor, os neorrurais migram



para o campo reproduzindo o modelo de produção capitalista, com intenção de lucro e uso da força de trabalho local, mas sem compromisso social.

Uma outra caracterização do movimento neorrural que pode ser aplicada a esse estudo de caso, quando caracteriza a opção de mudança do urbano para o rural, motivada por uma contracultura e sustentada por uma ressignificação do meio, é apresentada por Karan (2004). No trabalho, a autora compreende os neorrurais como agricultores que

[...] por uma livre escolha, bem precisa e particular, decidem não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais” (KARAM, 2004, p. 311).

No entanto, a autora desenvolve o conceito a partir da agricultura como atividade principal desses sujeitos e, no caso do sítio Sagrada Raiz, as famílias desenvolvem vários tipos de atividade econômica além da agricultura.

Pode-se entender, portanto, que o grupo estudado pode ser considerado como neorrural, enquanto herdeiro da contracultura e das ressignificações do rural, mas é importante salientar seu estilo de viver agroecológico, por considerarem todas as dimensões da sustentabilidade no seu estilo de vida e de relações sociais, o que lhe atribui uma singularidade (mas não uma raridade) (SIQUEIRA, 2015).

De forma mais geral, segundo Siqueira (2015), no ano da publicação, havia 2.717 comunidades alternativas sustentáveis registradas no mundo. De acordo com o autor, a maior concentração dessas comunidades é nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, apesar dos poucos registros nos diretórios internacionais (apenas 22), o autor estima que em 2015 já existiam mais de 300 comunidades desse tipo, de diversos formatos e em tempos de desenvolvimento diferentes. De qualquer forma, são caracterizadas por uma visão ressignificada das relações do e no campo.

No entanto, é difícil estimar com precisão o número de comunidades com esse estilo, já que muitas começaram como iniciativas locais e ainda não estão registradas formalmente, além da possibilidade de se estabelecerem em áreas rurais afastadas (SIQUEIRA, 2015). No próprio caso estudado, segundo o relato do entrevistado 3 e as informações percebidas nas redes sociais dos grupos de Agroecologia locais, a cada semana surgem relatos sobre pessoas que estão se fixando na área rural do

litoral do Paraná, em diferentes arranjos comunitários, mas todos com a filosofia agroecológica.

Esse detalhe se faz importante a esse ponto do trabalho, para compreender o quanto a ressignificação do meio rural tem transformado locais e relações e demonstrar referências científicas sobre esse movimento. Por essa razão, a forma singular de expressão de um estilo alternativo de vida, cujas características, que contribuem com as formas de pensar o neorruralismo, serão estudadas a seguir.

## 6.1 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO

O sítio Sagrada Raiz situa-se na localidade de Sarapiá, pertencente ao município de Morretes, distante 9 km do centro do município.

Figura 18 — Localização geográfica da região onde se situa o sítio Sagrada Raiz



Fonte: MapCarta (2020)

Conforme já mencionado no capítulo referente à metodologia, essa comunidade foi escolhida, entre outras semelhantes na região, em diferentes estágios de desenvolvimento e com diferentes arranjos, por ter o maior grau de consolidação social e de infraestrutura. Ao começarmos as reflexões e discussões sobre essas comunidades, a interpretação da fotografia a seguir, com a constituição inicial da comunidade formada no sítio Sagrada Raiz, serve como ponto de partida para uma série de abordagens que serão tecidas neste capítulo.

Figura 19 — Constituição inicial dos fundadores do grupo agroecológico que compreende o sítio Sagrada Raiz



Fonte: Liana Perozzo dos Santos — Grupo Criando Nossa Escola — Facebook (2014)

A fotografia é datada de 2014, época em que a comunidade foi criada. Por meio dela, é possível levantar questões importantes em relação à dinâmica das relações sociais desenvolvidas entre os seus integrantes, entre si e com o meio onde se instalaram. São essas questões que permeiam este capítulo.

No caso dos egressos do curso de tecnologia em Agroecologia, ao serem comparados os egressos da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), na Lapa (PR), observa-se que esses últimos, ao acabar o curso, retornam à propriedade rural de suas famílias e sem formar comunidades. No caso dos da UFPR Litoral, há um movimento contrário: da cidade para o meio rural e dos sujeitos: de urbanos a moradores do campo.

Uma outra comparação que foi feita (empiricamente) foi entre a comunidade alternativa em estudo e a Vila Hippie de Arembepe, considerada a primeira no Brasil e inspiradora das demais comunidades alternativas que foram se formando no país. A pioneira foi criada na década de 1960 por movimentos contestadores à forma tradicional e conservadora da maioria das famílias, limitada pela rigidez da ditadura. A fim de escapar à repressão e perseguição política, foi construída e mantém-se uma comunidade com base no isolamento dos grandes centros urbanos. Já o grupo estudado, mesmo com o ideal derivado da proposta de vida alternativa em comunidade, é formado em grande parte por estudantes e egressos de uma

universidade com um projeto político pedagógico que prima pela emancipação, autonomia e protagonismo. O ideal, nesse caso, já não é mais de isolamento e sim de resistência, na forma de estilo de vida, de trabalho e de relações sociais, à dominação capitalista gerada pelos processos modernizadores que vem se desenvolvendo no país. Assim, pode se entender que comunidade hippie e comunidade agroecológica não são sinônimos. A universidade, nesse caso, pode ser o fator que determina as diferenças entre essas duas comunidades.

Segundo os registros dos moradores, o sítio Sagrada Raiz abrange uma área total de 41ha de terra. Essa área, adquirida em sua totalidade, foi dividida em lotes com duas extensões tomadas como padrão: 2ha ou 4ha. Uma parte de área, excedente à divisão dos lotes individuais, corresponde à uma área coletiva, cuja gestão é efetuada de forma democrática entre as 12 famílias que integram o sítio. Os demais lotes foram distribuídos entre as famílias e essa divisão foi efetuada na forma de acordo interno escrito e registrado<sup>41</sup>. Foi facultada a cada família a possibilidade de adquirir um dos lotes maiores ou um dos menores, sem medidas intermediárias.

Das 12 famílias que compõem o sítio, 10 são residentes no local. De acordo com as informações fornecidas pelas famílias residentes e por uma das famílias não residentes, as demais ainda não se estabeleceram devido a razões diversas que não propiciaram o momento considerado adequado para a mudança do meio urbano para o meio rural. A gestão de cada lote é realizada pela família que o adquiriu, conforme o acordo coletivo de convivência estabelecido e registrado na época da fundação do sítio. Em comum, todas se comprometem a respeitar os fundamentos da Agroecologia no que diz respeito à preservação do meio ambiente e da vida, como, por exemplo, não usar agrotóxicos nas suas plantações.

O total de adultos que integra o sítio corresponde a 23 pessoas. Dessas 23, 15 concluíram curso superior na UFPR, sendo que 12 pessoas tiveram vínculo direto com a UFPR Litoral: 11 como estudantes e uma como docente efetiva. Dessas 12 pessoas, todas são provenientes de outras regiões do país.

Dos 11 que estudaram na UFPR Litoral, nove cursaram Agroecologia e seis concluíram o curso. Dos demais, um concluiu licenciatura em Artes, um concluiu licenciatura em Educação do Campo e um concluiu Gestão Ambiental.

---

<sup>41</sup> Até o momento de escrita desta tese, a divisão formal em lotes e a propriedade nominal de cada lote para a família proprietária estava sendo providenciada junto aos órgãos legais e de registro de terras.

Na área coletiva, há uma residência que serviu de casa mãe na época de instalação do sítio e, no momento, é alugada para um egresso do curso de Agroecologia e sua família e que integra outro grupo similar localizado nas proximidades.

Em relação à ocupação profissional principal, sete são musicistas, oito desenvolvem terapias complementares, seis são agricultores de produção orgânica, uma é artesão e uma é professora na UFPR. No entanto, isso não exclui outras atividades paralelas, como educação, serviços de preservação ambiental e produção de alimentos para autoconsumo. Assim, os dados coincidentes a respeito da ocupação profissional dos integrantes revelam a diversidade de práticas ecologicamente adequadas e questões que mostram um caráter holístico que pode ser relacionado à Agroecologia. Nesse perfil, são conciliadas a sustentabilidade econômica, as relações com a natureza e o caráter humano envolvido.

Outro aspecto a considerar é o impacto que esse grupo causou em Morretes e como se desenvolveu essa convivência, pois trata-se de uma cidade pequena (15.000 habitantes) e com uma cultura bastante tradicional (formada a partir de famílias abastadas de Paranaguá que se mudaram para lá, por volta de 1841). Assim, um grupo formado por pessoas com costumes alternativos que se instala próximo à cidade poderia gerar conflitos ou indisposições com os moradores tradicionais. No entanto, não há registros persistentes desses conflitos. Isso pode ser atribuído à relação de interdependência que se formou, pois os integrantes da comunidade tornaram-se consumidores do comércio da cidade (e de terras) e ao mesmo tempo fornecedores de alimentos saudáveis às pessoas urbanas locais.

Um outro ponto que merece destaque é que metade dos integrantes do Sítio vieram de grandes centros urbanos para estudar na UFPR Litoral e não retornaram à sua cidade original após formados. Essa é uma questão relatada durante o trabalho de campo: qual o motivo de terem permanecido próximos à Universidade.

Um detalhe que chamou a atenção no objeto de pesquisa foi o fato de muitas dessas pessoas terem procurado o curso de Agroecologia na UFPR Litoral. A curiosidade foi despertada quando se percebeu que esses estudantes, particularmente, resistiam a atividades pedagógicas convencionais, mas procuravam adquirir muitos conhecimentos a partir das vivências com produtores rurais da região e leituras mais contemporâneas sobre técnicas agrícolas. Ao mesmo tempo, notou-se grande preferência de mídias alternativas como cartilhas, músicas, vídeos,

encenações, com qualidade bastante elevada, como formas de submeter-se à avaliação do aprendizado durante o curso.

## 6.2 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO

Por meio dos dados referentes à ocupação profissional, é possível verificar que esse grupo é formado não só por estudantes e egressos do curso de Tecnologia em Agroecologia, mas por pessoas de outros cursos da UFPR Litoral e/ou que compartilham a prática de vida alternativa ao modelo hegemônico. Ao interagir com outras pessoas da vizinhança no tempo das vivências, observa-se que esse mesmo modelo de grupo social tem sido construído em outras propriedades na região, constituídos principalmente por egressos do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral. Apesar de estarem em diferentes estágios de organização, em comum almejam outro tipo de sociedade, baseada na harmonia entre seres humanos e natureza. Esse é o fundamento que originou a sua escolha por um modo de vida alternativo, conforme os relatos dos entrevistados.

O sítio Sagrada Raiz é um projeto coletivo em que a natureza, os saberes tradicionais e as relações sociais são articulados de forma não hierárquica e são tomados como a base da construção do seu ambiente de vida. Assim, essa opção pelo meio rural compõe o que Brandenburg (2010b) denomina de ecologização do rural, caracterizada por atores sociais que articulam práticas sociais às ambientais.

É possível verificar os objetivos das famílias que integram o Sítio pelo relatado por dois de seus integrantes, quando expressam que:

A busca diária de terra tá no meu coração desde alguns anos foi a prioridade da minha vida. Achar meu refúgio, minha paz, minha terra prometida. (Entrevistado 1, musicista).

A gente veio para cá porque a gente queria morar num lugar que tivesse potencial por conta do trabalho. Aí a gente escolheu Morretes por já ter envolvimento regional (de agricultura). (Entrevistado 6, Agroecólogo).

A criação desses grupos alternativos deriva das tensões do mundo capitalista dominado pela economia e tecnologia, gerando impulsos por mudanças estruturais na sociedade, conforme Elias (1994). Essas tensões alteraram a forma e a qualidade do comportamento humano, o que ocasionou a busca coletiva por um sistema social que possibilite um maior desapego do mundo material e tecnológico, a aproximação da

natureza, de seus elementos, de uma espiritualidade sustentada pelo compartilhamento e troca e por uma vida saudável de soberania alimentar que se desenvolve em uma transição da cidade para o campo.

A visão alternativa das relações com o meio e entre sujeitos, portanto, considera que as melhores condições de vida não são as mesmas proporcionadas pela massificação intencional que deriva do modelo hegemônico da economia mundial. A indisposição diante do cenário de trabalho assalariado, cujo interesse no lucro é a única finalidade de todas as suas atividades, segundo Singer (2002) gera buscas por uma organização alternativa a esse modelo. Assim, os grupos são constituídos de forma a não corresponderem ao modelo convencional de trabalho que impossibilitaria a autonomia das famílias em seu sustento e na execução de sua filosofia de vida. Singer (2002, p. 120), prevê a origem desse tipo de construção quando observa que a busca de alternativas ao modelo econômico baseado no consumismo consiste em:

Prenúncio de algo assim poderia ser a recusa das comunidades, que se opõem ao capitalismo, de consumir produtos transgênicos e de sua preferência por alimentos provenientes da agricultura orgânica. O estilo de vida de tais comunidades favorece o consumo de produtos artesanais e étnicos e o uso de serviços que não produzem emissões de gases que possam agravar o efeito estufa. Não obstante, esta diferenciação do consumo é restrita demais para constituir um padrão distinto do capitalista. Os membros dessas comunidades participam das modalidades de consumo habituais, exceto as acima mencionadas. (SINGER, 2002, p. 120).

Esse movimento cooperativo analisado nasceu pela constatação de que essa seria a melhor forma de adquirir uma propriedade rural que garantisse condições básicas de conforto, como acessos e comunicação. Frente aos preços de aquisição dos lotes de terra no local, bastante superiores aos recursos de cada família isolada, a forma de aquisição cooperativa de um mesmo local, para posterior divisão, foi a forma de enfrentamento ao capital econômico que regulava as condições de posse. Dessa forma, as famílias se associaram para gerar um montante financeiro capaz de cobrir os custos totais, não só de aquisição do local, mas para providenciar os recursos básicos de conforto, como estradas, energia elétrica e água encanada para cada uma das casas.

O processo de construção do grupo é sintetizado nas palavras de um dos integrantes quando relata a experiência inicial:

*O sítio se chama Sagrada Raiz. Foi batizado depois que a gente estava aqui há um ano, mais ou menos. Eram pessoas do grupo de agroecologia, outros ligados ao movimento de arte, alternativa, permacultura, plantio diverso. E todo mundo com filho pequeno, procurando um lugar para se estabelecer, e essa história de aluguel caro, então já pensando em alguma coisa em longo prazo e o que se mostrou a forma mais viável foi juntar todo mundo, juntando um pouco do dinheiro que tinha para comprar algum lugar mais amplo e depois dividir. (Entrevistado 7, Oceanógrafo e Musicista).*

A necessidade de ruptura com as condições que marcam o modo de vida consumista convencional, na opção por um estilo de vida alternativo pode ser entendido no relato obtido durante uma das entrevistas, de que: *“É super possível quando você tem um desprendimento dos formatos, é possível, porque para gente...”* (Entrevistada 4, Agroecóloga).

A formação desses grupos sociais resgata a memória do passado ao valorizar o conhecimento dos povos tradicionais, pelo desejo de viver em conjunto e pela perpetuação da herança, entendido em Hall (2006, p. 73) por: “um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do estado-nação”. No entanto, não há conflito geracional, mas uma conjunção de saberes tradicionais com recursos da modernidade. Como a idade máxima de seus integrantes é de 35 anos (no momento da entrevista, no ano de 2019), são frutos de uma geração já transformada pela modernidade, mas ao mesmo tempo relendo saberes tradicionais por um viés de preservação da natureza e das relações humanas. Buscam vida alternativa ao massivo apelo do consumismo. Muitas vezes associados ao movimento hippie, é possível relacionar o seu surgimento como produto de um movimento da contracultura, que encontra terreno fértil para se desenvolver na juventude, “que visa preservar a natureza, eliminar a discriminação racial e sexual e de modo geral opõe-se ao capitalismo, sobretudo em sua forma neoliberal” (SINGER, 2002 p. 95).

É possível identificar que, entre os integrantes do grupo, mesclam-se tradição e modernidade. A sua opção pela residência e pelos recursos de trabalho é o meio rural, mas conta com o conforto e com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação representadas pela internet. Essa nova visão do rural, o que o desvincula da visão de um meio atrasado e isolado, permite que, mesmo fora dos grandes centros urbanos, essa distância seja redimensionada. Sobre seu perfil urbano e rural de forma simultânea, uma das integrantes relata que:

*Eu já tenho uma necessidade de expansão maior, eu acho que por ter crescido em São Paulo. Eu necessito de tá sempre expandindo, então eu dou*



*aula lá no Instituto e fico no meio daquela galera burguesa granfina que não tem nada a ver comigo.* (Entrevistada 4, Agroecóloga).

Outro exemplo dessa mescla são as redes de comercialização e de divulgação dos trabalhos dos integrantes do grupo, feitas em websites e perfis em redes sociais. Dessa forma, a comunicação, que naturalmente poderia ser limitada pelas distâncias físicas características do meio rural, atinge públicos tanto regionais quanto nacionais. Por essas redes, a divulgação dos produtos agrícolas orgânicos, fitoterápicos e cosméticos naturais, serviços como paisagismo e ecoturismo e shows musicais é feita pelas mídias tecnológicas, de forma a compensar as distâncias geográficas. Essa referência pode ser entendida no comentário de um dos entrevistados, a respeito do acesso à internet na comunidade: *“Tamo chipado, senão como que faz hoje em dia?”* (Entrevistado 1, Musicista).

Assim, condições que favorecem a sua autonomia, como a facilidade de acesso à comunicação, segundo Wanderley (2009), permitem que novos atores do meio rural ocupem seu lugar no território e possam sustentar a si e a suas famílias além da mera subsistência. A constituição e a forma de organização dos grupos caracterizaram uma forma de pensar sobre o meio rural por uma outra visão. Nela, o rural não é posto como atrasado, mas como um local que possibilita maior qualidade de vida para as famílias do que nas cidades, onde há limitação de moradia e condicionamento de consumo determinado pelos conglomerados econômicos com a finalidade de lucro a qualquer custo.

A escolha do meio rural para local de residência e de trabalho pode ser derivada do que é abordado por Hall (2006, p. 46), em que o rompimento com os moldes convencionais, quando se opta por um estilo de vida alternativo, provém da morte do sujeito cartesiano e "o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno". Assim, a opção por modelos alternativos tem origem em uma ressignificação dos valores tradicionais preservados pelo rural.

Nesse novo significado, é entendido que a tradição local é caracterizada por um compromisso com a preservação do meio e das relações sociais, no cuidado com o meio ambiente e manutenção da solidariedade entre os sujeitos. É um movimento diferente do pretendido pelo modelo hegemônico, que faz da tradição um modelo de atraso a ser ultrapassado e entende a natureza como um objeto passível de controle.

Esse outro movimento não se trata somente de uma administração dos recursos e do meio ambiente, mas de considerar as diversas formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente. Faz parte, portanto, da ressignificação do rural, como um princípio da articulação harmoniosa e contínua entre a natureza e as relações sociais.

### 6.3 AS INTERFACES ENTRE OS SABERES

A importância dada aos saberes dos povos tradicionais locais pode ser compreendida pelos significados que representam nas práticas e técnicas sustentáveis. O relato abaixo possibilita identificar o valor dessas contribuições para os integrantes do grupo, quando relata os seus momentos de adaptação ao local:

Eu morava lá no morro e queria fazer uma casa de barro, uma casa sustentável e não tinha noção nenhuma de como começar. E aí pensei, será que eu vou ter que fazer um curso de permacultura? Onde será que eu vou conseguir um curso disso aí? E eu perguntei para o meu vizinho, que era um senhor negro, assim, de uns 70 anos. E ele me explicou: lá em Minas, quando a gente era criança, fazia umas casas assim. É assim, você só pega um bambu e amarra assim. Assim, fácil, fácil, pisa com palha, beleza, e ele foi meu professor. O grupo nessa hora troca sabedorias populares, mas que tem embasamento científico. Então, é esse saber “do meio” (saberes populares + saberes científicos) aí é o que a gente busca. (Entrevistado 1, Musicista).

Chamou a atenção da autora que, das entrevistas feitas com egressos do Curso de Agroecologia, foi unânime o destaque dado a uma aula de campo realizada em maio de 2012 na Comunidade Quilombola Batuva, no município de Guaraqueçaba, durante a sua docência no curso. Nessa aula, o grupo de estudantes e docentes que visitou a comunidade foi convidado pelos produtores rurais do local para participarem da colheita de sua lavoura de arroz orgânico. Todos os entrevistados citaram esse momento como um marco da sua trajetória acadêmica. Portanto o grupo preza relações com as populações tradicionais na forma de convívio social, fonte de sabedoria e ao mesmo tempo reconhecimento. E esse reconhecimento também se dá na forma de serem construídos os saberes dentro da UFPR Litoral a partir de projetos de aprendizagem cuja justificativa parte da problemática vivida pela população local.

Essa articulação contribui com a preservação da identidade e ajuda na afirmação do estilo de vida tanto dos novos grupos quanto das comunidades do

campo, pois toda essa valorização do ser humano e das culturas tradicionais remonta a caminhos para a retomada da consciência humana de forma dissociada do instantâneo e do palpável, tão comum na educação e nos modos de produção convencionais.

Esse estilo de vida aponta uma ética do suficiente para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo. Supõe uma visão holística e integradora do ser humano, imerso na grande comunidade terrena que inclui, além dele, o ar, a água, o solo, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com Pachamama (a Terra), com as energias do universo e com Deus (BOFF, 2009). Assim, a vida em comunhão com a natureza faz com que a relação dos integrantes do sítio seja mais próxima e sagrada, como se a Terra fosse uma grande mãe, uma dádiva, uma parte integrante da vida em sociedade.

Segundo Singer (2002), fazendo parte desse ressurgimento reinventado do rural, foram se desenvolvendo múltiplos movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente e conseqüentemente a sua biodiversidade. Esses movimentos buscam o resgate da dignidade humana de grupos excluídos socialmente pelo capitalismo, entre eles os produtores rurais familiares enquanto populações tradicionais brasileiras.

Por meio de atividades baseadas no trabalho livre associado e/ou cooperativo, tem se apresentado como possibilidades de solucionar ou amenizar problemas sociais e econômicos. A interação dos integrantes da comunidade ecológica com moradores locais, a importância dada aos seus saberes e a preocupação com a sua dignidade, percebida nitidamente nas entrevistas, principalmente os agricultores familiares, revela que essa associação pode ser uma alternativa produtiva para ambos os grupos. Os momentos de comunhão de troca de experiências, de insumos, como mudas e sementes, e a organização de feiras democráticas compostas de produtores locais e novos residentes favorecem a promoção das comunidades, locais e novas, e o reconhecimento entre si, que por sua iniciativa e empenho consegue oportunidades de melhoria das suas condições de vida e um resgate das tradições culturais locais. Essa consideração foi declarada por um dos integrantes do grupo, quando, livremente e após o encerramento da entrevista, lembra de um grupo de agricultores familiares locais e fala: *“Não é nem pela gente, que a gente se vira, mas é pelo pessoal daqui o*

*peçoal do assentamento. Isso aqui é tudo o que eles têm*<sup>42</sup> (Entrevistado 6, Agroecólogo).

São essas associações que, segundo os entrevistados, discutem em nível local as políticas públicas para a agricultura familiar orgânica, o registro dos produtores nas juntas comerciais e regulamentação da produção orgânica e artesanal.

A Agroecologia é considerada, nesse sentido, como uma articulação cooperativa de saberes e de hábitos, respeitando a natureza não só como apoio de produção, mas como um meio vivo que deve ser cultuado. Portanto, nesse universo, não só geográfico, como de filosofia de vida, os novos grupos sociais encontraram espaço fértil para sua instalação, consolidação e crescimento. Oferecem um enriquecimento em novos olhares sobre as expressões físicas, as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, uma vez que se instalam em um cenário já estabelecido e povoado por pessoas com costumes consolidados.

No caso em estudo, as comunidades locais tradicionais do campo são acrescidas pela instalação de outros grupos sociais vindos da zona urbana. Assim como o que acontece com os povos tradicionais do campo, são formas específicas de apropriação e de uso dos territórios e seus recursos quando se considera que o seu objetivo é o seu sustento. Ploeg (2006) chama esse encontro e interação mútua entre seres humanos e natureza viva, entre o social e o material, de coprodução. Esse modelo de vida, portanto, pode caracterizar o modo de produção dos povos tradicionais rurais brasileiros, mas também pode servir de inspiração para a organização de novos grupos sociais alternativos, diante de uma referência para a sua a concepção de modo de vida.

O social e o material são mutuamente transformados nas relações de troca de saberes, que não obedece ao sentido determinado pelo modelo hegemônico, ou seja, da universidade em direção às comunidades. Em vez disso, esses saberes, que orientam as práticas de produção, são resultantes de um entrelaçamento entre os saberes científicos, uma vez que a maior parte do grupo possui diploma universitário, e os saberes das populações locais. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão

---

<sup>42</sup> O entrevistado refere-se ao assentamento Pantanal, uma reserva legal reconhecida por meio de emissão de posse judicial, em 1985. Segundo Cavallet *et al.* (2014), o assentamento possui área de 249ha e foi dividido em 145 lotes, nos quais habitam famílias de origem variada, na maioria nativos da região litorânea, todos cadastrados no MST.

coerente com o modo de produção dos povos tradicionais do campo, ou seja, baseados no respeito entre os seres vivos e com os recursos naturais.

Dessa forma, o entrelaçamento entre as questões ambientais e as sociais vai além dos povos tradicionais do campo. Segundo Brandenburg (2010b, p. 426), “no contexto societário atual de apelo às questões ambientais não são apenas os camponeses, agricultores familiares, os protagonistas do processo de ecologização do rural”. Enquanto esses primeiros têm essa relação estreita adquirida por origem, os novos sujeitos do campo consideraram essa relação por opção, a partir de seus gostos pessoais e/ou derivados de processos de conscientização humanística. Segundo Brandenburg (2010b):

Outros personagens da reconstrução do rural relacionados a serviços de turismo rural, da conservação da natureza, redesenham uma nova paisagem do rural. Uma paisagem moldada por um cenário de atores que têm projetos de ecologização, que incluem formas de produzir e estilos de vidas diferenciados de padrões da sociedade moderna. (BRANDENBURG, 2010b, p. 427).

É importante salientar, nesse ponto do texto, que a opção foi por um estilo de vida alternativo e não significa somente uma vertente da agricultura. Assim, a filosofia desse grupo não pode ser compreendida como a mesma racionalidade incorporada pela atual sociedade de mercado, cujos apelos midiáticos, ante a divulgação de dados sobre problemas ambientais ou riscos à saúde dos produtos industrialmente ultra processados, sugerem uma simples substituição de insumos artificiais pelos naturais.

Os integrantes dos grupos alternativos não se detêm apenas à produção agrícola, sua constituição transpassa a produção. Mais que um sistema alternativo de agricultura, trata-se de uma mobilização de vários sujeitos e vários instrumentos capazes de veicular a conscientização ambiental e humana. A sensibilidade com outras formas de vida manifesta-se no reconhecimento, na atenção e no cuidado com os outros seres do meio, sejam eles na forma de objetos em um mesmo espaço ou de valores compartilhados. Não deixam de estar inseridos no modo de produção capitalista e de se relacionar com o mercado, mas o fazem de maneira a respeitar seus valores de uma vida holística, consciente e parcimoniosa.

Ancorados nesses valores é que foram construídas as normas, regras e expectativas necessárias, apreendidas no desenvolver de seus *habitus* grupais. Esse aprendizado é resultante das histórias de vida, o que determinou a construção social desse grupo (THOMPSON, 1981).

Esses indivíduos, assim como seu grupo, incluem as relações de seus corpos com a natureza na rotina de estudo, de trabalho e de vida, constituindo um universo pessoal, fruto de suas reflexões e conclusões sobre a passagem por rituais de naturezas diversas. Observa-se que buscam, antes de tudo, a harmonia com a natureza, fortalecendo e fomentando que a Terra é um ser vivo e que a natureza em equilíbrio sustenta um ambiente complexo capaz de promover as melhores condições para a existência de vida no planeta. A relação de harmonia é expressa pelo corpo, por símbolos de boa saúde e serenidade.

#### 6.4 CARACTERIZAÇÃO DOS HÁBITOS DOS INTEGRANTES DO GRUPO

A filosofia e hábitos praticados predominantemente no universo desses grupos têm como principal fundamento o respeito à vida. Os integrantes também dedicam as suas práticas de forma a considerar o alimento como sagrado e a natureza como recurso, que, além de alimento, é capaz de fornecer elementos relacionados à cura e prevenção de doenças. Observa-se, portanto, que essas práticas remontam àquelas práticas das populações rurais tradicionais, estreitamente ligadas à natureza.

Mesmo oriundos de centros urbanos, observa-se, como princípio, a mínima interferência possível na paisagem local. Assim, os espaços de vegetação nativa são preservados e, para produzir alimentos, é utilizado o Sistema Agroflorestal<sup>43</sup>. O material de construção das casas utiliza bambu, madeira e adobe, planejados de forma a causar o menor impacto ao meio ambiente. O estilo de construção das casas pode ser observado nas figuras a seguir.

---

<sup>43</sup> Sistemas agroflorestais fazem parte dos modos alternativos de agricultura, detalhados no item 3.3.4 deste trabalho.

Figura 20 — Lateral e fundos da residência de uma família agricultora, formada por um casal e duas crianças, que integra o sítio Sagrada Raiz<sup>44</sup>



Fonte: a autora (2019)

Figura 21 — Vista da entrada principal da mesma residência<sup>45</sup>



Fonte: a autora (2019)

<sup>44</sup> Nessa imagem, é mostrada a área de trabalho que faz parte da casa, com os freezers utilizados para armazenamento de polpas de frutas congeladas para a venda e o equipamento do trabalho doméstico.

<sup>45</sup> A imagem mostra a diversidade de material de construção empregado na estrutura da casa, misturando material rústico com material industrializado.

Figura 22 — Vista com detalhe do material utilizado para uma construir a casa de outra das famílias do sítio Sagrada Raiz



Fonte: a autora (2019)

Figura 23 — Vista lateral da casa da mesma família, anexa ao espaço de eventos GaiaPiá<sup>46</sup>



Fonte: a autora (2019)

---

<sup>46</sup> O Espaço GaiaPiá é um centro de eventos onde são realizadas as reuniões entre os integrantes do grupo, atividades culturais diversas, abertas à comunidade, que será detalhado neste capítulo.



Essas imagens mostram a estrutura das casas onde residem as famílias do sítio Sagrada Raiz. Em evidência, o material de construção alternativo e de matriz agroecológica. Observa-se, também as cores vibrantes e os artefatos de simbologia espiritual presentes nas paredes. Detalhe importante observado foi a coexistência, em uma mesma organização de casa, de instalações rústicas e objetos modernos, de consumo de massa e que produzem conforto, como freezer e máquina de lavar roupa.

#### 6.4.1 Mensagens por meio do corpo

Nesse espaço/ambiente, conhecer e/ou reconhecer a formação humana e a vida torna-se essencial para o reconhecimento das condições em que os sujeitos estão inseridos. A atuação na reconstrução de seu próprio mundo e da ação consciente e identificada como um modelo de desenvolvimento alternativo é concebido como possibilidade de vida, trabalho e constituição desses próprios sujeitos, de forma histórica e coletiva.

Uma forma, se não a principal, de manifestarem suas emoções, percepções e modo de vida é por meio do corpo, com hábitos bastante peculiares e com significado para o grupo todo. Essas expressões, segundo Le Breton (2003), possuem a finalidade de revelar as representações de pessoas ou grupos sobre a sua visão de mundo. Segundo o autor, isso ocorre porque o "corpo é a interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico" (LE BRETON, 2006, p. 97).

Portanto, traduzidas por aspectos que dizem respeito à aparência física, e a forma na qual manifestam suas emoções, é construída uma imagem que demonstre como é sua relação com a natureza, com os indivíduos próximos e com a sociedade. Assim, esses itens são expressos de uma forma que fique evidente que são indivíduos cujo estilo de vida é alternativo ao convencional. E, como mensagem, demonstra que esse estilo de vida possui uma relação respeitosa com a natureza e contrária ao consumismo. Pode-se notar, portanto, que as vestimentas dos integrantes do grupo são compostas de preferência por tecidos naturais e demonstram conforto, indiferentemente dos padrões de moda, conforme visto na figura 20 (p. 201) com a constituição dos fundadores do sítio Sagrada Raiz.

A opção por conforto no vestuário também revela suas relações com o corpo. A intenção de bem-estar possibilitada pelas vestimentas demonstra que a filosofia do

grupo não aceita as opressões, coerções ou demais tipos de imposições que possam ser aplicadas ao corpo pela política de dominação pelo sistema hegemônico, conforme mecanismo descrito por Le Breton (2003).

Ao mesmo tempo, a semelhança do modo de vestir de cada um dos membros revela um pertencimento ao grupo, já que se encontra dentro do padrão próprio da comunidade. Observa-se, na figura 20 (fotografia inicial do grupo) que nenhum membro chama a atenção por portar uma vestimenta diferente. Ao contrário, todos apresentam um padrão peculiar do grupo de se vestir e de se posicionar na fotografia. Os integrantes estão dispostos lado a lado, dispensando, dessa forma, uma posição hierárquica na comunidade. Pela observação da posição de cada um dos membros, é possível compreender uma mensagem de que todos ocupam posições iguais. Assim, na identidade dos membros ao grupo e na identificação desse membro pelo grupo, é gerada e compartilhada uma segurança de estarem em comum e ao mesmo tempo reconhecidos, o que também contribui com o sentimento de solidariedade, considerado um elo forte entre seus membros. A importância dessa solidariedade foi ressaltada em todas as entrevistas feitas. Segundo um dos integrantes: *“Podemos contar uns com outros em qualquer aperto. Um dos maiores tesouros da vida é essa terra e essa irmandade próxima. Assim é a trajetória dessa terra”*. (Entrevistado 1, Musicista).

Da mesma forma, o relato de outra integrante do grupo confirma a representação da solidariedade:

*O que mantém as famílias junto aqui na comunidade, mesmo cada um tendo seus momentos individuais, eu acho que primeiro é a gente ter essa mesma busca. Se todo mundo veio parar aqui, é porque todo mundo tinha uma busca parecida e pelas amizades que foram se formando. Tinha integrantes aqui que eu já conhecia, mas só de vista, e acabou se criando uma confiança. São todas as todas as pessoas aqui que, mesmo que tenha acontecido atrito, são pessoas que a gente sabe que são boas, que a gente confia. Aqui é um lugar que mesmo perto do centro a gente sente confiança. Depois de passar por aquele portão ali você se sente em um lugar seguro. Eu sinto isso, assim, e é legal isso também porque se a gente tivesse decidido a morar em outro lugar rural só a nossa família, talvez eu iria ficar mais apreensiva quando o Raul saísse cedo e demorasse bastante tempo. Aqui tem essa segurança, tem sempre, tem essa segurança. Porque infelizmente hoje em dia existe isso.* (Entrevistada 5, Agroecóloga).

#### 6.4.2 A consagração do alimento

Um detalhe que chama bastante a atenção e que se destaca rapidamente entre as famílias do grupo, facilitando a sua caracterização, é a sua relação com a alimentação. Azevedo (2016, p. 33) observa que as representações da comida nas relações entre indivíduos e grupos revelam o seu potencial simbólico para a construção do senso de identidade individual e coletiva, por meio de seus rituais e crenças. Segundo a autora, “o indivíduo nutre-se de imaginários e significados, compartilhando representações coletivas e uma intimidade peculiar ao incorporar a comida na interioridade corporal humana”.

Dessa forma, os processos de produção, distribuição e preparação dos alimentos que fazem parte de qualquer sociedade determinam a sua cultura, contribuindo com a sua identidade. Da Matta (1986, p. 56), considera que “comida, além de uma substância alimentar, representa um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. Pode-se afirmar, assim, que comer é mais do que apenas um ato de sobrevivência: é também um comportamento simbólico e cultural. Portanto é indissociável a relação entre comida e cultura.

Dessa forma, analisar os integrantes do grupo na sua relação com a comida permite revelar e entender muitas de suas características. Enquanto reflexos das estruturas do cotidiano, a comida e o modo de comer expressam seus hábitos peculiares como parte das suas experiências simbólicas. A identificação das similaridades, que mantém a coesão do grupo, ao mesmo tempo que o afirma, pode ser percebida na forma com que seus integrantes se relacionam entre si, com a sociedade e com o meio ambiente. Assim, essas famílias expressam uma relação bastante específica de alimentação, em que o alimento é visto como um laço entre a natureza e o social.

Uma vez que busque, mesmo a longo prazo, que os alimentos consumidos e/ou produzidos sejam de forma agroecológica, não colaboram com a extinção dos povos tradicionais e outras consequências da alimentação convencional, como a escravização do produtor rural e destruição de florestas. Esse propósito identifica os hábitos alimentares desse grupo como não pertencentes ao sistema dominante. É percebido, então, que o ato de se alimentar também pode se constituir e sinalizar um instrumento de resistência à globalização da alimentação e ao consumismo.

Azevedo (2017) compreende que a expressão da relação com a comida é capaz de oferecer interpretações que dizem respeito a:

[...] poder, organização social; ativismo e instrumento de resistência a processos colonialistas; item de informação ou códigos capazes de gerar diferentes mensagens; potencial simbólico estrutural e/ou estruturante; construtora de identidades; estratégia de prazer e de interações sociais; fomentadora de intolerâncias e divisões sociais; mantenedora de vida ou promotora de problemas de saúde (assim como de cura); controvérsias científicas, questionamentos éticos, angústias e riscos socioambientais. (AZEVEDO. 2017, p. 277).

Segundo esses parâmetros, observou-se durante as vivências, assim como no decorrer das interações decorrentes da docência da autora no curso de Tecnologia em Agroecologia, que a comida representa um importante fator construtor das identidades sociais que caracterizam indivíduos e grupos considerados agroecológicos.

Juntamente com o modo de se vestir, é nas manifestações sobre a sua relação com a comida que esses sujeitos expressam a sua não conformidade com o sistema hegemônico e isso contribuiu para que identificassem semelhanças entre seus pares. E a confiança representada pelo fato de que todas as famílias compartilham hábitos alimentares semelhantes, apoiadas pela presença de outras famílias ao redor que mantém a relação harmoniosa entre natureza e alimentação, reforça a identidade do grupo e colabora com a sua segurança mesmo inseridos em uma região de consumo convencional de alimentos. Dessa forma, a comida como elemento cultural torna-se capaz de se transformar em marcador identitário, apropriado e utilizado pelo grupo como símbolo de sua identidade.

Segundo os relatos nas entrevistas, a necessidade de comer em comunhão, partilhando os recursos, a força de trabalho para o preparo e o momento da refeição, foi mais evidente quando o grupo estava na fase de instalação. Segundo eles, mais que a praticidade, foi a partilha, como um ritual de reforço a resistência necessário para a consolidação de sua identidade, visto que estavam em fase de adaptação a um local estranho. Segundo Da Matta (1986), a comida é tudo aquilo que se come com prazer, observando-se as regras da comunhão e comensalidade. Portanto a manutenção de momentos de prazer compartilhados pode ter sido gerada com a intenção, consciente ou não, de proporcionar segurança e receptividade. Azevedo (2017), entende os rituais coletivos do compartilhamento das refeições e de preparação de alimentos como momentos de reflexão e generosidade. Assim, o momento coletivo marcado pelo compartilhamento das refeições proporcionou

momentos de afetividade, de cuidado, de divisão de responsabilidades, fatores estes fundamentais para uma fase de adaptação a um novo meio e que constroem a confiança por meio da solidariedade.

Novamente, chama-se a atenção pelo fato de os hábitos alimentares peculiares, enquanto associados ao estilo alternativo de vida, informarem que se trata de uma escolha. As populações tradicionais rurais, que inclusive dependem da força de trabalho braçal para obter o seu sustento, têm uma cultura alimentar com base na quantidade de energia que esse alimento pode proporcionar. Portanto os seus parâmetros de alimentação caem sobre alimentos considerados mais energéticos, como os ricos em carboidratos. Ao mesmo tempo, devido à limitação de sua renda, a tendência de alimentação dessas populações se aproxima mais da necessidade de sobrevivência do que de outras reflexões.

O aumento de renda proporciona hábitos alimentares resultantes de uma liberdade de escolha, baseada em reflexões sobre outras questões para além da necessidade energética, como a avaliação do valor nutricional, promoção de saúde ou até mesmo com razões espirituais. Em Bourdieu e Saint Martin (1976), são encontradas as bases sobre essa constatação, pois, segundo os autores, o verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo e a oposição entre os gostos de luxo (ou de liberdade) e os da necessidade se traduz pela possibilidade de escolha. Dessa forma, o produto das condições materiais de existência, definidas pela distância da necessidade, pelas liberdades ou pelas facilidades garantidos pela posse de capital econômico, fizeram com que os integrantes do grupo pudessem selecionar a sua alimentação, a partir de parâmetros como saúde e consumo. A seleção dessa alimentação foi observada durante as vivências da autora com as famílias do grupo.

As refeições compartilhadas nesses momentos envolveram lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. Em todas essas refeições, foram preparados e servidos alimentos de origem principalmente vegetal, com total ausência de carne. No almoço, dois tipos de carboidratos (entre arroz, batata, mandioca, batata doce), feijão ou lentilha como fonte de proteína, vegetais assados e saladas de hortaliças frescas. Para complementar as porções de proteína, foi oferecida a opção de ovos no almoço e leite nos lanches, à parte. A banana, fruto de produção abundante no local, na maioria das vezes acompanhou as refeições. Na quase totalidade das refeições, não foram consumidos produtos industrializados, a não ser em uma tarde de lanche em

que fez parte um pacote de biscoitos à base de aveia e mel. A forma de preparo dos alimentos cozidos foi convencional, ou seja, em fogão a gás.

Nas famílias cuja atividade principal é a agricultura, foram oferecidos preferencialmente produtos próprios. As famílias com outra atividade principal ofereceram produtos adquiridos em mercados ou dos produtores locais, mas manifestaram a vontade de produzir, futuramente, boa parte de seus alimentos. De qualquer forma, todas as famílias cultivam a terra, seja para comercialização, consumo próprio ou como matéria-prima para os produtos fitoterápicos, segundo os entrevistados 6 e 7.

Enquanto fator de reconhecimento de grupo, o contato por meio da comida possibilita a criação de vínculos que, inclusive, marcam seu local de inserção social em um novo território. Segundo Azevedo (2017), a relação com a alimentação possibilita interpretações que permitem compreender as premissas implícitas do viver em sociedade.

Por intermédio dos significados de seus hábitos alimentares e das mensagens que esses hábitos transmitem é possível perceber que predominam sentimentos de afetividade, de harmonia e de consagração. O cuidado com o cultivo e com o preparo, comuns a todas as famílias, traduzem o amor pela natureza, o respeito pelos seres vivos e a valorização de um tipo de consumo que interferiria o menos possível no meio ambiente. Esses princípios puderam ser observados pela autora na constatação de que as refeições foram partilhadas, nos espaços de convivência, na presença de todos os membros da família que estavam na casa e da participação ativa das crianças no preparo dos lanches, cuja autoria foi bastante enaltecida pelos pais.

Assim, as práticas de cultivar os alimentos e de consumir exprimem ideais de cultura local, de espiritualidade, de tradição, de simbolismo e de identidade. Expressa, outrossim, um desacordo à ideia de comida como apenas mercadoria, sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar globalizada, dominada por corporações agroalimentares transnacionais, política esta que constitui uma ameaça à soberania alimentar, além dos impactos culturais e socioambientais que produz.

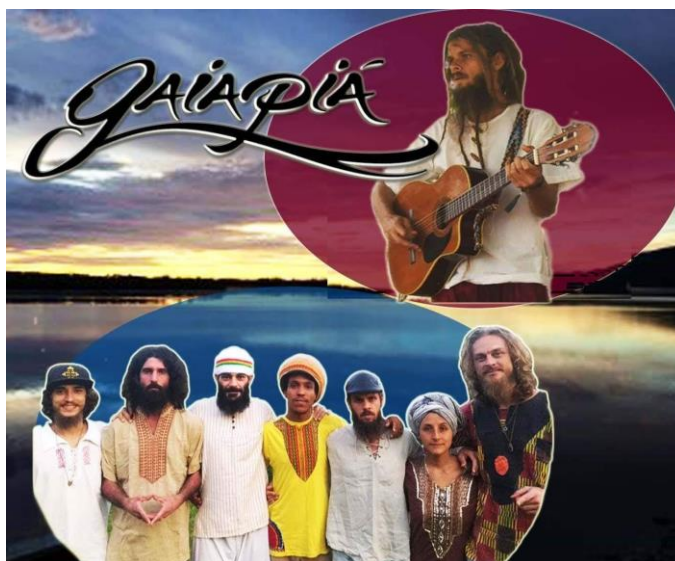
## 6.5 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

O movimento cooperativo nasceu pela constatação de que essa seria a melhor forma de adquirir uma propriedade rural que garantisse condições básicas de conforto, como acesso e comunicação.

Nas práticas que compõem o quadro de autonomia financeira, no sítio Sagrada Raiz, há diversos meios de sustento das famílias. Entre as oito famílias residentes no local, são observados recursos econômicos vindos da articulação de fontes que podem ser relacionadas à agroecologia: produção de agricultura orgânica; cosméticos naturais; produtos fitoterápicos; cerâmica, artesanato e construções em madeira; música e serviços eco ambientais (ecoturismo, paisagismo agroecológico, jardinagem, bioconstrução, recuperação de nascentes, tratamento de efluentes); terapias complementares (massagem, aulas de ioga) e magistério. Esse tipo de atividade também é realizado por quatro fundadores do Sítio não residentes no momento.

É possível constatar, ao observar essas práticas, que os sujeitos da Agroecologia vão além da produção agrícola. Portanto o estilo de vida dos integrantes do grupo agroecológico não se restringe a um modelo alternativo de agricultura, mas uma mobilização de vários sujeitos e vários instrumentos com a mesma filosofia de vida, alternativa ao modelo convencional. Resultado de suas interações com o meio, a prática dessa filosofia mantém o ideal comum de relações harmoniosas sociais e com a natureza, mas a diversificação das formas de sustento provém das suas aptidões, habilidades, conhecimentos, gostos pessoais e experiências acumuladas.

Figura 24 — Grupo musical GaiaPiá



Fonte: Grupo GaiaPiá — Facebook (2019)

Essa figura mostra o grupo musical GaiaPiá. Quatro dos integrantes desse grupo residem no sítio Sagrada Raiz. A mensagem do grupo, propagada em forma de música, tem como objetivo resgatar o elo sagrado com a natureza viva e retornar ao espírito de criança. Assim, além de ser uma banda, é um movimento que busca uma reconexão com a essência da vida. Segundo um dos integrantes da banda:

*As mensagens de Gaia ressaltam a importância do amor pelos nossos semelhantes e pela vida, a união entre as diversas culturas, o seguir e escutar nosso coração, a liberdade dentro e fora de nós. Internamente, quebrando no dia-dia todos os falsos valores que nos levam a ilusão como a ganância, o poder, o egoísmo etc. [...] E, externamente, buscando a independência na sustentabilidade; plantar e colher, bioconstrução, o preservar as fontes de água pura, o reflorestamento, estudo de energias renováveis etc. [...] um trabalho longo de gerações. GaiaPiá é sinônimo de reconhecer a Terra como nossa Mãe e cantar louvores de gratidão a toda criação. (Entrevistado 1, Musicista).*

Fazendo parte do quadro diversificado de formas de sustento das famílias, a figura a seguir mostra o fruto da palmeira Juçara, nativa da região, processado e embalado para a venda. O corte da palmeira, a fim de extrair palmito, é restrito a condições específicas, pois a espécie corre risco de extinção. Assim, os integrantes do grupo colhem os frutos, processam e vende, nas feiras locais e pela internet, como polpa congelada, rica em nutrientes essenciais à saúde humana como ferro e potássio. Ao final do processamento, as sementes originadas pela despolpa são devolvidas ao solo, para que germinem e formem novas palmeiras.



Figura 25 — Fruto da palmeira juçara, despulpado, concentrado e comercializado pelas famílias agricultoras do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Estrela Guia — Facebook (2019)

É muito evidente a diversidade de serviços praticados pelas famílias da comunidade. Fotografias e banners são compartilhados nas redes sociais eletrônicas, com regularidade. Além desse tipo de comércio, é constante a participação dos integrantes em feiras e em outras formas de economia solidária, como redes de troca na própria comunidade e nas comunidades locais, prática essa reconhecida em Brasil (2002a) como típica das populações tradicionais brasileiras

As figuras a seguir demonstram o envolvimento das mulheres da comunidade nas atividades de cuidado, com terapias complementares e produtos fitoterápicos, atividades estas reconhecidas como saberes tradicionais, conforme Brasil (2002a) e Castro *et al.* (2019).

Figura 26 — Serviços ambientais realizados por um dos integrantes do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Estrela Guia — Facebook (2019)

Figura 27 — Terapias complementares realizadas por uma integrante do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Cecília Perpétuo — Facebook (2019)

Figura 28 — Cosméticos naturais (desodorante, xampu e sabonete) produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Jurema Produtos Naturais — Facebook (2019)

Figura 29 — Produtos fitoterápicos produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Cerâmica Surucua — Instagram (2019)

Figura 30 — Produtos em cerâmica produzidos e comercializados por uma das integrantes do sítio Sagrada Raiz



Fonte: Cerâmica Surucua — Instagram (2019)

A diversificação das fontes de recursos econômicos das famílias proporciona um valor adicional ao seu montante financeiro, uma vez que essa dinâmica de obtenção de sustento é capaz de se adequar a oscilações do momento econômico do local, da região e do país. Os produtos e serviços gerados de forma continuada e diversa que fazem parte do modo tradicional de vida das comunidades rurais servem de inspiração para o modo de vida do grupo, no que diz respeito ao seu sustento. Portanto resulta da comunidade rural e dos atores individuais que fazem parte do processo de produção (PLOEG, 2006).

A posse de uma base específica de recursos por uma determinada família é reconhecida e respeitada, de forma a manter a sua individualidade, seja de espaço físico como de autonomia econômica. Assim, as próprias famílias estão empenhadas em seu sustento (embora, evidentemente, com diferentes ritmos e diferentes graus de sucesso) e em suas próprias unidades de produção, mas com o interesse comum em manter o grupo de forma estável em seu formato ideológico inicial, o que garante laços mais sólidos em forma de rede de relações sociais, de amizade e companheirismo, culturais, de projeto de futuro, para além do econômico. Isso pode ser observado nos relatos sobre a única situação de venda de um lote: prevaleceu a decisão firmada no acordo de convivência, que frisa que nenhum lote pode ser vendido sem o comunicado aos demais membros e que seja dada preferência a núcleos de pessoas que compartilhem dos mesmos ideais iniciais relacionados com a Agroecologia.

É possível notar, também, que a forma diversificada de sustento das famílias corresponde ao modo de vida típico das pessoas do campo representadas pela agricultura familiar, já visto no terceiro capítulo deste trabalho.

Portanto a diversificação de fontes de renda pode manter a autonomia econômica da família diante dos quadros oscilantes de mercado convencional. Uma única fonte de renda concentraria todos os riscos econômicos da família, expondo o seu sustento a épocas de crise daquela atividade ou sujeito a momentos imprevistos. Em outras palavras, o fato de praticarem diversas atividades econômicas permite a manutenção de recursos durante todo o ano, o que lhes possibilita enfrentar a instabilidade que existe em qualquer empreendimento econômico.

Essa preservação sustentável encontra forças e fundamentos em formas de organização alternativa que depende, segundo Singer (2002, p. 112), dos próprios integrantes, “de sua disponibilidade de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de



seguir esses princípios na vida cotidiana”. Essas são notadamente características do grupo social agroecológico estudado.

A diversidade na produção das famílias também sofreu adaptações às condições do espaço de consumo, local e ampliado, conforme relata uma das agricultoras do grupo:

*A gente começou tentando focar em agricultura como fonte de renda. Mas aí a gente começou vendendo o que era mais fácil, que são as verduras, mas a verdura é uma coisa que a renda é baixa e é muito desgastante. A gente estava vendendo até o ano passado, mas aí a gente ficava já, faz tempo, querendo trabalhar com a Juçara, que é uma agricultura mais extrativista, porque boa parte a gente pega nas chácaras. Vê o que tem fruto e colhe. A gente tem agricultura de subsistência como mandioca, banana, inhame, batata doce. Tem o básico que dá pra plantar aqui a gente tem. Mas esses produtos a gente não está comercializando, é só para o sustento da família. O que a gente focou na verdade é assim uma agricultura, mas na verdade é na forma de extrativismo porque o fruto fica dando. E isso fica melhor pra gente, por que a gente colhe o fruto, se faz extraíndo a polpa da Juçara e isso tá sendo melhor para gente, essa venda, e a gente está fazendo mais alguns produtinhos como geleia, molho pesto de manjeriço. (Entrevistada 5, Agroecóloga).*

E a relação entre autonomia financeira, valores agroecológicos e a experiência proporcionada pela UFPR Litoral pode ser confirmada por este relato:

*É bem legal vendo todo mundo, cada um fazendo coisas da Agroecologia, mas cada uma coisa diferente. É especial para gente, pois a Universidade proporcionou muito essa conexão de seres. Nós com você, nós e entre nós, e Agroecologia é muito isso né? É muito essa conexão, essa ligação de pessoas e de talentos potenciais que se agregam e conseguem construir. São coisas diferentes, mas interligadas e é bem legal isso. Aí eu tava falando esses dias que nós, aqui na nossa família, estamos com todas as pétalas da agroecologia: na arte, as medicinas, as terapias e agricultura. É difícil falar, mas é uma forma da gente ver que dá certo e que também não é tão simples. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

O modelo de autonomia econômica do grupo aproxima-se ao modelo de economia solidária proposto por Singer (2002, p. 112), que se fundamenta na afirmação de que “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”.

É um sistema que se organizou independente do apoio do Estado, visto que trata de opções pessoais pela vida em sistemas alternativos. A formação do grupo ocorreu a partir das necessidades das famílias e se constituiu a partir das iniciativas dessas próprias famílias. Vem delas, também, a força para se manterem e se preservarem. Por isso, a identidade se constitui no princípio de resistência do grupo.

Na luta pela sua sustentabilidade, em todas as dimensões já abordadas, há uma união de indivíduos que partilham da mesma ideologia e das mesmas práticas, por uma cultura própria auto afirmativa.

A figura a seguir mostra a disponibilização das feiras de comercialização no município de Morretes, integrando produtos e serviços que envolvem Agroecologia, com participação aberta aos demais profissionais das comunidades da cidade.

Figura 31 — Convite para feira de orgânicos e alternativos, realizada no município de Morretes



Fonte: Instagram

Essa forma cooperativa solidária de economia também pode ser observada nas organizações das quais os integrantes do grupo, que são produtores agrícolas, de fitoterápicos e/ou de artesanato, participam. Essas formas consistem nas associações com outros produtores orgânicos locais e feiras. Esses espaços se desenvolvem à medida que surgem atividades econômicas que podem ser desenvolvidas em pequena escala, em que os pequenos produtores se associam para comercializar seus produtos, dividindo custos de locação de espaço, impostos e demais custos de produção.

Além disso, organizam movimentos de representatividade em busca de políticas públicas que protejam e favoreçam a agricultura familiar e agroecológica. Uma dessas associações é a Associação Morretes Agroflorestal Ecológica (AMAE), um coletivo de agricultores agroflorestais locais, que produzem alimentos de base

agroecológica em sistemas que buscam inspiração na natureza. A missão dessa associação é conciliar a organização da produção agrícola local com a dinâmica da floresta que compõe a Mata Atlântica e da vida em todas as suas dimensões. Os seus objetivos são: cooperar com o consumo consciente, comercializar os frutos e produtos agrícolas de forma justa e ética, contribuir com a cultura das agroflorestas para as comunidades de Morretes e outros locais e compartilhar os conhecimentos e técnicas para as pessoas e associações interessadas. São essas associações, inclusive, que promovem a aproximação entre as comunidades tradicionais locais e os integrantes de agroecológicos na região.

Em relação à autossuficiência individual na produção de alimentos para a família, todas as famílias entrevistadas relataram que aspiram, para um futuro, serem capazes de produzir a totalidade dos alimentos que consomem. No entanto, o momento atual (2019) demanda atividades de retorno monetário imediato, a fim de pagar as contas básicas de infraestrutura, o que toma bastante tempo. Portanto ainda consomem produtos vindos da cidade, nas compras em mercados e supermercados.

Por outro lado, de forma conciliada com o tempo disponível e de acordo com as atividades de cada família, procuram aproximar-se ao máximo dessa autossuficiência alimentar. As famílias agricultoras têm mais facilidade de plantio de culturas de subsistência, mas em conjunto com as demais famílias, integram-se ao meio ambiente pela produção de alimentos por meio de SAF, conforme as figuras 30 e 31. Nas das vivências, pode-se identificar os saberes tradicionais ligados à terra que essas famílias praticam, conforme Neves *et al.* (2013): o cuidado do solo e agricultura; instrumentos básicos de baixo impacto ambiental, como enxada, foice, machado e facão, na prática agrícola; plantio consorciado/rotação de culturas/pousio; cultivo de múltiplas espécies ou numa mescla de culturas; rotação de culturas por meio de sementes ou mudas de variedades diferentes; manejo das lavouras, por meio da capina, retirando as plantas espontâneas, mas de forma que permaneçam algumas, principalmente aquelas que não causarão danos a lavoura, mas que servirão de habitat para predadores de possíveis pragas que possam acometer as culturas; uso de bioinseticidas naturais para repelir e controlar a proliferação de pragas.

Figura 32 — Cultivo espécies olerícolas, frutíferas e cana de açúcar com a mata nativa ao fundo



Fonte: a autora (2019)

Figura 33 — Cultivo de espécies olerícolas e mandioca integrado com as espécies nativas da região



Fonte: a autora (2019)

As figuras acima mostram a integração das culturas agrícolas com as espécies florestais presentes no local, nativas ou não, caracterizando um sistema agroflorestal (SAF).



## 6.6 RELAÇÕES SOCIAIS

Assim como qualquer outro grupo social, existem pilares e bases de pensamento e prática que compõem a sua organização. Segundo os integrantes do grupo, a ordem comum é estabelecida por acordos de convivência. No entanto, além do espaço comum, o que se pode observar nesse universo é que a sua ordem social possibilita a harmonização entre o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo ao mesmo tempo que se estabelecem espaços de trabalho coletivo de muitos, no tocante à manutenção do social como um todo e do espaço como coletivo.

A diversidade das fontes de renda e das atividades de cada família, de acordo com suas escolhas, evidencia que há o espaço pessoal e o espaço de convivência. Essa prática, considerando-se a comunidade tanto como grupo quanto como indivíduos, encontra referência na sociedade dos indivíduos abordada em Elias (1994). Dessa forma, nas comunidades alternativas agroecológicas, o desenvolvimento de um está intimamente ligado ao do outro, como um sistema de rede, mas ao mesmo tempo organiza-se de forma a respeitar a privacidade de cada núcleo familiar. A necessidade de momentos individuais e de momentos coletivos, e a conciliação para a manutenção da estabilidade, pode ser compreendida nos dois relatos que seguem:

*Nós não viemos da mesma egrégora, falando em comunidade. Agora então a gente tem hábitos diferentes entendeu? Temos tempos diferentes, temos culturas diferentes e eu via isso no convívio em comunidade. Um anseio de estar junto, então muita gente tem esse anseio de quebrar esse paradigma, esse sistema, e por várias experiências muito boas maravilhosas. Mas se viu que tinha coisas que não davam certo, pela questão da diferença. Se fosse todo mundo, por exemplo, Guarani, todos seríamos iguais na forma de construir, na forma de comer, aí daria certo. Agora, nós, é um desafio bem maior. Aí eu falei. beleza, eu quero ter o meu. O meu tempo, o meu espaço, onde lá dentro eu sei que ninguém vai impor alguma coisa para mim, na minha forma de ser. Eu sou livre aí é minha escolha. eu com a minha família, que já é um baita universo. Então, já é bastante. E, logicamente, dentro da medida do possível, nós estamos juntos e não estamos juntos (apenas) como vizinhos de cerca. Essa é a minha visão de comunidade: tamos juntos, tipo assim, com quem comunga da mesma fé, estamos juntos. Vamos fazer algo junto, estamos podendo? Então vamos. Então esse é o espírito comunitário. São pontos que se entrelaçam, então quanto mais melhor. Até com aqueles que a gente possa supostamente ter um tipo de afinidade é uma parte da minha comunidade. Se eu puder ajudar ele, com certeza ele vai me ajudar, entendeu? Eu gosto muito de uma passagem de Cristo que ele fala assim: “Ama até o seu inimigo, faça um favor para ele”, então eu vejo uma situação bem universal da comunidade. Não sou fechado, eu tenho dificuldade com grupinho, sabe? Ah, meu grupinho minha bandeira (em tom irônico) e ficar só naquilo. E não, se você não está usando calça de algodão cru você não pode*

*estar comigo, Ah não você come carne então você não pode (conviver) com vegetariano. Eu tenho uma certa aversão. (Entrevistado 1, Musicista)*

*Cada um foi desenvolvendo seus projetos de vida e todo mundo contribui com todo mundo. A gente vende verdura para os amigos, que vendem geleia para gente, e outros são músicos e às vezes a gente troca plantas medicinais que um não tem. Aí tem o Bruno e a Maria que tem um espaço de evento. Então assim a gente construir um coletivo, mas com uma individualidade bem definida. (Entrevistada 4, Agroecóloga)*

A infraestrutura inicial para proporcionar as condições básicas para o estabelecimento das famílias foi providenciada de forma de mutirões. Tanto no estabelecimento quanto na estruturação do grupo, as relações de poder são mantidas igualitárias: não há uma hierarquia no que tange a detenção do poder ou de status social.

A forma cooperativa inicial de aquisição da terra também pode ser considerada uma iniciativa que corresponde às definições de economia solidária presentes em Singer (2002), pois ela associou famílias, aplicando a seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles na condução da entidade, sem a intenção de lucro e/ou exploração do trabalho de uns sobre os outros. As decisões iniciais eram tomadas em conjunto por todas as famílias, em uma forma de autogestão, realizadas em momentos de interação democráticos e igualitários. A compreensão dessa dinâmica é possibilitada pelo relato a seguir:

*Aqui na comunidade, no grupo, nunca teve uma hierarquia, tudo sempre na horizontal, vamos resolver tudo junto. Qual a demanda? Qual o problema? Qual o resultado? Vamos sempre assim. (Entrevistado 1, Musicista)*

Portanto as relações sociais entre os membros do grupo se fazem na forma de mesmo nível representativo na comunidade. O modo de vida desses grupos revela uma alternativa à noção do controle centralizado da economia por intermédio do Estado e propõe uma sociedade livre de hierarquia coercitiva.

Observou-se de forma destacada, nas ocasiões das entrevistas e das visitas ao sítio, um sentimento de pertencimento e de semelhança muito maior do que entre os habitantes de uma grande cidade. Esse sentimento é semelhante ao identificado, anteriormente neste texto, ao modo como são estabelecidas as relações sociais das pessoas do meio rural. Esse foi um detalhe facilmente identificado durante os momentos de vivência, tanto entre as famílias que compõem o grupo quanto com as relações dessas famílias com os demais grupos sociais ao redor.

Isso se dá porque nos grupos menores há maior coesão, uma vez que neles há mais oportunidade de realizarem os seus rituais de aproximação. A solidariedade assim decorre de forma natural. Desenvolve-se assim um tipo de solidariedade que Durkheim (1999) classifica como solidariedade mecânica: em indivíduos que compartilham os mesmos valores, possuem hábitos semelhantes, manifestam as mesmas crenças. E é essa tendência comum que permite ao grupo enfrentar as adversidades vindas de suas escolhas, tanto por um estilo de vida alternativo quanto, por essa própria razão, estabelecerem-se em um local de cultura bastante tradicional.

Portanto muito da força do grupo em se constituir e se manter provém de poderem contar uns com os outros, pois são pessoas que se aproximaram por ter um mesmo ideal colocado em prática. Os mesmos ideais permitiram a sua aproximação e a confiança produzida pela manutenção desses ideais permite não somente a coesão do grupo, mas a sua confirmação ante as condições adversas. Assim, é um sistema que foi instalado e se alimenta por acordos comuns que contém os princípios que motivaram a criação do grupo. Por essa razão, é possível concluir que o grupo se retroalimenta e, por isso, mantém-se estável mesmo em condições adversas.

#### 6.6.1 Motivações individuais e motivações coletivas: a relação com a UFPR Litoral

Toda essa equivalência pode ter origem em suas preferências e escolhas individuais como também estruturais, graças a uma aproximação por um local geográfico, de educação e de envolvimento em eventos com um mesmo tema. É possível observar, nesse caso, que as interações foram proporcionadas, em um primeiro instante, pela aproximação dos estudantes que buscavam uma proposta educativa alternativa correspondente ao modelo da UFPR Litoral, principalmente em função da opção pelo curso de Agroecologia. Os depoimentos abaixo permitem compreender os motivos individuais que determinam sobre a trajetória dos estudantes até a UFPR Litoral.

*Em Matinhos é interessante aquela Universidade, porque ela, ao mesmo tempo que possui uma característica de universidade, ela não tem tanto, né? O projeto pedagógico dela, por ser diferente, eu acredito que também contribui para pessoas como nós, assim, que não tinham tanto a vida acadêmica, mas que aproveitavam o tempo de outras formas além de estar lá. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

*Aí eu só comecei (Agroecologia) lá em Rio Pomba, eu fiquei lá um semestre, mas no segundo (semestre) eu acabei transferindo para Matinhos, porque aí*

*eu já tinha ouvido falar, entendeu? Eu já tinha ouvido falar, eu já conhecia esse menino que estudava em Matinhos e acabei conhecendo outras pessoas que também estudavam lá. Aí eu acabei ficando curiosa e quis vir conhecer. Aí vendo toda a proposta da faculdade, tudo, eu acabei migrando pra Matinhos. (Entrevistada 5, Agroecóloga).*

A similaridade entre a maneira de pensar, de vestir, de agir, suas crenças e práticas, fez com que elos de amizade fossem tecidos entre esses indivíduos, o que foi o gérmen do grupo. Bourdieu (1979, p. 165) menciona a similaridade, enquanto parâmetro de distinção do grupo a fim de manifestar sua identidade própria, como:

*O gosto, propensão e aptidão para a apropriação — material e/ou simbólica — de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos: mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal, a mesma intenção expressiva. (BOURDIEU, 1979, p. 165).*

A isso é atribuída a mesma ideologia ecológica ou até mesmo uma aproximação pela conjunção entre a ideologia ambiental e social. A interação foi continuada, com outros sujeitos com a mesma preocupação, expressa pelos eventos que traduzem esse mesmo ideal. Foi o que aconteceu com a aproximação dos integrantes da UFPR com os integrantes do grupo GaiaPiá e sua conjunção na aquisição do sítio para montar a sua comunidade.

Portanto o reconhecimento recíproco ocasionado pela semelhança de ideias e práticas individuais, o tempo dedicado à convivência e a confiança estabelecida nesse reconhecimento reproduziu-se socialmente na estruturação de um grupo social. Honnet (2003), explica processos como esse pela ideia de que a reprodução da vida social se efetua por um reconhecimento recíproco, porque os sujeitos só podem chegar a uma relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. A ideologia comum pode ser exemplificada pelo relato abaixo:

*Então acho que foi até uma coisa que da própria construção da época da Universidade, todos os conceitos que a gente construiu, tudo o que a gente veio construindo tipo assim enquanto conceitos ideológicos, enquanto princípios individuais e coletivos, tudo contribuiu para que a gente estivesse aqui hoje. E aí hoje em dia é interessante porque a gente construiu tudo de forma coletiva, total coletivo, a gente comprou junto. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

Assim, é contínua e reversa a relação entre membro e grupo. É uma dinâmica que ocorre por um dar e receber simultâneo, já que, segundo Elias (2000), a

importância da opinião interna de um grupo social sobre o ato de seus membros é tão determinante para que essa pessoa mantenha seu status que ela acaba servindo como forma de autocontrole individual. No momento em que encontra, no grupo social a que se identifica, os mesmos valores e práticas, esse indivíduo consegue se certificar de que é parte integrante e ativa do grupo.

#### 6.6.2 Relações internas

O fato de os grupos serem formados por famílias em que as figuras familiares possuem aproximadamente a mesma idade (pais na faixa dos 30 anos e filhos pequenos), o mesmo nível social e cultural, serem oriundos do meio urbano e procurarem por um estilo de vida comum constrói o que Lazarsfeld e Merton (1954) chamam de homofilia. Segundo os autores, indivíduos ou grupos formados por indivíduos equivalentes revelam maior tendência de frequência de encontros, maior concordância em suas opiniões e crenças e práticas similares. De forma simplificada, equivale a observar que a troca de ideias ocorre mais frequentemente entre iguais, ou seja, a interação é mais eficaz quando há um compartilhamento de significados, crenças, posições na sociedade. O compartilhamento em comum é evidente quando se analisa o depoimento abaixo:

*Voltando aqui, eu acho que a gente encontrou, o comum é todo mundo, onde ninguém é forçado a fazer nada para ninguém. Todos se amam ou quase todos, têm as picuinhas. Mas o pessoal está bem no fluxo. Se é preciso fazer um mutirão, comer, se faz de forma espontânea. Às vezes a gente fica aqui tomando um café e contando causos da vida pessoal e quando a gente vê estamos falando de trabalho. Então eu me sinto muito abençoado com essa história. Porque realmente tudo bem essa questão maior de comunidade, mas você saber que do teu lado tem pessoas que comungam e pensam parecido. Eu sinto que lá você pode deixar um filho, que você tenha um apoio. Tem com quem contar, isso é muito bom, é bom demais. E tirando assim, eu creio que a gente tem naturalmente que estreitar mais as relações dos projetos. A banda GaiaPiá está 99% aqui. Temos um projeto de trabalho, temos no Instituto aqui, que é o Sarapiá. E à medida que as coisas podem ir se estabilizando mais ainda, básico, que é cada um está na sua casa, básico, funcionando, há chance de criar coisas mais profundas. Ela é super grande. A possibilidade de fazer laços maiores. Então é isso. (Entrevistado 1, Musicista).*

Dessa forma, é possível refletir sobre a força dos sentimentos que se traduziram em confiança e o quanto desses sentimentos são chamados para que a comunidade seja mantida, inclusive capaz de abarcar expectativas futuras. Não houve uma confirmação das tendências dos egressos de um curso consideradas padrão

para jovens de classe média oriundos do meio urbano: parte-se, já, do princípio de que os integrantes do grupo inverteram o clássico do meio rural para o urbano, conforme abordado nos capítulos anteriores.

O local escolhido não foi o mesmo onde suas famílias de origem estão estabelecidas. A presença dos pais, dessa forma, não pôde ocorrer de forma imediata. Além da mudança de local, esses indivíduos, de perfil urbano, passaram a experimentar a vida de sujeitos rurais. Dessa forma, uma série de adversidades são previstas ocasionando tensões e, com isso, a estabilidade do grupo pode ter sido colocada em xeque diversas vezes. Morando e trabalhando no mesmo lugar, eles possuem autonomia, mas também enfrentam os riscos e prejuízos. Apesar do contraste do meio original com o novo meio, é natural um estranhamento inicial, mas por outro lado essa é uma experiência libertadora. Assim, o interesse das famílias em manter sua aspiração inicial reforçou a solidariedade entre elas (SINGER, 2002).

Constatou-se, durante as conversas com as famílias, que o compartilhamento da mesma categoria de interesses, experiências sociais, filosofia de vida e sistemas de valores foram as razões da construção da comunidade. Ao mesmo tempo, a confiança despertada por esse compartilhamento foi o que conferiu e tem conferido segurança não só para a sua fundação, mas também como é o que a mantém unida. A confiança é percebida pelo relato abaixo:

*Mesmo a gente estando sozinho no sítio, aqui em Matinhos, aqui em Morretes a gente sabe que perto tem gente com a mesma cabeça, tem gente assim aqui e em lugares perto, tem gente assim em Matinhos também. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

As relações, assim, são mantidas pela solidariedade construída na amizade feita pelos integrantes do grupo em sua trajetória, ocasionada pelo mesmo ideal.

Esses sentimentos podem estar ligados à promoção de um bem-estar e satisfação de necessidades e expectativas da comunidade como um todo, pela comunhão entre indivíduos residentes e que começaram a residir. Isso remete a um sentimento de segurança e de estabilidade, capaz de transformar a realidade local na forma de organizações cooperativas e colaborativas, econômicas ou não. O reconhecimento interno e externo, assim, se dá segundo o constituído em Honnet (2003), que identifica que essa busca se faz por meio de três dimensões:

1) amor e amizades: reconhecimento do outro com o propósito de uma ligação afetiva. Essa forma está relacionada com confiança na atenção do outro faz com que

o indivíduo desenvolva autoconfiança, pois permite aos indivíduos conservarem a identidade em relação ao espaço que ocupam no meio social. Se o indivíduo se sente invisível e é tratado com indiferença no provável grupo, essa forma de reconhecimento é violada;

2) direito: baseia-se no respeito, que mostra o grau da integração do indivíduo na comunidade, ou seja, no reconhecimento da pessoa como protegida e amparada por leis (cidadania), o que desenvolve sentimentos de autorrespeito. Se o indivíduo se sente invisível para os demais, sente-se também desprotegido e até incapaz dessa proteção, visto que não se sente ocupando uma posição social reconhecida;

3) solidariedade: remete à aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes no(s) meio(s) social(is) em que transita. Assim gera-se a autoestima, ou seja, uma confiança nas realizações pessoais e na posse de capacidades reconhecidas pelos demais membros. Se o indivíduo, com suas particularidades, não se encaixa no meio, há um desrespeito do reconhecimento do indivíduo pela sua identidade. Se não é reconhecido como integrante do meio, os demais membros não manifestam nenhum sentimento de reciprocidade, portanto de solidariedade para com ele. Assim, o indivíduo precisa encontrar reconhecimento tanto como indivíduo autônomo livre quanto como indivíduo membro de outros grupos com culturas específicas.

Por outro lado, ausência de reconhecimento, segundo Honnet (2003), é o princípio dos conflitos sociais iniciais que poderiam comprometer a estabilidade do grupo. Segundo o mesmo autor, tais conflitos originam-se na luta pelo reconhecimento individual e social. É por meio dessa luta que as sociedades mudam, pois os indivíduos e grupos só formam suas identidades e são reconhecidos quando aceitos nas relações com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade). Dessa forma, o modelo de assembleias coletivas, a fim de decidir sobre as questões iniciais, decisivas para o seu estabelecimento, foi um dos princípios que, segundo as conversas, marcou a fase de instalação do grupo. A ciência de que a solidariedade seria crucial tanto para a construção do grupo quanto para a sua existência motivou o processo democrático e igualitário na tomada de decisões. Essas decisões incluíram também a escolha do local de cada lote e de onde cada residência seria fixada.

No entanto, a alta frequência das assembleias, assim como a grande quantidade de tempo investido nesses momentos, foi o principal motivo de conflito

entre os integrantes, conforme o relatado nas entrevistas. Assim, após as decisões sobre infraestrutura necessárias para as condições básicas para a instalação de cada família, cada uma delas passou a se dedicar à sua própria instalação, de forma independente. Essa foi a solução encontrada para a resolução ou prevenção de conflitos.

São observadas, assim, práticas de reconhecimento ao se verificar que o sítio foi adquirido de forma comum, mas é preservada a autonomia de cada indivíduo/família em gerir seu espaço físico e sua atividade econômica, além da moral própria de cada núcleo familiar. Dessa forma, o respeito às escolhas individuais, compreendendo cada indivíduo ou núcleo familiar como independente, permite que sejam considerados dois parâmetros indicados por Honnet (2003) na busca pelo reconhecimento: o amor e a solidariedade.

A união das famílias é proporcionada por sua aproximação feita anteriormente na UFPR Litoral e por partilharem o mesmo ideal de cuidado com a natureza e com as diversas formas de vida e de relações sociais. Um exemplo é o caso da rede de relacionamento dos egressos da universidade com uma das famílias que não passaram pela universidade, mas que integram o grupo musical GaiaPiá. O alcance de sua filosofia de vida percorre o Brasil, por meio das redes sociais, de shows e de eventos. É perceptível o engajamento das músicas desse grupo com as questões sociais e ambientais quando se conhece a letra da música que originou a trajetória artística de seus integrantes, chamada *Grito da Selva*. A letra da música, de autoria de Bruno Rossa (um dos integrantes do grupo), é apresentada a seguir:

**Grito da Selva (Interpretação: Grupo GaiaPiá):**

Foi o grito da selva  
veio vindo, vindo vivo ali da natureza  
foi o grito da selva  
veio vindo, vindo vivo ali da natureza  
desligue a tela vem ver o sol brilhar  
abre sua casa irmão e deixe, deixe a luz entrar  
o ar divino sopro de Deus  
para os seres que aqui vivem  
muito bem preservar  
na caminhada vejo a Amazônia queimar  
infelizmente o ser humano destruindo seu lar  
e a moradia dos bichos onde será?  
então a mãe terra pediu cantei a canção  
vamos cuidar desse nosso lar  
não deixe morrer a mãe natureza  
vamos cuidar vamos preservar  
não deixe morrer esse lindo planeta  
papai, mamãe, deixa os meninos brincar  
quer resgatar o que os antepassados deixou



amar a terra o índio falou  
 passaram-se 500 anos isso perdeu o valor  
 chegou o momento da gente acordar  
 pois novas crianças vêm aqui  
 vamos cuidar desse nosso lar  
 não deixe morrer a mãe natureza  
 vamos cuidar vamos preservar  
 não deixe morrer esse lindo planeta

Assim, o mesmo ideal ambientalista, conjugado com um estilo de vida alternativo fez a aproximação entre todos esses sujeitos, egressos ou não, tanto pela proposta da Universidade quanto por compartilharem uma mesma ideologia.

Dentro do grupo, portanto, todos os indivíduos partilham filosofia de vida e de crenças semelhantes. Há alguns rituais coletivos, de consagração do alimento, momentos culturais de música, místicas, curas. Muitos desses rituais são abertos à comunidade e à sociedade em geral, por meio de convite disposto nas redes sociais dos integrantes do grupo que lideram essas atividades. É nessas aberturas que pessoas com os mesmos ideais se aproximam. Exemplos desses convites abertos são mostrados nas figuras abaixo:

Figura 34 — Convite aberto para evento coletivo no espaço GaiaPiá



Fonte: Espaço GaiaPiá — Facebook (2019)

Figura 35 — Convite aberto para roda de conversa com temática alternativa e de cuidado com a família



Fonte: Espaço GaiaPiá — Facebook (2019)

O Espaço GaiaPiá (de mesma denominação do grupo musical) localiza-se no interior do sítio Sagrada Raiz. Tem como pilares centrais a arte, a cultura, a espiritualidade e a sustentabilidade. É uma atividade individual de uma das famílias que integra o grupo, mas com frequência acaba envolvendo os demais integrantes da comunidade, pela conjugação de interesses. Desenvolvido em um dos lotes particulares, o GaiaPiá é um projeto que tem como objetivos principais: fortalecer a diversidade cultural, a busca pelo autoconhecimento, a conexão com a natureza e a saúde integral. É um local para integrar as pessoas, independente das idades, crenças, filosofias e religiões que cada um carrega. São desenvolvidas atividades temáticas por meio de vivências, cursos, eventos, oficinas, mutirões e palestras. Além das vivências realizadas pelo grupo, o espaço é aberto para locação para atividades que sintonizem com a proposta do projeto.

No entanto, mesmo manifestando ações de cultura nativa dos povos tradicionais brasileiros, acredita-se que não se trata de um objeto de regressão ao processo civilizatório. Também não faz parte das intenções do grupo, enquanto maioria de membros vindos da universidade e dos centros urbanos, uma mudança na conduta dos valores e da cultura locais representadas por um processo civilizador esperado de suas instituições de origem (ELIAS, 1993). Muito pelo contrário, a ferramenta de interação dos integrantes do grupo com o meio é feita por uma retomada da consciência humana, preocupando-se com aspectos de bem-estar e de

reparar os erros causados pela civilização puramente tecnológica e econômica. Assim, esses sujeitos projetam a sua visão sobre a civilização para além da busca de lucro e de acumulação de capital.

Em uma perspectiva interdisciplinar, atribuem a evolução a um caráter humano e espiritual. Visto dessa forma, a busca pela paz e pela harmonia demanda expressões e ações menos exaltadas e mais amorosas, na forma de uma coexistência. Na harmonia da coexistência é possível que surja uma ordem própria, em contraponto à padronização sugerida pelo modelo hegemônico, que resulte das interações sociais entre os sujeitos locais e os que a eles se agregam. E, desse entrelaçamento social onde são compartilhados saberes científicos, populares, urbanos e rurais espera-se mudanças contínuas no cenário social da região.

#### 6.6.3 Relações externas: comunidade de Morretes

A preocupação dos membros do grupo com os agricultores locais e a valorização dos saberes desses, por intermédio de consultas, articulações cooperativas e convivência, é capaz de mostrar o quanto essa coexistência respeitosa pode transformar a realidade local. Dispensam, assim, formas de relacionamento entre os dois grupos que indiquem hierarquia ou distinções, o que é apontado por Elias (1993) como necessário quando se pretende construir uma realidade alternativa ao padrão excludente dominante e injusto socialmente. Assim, a transformação social necessária para a região pode ser inspirada pelo reconhecimento dos povos locais, pela democratização do saber e pela possibilidade de uma outra economia, solidária, resultado da interação dos integrantes do grupo com a população rural de seu entorno.

No comércio, ocorre uma das principais interações com as sociedades que habitam a mesma área geográfica. Forma-se uma relação de interdependência, pois os integrantes necessitam de público para demandar a sua produção, seja física, artística ou de serviços, e assim sustentar suas famílias. Ao mesmo tempo tornam-se consumidores dos comerciantes e produtores da região, na forma de terras, ferramentas, combustível ou outro insumo que se faça necessário, além do pagamento de impostos. Podem empregar também a força de trabalho da região. Essa interdependência entre os grupos gera uma homogeneização de comportamentos, segundo Elias (1993), o que faz com que as possíveis situações de conflitos sejam amenizadas.

A interdependência econômica é apenas um aspecto que revela os processos de interação entre os membros desses grupos e a comunidade da região. O estabelecimento do grupo também envolve relações de convivência. O município de Morretes, local principal de inserção do novo grupo social, é um local bastante antigo, fundado em 1721. É constituído por famílias antigas, tradicionais, que se conheciam há muito tempo. Os habitantes nativos acabam formando uma rede coesa e sólida, consolidada pelos mesmos hábitos e costumes. A instalação, portanto, desses novos grupos, causa impacto por si só, visto que são novos indivíduos que se instalam em uma comunidade pré-estabelecida, o que gera sempre uma tensão na rede de relações. Foram relatadas algumas situações de estranhamento por parte dos moradores locais, exatamente pelo fato de serem recém-chegados, o que corresponde ao chamado por Elias (2000) de *outsiders*, na terra daqueles já estabelecidos historicamente.

A instalação de um novo grupo social diferente causou uma certa instabilidade social na comunidade local no equilíbrio do poder entre agrupamentos sociais distintos. Em síntese, os sujeitos do grupo, pela sua aproximação, poderiam trazer e incorporar uma cultura bastante diversa no local, inclusive interferindo nas estruturas políticas e de poder locais, uma vez que passam a exercer a cidadania no município de Morretes.

Essa indisposição inicial relaciona-se com o fato de as famílias, novas no local, manifestarem, seja pela linguagem e pela aparência, ideias e práticas diferentes daquelas dos integrantes do grupo tradicional. Essa relação é caracterizada por Lazarsfeld e Merton (1954) como heteronomia, ou seja, a diferença de atributos de indivíduos em interação, seja por cultura, interesses e ideais, o que colocaria em risco uma continuidade de estilo de vida no sistema convencional.

Seus hábitos, a presença e o convívio com novos indivíduos causa um contato com o desconhecido, sensação essa bastante desconfortável, o que pode inclusive desencadear instabilidade no processo de controle das emoções de quem já habitava o local e em quem vem para habitar, pois ambos os perfis saem de sua zona de conforto. É um grupo estranho que tenta se instalar de forma permanente articulando-se a um outro grupo já instalado e, portanto, estável entre si. A instalação de um grupo social com costumes tão peculiares em um local onde já havia um outro, com também próprios costumes historicamente construídos, segundo Elias (1993), confronta hábitos e modos diferentes julgados como inadequados, diverso dos seus e que não

condizem com a sua realidade histórica. Um dos integrantes relata que, ao se instalarem na região, interpretações mais generalizadas foram tecidas pela comunidade: *“Não é uma comunidade hippie. Por que? Por causa da roupa? Tem que desmistificar essas coisas”*. (Entrevistado 1, Musicista).

Dessa forma, além do aspecto de novidade, os costumes próprios e não convencionais predominantes entre os indivíduos que compõem o novo grupo geraram um choque cultural no grupo já estabelecido. Isso ajuda a aumentar a tensão de controle emocional, pois, em um primeiro contato, não havia como identificar costumes e hábitos semelhantes entre os grupos contrastantes. Assim, a sociedade local, com seus costumes tradicionalmente convencionais, acabou entendendo como diferença as características físicas expressadas pelo grupo. Um processo de estigmatização, por uma identificação superficial do indivíduo, permitiu a previsão de seu conhecimento sem a necessidade de um contato mais aprofundado com ele realizado, já que a normalidade de sujeitos pode ser entendida, conforme Elias (2000), como o enquadramento a categorizações que fazem parte da moral das sociedades já estabelecidas. Essa foi a razão do estranhamento da população do município pela chegada de um outro grupo social, o que pode ser compreendido no relato abaixo:

*Eu brinco, né, que aqui em Morretes a gente foi recebido assim quando a gente chegou. “Os Estranhos, Os Esquisitos, essa galera, quem são vocês?”. Porque chegou muito cabeludo e barbudo e é bem impactante em uma cidade tão tradicional como essa. Aquela coisa muito provinciana e ao mesmo tempo tão de Capitão e Coronel. E chega um mundo de gente, eu acho que eles acharam que a gente ia ocupar a cidade. E aí começam a perceber o movimento e para eles, no começo eu até entendia, porque eles começaram a ver que todo mundo tem carro e tal. Mas ao mesmo tempo eles vendo que ninguém estava ocupando os postos de trabalho da cidade. Então “como esse povo mora aqui? Tem carro? É tudo esquisito. E não tá trabalhando em lugar nenhum (da cidade)”. Então tinha muito estranhamento. Eu já ouvi vários comentários de julgamento, mesmo. Mas eu acho bem interessante porque a gente quebra isso porque aí quando as pessoas vão vendo nosso comportamento em relação às pessoas em geral, apesar da gente ser essa característica diferente de não ser que ele padrão da sociedade, eles percebem que, sabe, eu já ouvi muitas pessoas dizerem assim: “Nossa, vocês são muito mais educados do que esse pessoal que acha que tá super abafando”. Mas eu já ouvi várias críticas assim: “Ah, vocês são tudo de fora, tal, tal, tal”. E aí já falaram: “Não vai fazer trabalho com as crianças, se não o povo vai atrás de vocês!”, achando que a gente era sei lá o quê. E hoje em dia já desconstruiu muito, sabe? Mas aí vai chegando mais gente, chegou mais um grupo, morando em outro sítio. E aí isso vai se formando. Eu sempre quando encontro as pessoas, eu estímulo. Eu falo: “Se você tem vontade de ter uma terra, um sítio, um lugar, se junte com outras pessoas e compre, nem que se faça um muro no meio depois. Meu, vai lá nesse lance nos seus sonhos que dá certo”, e é bem isso. E agora a gente tá aqui, claro que sempre tem as dificuldades ainda das coletividades, mas eu vejo que já num nível muito mais maduro, um nível existencial bem mais equilibrado.*

*Eles [as pessoas de Morretes] começaram a ver, aqui nós somos tudo maluco, mas somos pessoas formadas, somos pessoas de bem. Mas eu vejo que hoje em dia já está se transformando muito esse cenário. Estou vendo que as pessoas estão conseguindo se desprender desse preconceito, sabe? Tá tudo mais harmonioso, mas pacífico. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

Assim, com o tempo de convivência, estabeleceu-se novamente a harmonia entre os dois grupos sociais. A demonstração de que os membros do grupo, apesar de portarem certas diferenças de costume e de aparência, não consistiam em uma ameaça à estabilidade da organização social da comunidade local. Nesse tempo, hábitos comuns como o trabalho, o consumo, a frequência à escola pelas crianças, foram dando lugar ao categorizado pela sociedade local como normal. Assim, foi cumprido o previsto por Elias (2000) quando relata que o conhecimento de outros atributos possibilita o entendimento de que o precocemente estigmatizado está habilitado a sua aceitação social plena. A identificação de que as atitudes, o comportamento e os hábitos dos novos membros com os considerados normais dentro dos valores daquela sociedade demonstrou que eles podiam ser recebidos na relação social cotidiana. Os depoimentos abaixo revelam entendimentos sobre a adaptação dos integrantes dos grupos aos costumes da comunidade local:

*Faz parte da sociedade essa resistência. Mas lá está bem tranquilo. O tempo fez as relações boas. São conhecidos por não criar problema. Mas é muito porque desconhecem. E muitos querem mais se aproximar do que rejeitar. (Entrevistado 10, morador de Morretes e mediador da implantação do grupo).*

*Eu até brinco e às vezes eu digo assim: “Agora eu vou me fantasiar de professora”. Se eu vou dar aula para as crianças eu vou de roupa colorida. Se eu vou para Clínica, eu já vou mais com uma roupa mais discreta, um sapato que já não tá com cara que eu fiz um canteiro com ele. (risos). Coloco o meu jaleco branquinho, limpinho. Engraçado, eu até brinco, “dá para saber aonde você vai pelo jeito que você está vestida. Porque são vários personagens. Você vai dar aula para criança, você tem que ter um tipo de pedagogia, um tipo de interação, uma metodologia. E também tudo tem a ver com a forma com que você se apresenta, a sua imagem. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

*A relação é tranquila com a comunidade de Morretes. Algumas pessoas acham que somos hippies, numa visão superficial. Concluem que vivemos só de artesanato e somos hippies. Mas fizemos ótimas amizades com a população local. Aos poucos foram se conhecendo e aumentou a confiança. Com o tempo, pela árvore se conhece o fruto. Então as boas relações foram sendo construídas com o tempo. No início era uma expectativa de mistério por parte da população. Agora tem muita amizade com muita gente da cidade. “Esse pessoal está aqui, é um pessoal tranquilo”. (Entrevistado 1, Musicista).*

Dessa forma se processou o reconhecimento de indivíduos de um grupo menor, dentro de um grupo maior, como a comunidade de Morretes. Ao se diluir as

diferenças entre os dois grupos, ou seja, quando o grupo maior observou que o grupo menor não constitui ameaça à moral até então construída, foram estabelecidas relações de respeito e de estima social (HONNET, 2003). Essas relações são reforçadas, por exemplo, quando se formam redes de cooperação econômica entre produtores orgânicos, locais ou novos na região.

Chamou a atenção o fato de que o grupo, apesar de estar em busca de sua autonomia, ainda procura manter laços com a universidade de onde seus integrantes vieram. Os laços observados são favorecidos pela localização geográfica, uma vez que escolheram locais relativamente próximos da universidade, mas há outros tipos de vínculo. As atividades desenvolvidas no Setor, por sua proposta, reforçam os motivos que levaram os integrantes a se encontrarem, e a identificação com esses propósitos faz com que continuem se sentindo pertencentes e reconhecidos no local e pelo local.

Uma relação de interdependência se desenvolve quando os próximos egressos da universidade passam a integrar de forma permanente os novos grupos e há uma troca permanente de experiências na área de agroecologia, artes e cultura entre os integrantes do grupamento e os ainda estudantes da UFPR Litoral. Além disso, os indivíduos que compõem a comunidade geral da universidade consomem os produtos agroecológicos oferecidos pelos novos grupamentos e esses têm condições de proporcionar mercado de trabalho para os próximos egressos. Consolida-se, assim, um vínculo que começou com o ingresso, mas foi significativo a ponto de continuar por diversas formas de interação.

#### 6.6.4 Práticas de Agroecologia e Educação

Com o aprofundamento das relações sociais entre esses indivíduos, a construção das famílias foi um processo natural decorrente da identificação de pontos em comum entre indivíduos com interesses semelhantes, que convivem em mesmos espaços e momentos, na fase jovem da vida. E como consequência desse processo, a vinda dos filhos, segundo os entrevistados, foi o ponto de partida para a necessidade de uma estabilidade dentro desse estilo alternativo de vida.

Isso motivou os integrantes do grupo a procurar um local que fosse cuja propriedade fosse legalizada, ao mesmo tempo que garantisse as condições fundamentais para seu estilo de vida. Optaram pela aquisição de uma propriedade já

que o grupo é composto por indivíduos de camadas médias, com condições financeiras para tanto.

Antes mesmo de o grupo se formar, a intencionalidade na busca de uma educação alternativa aos padrões convencionais foi a articuladora da convergência de pessoas com pensamentos, convicções e crenças semelhantes. Segundo Honnet (2003), os indivíduos trazem para a sociedade expectativas e reivindicações de caráter moral, construída por suas percepções individuais que realizaram sua trajetória. É por meio dessas expectativas e reivindicações que buscam garantir meios de expressão da sua identidade e da sua autorrealização.

Dessa forma, a UFPR Litoral, com sua proposta educacional inovadora, corresponde a expectativas de vários indivíduos que buscavam outro estilo de vida. Isso foi o princípio motivador para que esses indivíduos deixassem seu local de origem, nas grandes cidades, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, para começar uma nova experiência de educação. Foi o reconhecimento de outros indivíduos que portavam a mesma ideologia, expressada por hábitos de comer, de vestir e de se relacionar que fez com que as semelhanças se constituíssem em um ponto inicial de encontro. O grupo social foi se construindo por momentos de partilha, de convivência, de manifestações de sua identidade, quer durante a vida acadêmica, quer por aproximações feitas em função de uma ideologia.

Quando o tema abordado foi a relação com a UFPR Litoral, uma das integrantes relata que:

*A gente tem essa oportunidade de realmente estar vivendo que a gente idealizou na faculdade e que vários professores que olhavam para a gente falavam “Isso é utopia isso não existe, esse sistema de vocês não cabe na sociedade, como vocês vão fazer isso não dá, isso é utopia”. Eu já ouvi isso muito no meio acadêmico, do tipo assim você sabe que para vocês construir (porque a gente já falava em comunidade desde aquela época) eu ouvi muito de vários professores do tipo “não mas veja bem, hoje em dia o mundo é capitalista e é difícil construir esse conceito social. Eu vi muito isso e hoje em dia eu olho aqui e penso que bom que é afirmar nossas verdades.” (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

A relação estreita com a universidade está presente no depoimento de um dos colaboradores externos da construção do sítio: *“A Universidade fez toda a diferença para o grupo agroecológico. Ela foi eixo principal do entendimento disso.”* (Entrevistado 10, morador de Morretes e mediador da implantação do grupo).

É nesse aspecto que os integrantes do grupo encontram a segurança de compartilhar sua vida com outras famílias que, inclusive, não se conheceriam se não



fosse o mesmo ideal. É importante salientar que foi uma vivência nova, uma experiência até então não vivida pelas famílias, que permeia todo o processo do seu estabelecimento.

Esses sujeitos foram além do diploma e articularam seu modo de vida, seu local de residência com a sua profissão. Ao passo que uma educação convencional apenas tecnicista os levaria a trabalhar com assistência técnica e/ou assalariada, o comprometimento com os fundamentos de seu estilo de vida estendeu-se até sua escolha de se integrar ao meio rural.

A geração dos filhos provocou reflexões sobre a manutenção de condições que garantam seu sustento de forma continuada, ao mesmo tempo que seus ideais constituíram a busca pelo tipo de escola que satisfizesse suas aspirações próprias: um sistema educacional básico também alterativo garantiria a continuidade dos princípios de uma vida alternativa à convencional. Segundo um dos relatos:

*A geração dos filhos faz eles pensarem: o meu filho vai fazer o que? Vai continuar o que eu faço? A escola pode atuar na consolidação da responsabilidade.* (Entrevistado 10, morador de Morretes e mediador da implantação do grupo)

A importância de uma proposta de educação alternativa à educação convencional, a fim de que as condições socioeconômicas da região sejam transformadas, de forma a permitir uma vida digna aos seus habitantes podem ser entendidas, na prática nas palavras do entrevistado 10, quando diz que em Morretes o potencial que há para ser trabalhado nas escolas públicas é desperdiçado. Isso é entendido quando o potencial cultural da região é desmerecido ao se denominar as escolas rurais de Morretes como “A Escolinha”. Para ele, na realidade, as escolas rurais estão localizadas em lugares que tem um potencial ambiental, agrícola e de cultura que não é aproveitado pela educação formal.

E essa ressignificação depende de professores cuja proposta seja de transformar essa abordagem. Proporcionar um conhecimento local, com a riqueza de sua cultura é capaz de causar uma diferença muito grande na sociedade local e regional em pouco tempo. A valorização da sua riqueza cultural, por meio de uma proposta alternativa de educação é capaz de reverter o maior problema, que é a baixa autoestima dos habitantes, que, no caso do litoral do Paraná, ocorre independente da classe social do local, ou seja, é um aspecto cultural que precisa ser transformado. Talvez aqui poderia trazer algum autor para dialogar sobre!

A riqueza da cultura local, com um arcabouço próprio de conhecimentos, é capaz de oferecer uma diversidade de recursos educativos considerando a realidade das populações da região. Um exemplo são os saberes da população indígena que habita o litoral paranaense, comprometida com os saberes ancestrais de alimentação saudável, cura pela natureza e respeito à terra e ao seu território. Isso é evidenciado nas figuras apresentadas a seguir, obtidas em uma exposição na escola da aldeia Pindoty, no município de Paranaguá, onde alimentos típicos, artesanato e plantas medicinais são associados à cultura própria, inclusive com a nomenclatura correspondente a cada produto em língua portuguesa e em tupi-guarani. Essa exposição teve o objetivo valorizar a cultura local como patrimônio indígena, importante para preservar a identidade das crianças nos processos educativos. Nessas figuras, percebe-se o quanto a cultura local tem uma relação direta com a natureza. Também é possível observar a importância da valorização dessa cultura para a manutenção da identidade indígena, o que pode ser observado na carta mostrada na Figura 40.

Figura 36 — Exposição de pratos típicos da aldeia Pindoty, na escola local



Fonte: a autora (2019)

Figura 37 — Exposição de plantas medicinais e seu uso terapêutico



Fonte: a autora (2019)

Figura 38 — Exposição do artesanato feito na aldeia e comercializado como fonte de renda



Fonte: a autora (2019)

Figura 39 — Carta com exposição permanente na sala de aula da escola local da aldeia Pindoty sobre valores e orgulho de ser indígena

Sou Índio e tenho orgulho de ser!

Eu nasci índio, e quero morrer sendo índio.

Eu sou índio, porque sei dançar o ritual.

Eu sou índio, porque sei contar história do meu povo.

Eu sou índio, porque nasci na aldeia.

Eu sou índio, porque o meu sistema de viver, de pensar, de trabalhar e de olhar o mundo é diferente do homem branco.

Eu sou índio, porque sempre penso o bem para o meu povo e todas as nações indígenas.

Eu sou índio guarani, sou brasileiro, sou caçador, pescador, agricultor, artesão e poeta.

Enfim, sou um lutador que sempre procura a paz.

Sou índio, porque sou unido com meus parentes e todos aqueles que se aproximam de mim.

Sou índio, e tenho orgulho de ser índio.

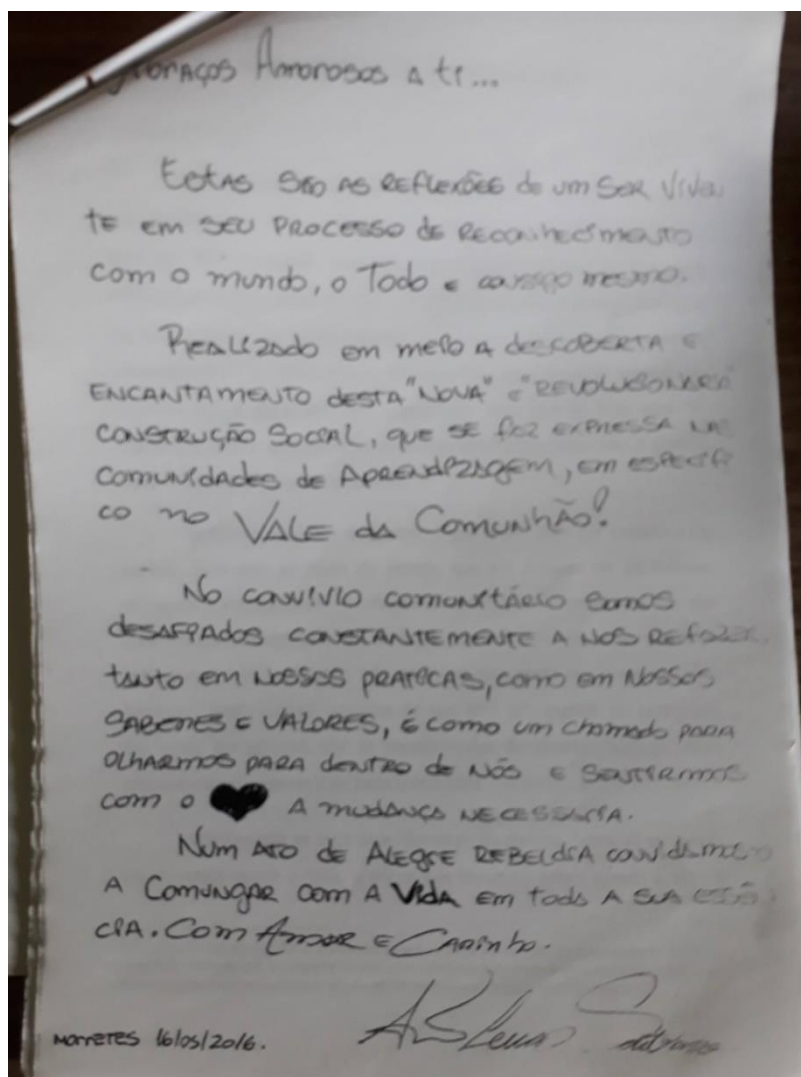
O povo guarani e sua história.

Fonte: a autora (2019)

A visão agroecológica dos processos educacionais, descrita por um dos integrantes do grupo, pode ser percebida na figura a seguir. Trata-se da apresentação de uma cartilha, intitulada *Educar-se educando, educar se educando*, de autoria do Entrevistado 7. É fruto de sua reflexão individual e, segundo ele, contém suas percepções tecidas em seu processo de reconhecimento com o mundo, com o todo e consigo.



Figura 40 — Texto de apresentação da cartilha intitulada *Educar-se educando, educar se educando*



Fonte: André Lucas (2016)

A educação, na cartilha, é percebida como uma construção social revolucionária. Convida a uma nova perspectiva, a fim de transformar a realidade, vinda de aspectos mais humanos e menos técnicos. Essa visão pode ser confirmada pelo relato abaixo:

*A gente começou a pensar no que fazer com essas crianças. Aí a gente pensou, vamos tentar montar uma escola, uma coisa, mas na nossa pegada. Com a educação integrada com a natureza e de autoconhecimento do próprio ser, da nossa essência. (Entrevistado 7, Oceanógrafo e Musicista).*

A partir das demandas educacionais que viessem a atender sua visão e prática diferenciadas de mundo, o grupo começou a se organizar para a fundação de uma escola. Essa questão trouxe uma experiência diferente para cada família, pois também depende de condições financeiras para tanto. Em comum, que a localização

da escola fosse dentro da comunidade, pelas questões de acesso e de proximidade com seus integrantes, o que garantiria a manutenção de seus princípios. Além disso, uma proposta pedagógica que considere a questão cultural local, enquanto inserida na realidade brasileira, a fim de utilizarem como base os saberes das populações tradicionais. Aberta aos integrantes das outras comunidades locais, alternativas ou não, esse tipo de proposta promoveria também o reconhecimento dos demais indivíduos, contribuindo com valorização da sua identidade, a fim de provocar reflexões que poderiam levar a transformações dessa realidade.

No entanto, as exigências burocráticas demandaram bastante tempo até que começasse a ser providenciada a estrutura básica para uma escola, segundo as recomendações da SEED/PR (PARANÁ, 2021). Além disso, a estruturação física do local, por si só, já exige um aporte de capital econômico em uma velocidade até então incompatível com a situação das famílias que ainda estavam em início de formação.

Com o passar desse tempo, as crianças foram atingindo a idade escolar e, diante da necessidade de iniciar o processo formal de educação, direcionaram-se à escola pública municipal. No entanto, a semente de modelo de educação, germinada nos tempos iniciais da comunidade, deu origem ao Instituto Sarapiá<sup>47</sup>, considerado um espaço não governamental recreativo e localizado no interior do sítio, na área coletiva. Foi nesse local que as crianças iniciaram a sua convivência educativa não formal.

O Instituto Sarapiá é composto por pais, mães, educadores, educadoras e voluntários, do próprio Sítio ou da comunidade local, comprometidos com uma infância plena e que decidiram se unir em um propósito comum de uma educação de qualidade envolvendo aspectos de retomada da consciência humana pelo compartilhamento de sentimentos como ternura e amor. Nessa proposta de educação, a vida e a natureza regem o conhecimento. O objetivo da proposta envolve a formação de seres humanos mais coerentes ao interagir com o planeta em que vivem.

As atividades do Instituto compreendem a importância de mostrar às crianças como conviver e compreender seu papel na família e na comunidade, para que elas possam se desenvolver dentro da realidade da qual fazem parte e encontrar espaços de aprendizagem por onde estiverem, reconhecendo em cada sujeito um educador e

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/institutosarapia>. Acesso em: 27 abr. 2021.

um educando. Assim, todo lugar se configura em um espaço de aprendizagem com construção de conhecimento e troca de saberes, o que condiz com pontos abordados neste trabalho quando relaciona a Agroecologia como composta de uma série de dimensões que levam-na para além da técnica. É uma outra forma de pensar, de agir e de conviver.

## 6.7 CONDIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO GRUPO

Após as considerações levantadas nesse capítulo, é possível compreender que condições específicas determinaram o estabelecimento e permanência do grupo. Ao entendermos que o sistema dominante age conservando e repetindo as ações que assegurem essa dominação, é necessário um conjunto de capitais, em particular o econômico, mas também o cultural e social, que sustente movimentos que não atendam a esse sistema. Por essa razão, é comumente associado o termo “vida alternativa” a um sonho, utopia ou quimera, carregado de uma série de impressões que associam a esse objetivo um significado como praticamente impossível de ser alcançado. Nesse sentido, acredita-se que a experiência adquirida durante a história de vida desses integrantes pode ajudar a compreender as formas de relações sociais estabelecidas. Em outras palavras, como sujeitos reais que vivem, pensam e sentem suas experiências, dão respostas que derivam do contexto histórico-social dos meios que fizeram parte. Essas respostas são determinadas pelos capitais pertencentes a sua classe de origem e de como esses capitais se relacionam.

Thompson (1981, p. 189) indica que as respostas são construídas, num processo no qual questões como classe e cultura estão entrelaçadas e, ao mesmo tempo que se constituem determinantes, tornam-se também determinadas pela experiência. O que se pretende ressaltar é que a escolha por um estilo de vida alternativo carrega consigo uma série de condições que permitem, não só a sua escolha, mas a sustentabilidade desse estilo de vida. Não se pode considerar que a realidade dos integrantes é a mesma vivenciada pelos jovens rurais tradicionais que vivem no campo e que compõem as propriedades familiares. As dificuldades e privações que sofrem, os confrontos entre a cultura tradicional que faz parte da família e que muitas vezes é inferiorizada e a cultura que se impõe pelos meios de comunicação de massa são totalmente diferentes das enfrentadas pelos jovens universitários provenientes de classe média urbana que constituem o grupo. Por essa

razão, é importante compreender como o sítio Sagrada Raiz foi concebido e as transformações que ocorreram para que chegasse na estrutura atual em 2021.

No momento em que há possibilidade de escolha de um estilo de vida alternativo, é necessário considerar uma série de condições específicas que tornam esse processo viável. É preciso, principalmente, condições financeiras suficientes para a aquisição de terra, infraestrutura e manutenção estável das famílias (alimentação, vestuário, transporte e educação das crianças). A mudança de estilo de vida também envolve referências que preparem indivíduos e grupos para uma crítica ao sistema convencional, assim como o trânsito entre redes sociais diversas para possibilitar comparativos, experiências e opções.

Se os próprios povos do campo estão sujeitos a sucumbir diante das investidas do capitalismo excludente, grupos com um estilo de vida alternativo em formação tendem a ser mais suscetíveis a esses apelos, já que vivem uma experiência nova. Dessa forma, pretende-se considerar que uma quantidade específica de capitais (econômico, cultural e social), assim como a articulação entre eles, propiciam essa condição de outros valores e práticas que não condizem com o padrão vigente nas sociedades. A condição, portanto, que proporciona a opção por um modo de vida alternativo está associada, segundo Gonçalves (2004), aos aspectos relativos às condições de vida, que correspondem às determinantes e condicionantes da vida em sociedade.

A observação de como esses capitais se arranjam, de forma a proporcionar a construção e a manutenção da comunidade, consiste em um importante parâmetro para avaliar as condições em que o grupo se estruturou. Por essa razão, passa-se agora a uma abordagem dos aspectos socioeconômicos e culturais que caracterizam a comunidade em questão, uma vez que formada em grande parte por egressos e estudantes da UFPR Litoral. As tabelas a seguir oferecem condições de estimar um perfil específico dos matriculados após aprovação no vestibular de Agroecologia do setor, em comparação aos demais cursos.

Como ponto de partida, considera-se a UFPR Litoral como articuladora do encontro de vários sujeitos com semelhança de filosofia de vida e de expectativa de prática, graças a seu PPP, que vai além de simples proximidade geográfica. Da mesma forma, o local aprazível formado por praias de rio e de mar, montanhas e reservas naturais nativas consiste em mais um atrativo para quem considera os valores ambientais na sua escolha profissional. Somado a isso, a possibilidade de



estudar em uma universidade pública e seus efeitos indiretos, como o restaurante universitário a preços populares, a possibilidade de bolsas de pesquisa e extensão universitárias e de aluguéis de residências mais acessíveis (se comparados com os aluguéis de verão) durante o período letivo fazem com que essa estrutura seja convidativa a estudantes de fora da região, possibilitando o seu encontro. A comparação entre a procedência dos ingressantes na UFPR em Curitiba, para a UFPR Litoral e especificamente para o curso de tecnologia, apresentada tabela a seguir, fornece um diferencial inicial a respeito de migração de estudantes:

Tabela 8 — Procedência dos ingressantes nos cursos de graduação da UFPR, de 2008 a 2019, nos *campi* Curitiba e UFPR Litoral

Local de Ingresso na UFPR	Regiões Geográfica Imediatas do Paraná			Outro Estado do Brasil	Total
	Região Geográfica Imediata de Curitiba (Capital e Região Metropolitana)	Região Geográfica Imediata de Paranaguá	Outra Região Geográfica		
Campi de Curitiba	41.443 (86,1%)	513 (1,1%)	2.288 (4,7%)	3.895 (8,1%)	48.139 (100%)
Outros cursos — UFPR Litoral (Matinhos)	289 (7,4%)	3.505 (89,3%)	46 (1,1%)	86 (2,2%)	3.926 (100%)
Curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral	82 (24,6%)	156 (46,7%)	25 (6,3%)	75 (22,4%)	334 (100%)

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do Núcleo de Concursos (NC/UFPR)

Nessa, verifica-se que 86,1% dos ingressantes nos *campi* de Curitiba são procedentes da própria região. Da mesma forma, 89,3% dos candidatos ao vestibular da UFPR Litoral são procedentes locais. Esse percentual é significativo ao ser comparado aos demais locais de procedência dos candidatos, de onde 7,4% provêm da região geográfica imediata de Curitiba e apenas 3,3% provêm de regiões mais distantes. Além de entender essa distribuição, esse dado permite compreender que a UFPR, especialmente no litoral (ante seu quadro de fragilidades) está cumprindo o seu propósito social, que é atender à população da região onde se situa.

Por outro lado, os dados referentes ao curso de Tecnologia em Agroecologia revelam uma paridade de procedência: 46,7% dos ingressantes são de procedência

local e 53,3% vêm de outras cidades. Dessa migração, 22,4% são provenientes de outros estados, dado significativo se comparado aos 2,2% presentes nos demais cursos da UFPR Litoral. Essa migração demonstra que houve um propósito específico que determinou uma escolha pelo curso de Agroecologia além da proximidade geográfica, já que, no Brasil, existem 15 universidades públicas e 13 institutos federais de educação que oferecem o curso em nível superior (PORTAL E-MEC, 2020). Esse propósito específico pode estar relacionado ao PPP diferenciado.

Dessa forma, a necessidade de deslocamento está implícita na escolha pelo curso. E, devido à necessidade de mudança de residência, o acesso ao curso limita-se aos estudantes cujo capital econômico seja compatível com o custo de vida do local. A oferta do curso exclusivamente em turno matutino também limita as possibilidades de trabalho nos estabelecimentos locais, cujos horários se concentram nas partes da manhã e da tarde. Assim, as demandas econômicas para manutenção em outra cidade podem estimar um perfil socioeconômico mais alto, se consideradas a partir da família como fonte de renda. No entanto, outras características próprias dos ingressantes no curso de tecnologia tiram do foco o capital econômico proveniente da família. A idade dos ingressantes, apresentada a seguir, demonstra um perfil que permite compreender esse desvio.

Tabela 9 — Idade dos ingressantes nos cursos da UFPR entre 2008 e 2019 nos *campi* Curitiba e Litoral

<b>Idade</b>	<b>Ingressantes Agroecologia</b>	<b>Ingressantes Outro Curso da UFPR Litoral</b>	<b>Ingressantes UFPR Curitiba (de 2008 a 2019)</b>
<b>Até 20</b>	23,1%	39,6%	72,8%
<b>21-26</b>	48,2%	30,4%	17,7%
<b>27 a 30</b>	12,5%	9,4%	4,4%
<b>A partir de 31</b>	16,2%	20,6%	5,1%
<b>Total</b>	100% (334)	100% (3.926)	100% (48.139)

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do NC/UFPR

Os dados apresentados na Tabela 10 permitem observar que, enquanto a faixa de idade dos ingressantes de Curitiba (72,8%) e dos ingressantes da UFPR Litoral (39,6%) nos demais cursos concentra-se antes de 20 anos, no curso de Agroecologia o predomínio é de estudantes a partir dos 21 anos (76,9%). Essa

diferença permite constatar que os ingressantes no curso possuem maior tempo de experiência, tanto em acumulação de capital cultural, o que lhes permite refletir e experimentar filosofias de vida, quanto na possibilidade de eles mesmos serem responsáveis por sua renda, vinda de seu trabalho ou carreira anterior, formal ou não. Assim, é necessário considerar que a renda declarada no formulário de inscrição do vestibular pode ter sido a do próprio ingressante no lugar da renda da família. Por essa razão, não foi considerada, nessa análise, a renda declarada.

A experiência dos ingressantes do curso de Agroecologia em relação aos demais analisados também pode ser percebida ao se analisar a tabela a seguir, referente ao ingresso anterior em outro curso superior.

Tabela 10 — Ingresso anterior em outro curso superior, pelas das respostas à pergunta “você já iniciou algum curso superior?”

<b>Resposta</b>	<b>Ingressantes nos <i>campi</i> de Curitiba</b>	<b>Ingressantes nos demais cursos da UFPR Litoral</b>	<b>Ingressantes na Agroecologia</b>
Sim, mas não concluí	7.273 (15,1%)	850 (21,7%)	138 (41,3%)
Sim, estou cursando	3.693 (7,7%)	234 (6,0%)	23 (6,9%)
Sim, mas já concluí	3.150 (6,5%)	314 (8,0%)	27 (8,1%)
Não	34.023 (70,7%)	2.528 (64,4%)	146 (43,7%)
Total	48.139 (100%)	3.926 (100%)	334 (100%)

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do NC/UFPR

Dos 334 estudantes que ingressaram na Agroecologia desde o ano acadêmico de 2008 (ou seja, a partir do primeiro ano em que o curso de Agroecologia se tornou um curso de graduação) até o ano acadêmico de 2019, a maioria deles (56,3%) — 188 estudantes — já havia iniciado algum curso superior; enquanto para o restante (43,7%) — 146 estudantes — o curso de em questão representava o primeiro curso superior iniciado. Comparado com os ingressantes dos demais cursos ofertados no campus UFPR Litoral no mesmo período (2008-2019), eram 35,7% — 1.398 estudantes — os que já haviam iniciado algum curso superior. Por fim, comparado com os que ingressaram nos *campi* de Curitiba no mesmo período (2008-2019), observamos que, de 48.139 estudantes, menos de um terço (29,3%) — 14.116 alunos — já havia iniciado algum curso superior

Entendendo as características específicas de perfil, a tabela a seguir demonstra uma caracterização do capital cultural dos ingressantes em Agroecologia, em comparação com os outros cursos da UFPR Litoral.

Tabela 11 — Capital cultural dos ingressantes nos cursos de graduação da UFPR, entre 2008 e 2019, nos *campi* Curitiba e Litoral

Capital Cultural	Ingressantes nos <i>campi</i> de Curitiba	Ingressantes nos Outros Cursos da UFPR Litoral	Ingressantes em Agroecologia
Alto	46,2%	15,4%	37,7%
Médio	22,4%	23,1%	26,3%
Baixo	31,4%	61,5%	35,9%
Total	100%	100%	100%
	(48.139)	(3.926)	(334)

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do NC/UFPR

Os dados apresentados demonstram que, enquanto o capital cultural dos ingressantes em Agroecologia concentra-se em médio e alto (64%), o dos demais cursos da UFPR Litoral concentra-se em baixo (61,5%). Os dados referentes ao capital cultural permitiram identificar um diferencial nas famílias dos ingressantes em Agroecologia, que podem influenciar tanto nas condições de um despertar para mudanças de estilo de vida e quanto o seu deslocamento para um novo local de residência, além da residência da família. Assim, famílias compostas por pais com mais elevado capital cultural podem prover os filhos de recursos que caracterizam a possibilidade de escolhas, por meio de experiências de educação diferenciada e maior possibilidade de contato com culturas diversas.

A extensão da importância do capital cultural na origem do sítio, após a universidade, pode ser entendida nos relatos abaixo, a respeito das trajetórias de vida dos integrantes do grupo, das quais foi possível compreender o perfil social, econômico e cultural das famílias:

*Eu nasci em Curitiba, normal, para ter uma vida normal, que eu digo assim: estudar, ter uma carreira ali. Meus pais são muito bons, são pessoas, assim, lindas, excelentes, com uma visão de mundo tradicional, assim do que seria supostamente o melhor.*

*O meu pai teve três empregos quase a vida inteira. Professor universitário, ele foi professor da Federal de atletismo. Esse era o carro-chefe dele. mas não sossegava. Então ele tinha uma fábrica de roupa, que tem até hoje, uma confecção e tinha a chácara. Então ele estava sempre inventando, na chácara alguma coisa. Ele é super ativo. Daí eu morei lá. Hoje, ele mora lá no sítio, depois que ele se aposentou ele morou lá. Os meus pais são separados a minha mãe mora em Curitiba e trabalha com Pilates. A família já tem essa raiz de bem estar e de saúde. (Entrevistado 1, Musicista).*

*Meu pai é engenheiro civil e mecânico. Ele se formou na Unicamp e a minha mãe é bibliotecária. (Entrevistada 4, Agroecóloga).*

*Eu nasci no Rio de Janeiro e eu tive a vida mais urbana. né? Eu morava com a minha mãe, meus pais eram separados, mas meu pai era bem presente. A minha mãe sempre trabalhou na área dela, ela é bióloga marinha, pesquisadora, professora. Ela é pesquisadora pelo Ibama e ela orienta lá mesmo no trabalho dela. Ela trabalha no Jardim Botânico, é muito legal. (Entrevistada 5, Agroecóloga).*

Dessa forma, o capital cultural que foi construído pelas histórias de vida guiou o comportamento dos integrantes, consistindo-se em um diferencial e um marcador importante nesse grupo social. As intenções que marcam esses comportamentos podem ser compreendidas quando se analisa os dados referentes a filosofia e estilo de vida dos ingressantes do curso de Agroecologia.

A tabela a seguir permite compreender a visão dos ingressantes de agroecologia em relação aos problemas da sociedade. Os dados foram obtidos pela comparação da resposta à pergunta “Dentre os problemas da sociedade atual, qual você considera mais importante?”, entre os ingressantes do curso de Agroecologia e dos demais cursos da UFPR Litoral.

Tabela 12 — Porcentagem de respostas à pergunta “dentre os problemas da sociedade atual, qual você considera mais importante?” entre os ingressantes dos cursos da UFPR Litoral (2008 a 2019)

<b>Alternativa de resposta</b>	<b>Agroecologia (% em relação ao total)</b>	<b>Demais cursos (% em relação ao total)</b>
HIV e doenças sexualmente transmissíveis	2,0	4,0
Gravidez não planejada	1,8	3,4
Desestruturação familiar e perda de valores morais	17,1	28,6
Violência urbana	4,4	9,7
Desigualdade social e desemprego	25,9	29,4
Uso de drogas lícitas (álcool e tabaco)	0,7	0,5
Uso de drogas ilícitas (maconha, cocaína, solvente, entre outras)	3,3	6,8
Deterioração do meio ambiente	39,5	13,0
Outros	5,3	4,5
Total	100	100

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do NC/UFPR

Nos cursos da UFPR Litoral, inclusive na Agroecologia, é marcante a preocupação com a desigualdade social e ao desemprego como principal problema da sociedade. No entanto, é visível o diferencial em relação à referência aos problemas ambientais, quando se contrasta a diferença da resposta entre a Agroecologia e os demais cursos do Setor. Dos candidatos que consideram ser esse o principal problema da sociedade, 39,5% são da Agroecologia, ao passo que 13% são dos demais cursos da UFPR Litoral.

Entre esses cursos, uma parte da percentagem ainda pode ser atribuída aos candidatos ao curso de Gestão Ambiental. No entanto, mesmo sendo este um curso específico, é na Agroecologia em que se concentra a maior consideração sobre os problemas referentes ao meio ambiente. A dispersão entre o percentual da primeira resposta e o da segunda é bem maior na Agroecologia (13,6%) do que nos demais cursos (0,8%), o que reforça a asserção do peso que os problemas ambientais representam na sociedade para os ingressantes no curso.

A fim de identificar tendências de estilo e filosofia de vida, a tabela 14 apresenta dados que possibilitam entender os diferenciais nas questões relativas a expectativas em relação à universidade:

Tabela 13 — Porcentagem de respostas à pergunta “o que você espera, em primeiro lugar, de um curso universitário?” entre os ingressantes dos cursos da UFPR Litoral (2008 a 2019)

<b>Alternativa de Resposta</b>	<b>Total da UFPR Litoral (%)</b>	<b>Agroecologia (% em relação ao total)</b>	<b>Demais cursos (% em relação ao total)</b>
Aquisição de cultura geral ampla	12,8	20,4	12,1
Formação profissional, voltada para o trabalho	42,6	27,5	44,0
Formação teórica, voltada para a pesquisa	1,7	2,4	1,6
Formação acadêmica para melhorar a atividade prática que já estou desempenhando	6,9	6,4	6,9
Aquisição de conhecimentos que me permitam compreender melhor o mundo em que vivemos	9,2	23,5	7,9
Aquisição de conhecimentos que permitam melhorar meu nível de instrução	11,1	10,2	11,1
Aquisição de conhecimentos que permitam melhorar meu nível social/financeiro e de minha família	12,9	7,8	13,4

Diploma de nível superior	2,8	1,8	2,9
Total	100	100	100

Fonte: organizada pela autora (2020) a partir de dados do NC/UFPR

Por meio dos dados apresentados na tabela 14, verifica-se que a maior expectativa em relação a um curso superior, no total de candidatos à UFPR Litoral, corresponde à formação profissional voltada ao trabalho, representando 42,6% do total de respostas. Ao se comparar os demais cursos, percentual semelhante dessa resposta (44%) é verificado. A exceção a essa tendência corresponde ao curso de Agroecologia, que dividiu as respostas a essa alternativa (27,5%) com a alternativa de aquisição de conhecimentos que permitam compreender melhor o mundo em que vive. Percebe-se, assim, que os estudantes do curso de Agroecologia revelam expectativas referentes não tão marcadas pela dimensão econômica no mercado de trabalho, mas que permitam uma conciliação entre as dimensões da sustentabilidade abordadas neste estudo.

É possível identificar que as expectativas dos ingressantes no curso de Agroecologia dividem-se, de forma bastante uniforme, entre formação profissional voltada para o trabalho, compreender melhor o mundo em que vivemos e aquisição de cultura geral e ampla, o que é verificado pela pouca dispersão entre o percentual de respostas entre elas (em torno de 4%). Já para os demais ingressantes na UFPR Litoral, a expectativa voltada para o trabalho é bastante marcada pela dispersão em relação ao percentual da segunda resposta, ou seja, 30,6%.

A interpretação desses dados revela que os candidatos à Agroecologia foram motivados por questões ligadas ao seu projeto de vida, sua visão de mundo e seu lugar nesse mundo. Dessa forma, é possível observar que o mercado de trabalho, da forma convencional com a qual se estabelece, não é o principal motivo de escolha desses estudantes.

Em função dos resultados das entrevistas e das relações sociais com os estudantes, observadas pela autora durante a docência na UFPR Litoral, é possível identificar semelhanças entre informações de perfil socioeconômico e cultural, percebidas nas análises dos dados coletados dos ingressantes no curso de Agroecologia, e que também equivalem aos resultados de perfil dos integrantes do sítio. Dessa forma, observa-se que os integrantes são jovens oriundos de classe média, urbanos e a quem foram possibilitadas, pela família e por seu próprio trabalho,

condições culturais e financeiras a ponto de construírem uma estrutura alternativa ao sistema convencional. A família de origem foi apontada por metade dos entrevistados como a fonte de recurso financeiro para a compra dos lotes e considerada como um porto seguro a quem recorrer no caso da necessidade de reinvestimentos. No entanto, no ano de escrita dessa tese (2020), a renda obtida por cada uma das famílias do sítio é considerada pelos membros como suficiente para o seu sustento.

Por todo o visto na discussão de resultados, a não identificação com as normas sociais e econômicas vigentes a ponto de possibilitarem a escolha por um estilo de vida alternativo ao convencional provém de uma afinidade ou identificação com outras culturas e outros sujeitos com a mesma concepção de vida. É importante observar que esse estilo de vida, justamente por não trilhar a mesma linha de conduta e de pensamento da sociedade, deriva de uma série de condições para que passe de utopia e se consolide na prática.



## 7 CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho, buscamos entrelaçar os pontos que fazem parte da rede de reflexões, saberes, vivências e sentimentos que foi construída no decorrer do estudo.

Pode-se apontar que o projeto político pedagógico da UFPR Litoral atuou não só como agente educador, mas colaborou para a aproximação entre sujeitos portadores de uma mesma ideologia e com as mesmas práticas. Mesmo que não composto em sua totalidade em relação direta com o setor, este foi utilizado como referência para mediar a implantação de um sistema educacional alternativo para as crianças do grupo alternativo estudado, na busca pela continuidade de sua proposta. A UFPR Litoral, nesse caso, agiu como mediadora para fundamentação desse outro sistema. No entanto, há de se considerar outros fatores envolvidos no êxito desse caso.

Obviamente, ao se considerar o estabelecimento em um novo território, são necessárias condições favoráveis de estrutura que vão além de um ideal filosófico. Dessa forma, enquanto um coletivo formado por indivíduos de classe média, puderam dispor de um aporte de capitais econômico, cultural e social que permitiram fazer essa escolha. Não encontraram as mesmas dificuldades que filhos de produtores de agricultura familiar encontram para a sua sobrevivência, resultante das condições históricas que limitaram o acesso à educação, às relações sociais mais amplas e a um maior capital cultural.

No caso do grupo, a família de origem parental foi responsável por promover condições, durante o desenvolver de sua história de vida, que propiciaram um outro modo de pensar a realidade. A estrutura financeira da família possibilitou a sua migração para estudar em outra cidade, na busca de uma proposta de educação diferenciada, arcando com os custos de moradia e outras despesas. Foi esse mesmo aporte financeiro determinante para o estabelecimento e viabilização da comunidade, por meio da aquisição da terra e de garantia material no período de adaptação ao novo local.

A conjunção de outros fatores também contribuiu para o caso ser exitoso. As políticas públicas de educação, quando propiciaram uma certa abertura a gestões locais das instituições, favoreceram a autonomia as universidades. Sendo assim, a LDB (BRASIL, 1995), a partir de 1996, permitiu a cada instituição elaborar e executar

seu projeto pedagógico. Esse foi um ponto que propiciou a implantação do PPP diferenciado da UFPR Litoral. Além disso, a articulação entre governos federal e estadual que começa a ser efetuada no Paraná, na época que antecede a sua fundação, no início da década de 2000, resultou em uma proposta ampla cujos ideais eram democráticos e populares. Esses ideais fizeram com que se voltasse a atenção para a necessidade de transformação por meio da educação, diante do quadro de exclusão social e degradação ambiental. Esse cenário, atendendo a uma demanda por uma proposta de educação transformadora da realidade, é que possibilitou a sua criação. Nesse espaço pedagógico e social singular a educação superior em Agroecologia encontrou um terreno fértil para se desenvolver.

Os fundadores do grupo estudado, na trajetória de seu processo educacional, entenderam que uma educação tecnicista e com fins lucrativos não fazia parte de seus ideais alternativos aos modelos de dominação e de controle de vida a serviço do capital financeiro. Assim, atraídos por uma proposta de educação diferente, que considerasse a vida, a ética, a dignidade, a solidariedade na construção do conhecimento, reuniram-se na UFPR Litoral, idealizadora, construtora e mediadora dessa proposta. É a materialização desse grupo e de outros semelhantes que mostra que um outro estilo de vida, em seus variados graus de envolvimento, é possível e viável. Enquanto estudantes, indivíduos que não se adaptavam a metodologias educativas próximas às convencionais, muitas vezes identificados como rebeldes ou de trato conflituoso, hoje se constituem em sujeitos autônomos, realizados, autossustentáveis e comprometidos com a coletividade. Enquanto novos sujeitos do meio rural, o modelo de pequena propriedade, a utilização consciente dos recursos naturais, o despojamento de necessidades geradas pelo consumismo e a diversidade das atividades geradoras de renda, ao mesmo tempo que fazem parte da filosofia de vida dos integrantes do grupo, são os meios que possibilitam a sua sustentabilidade.

As interfaces estudadas nesse trabalho proporcionaram reflexões e questionamentos a respeito de seus papéis sociais. O modelo convencional de educação, ou os modelos influenciados por ele, sustenta a ideia de que a educação transforma a longo prazo. No entanto, o que tem sido observado é que o tempo tem passado e a transformação social pela educação ainda não foi efetiva e abrangente. Os problemas ambientais causados pela industrialização estão cada vez mais graves e mais frequentes. Na mesma proporção, a desigualdade social ainda é o problema

mais grave do Brasil. Portanto ainda são esperadas respostas vindas da educação, de forma que seus resultados venham corresponder às mudanças necessárias.

A educação alternativa, por sua outra forma de ver o mundo, propõe acelerar o tempo de mudança, mas precisa de exemplos vivos e ativos que mostrem a viabilidade dessa proposta, diante de tantos apelos contrários vindos do meio de uma ideologia convencional. Por isso, este trabalho abordou a complexidade da Agroecologia como meio de demonstrar resultados construtivos sociais e ambientais das atividades educativas emancipatórias da UFPR Litoral, onde a universidade serviu de ninho para movimentos de resistência, a fim de reforçar a intenção da educação superior para além do lucro financeiro. Dessa forma, o estudo compreende as formas com que uma proposta educacional diferenciada, alternativa e emancipatória, quando reúne indivíduos cujo estilo de vida é acolhido por essa proposta, contribui para a transformação da realidade local.

No momento em que se entende a Agroecologia como uma rede democrática de saberes e hábitos apresentados nesse trabalho, pode-se entender que há outras formas de práticas além da agricultura, quando a incorporamos a um estilo de vida. Portanto todos podemos nos tornar sujeitos agroecológicos, em vários gradientes e em vários tempos, desde que compartilhemos desses mesmos princípios. Assim, um estilo de vida, compatível com o respeito à vida em todas as suas formas, se torna real e possível.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Espectros do Anti-Intellectualismo Tropical. **Le Monde Diplomatique**. Brasil. 21 set. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/espectros-do-anti-intellectualismo-tropical/>. Acesso em: 2 out. 2019.

ACSELRAD, H. Liberalização da economia e flexibilização das leis — o meio ambiente entre o mercado e a justiça. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 3, n. 3, p. 62-68, set./dez. 2013.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental — ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, J. M. **Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M.; ROSSET, P. Historia y corrientes del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M.; ROSSET, P. **Agroecología ciencia y política**. La Paz: SOCLA, 2018b. p. 75-110.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, Bogotá, n. 42, 2010. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/ilsa/20130711054327/5.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ARRETCHE, M. (org.). **Trajetória das Desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP; CEM, 2015.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **O que é ANA?** 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em: 27 out. 2019.

ASSAD, L. Agrotóxicos: Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 4, out./dez. 2012.

AZEVEDO, E. Alimentação, Sociedade e Cultura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 276-307, jan./abr. 2017.

AZEVEDO, E. Comida e Visualidade. **Visualidades**, Goiânia v. 14, n. 2, p. 30-47, jul./dez. 2016.

BAHIA, V. G.; CURI, N.; CARMO, D. N.; MARQUES, J. J. G. S. M. Fundamentos de erosão do solo (tipos, formas, mecanismos, fatores determinantes e controle). **Informe Agropecuário**, v. 16, n. 176, p. 25-31, 1992.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEGA, M. T. S. Lugares da pesquisa e ensino nas humanidades no século XXI. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS BLUCHER SOCIAL SCIENCE, 11. **Anais [...]**. n. 4 v. 2. p. 1757-1779. São Paulo: Blucher, 2016.

BICA, G. S.; HOELLER, S. C. Reflexões sobre o projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR Litoral. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8. **Resumos [...]**. 2013. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14795>. Acesso em: 9 nov. 2020.

BOFF, L. **O viver melhor ou o bem viver**. Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (Adital). 2009. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opinioao/leonardo-boff-o-viver-melhor-ou-o-bem-viver>. Acesso em: 10 out. 2019

BORSATTO, R. S. **A Agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Engenharia Rural). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia**: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense. Curitiba, 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia — Produção Vegetal) — Universidade Federal do Paraná. 2007.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Goûts de classe et styles de vie. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 5, p. 18-43. out. 1976. Tradução de Paula Montero. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1807511/mod\\_resource/content/1/Bourdieu\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1807511/mod_resource/content/1/Bourdieu_.pdf). Acesso em: 1 nov. 2019.

BRANDENBURG, A. (org.). **Mundo rural e Ruralidades**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS** — Revista Do Centro De Estudos Rurais — UNICAMP, v. 4, n. 1. 2010a. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/710>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 13, n. 2. p. 417-428. jul./dez. 2010b.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**. Relatórios. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos/arquivos/3778json-file-1>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** — PLANAPO. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico). Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf). Acesso em: 17 set 2019.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 abr. 1955. Seção 1, p.1.

BRASIL. **Decreto n.º 7.794**, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 118/2002**. Estabelece o regime jurídico do registo, conservação, salvaguarda legal e transferência do material vegetal autóctone com interesse para a actividade agrária, agro-florestal e paisagística. 2002a. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/288446/details/maximized>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Diário oficial da união**. Publicado em: 17/09/2019 | Edição: 180 | Seção: 1 | Página: 4 Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. 2019 Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/09/DOU-ATO-No-62-13set.2019.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei Federal n.º 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm). Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.131**, de 24 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm). Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Diário Oficial da União**. 2003a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm). Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária — PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária — PRONATER. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 jan. 2010. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Lei N.º 10831, de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003b, Seção 1, Página 8.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 1.428/2018. Ministério da Educação. Portaria N.º 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Revoga a Portaria MEC n.º 1.134, de

10 de outubro de 2016, e estabelece nova redação para o tema. 2018. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC, 24 out. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** — Diretrizes Gerais. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Censo SUAS 2014**. Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014\\_Versao\\_atualizada.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014_Versao_atualizada.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** — Planapo: 2016-2019/2016b. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. — Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Brasília: MDA/MDS, 2012a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente — MMA. **Mapeamento do uso e cobertura do Cerrado: Projeto TerraClass Cerrado 2013**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

BRASIL. **Portal Brasil Agroecológico**. 2021. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/politica>. Acesso em: 12 jan. 2021

BRASIL. **Portal e-MEC**. 2020. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, e dá outras providências. 1996 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm) Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 6299, de 2002**. Altera os arts 3º e 9º da Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a



fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências", e apensados. 2002b. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249#marcacao-conteudo-portal>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. **Projeto De Lei no. 6.670/16**. Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos — PNARA, e dá outras providências 2016a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2120775&ord=1>. Acesso em: 20 jul. 2020

BRASIL. Senado Federal. **Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 9 jan. 2020.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Associação Palas Athena, 1988.

CAMPOS, M. L.; DAL SOGIO, F. K. Sementes crioulas e relações de poder na agricultura: Interfaces entre Biopoder e agência social. **Revista Ambiente & Sociedade**. v. 23. São Paulo, 2020.

CAPORAL, J. A.; COSTABEBER, F. R. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CAPORAL, J. A.; COSTABEBER, F. R. Análise funcional da sustentabilidade. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85. jul./set. 2002.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil** — o longo caminho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, M. R.; FIGUEIREDO, F. F. Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS. **Hygeia** — Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 15, n. 31, p. 56-70, 5 jul. 2019.

CAVALLET, L. E.; SIQUEIRA, J. C. C.; RIBEIRO, H. I.; ROCHA, J. R. C.; ARAUJO, C. B.; RODRIGUES, R.; REIS, C. S. dos. Estudo de Caso do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos no Assentamento Nhundiaquara, Gleba Pantanal. **Cadernos de Agroecologia**. v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/15528/10132>. Acesso em: 31 jul. 2020.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI.** Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CAVALLO, G. A. Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais: a descolonização inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32 n. 94, set./dez. 2018

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos. avançados.** São Paulo, v.11, n. 29, jan./abr. 1997.

CORTES, S.; LIMA, L. L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 87. 2012.

DELGADO, G. da C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In*: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DEWEY, John. **Experience and education.** New York: Touchstone, 1938.

DOWBOR, L. A difícil transição para sociedades sustentáveis. *In*: SORRENTINO, Marcos; RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa de; SILVA, Rafael Falcão da. (org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis.** Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2017.

ELIAS, N. **Ensaio teórico sobre às relações estabelecidos-outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador II.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Marco referencial em agroecologia.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

ESCOBAR, A.; PARDO, M. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAO. **Status of the World's Soil Resources**: Main Report. 2015. FAO: Rome, Italy. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i5199e/i5199e.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Balança comercial**. 2019. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/balanca-comercial/attachment/file-20200721205030-bca2020/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

FREIRE, P. **Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** — Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. Cortez Editora, 1993.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARDI, C. (coord.). **Atlas de Solos de América Latina e do Caribe**. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2015.

GARÓFOLO, A.; AVESANI, C. M.; CAMARGO, K. G.; BARROS, M. E.; SILVA, S. R. J.; TADDEI, J. A. de A. C.; SIGULEM, D. M. Dieta e câncer: um enfoque epidemiológico. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 17, n. 4, p. 491-505, out./dez. 2004.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, out. 1990. Disponível em:

[http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14\\_05.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_05.pdf). Acesso em: 7 dez. 2020.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. *In*: VILARTA, R. (ed.). **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas: IPES Editorial, 2004.

GONÇALVES, D. O. **Avesso e direito: movimento hippie e mercado cultural da moda**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

GRITO DA SELVA. Compositor: Bruno Rossa. Matinhos, [201-].

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOELLER, S. C. **Princípios norteadores para a estruturação de um projeto político pedagógico para a formação de profissionais na área de agroecologia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

HONNET, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. IBGE (2018). Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. População residente, total, urbana total e urbana na sede municipal, em números absolutos e relativos, com indicação da área total e densidade demográfica, segundo as Unidades da Federação e os municípios — 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=41>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2019**. Sistema IBGE de Recuperação Automática — Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 26 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Geociências. **Mapa da Divisão Política do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama: Território e Ambiente**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu: Editora Criação, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento. Coordenação-geral de obtenção de terras. **Divisão de análise e estudo do mercado de terras**. 2017. Disponível em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-09-parana/ppr\\_sr09.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-09-parana/ppr_sr09.pdf) Acesso em: 6 dez. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Normas de Administração Gerais e Operacionais**. Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária. Brasília, mar. 1997.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mapas**. 2015. Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Metropolitanas%20-%20Paran%C3%A1.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Metropolitanas%20-%20Paran%C3%A1.pdf). Acesso em: 10 out. 2019.

JERONIMO, Helena Mateus; NEVES, José. O intelectual de retaguarda. Entrevistado: Boaventura Santos. **Análise Social** (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa), Lisboa, v. 204, n. 3, 2012.

JOLLIVET, M. A. “Vocação atual” da Sociologia Rural. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 5-25, 1998.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 303-320, abr. 2004.

LAYRARGUES, P. P. Antiecológismo no Brasil: reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo extrativista-predatório e a desregulação ambiental-pública. In: OLIVEIRA, M. M. D. de; MENDES, M.; HANSEL, C. M.; DAMIANI, S. (org.).

**Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade.** Caxias do Sul, Educs, 2017. Disponível em [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb\\_3.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb_3.pdf). Acesso em: 25 set. 2019.

LAZARSELD, P.; MERTON, R. K. Friendship as a Social Process: A Substantive and Methodological Analysis. *In*: BERGER, M.; ABEL, T.; CHARLES, H. (ed.). **Freedom and Control in Modern Society**. New York: Van Nostrand, 1954.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

LE BRETON, D. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2003.

LEFF, E. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOVELOCK, J. E. Título. *In*: THOMPSON, W. I. **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: Gaia, 1987.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAPA. **Agropecuária Brasileira em Números**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/ABN201901/view>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MAPCARTA. **Sarapiá**. 2020. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/N3537219481/Mapa> Acesso em: 26 jun. 2020.

MARTINS, J. M.; SAMBUICHI, R. H. R. **Programa ecoforte e o fortalecimento das redes de agroecologia: demandas e possibilidades**. Brasília: Ipea, 2019 [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9066/1/TD\\_2455.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9066/1/TD_2455.pdf). Acesso em: 9 jan. 2020.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Campinas: UNICAMP, 2014.

MCCHESENEY, R. Introdução. *In*: CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Minas Gerais — MPMG. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2014.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza**: ecologia e política na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC/Bernúncia Editora, 2012.

MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41 maio/ago. 2009.

MORAES, F. C. de; BATTAINI, V.; SACCONI, L. V.; CARVALHO, T. M. A.; PAZ, S. M. R. da; SORRENTINO, M. Movimento Educador “Ecossocialismo e Bem Viver”. *In*: SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M. H. A.; PORTUGAL, S.; MORAES, F. C. de M.; SILVA, R. F. da. (org.). **Educação, Agroecologia e bem viver**: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2017.

MORAIS, R. Deus, a ciência e a educação. *In*: INCONTRI, D. (org.). **Educação e espiritualidade**: interfaces e perspectivas. Bragança Paulista: Comenius, 2010.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MYERS, G. Análise da conversação e da fala. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

NARANJO, C. **A revolução que esperávamos**. Brasília: Verbená, 2015.

NEVES, L. S. **Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba**. Curitiba: Cefuria, 2006.

NEVES, S. L. S.; GERASEEV, L. de C.; AUGUSTO, H. dos A. Dos saberes tradicionais à agroecologia: um estudo de caso das práticas agrícolas da comunidade vazanteira

da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 8, n. 2, p. 44-61, 2013.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3 p. 1-20, jul./set. 2016.

NÚCLEO DE CONCURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (NC/UFPR). **Manual do candidato**. Disponível em: <http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Home>. Acesso em: 19 set. 2019.

OBREGÓN, A. Q. “Bem viver”: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46-57, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia (PUC-MG)**, Belo Horizonte, v. 24, número especial 1, 2014.

OLIVEIRA, A. L. de. **O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, F. C. de. **Alternativas para uma nova educação**: uma oportunidade para a transformação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, SP, 2019.

PÁDUA, J.A. **Um sopro de destruição**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PARANÁ. **Plano Paraná Turístico 2026 — Pacto para um Destino Inteligente**. 2016. Disponível em: [http://www.turismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-06/paranaturistico2026documentocompleto.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/paranaturistico2026documentocompleto.pdf). Acesso em: 10 out. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação (SEED/PR). Orientações para elaboração do regimento escolar. **2021**. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1002>. Acesso em: 10 jan. 2021

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. **Plano para o desenvolvimento sustentável do litoral do paraná (PDSLITORAL)**. 2018. Relatório de contextualização inicial (rci). Volume 0 — diagnóstico. Disponível em: <http://www.planejamento.pr.gov.br/print/pdf/node/505>. Acesso em: 10 out. 2019.

PAZMIÑO, C. P.; CONCHEIRO, L.; WAHREN, J. **Agriculturas alternativas en Latinoamérica**. Tipología, alcances y viabilidad para la transformación social-ecológica. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2017.



PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciênc. saúde coletiva**, v.18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PIGNATI, W. A.; LIMA, F. A. N. de S. e; LARA, S. S. de; CORREA, M. L. M. C.; BARVOSA, J. R.; LEÃO, L. H. da C. PIGNATTI, M. G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/Atlas%20dos%20Municipios/undp-br-idhm-metodologia-2016.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

PRUDÊNCIO, K. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Integração de Políticas de Educação à Distância, 2011.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P.C. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? *In*: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P.C. (ed.). **Desenvolvimento & Meio ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 235-248.

RIBEIRO, B. **O Índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas — Algumas observações. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. Universidade e Desenvolvimento: ser da região x estar na região. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7. Lisboa, 2010. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA7\\_27\\_ROLIM%26SERRA\\_Universidade%20e%20desenvolvimento.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA7_27_ROLIM%26SERRA_Universidade%20e%20desenvolvimento.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAMPAIO, S. M. V.; WORTMANN, M. L. C. Guardiões de um imenso estoque de carbono — Floresta Amazônica, populações tradicionais e o dispositivo da sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, 2014.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, B. de S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Trilce, 2010a.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, B. de S. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, B.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. 2008. Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SCHAFASCHEK, M. B. **O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/SC** — PROESDE — Análise sobre sua contribuição para o Desenvolvimento Regional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — FURB, Blumenau, 2008.

SCHEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: FROEHLICH J. M.; VIVIEN, D. (org.). **Desenvolvimento Rural** — Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí; 2006.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **IPEA** — Repositório do Conhecimento, v. 42, p. 55-64. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt42\\_08\\_Eco\\_02\\_convergencias.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt42_08_Eco_02_convergencias.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. *In*: SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>. Acesso em: 10 dez 2019.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “reconstrucción de la soberanía alimentaria”. **Agroecología**, Murcia, v. 1, p. 7-18, 2006.

SEVILLA-GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: APPLE, M. W.; FRIGOTTO, G.; ENGUITA, M. F. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, G. de M. V. **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas**: novas fronteiras do campo de estudos. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul./set., 2017.

TAVARES, A. K. Caracterização etnopedológica de terras agrícolas por agricultores familiares dos municípios de Antonina e Morretes, PR. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronomia (Ciência do Solo)) — Universidade Federal do Paraná. 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THUM, C. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, jun. 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, n. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UFPR. **Núcleo de Concursos**. 2021. Disponível em: <http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Home>. Acesso em: 26 abr. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2011**. New York: Oxford University Press, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. **Resolução N.º 15/07**. 2007. Aprova a criação do Curso de Graduação de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/portal/agroecologia/wp-content/uploads/sites/7/2018/08/Res.-COUN-15-07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Campus Litoral — UFPR Litoral. **Projeto político pedagógico**. Matinhos, 2008. Disponível em: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL\\_Set-2008\\_Alteracao\\_Dez-2008.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf). Acesso em: 13 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral — UFPR Litoral. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Matinhos, 2015. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Agroecologia.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

VAILLANT, D; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: UTFPR, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Mundo rural como um Espaço de Vida** — Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1. Brasília. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG.1996.

## ANEXO I

São diretrizes do PLANAPO, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL 2016b):

- a. promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- b. promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- c. promover a conservação e recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis;
- d. promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal;
- e. valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- f. ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica.

As ações a serem realizadas em todo o período de vigência do PLANAPO (BRASIL 2016b), consistem em:

- a. integração do PLANAPO com a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de responsabilidade do MAPA, por meio da adoção dos princípios agroecológicos em todos os serviços prestados, proporcionando ATER para 1,868 milhão de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais;
- b. manutenção das taxas de juros de 2,5% ao ano para os financiamentos do sistema de produção de base agroecológica e orgânica, por meio do PRONAF;
- c. continuidade do Programa Ecoforte, com ampliação das redes apoiadas;
- d. apoio a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência estadual, nacional e internacional.
- e. ampliação da autonomia econômica das mulheres rurais. Como metas, a formação de 1,5 mil grupos produtivos de mulheres rurais, atendimento de ATER

para 15 mil mulheres, fomento para 12,5 mil mulheres; implantação de 20 mil quintais produtivos, entre outras;

f. Promoção do acesso à água para produção de alimentos de base agroecológica por meio da implantação de 100 mil unidades de tecnologias sociais;

g. implantação de mil bancos de sementes para povos e comunidades tradicionais;

h. qualificação e capacitação de 64 mil agentes de ater, agricultores familiares e jovens rurais em produção orgânica e de base agroecológica;

i. apoio a atividades de ensino e pesquisa, tendo como meta atingir 300 núcleos de estudos em agroecologia apoiados;

j. assentamento de 120.000 famílias em projetos de assentamentos de reforma agrária, com o fim de assegurar a adoção de práticas agroecológicas, priorizando projetos ambientalmente diferenciados;

k. criação do selo da sociobiodiversidade para extrativistas;

l. emissão de 100 mil Documentos de Aptidão (DAP) ao PRONAF, promovendo a devida adequação da declaração às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em todo país. (BRASIL, 2016b)